

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARINA DE SOUZA SARTORE

**CONVERGÊNCIA DE ELITES: A SUSTENTABILIDADE NO
MERCADO FINANCEIRO**

**SÃO CARLOS
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARINA DE SOUZA SARTORE

**CONVERGÊNCIA DE ELITES: A SUSTENTABILIDADE NO
MERCADO FINANCEIRO**

**Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais
para obtenção do título de doutora
em Ciências Sociais.**

Orientação: Prof. Dr. Roberto Grün

APOIO: CAPES

**SÃO CARLOS
2010**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

S251ce

Sartore, Marina de Souza.

Convergência de elites : a sustentabilidade no mercado financeiro / Marina de Souza Sartore. -- São Carlos : UFSCar, 2010.
207 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

1. Administração - responsabilidade social. 2. Sociologia econômica. 3. Mercado de capitais. 4. Sustentabilidade. 5. Índices de mercado de ações. I. Título.

CDD: 658.408 (20^a)



BANCA EXAMINADORA DA TESE DE DOUTORADO
MARINA DE SOUZA SARTORE
08/10/2010

Handwritten signature of Prof. Dr. Roberto Grün in blue ink.

Prof. Dr. Roberto Grün
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Handwritten signature of Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade in blue ink.

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Handwritten signature of Prof. Dr. Júlio César Donadone in blue ink.

Prof. Dr. Júlio César Donadone
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Handwritten signature of Profa. Dra. Ana Paula Hey in blue ink.

Profa. Dra. Ana Paula Hey
Universidade de São Paulo (USP)

Handwritten signature of Prof. Dr. Renato Raul Boschi in blue ink.

Prof. Dr. Renato Raul Boschi
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)



*Dedico este trabalho a todos que querem
desvendar os segredos do mundo
econômico por uma perspectiva não-
econômica.*

AGRADECIMENTOS

Nestes últimos quatro anos, muitas pessoas contribuíram para que esta tese se concretizasse. Algumas estiveram presentes em momentos ocasionais enquanto outras acompanharam o seu processo de construção no dia-a-dia. Assim, agradeço:

Aos meus pais Ana e Antônio, os quais me incentivaram a prosseguir na carreira profissional que escolhi. À minha querida irmã, Mariana, pelas reflexões sobre o passado, o presente e o futuro.

Ao amigo e companheiro Cae, por transformar o cotidiano exaustivo em momentos únicos e inspiradores.

Ao professor e orientador Roberto Grün, por acreditar no potencial deste trabalho e principalmente pelos nove anos de orientação a qual norteou-me em momentos de encruzilhadas.

Aos amigos e colegas de trabalho do Núcleo de Estudos de Sociologia Econômica (NESEFI) pela amizade e pela luta em divulgar a Sociologia Econômica no Brasil. Agradeço especialmente à Elaine da Silveira Leite, à Maria Aparecida Chaves Jardim, ao Antônio Pedroso Neto, à Ana Paula Carletto Mondadore, à Marcela Purini Belém, ao Martin Mundo Neto, à Karina Gomes de Assis, à Ângela Maria Carneiro de Carvalho, à Elisa Novaes pelo companheirismo em congressos e pelas conversas que amenizaram as inseguranças e despertaram a coragem em continuar.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa.

À Richele Severino, pela paciência de dividir apartamento com uma recém-mestre ansiosa com o trabalho que estaria por vir.

Aos professores Jacob Carlos Lima, Cibele Saliba Rizek, Júlio César Donadone pelas reflexões acadêmicas. Agradeço também às contribuições de reflexão da banca de qualificação composta por Thales Andrade e Fabiano Engelmann.

Aos professores que compuseram a banca examinadora, Thales de Andrade, Júlio Donadone, Ana Hey e Renato Boschi.

No âmbito internacional, agradeço:

Aos colegas da Maison du Brésil, os quais garantiram o apoio emocional para sobreviver ao doutorado sanduíche. Agradeço especialmente às colegas do terceiro andar (o qual inclui a Isabela) e à Gisele Chaves que me ajudou a superar todas as burocracias para a realização do doutorado Sanduíche.

Agradeço especialmente à Yves Dezalay, meu orientador, o qual me ajudou a desenvolver a minha tese utilizando-me da metodologia de Pierre Bourdieu. Agradeço ao Afrânio Garcia pela calorosa recepção. Agradeço também ao Professor Michel Villete pelo debate sobre a Responsabilidade Social enquanto uma “moda gerencial”. À Elise Penalva-Icher, Sthephanie Giamporcaro e Frédérique Déjean pelo debate sobre o desenvolvimento do ISR na França, objeto de suas respectivas teses. Ao Olivier Godechot por levar-me ao encontro da bibliografia dos estudos sociais das finanças realizados na França. Aos professores Mark Blyth, Leonard Seabrook e Svein Steinmo pela instigação em responder a seguinte pergunta: “*Why should we care about a Brazilian Index?*” [Porque temos que dar atenção para um índice brasileiro?]. Ao Professor Alain Desrosières, pela conversa que foi fundamental para o desenvolvimento do segundo capítulo desta tese, que versa sobre a emergência da sociedade estatística baseada em índices. Ao Harry Makler e Christopher Yenkey pelo incentivo para o desenvolvimento da tese através de seus questionamentos pertinentes sobre o assunto. Ao Professor Frédéric Lébaron que inspirou a busca pelo uso da Análise de Correspondência Múltipla, a qual, não teria sido possível se não fossem as aulas de Sérgio e as dicas oportunas de Rodrigo Cantu.

A vida é feita de encontros e desencontros. Assim e por fim, agradeço a todos que tanto nos momentos de encontro quanto nos momentos de despedida, cada um à sua maneira, criou o efeito implícito de fazer com que eu continuasse o meu caminho.

RESUMO

A criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo consistiu, pelo viés econômico, em mais um indicador de rentabilidade das empresas sustentáveis listadas na bolsa. Pelo viés sociológico, a criação deste índice equivale à criação do mercado do Investimento Socialmente Responsável no Brasil. A criação deste mercado evidencia o surgimento de novas polarizações no mundo econômico e, em particular, no mundo financeiro. Estas novas polarizações evidenciam portanto uma mudança no *habitus* financeiro apresentando uma nova forma de pensar o mundo das finanças a partir da tríade economia, meio-ambiente e sociedade. Essa mudança só é possível a partir da convergência de diferentes frações de elites as quais colocam em xeque a autonomia do campo financeiro ao mesmo tempo em que procuram reinventá-lo a partir da proposta de um capitalismo sustentável. Deste modo, esta tese demonstra que é possível compreender a construção do Mercado de Investimento Socialmente Responsável no Brasil a partir do Estudo sociológico dos atores e das instituições que compõem o Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial apontando a necessidade de se desenvolver no Brasil uma sociologia dos índices. Assim, esta tese conclui que a inserção da Sustentabilidade no mercado financeiro se legitima a partir de um grupo atuante na esfera das finanças, o qual converge com atores ligados à Responsabilidade Social Empresarial e ao Movimento Ambiental, na tentativa de inverter o jogo dominado por financistas *mainstream*. No entanto, esta tentativa de “virar o jogo” não pressupõe o fim do mercado financeiro, mas sim o seu fortalecimento e conseqüente reprodução no campo global do poder.

Palavras-Chave: ISE, Investimento Socialmente Responsável, Finanças, Análise de Correspondência Múltipla.

ABSTRACT

The launch of the Brazilian Corporate Sustainability Index in Sao Paulo's Stock Market, analyzed through an economic approach, can be reduced to a new financial tool which measures the profitability of Sustainable listed companies. However, through a sociological approach, the launch of this index is equivalent to the creation of the Brazilian Socially Responsible Investment Market. The creation of this market demonstrates the emergence of new polarizations in the Economic Field, particularly in the Financial Field. These new polarizations indicate a change in the Financial Field, which presents a new way of thinking the Financial Market based on taking account of social, environmental and financial criteria. This change emerges from an elite convergence which challenges the limits of the Financial Field, at the same time trying to reinvent the Financial Market through a proposal of a Sustainable Capitalism. This thesis indicates that it's possible to understand the creation of Socially Responsible Investment Market by studying the actors and institutions that participate in the Corporate Sustainability Index's Committee. As a result, this study emphasizes the urge of developing a Sociology of Indexes. At last, this thesis concludes that the Sustainability insertion in the Financial Field is legitimated by a group acting in the financial area, which converges with the Corporate Social Responsibility's and The Environmental Movement's elite, in an attempt to "turn the table" of mainstream finance. However, this mainstream turn does not push towards the ending of financial market, but it's strengthening instead.

Key-Words: ISE, Social Responsible Investment, Finance, Multiple Correspondence Analysis.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

QUADRO 1.2.1	AGENTES ENTREVISTADOS.....	5
QUADRO 3.1.1	NÚMERO DE APARIÇÕES FUNDADORES ETHOS NA MÍDIA	41
QUADRO 3.6	TEMAS DE CONFERÊNCIAS REALIZADAS PELA UNEP-FI QUE ABORDAM O TEMA DO INVESTIMENTO.....	61
FIGURA 3.7	INSTITUIÇÕES DO ESPAÇO DAS PRÁTICAS SOCIAIS DO EMPRESARIADO BRASILEIRO.....	66
FIGURA 3.7a	LINHA DO TEMPO.....	67
FIGURA 3.8	O ESPAÇO DOS ATORES DAS PRÁTICAS SOCIAIS DOS EMPRESÁRIOS E SUAS POLARIZAÇÕES.....	71
FIGURA 3.8a	ATORES DO CONTENCIOSO PETROBRÁS-ISE.....	76
FIGURA 4	FIGURA VALORONLINE.....	86
FIGURA 4a	FIGURA GAZETA MERCANTIL.....	86
FIGURA 4b	FIGURA EXAME.....	87
QUADRO 4.4	POSIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES TOMADAS PUBLICAMENTE FRENTE AO DEBATE DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO.....	96
FIGURA 4.5	CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	103
GRÁFICO 5	INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM O CISE. INFORMAÇÕES RETIRADAS DOS QUESTIONÁRIOS DO ISE.....	115
QUADRO 5a	MEMBROS DO CISE 2005-2010.....	117
QUADRO 5b	QUESTÕES ATIVAS PARA A ACM – CISE.....	119
FIGURA 5.d	DISTRIBUIÇÃO DAS VARIÁVEIS REFERENTE AO CISE.....	121
FIGURA 5.e	DISTRIBUIÇÃO DOS ATORES REFERENTE AO CISE.....	122
FIGURA 5.2	PARTICIPAÇÃO FGV NO TEMA ISR.....	127
QUADRO 5.2a	AMOSTRA DE CONFERÊNCIAS E ROAD-SHOWS.....	128
QUADRO 5.3a.	VARIÁVEIS DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA DO ESPAÇO DO ISR NO BRASIL.....	131
FIGURA 5.3c	DISTRIBUIÇÃO DAS VARIÁVEIS NO ESPAÇO ISR.....	133
FIGURA 5.3d	OS INDIVÍDUOS DISTRIBUÍDOS NO ESPAÇO DO ISR.....	135

LISTA DE TABELAS

TABELA 5.C	MEDIDAS DE DISCRIMINAÇÃO – ACM DO CISE.....	120
TABELA 5.3	AMOSTRA FINAL.....	129
TABELA 5.3B	MEDIDAS DE DISCRIMINAÇÃO - ACM DO ESPAÇO DAS FINANÇAS NO BRASIL.....	132

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRAPP	Associação Brasileira dos Fundos de Pensão
ABRASCA	Associação Brasileira das Companhias Abertas
ACM	Análise de Correspondência Múltipla
AMCHAM	Câmara Americana de Comércio
ANBID	Associação Nacional nos Bancos de Investimentos
APIMEC	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
ASRIA	Association for Sustainable & Responsible Investment in Asia
BELSIF	Belgian Social Investment Forum
BM&FBOVESPA	Bolsa de Mercadorias e Futuros Bovespa
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico
BOVESPA	Bolsa de Valores do Estado de São Paulo
BSR	Business for Social Responsibility
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CENE	Centro de Estudos de Ética nas Organizações
CEO	Chief Executive Officer
CES	Centro de Estudos em Sustentabilidade
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CISE	Conselho Deliberativo do ISE
CIVES	Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DJSI	Dow Jones Sustainability Indexes
EUROSIF	European Sustainable Investment Forum
ESI	Environmental Sustainability Index
ESG	Environment, Society and Governance
FBDS	Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável
FE	Filantropia Empresarial
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos

FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIDES	Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social
FIESP	Federação de Indústrias do Estado de São Paulo
FIR	Fórum pour l'investissement responsable
FS	Finanças Sustentáveis
GC	Governança Corporativa
GIFE	Grupo de Instituições, Fundações e Empresas
GRI	Global Reporting Initiative
IBASE	Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOVESPA	Índice da Bovespa
IBRI	Instituto Brasileiro de Relações com Investidores
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IFC	International Finance Corporation
INSEE	Institut National de la statistique et des etudes économiques
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISR	Investimento Socialmente Responsável
JSE	Johannesburg Stock Exchanges
LASFF	Fórum Latino Sobre Finanças Sustentáveis
MBA	Master of Business Administration
MMA	Ministério do Meio-Ambiente
NEBSR	New England Business for Social Responsibility
NSE	Nova Sociologia Econômica
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização Civil de Interesse Público
PETROBRÁS	Companhia Petróleo Brasileiro S.A
PNBE	Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente
PPM	Partículas por Milhão
PPP	People, Planet and Profit
PRI	Princípios para o Investimento Responsável

PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
Q1	Quadrante 1
Q2	Quadrante 2
Q3	Quadrante 3
Q4	Quadrante 4
RI	Relações com Investidores
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SAFE	South Africa Safe Equity
SE	Sustentabilidade Empresarial
SEC	Security Exchange Commission
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SGF	Statistique Générale de la France
SIF	Social Investment Forum
SiRi	Sustainable Investment Research International Group
SRI	Social Responsible Investment
SVN	Social Venture Network
TBLI	Triple Bottom Line Investing Conference
UKSIF	The Sustainable Investment and Finance Association
UNCED-92	United Nations Conference on Environment and Development 92
UNEP-FI	United Nations Environment Program- Financial Initiative
VCP	Votorantim Celulose e Papel
WBCSD	World Business Council for Sustainable Development

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO.....	3
1 Objetivos.....	4
1.2 Metodologia.....	5
1.2.1 Entrevistas.....	5
1.2.2 Recorte Temporal.....	5
1.3 Referencial Teórico.....	6
1.4 Organização da tese.....	7
CAPITULO II - ENTRE DEUS E ÍNDICES.....	8
2. Da Divindade à Governabilidade.....	9
2.1 Uma regularidade intrínseca.....	12
2.2 O problema da população.....	13
2.3 A virada cognitiva.....	13
2.4 Alguns fundamentos do Estado Estatístico.....	14
2.4.1 “A lei dos grandes números”.....	15
2.4.2 O Homem Médio.....	16
2.4.3 As Taxas de Suicídio.....	17
2.5 O controle do acaso na esfera financeira.....	19
2.6 O campo dos índices sustentáveis.....	23
CAPITULO III – A (RE) CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO DAS PRÁTICAS SOCIAIS: DA FILANTROPIA AO INVESTIMENTO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL.....	27
3 O primeiro momento: a Filantropia Empresarial.....	28
3.1 O segundo momento: a Responsabilidade Social Empresarial (RSE).....	30
3.1.1 A Responsabilidade Social Empresarial no Brasil.....	33
3.2 O terceiro momento: caminhando para a idéia de Sustentabilidade Empresarial.....	42
3.3 O quarto momento: Origens do Investimento Socialmente Responsável.....	47

3.4 A Influência do ABN AMRO REAL para a constituição do Investimento Socialmente Responsável.....	51
3.5 A influência da academia e do terceiro setor para a constituição do Investimento Socialmente Responsável.....	55
3.6 A influência Internacional para a constituição do mercado do Investimento Socialmente Responsável.....	59
3.7 Os “Fóruns” como ponto de encontro dos profissionais em ISR.....	64
3.8 Considerações Finais sobre a (re) do espaço das práticas sociais: da filantropia ao investimento Socialmente Responsável.....	66
3.8.1 O Contencioso Petrobrás X ISE.....	70
CAPITULO IV - EM DIREÇÃO A UMA “SOCIOLOGIA DO ISE”.....	83
4.1 O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).....	87
4.2 Considerações sobre a re-contextualização.....	90
4.3 A re-contextualização.....	92
4.4 – Definição.....	93
4.5 Metodologia.....	99
4.6 A Criação do ISE.....	104
4.7 Pós-2005.....	108
CAPITULO V - O ESBOÇO DO ESPAÇO DO INVESTIMENTO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL NO BRASIL.....	111
5 O Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (CISE).....	113
5.1 Novos “pontos de encontro”.....	122
5.1.1 Equipe ISE.....	123
5.1.2 Relatório “Sustainable Investment in Brazil” do International Finance Corporation.....	123
5.1.3 Conferências de Celebração, Secundárias e Road-Shows.....	124
5.1.3.1 Conferência de Celebração.....	125
5.1.3.2 Conferências Secundárias.....	125
5.1.3.3 Road-Show - Triple Bottom Line Investing Conference (TBLI).....	125
5.2 O Programa New Ventures.....	126
5.3 Análise do Espaço das Finanças Sustentáveis no Brasil.....	128

5.4 Considerações Finais Do Capítulo.....	138
CAPITULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
6. O ISE enquanto espaço que cria distinções.....	145
6.1 Reflexão – A conversão para o capital político.....	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	151
ANEXO 1 BIOGRAFIA DOS ATORES CITADOS NO CAPÍTULO III. (Em ordem Alfabética).....	175
ANEXO 2 - QUESTIONARIO – PERFIL DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM COM O TEMA DA SUSTENTABILIDADE.....	181
ANEXO 3 – FONTE DE INFORMAÇÕES DOS AGENTES QUE COMPUSERAM A AMOSTRA FINAL CAPÍTULO 5.....	183
ANEXO 4 – BANCO DE DADOS	187

APRESENTAÇÃO

A fábula “O Tesoureiro e o Macaco¹” de Jean de La Fontaine conta a história de um tesoureiro que acumulava uma grande riqueza. Ele passava as noites e os dias a contar o seu dinheiro, porém, a cada contagem, percebia que sua fortuna diminuía. O motivo estava em seu macaco, que jogava algumas moedas ao mar todos os dias. Um dia, o macaco resolveu jogar toda a fortuna do tesoureiro ao mar, porém foi impedido pela chegada do tesoureiro.

La Fontaine contrapõe em sua fábula dois tipos de prazeres realizados com o dinheiro: o primeiro é guardá-lo, como fazia o tesoureiro. O segundo é jogá-lo fora, como fazia o macaco. Fontaine conclui sua fábula dizendo que

Ele [o macaco] teria feito todas [as moedas] voarem até a última gota, rumo ao abismo enriquecido pelo naufrago constante [das moedas]. Deus queira preservar sempre o financista, que delas não faz melhor uso². (LA FONTAINE, s.d.)

A figura do tesoureiro representado na fábula de La Fontaine nos é reapresentada através de diferentes personagens, desde o “Tio Patinhas” invadindo o imaginário infantil das histórias em quadrinhos, passando por Larry Garfield no filme “Com o dinheiro dos Outros³”, ou ainda por Shylock em o “O Mercador de Veneza⁴” e mais recentemente, com o banqueiro Daniel Dantas⁵.

Estes personagens têm duas características comuns: Se por um lado, todos sabem acumular e investir o seu capital, por outro, eles cultivam o imaginário do indivíduo que quer ganhar dinheiro acima de qualquer coisa, inclusive acima de preocupações éticas ou sociais. Esta última característica, historicamente constituída, está incorporada no imaginário cultural da sociedade ocidental: falar em “financista moral” constitui um contra-senso.

Entretanto, o começo do século XXI apresenta novos personagens que entram em cena na esfera das finanças: são aqueles investidores que incorporam à sua ganância

¹ Le Thésauriseur et le Singe

² Tradução do trecho [Il les aurait fait tous voler jusqu'au dernier, dans le gouffre enrichi par maint et maint naufrage. Dieu veuille préserver maint et maint financier, qui n'en fait pas meilleur usage] por Marina Sartore.

³ [Other People's Money]. Estados Unidos (1991). Dirigido por Norman Jewison.

⁴ [The Merchant of Venice] Estados Unidos, Itália, Luxemburgo, Inglaterra. (2004). Dirigido por Michael Radford. (Adaptado do livro “O Mercador de Veneza” de William Shakespeare).

⁵ Para uma argumentação mais detalhada da proximidade de Daniel Dantas à figura do Plutocrata ver GRÜN (2007).

ilimitada, os limites compostos por critérios éticos, sociais e ambientais. Em outras palavras, aparece um tipo de investidor preocupado com os impactos de seus investimentos na sociedade e no meio-ambiente. Surge, assim, a figura do Investidor Socialmente Responsável que une, em um mesmo indivíduo, a ambição pelo lucro aliada à salvação e manutenção do planeta e da sociedade.

Porém, para que o Investidor Socialmente Responsável pudesse vir a existir, foi necessário o desenvolvimento da idéia de Empresas Socialmente Responsáveis para as quais ele poderia destinar os seus investimentos. Ademais, foi necessária a incorporação ao pensamento financeiro de uma nova idéia, baseada na crença de que investir em Empresas Socialmente Responsáveis consiste em uma alternativa socialmente e economicamente viável. Em suma, foi necessária a aparição de uma nova representação social sobre o mundo das finanças.

Porém, como colocar meio-ambiente, sociedade e lucro em um mesmo plano? Por um lado, temos o mercado de ações, lugar por excelência para a circulação de investidores ansiosos por multiplicar o seu capital. De outro lado, temos ambientalistas ávidos por barrar os efeitos colaterais negativos advindos do crescimento do capitalismo financeiro. De um lado o dinheiro e do outro o meio-ambiente e a sociedade.

A mescla destes dois mundos fica evidente na fala de Monzoni⁶ (2008), quando ele afirma que na década de oitenta, quem se formava em administração e queria trabalhar com meio-ambiente tinha que ir até a Amazônia. Porém, nos dias de hoje, pode-se ir para a Avenida Paulista.

Esta convergência de dois espaços antagônicos é objetivada no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) lançado em 2005 pela Bolsa de Valores de São Paulo. O ISE representa o atalho para o trecho “Amazônia - Avenida Paulista”, pois representa um espaço de interseção entre a esfera Financeira e a esfera da Sustentabilidade.

Esta tese se situa nesta encruzilhada, entre os prazeres do tesoureiro em apenas acumular riquezas, e os prazeres do macaco em jogá-las fora, pois se dedica a compreender o surgimento daqueles que querem acumular riquezas sem desconsiderar o futuro do planeta e da sociedade em que vivem.

⁶ Fala de Mário Monzoni no Fórum dos Investidores realizado no dia 11 de dezembro de 2008 na Bolsa de Valores de Estado de São Paulo (BOVESPA) em São Paulo. A autora desta tese esteve presente e esta citação foi retirada de suas anotações do caderno de campo.

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

O começo do século XXI apresenta um novo discurso na esfera das finanças: o discurso do Investimento Socialmente Responsável (ISR). Segundo dados apresentados pelo Fórum de Investimento Social norte-americano, a quantidade de ativos negociados pela lógica do Investimento Socialmente Responsável cresceu de U\$639 bilhões em 1995 para U\$2,71 trilhões em 2007 (SOCIAL INVESTMENT FORUM, 2007, p. 11). Na Europa, o estudo divulgado pela rede da *European Sustainable Investment Forum* (EUROSIF) aponta que o ativo em Investimentos Socialmente Responsáveis de treze países europeus cresceu de €1,033 trilhões em 2005 para €2,665 trilhões em 2007 (EUROSIF, 2008, p.10).

No Brasil, os ativos em Investimentos Socialmente Responsáveis somam R\$ 1,13 bilhão (VALENTI; TORRES, 2010). O ISR no Brasil encontra suas origens principalmente na esfera dos fundos de pensão, dos bancos comerciais, na criação do primeiro fundo de Investimento Ético no país em 2001 e, no lançamento do primeiro [e até então único] Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo em 2005. A existência destes acontecimentos demonstra que o mercado financeiro brasileiro passou por mudanças que merecem ser analisadas sob a ótica da sociologia.

A hipótese inicial desta tese, iniciada em 2006, buscava testar a idéia de que a sociedade brasileira estava em consonância com uma tendência internacional pela Sustentabilidade Empresarial, apresentando, no entanto, peculiaridades locais. Esta consonância estaria gerando uma nova forma de Capitalismo, o Capitalismo Sustentável, o qual estaria apresentando uma nova concepção de empresa enquanto lócus de geração de lucro para o acionista, ao abrir o espaço financeiro para as idéias da Responsabilidade Social Empresarial e para as idéias de Sustentabilidade.

No entanto, a realização do estágio de doutorado sanduíche, no ano letivo de 2007/2008 na França, permitiu a apreensão do fato de que o ISE fazia parte de um movimento global, pela emergência do mercado dos Investimentos Socialmente Responsáveis (ISR). A constatação da emergência do mercado ISR no Brasil a partir da observação do ISE levantou novos questionamentos, dentre os quais: “O que é o ISR?”, “Quais são os protagonistas deste movimento no Brasil”, “Por que este movimento surge no Brasil neste momento?”, “Qual a relação do ISE com o ISR?” e por fim, “Qual seria o impacto desta configuração social para o espaço das finanças brasileiro?”.

Estes questionamentos levaram ao problema principal desta tese: “Será possível compreender o surgimento do mercado do Investimento Socialmente Responsável a partir do estudo sobre o Índice de Sustentabilidade Empresarial, visto como um espaço, por excelência, de convergência de elites?”

Sim. Acredito ter coletado e analisado dados que confirmam a centralidade do ISE para compreender os *enjeux sociaux* que configuram a transformação do cognitivo brasileiro sobre o mundo das finanças possibilitando o fortalecimento do espaço financeiro brasileiro.

Esta tese demonstra através do estudo mais aprofundado sobre o Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial que a inserção da Sustentabilidade no mercado financeiro é legitimada a partir de um grupo atuante na esfera das finanças, o qual converge com atores ligados à Responsabilidade Social Empresarial e ao Movimento Ambiental, na tentativa de inverter o jogo dominado por financistas *mainstream*. No entanto, esta tentativa de “virar o jogo” não pressupõe o fim do mercado financeiro, mas sim, a existência de uma nova representação social do espaço das finanças a qual contribui para o seu fortalecimento e conseqüente reprodução no campo global do poder.

1 Objetivos

Os estudos que têm por foco a Responsabilidade Social Empresarial ou ainda, o Investimento Socialmente Responsáveis são ainda, em sua maioria, produzidos na esfera dos cursos de Economia e Administração. Assim, esta tese tem por objetivo contribuir para preencher a lacuna de estudos destas temáticas no âmbito das ciências sociais, utilizando teorias sociológicas, particularmente, a Sociologia Econômica e das Finanças. Para além de contribuir para a utilização de novos referenciais teóricos, esta tese tem por objetivo demonstrar a pertinência da utilização da Análise de Correspondência Múltipla no âmbito das Ciências Sociais Brasileira para comprovar teorias advindas a partir da idéia de “Campo” de Pierre Bourdieu.

Por fim, esta tese também objetiva apontar as características da construção do mercado do Investimento Socialmente Responsável assim como o significado de seu aparecimento para a sociedade brasileira em geral e o mercado financeiro em particular.

1.2 Metodologia

Diferentes metodologias foram utilizadas para desenvolver esta tese: pesquisa bibliográfica, pesquisa em documentos secundários e em páginas eletrônicas da *internet*, entrevistas e questionários enviados por e-mail. Estas diferentes metodologias são mencionadas oportunamente no decorrer de cada capítulo.

O capítulo 5 possui uma análise de dados baseada na Análise de Correspondência Múltipla (ACM) a qual propicia o desenho do espaço social do Investimento Socialmente Responsável no Brasil.

1.2.1 Entrevistas

Durante o desenvolvimento da tese foram entrevistados alguns atores-chaves que contribuíram com informações concretas, ou ainda, com informações que validaram algumas hipóteses e propiciaram alguns *insights*. Partes de algumas entrevistas são referenciadas no decorrer dos capítulos.

AGENTES ENTREVISTADOS		
	Ricardo Pinto NOGUEIRA	Superintendente da BOVESPA e Presidente do CISE.
2007	Roberta SIMONETTI	Diretora responsável pela Metodologia do ISE implementada pela Fundação Getúlio Vargas.
	Xavier DESMADRYL	Entrevista realizada em Paris. Responsável pelas políticas globais do ISR do HSBC.
	Maria Eugênia BUOSI	Analista-Chefe do Fundo Ethical do Banco Santander (Ex-ABN AMRO REAL).
2008	Luiz Eduardo P. MAIA	Conselheiro do CISE.

Fonte: dados dessa pesquisa

QUADRO 1.2.1 – AGENTES ENTREVISTADOS

1.2.2 Recorte Temporal

O ISE foi lançado em dezembro de 2005. O decorrer do ano de 2005 foi caloroso em debates sobre a criação do índice. A autora desta tese começou o doutorado em Março de 2006. Assim, o recorte temporal para o desenvolvimento desta tese parte da recuperação dos acontecimentos referentes ao ISE em 2005 e se desdobra até meados de 2010 quando esta tese se encerra. Assim, o objeto de estudo nasce quase que a mesmo momento que a tese, permitindo uma investigação sociológica simultânea à gênese do ISR no Brasil.

1.3 Referencial Teórico

Esta tese é inspirada nas idéias advindas da Nova Sociologia Econômica (NSE), da Sociologia das Finanças assim como da sociologia de Pierre Bourdieu.

Sweedberg (2004, p. 7) define a sociologia econômica como a “aplicação de idéias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos – mercados, empresas, lojas, sindicatos, e assim por diante”.

Uma das maneiras de aplicar os conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos é focar, por exemplo, as interações sociais e a formação de redes sociais. Desta forma, respectivamente, o viés mais cultural da NSE pressupõe que é a partir das interações sociais que a ação econômica adquire significado (DIMAGGIO, 1994) enquanto o viés mais estrutural pressupõe que o sentido da ação econômica está sujeito às configurações da rede social na qual o indivíduo ou grupo estão inseridos (GRANOVETTER, 1985).

Ao dar relevância para as relações sociais para a configuração de um mercado, a NSE abre espaço para o estudo dos protagonistas [individuais e/ou coletivos] que constituem o mercado e/ou que transformam estas relações sociais, modificando as esferas de exercício do poder. O estudo de Parpet (1986), sobre a criação do mercado “perfeito” de morangos na França, é exemplar do estudo da mudança das relações de força realizada por determinados protagonistas sociais.

Desta maneira, a presente tese observa a criação do mercado do Investimento Socialmente Responsável a partir da interação social entre seus agentes, seguindo o seu viés cultural, assim como das relações de poder vivenciadas e construídas por eles, utilizando para tanto, o referencial teórico de Pierre Bourdieu. Assim, a inspiração teórica parte da idéia de economia situada em um campo econômico no qual o mercado é visto como

uma construção social, uma estrutura de relações específicas, para a qual os diferentes agentes engajados no campo contribuem em diversos graus, através das modificações que eles conseguem lhe impor, usando poderes detidos pelo Estado, que são capazes de controlar e orientar (BOURDIEU, 2005 [1997], p. 40).

Esta tese foca um espaço contemporâneo essencial para o mundo econômico: o espaço das finanças. Da mesma forma que o mercado econômico é aqui visto como uma construção social, resultante das interações sociais e das lutas simbólicas inerentes a este espaço, o mercado financeiro também pode ser visto por este mesmo viés analítico.

1.4 Organização da tese

Para compreender a centralidade do ISE, é necessário, primeiramente, entender o porquê de dedicar uma tese de sociologia para a análise de um indicador financeiro. Para tanto, o capítulo dois aborda algumas transformações que instituíram os índices como o equipamento cognitivo da sociedade ocidental contemporânea.

O terceiro capítulo delinea as transformações desde a Filantropia Empresarial até o Investimento Socialmente Responsável, apresentando os seus principais porta-vozes, particularmente no Brasil.

O quarto capítulo explora as peripécias enfrentadas pelos protagonistas do ISE para a sua instituição no Brasil, ou seja, o quarto capítulo conta a história do ISE. Por fim, a reconstituição da história da Responsabilidade Social Empresarial e o Investimento Responsável no capítulo três e a recuperação da história do ISE no capítulo quatro fornecem os elementos para reunir o banco de dados utilizado para a Análise de Correspondência Múltipla (ACM) para a formação do espaço do ISR no Brasil. Deste modo, um esboço do espaço do Investimento Socialmente Responsável no Brasil é apresentado no capítulo 5.

CAPITULO II - ENTRE DEUS E ÍNDICES

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença.
(CAMINHA, 1500)

A epígrafe acima nos remete ao século XVI quando houve o encontro entre dois mundos diferentes: o indígena e o europeu. Naquele período, os europeus alimentavam a crença no determinismo divino, ou seja, os afortunados ou os desafortunados buscavam na vontade de Deus, as explicações para os nascimentos, as mortes e os casamentos⁷.

O encontro de uma visão de mundo “cristão-europeu” e “indígena não-cristã” é emblemático, pois contribuiu para que os europeus questionassem a sua crença no determinismo divino substituindo-a pela crença no determinismo pela espécie humana despertada no período do Renascimento.

A desvinculação de uma visão de mundo pautada no determinismo divino para a visão na centralidade do homem moldou a sociedade contemporânea, a qual incorporou esta crença como *naturalmente*⁸ estabelecida, obscurecendo, portanto, os mecanismos de sua construção social.

A recuperação das condições sociais que permitiram o estabelecimento desta crença na centralidade humana implica na reflexão de como passamos de uma sociedade que buscava na vontade divina a explicação para os nascimentos, os casamentos e as mortes, para uma sociedade que centra nos dados estatísticos produzidos pelo homem o controle e a previsão destes acontecimentos.

Segundo Hacking (1990), o surgimento da capacidade de previsão pelo homem está associado à *avalanche dos números impressos* que tem por corolário o nascimento da sociedade estatística. Através das estatísticas, não seria somente possível tentar prever o

⁷ Como exemplo, Hacking (1990, p.21) relata a tese de John Arbuthnot, desenvolvida em 1710, a qual procura provar a existência da Providência Divina a partir da regularidade de nascimentos de mais meninos do que meninas. Para ele, isto não era resultado do acaso e sim da vontade divina em “repor” os homens que morriam no mar, nas guerras etc.

⁸ Ao utilizar a expressão *naturalmente estabelecida*, refiro-me à idéia explicitada por Pierre Bourdieu na qual a atitude dita natural corresponde à concordância entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas capazes de transformar um arbitrário cultural em algo natural, “*deixando de lembrar as condições sociais de sua possibilidade*” (p. 17). Esta idéia é bem desenvolvida por Bourdieu (1999) em “A Dominação Masculina” (Ver Referências Bibliográficas).

número de mortes, nascimentos e casamentos, mas também, seria possível tentar prever acontecimentos em outras esferas da vida social, como por exemplo, a quantidade da produção agrícola para determinado período (DIDIER, 2007).

Estas informações estatísticas passariam a ser representadas por gráficos e índices numéricos que viriam a ocupar um papel central na sociedade contemporânea. A todo o momento nos deparamos com eles, seja na esfera global [Brasil Melhora Índices, mas segue em 70º no ranking do desenvolvimento] (LYRA, 2008), nacional [PIB cresce 1,6% em relação ao primeiro trimestre de 2008] IBGE (2008) e local [São Paulo envelhece e jovens deixam de ser maioria no Estado] (FRANÇA, 2007)

Desenvolver o contexto do surgimento de índices globais, nacionais e locais demonstra ser uma tarefa tanto desafiadora quanto exaustiva, pois, apesar de terem um ancestral filosófico em comum, eles ramificaram e diversificaram. No entanto, sem menosprezar este passado em comum dos diferentes índices que hoje nos circundam, os caminhos desta tese seguem rumo aos índices financeiros, para posteriormente abordar particularmente ao “Índice de Sustentabilidade Empresarial” (ISE).

Deste modo, o objetivo deste capítulo é o de apresentar algumas idéias desenvolvidas principalmente entre os séculos, XVIII e XIX, quando a sociedade, entre Deus e Índices, optou pelos últimos e os transformou em seu novo oráculo.

2. Da Divindade à Governabilidade

O desenvolvimento de ferramentas para prever e controlar os acontecimentos na sociedade ocidental caminha de mãos dadas, com o desenvolvimento de diferentes modos de governar, ou seja, com a transformação das bases de exercício do poder.

Foucault (1994) nos aponta três formas de governo que correspondem respectivamente a três momentos-chaves e distintos deste processo: o primeiro é o *Conselho do Príncipe*, seguido pela *Arte de Governar*, culminando na *Governabilidade*.

O primeiro momento é situado na Idade Média quando a base para o poderio do príncipe estava em dois planos: no ideológico e no material. No primeiro, o poder estava baseado nos conselhos dos príncipes que faziam “reinar a lei de Deus na cidade dos homens”⁹

⁹ Tradução do trecho [passer dans la cité des hommes la loi de Dieu] por Marina Sartore.

(FOUCAULT, 1994, p.635). No plano material, o poder era baseado nas conquistas territoriais as quais valorizavam o território enquanto um bem, e não pelos seus habitantes ou pela produção de riqueza proveniente dele.

A passagem para o segundo momento descrito por Foucault (1994) consiste na contestação da idéia de que, a base de governo do príncipe estava somente na propriedade de seus territórios. Pelo ponto de vista destes contestadores, que representam a linha de pensamento da *Arte de Governar*, o poderio do príncipe era baseado no exercício do poder pela economia¹⁰, ou seja, pela capacidade do príncipe em governar a sua população assim como as relações entre o seu povo e os bens produzidos por ele.

O despertar para a necessidade de governar o território como se governasse uma família com bens, riquezas e indivíduos é condição para o surgimento dos políticos aritméticos os quais contavam os nascimentos, casamentos e óbitos transformando-os em informações numéricas que caracterizavam a população para o monarca. A Política Aritmética tinha como característica a não divulgação destas informações numéricas, pois elas consistiam na medida da “Riqueza e do poder do Estado [os quais] dependiam fortemente do número e das características de seus sujeitos¹¹” (PORTER, 1986, p.19)

Assim, se em um primeiro momento, o poder do príncipe era baseado na propriedade do seu território, em um segundo momento, o poder do monarca estava baseado nas características de sua população fornecidas pelos políticos aritméticos.

A preocupação em contar a população levou ao aparecimento dos censos populacionais que buscavam contar e classificar os indivíduos de um território¹² ao mesmo tempo em que o constituía de elementos estatísticos (HACKING,1990). Porém, a contagem e a classificação da população, como nos mostra Hacking (1990) eram arbitrárias. Enquanto nos Estados Unidos no século XVI, os negros do sul eram contados e classificados como três quintos de pessoa, na Prússia no século XIX, as pessoas eram civis ou militares antes mesmo de serem consideradas mulheres ou homens.

Esta arbitrariedade demonstra a necessidade criação de categorias para que as pessoas pudessem ser contadas, o que transformou os censos em verdadeiras “tecnologias que

¹⁰ Foucault atribui um significado específico à economia. Para ele, a economia é entendida como a “maneira de gerir como se deve os indivíduos, os bens, as riquezas como se o fizesse no seio de uma família...” Tradução de trecho [manière de gérer comme Il faut les individus, les biens, les richesses comme on peut le faire à l’intérieur d’une famille...] (FOUCAULT, 1994 p. 641) por Marina Sartore.

¹¹ Tradução do trecho [wealth and strength of the State [which] depended strongly on the number and character of its subjects] por Marina Sartore.

¹² Hacking (1990, p.17) afirma que os censos populacionais começaram majoritariamente como uma maneira das metrópoles contarem as suas colônias.

manipulam ou transformam o que supostamente eles deveriam representar¹³” (HANNAH citada por GOEDE, 2005 [1971], p.88), pois, ao mesmo tempo em que classificam, criam categorias através das quais os indivíduos se classificam e se definem¹⁴.

Porter (1986) e Hacking (1990) apontam duas obras emblemáticas que ilustram a passagem da sociedade enviesada pela política aritmética para uma sociedade governada pela estatística. Do lado da política aritmética aparece a obra de Peter Süßmilch “*Divine Order*” cuja primeira publicação data de 1740. Do outro lado, aparece a obra de Thomas Robert Malthus, “*An essay on the principle of population*” publicada após a Revolução Francesa ocorrida em 1789.

A obra de Süßmilch consiste em um intenso estudo sobre as taxas de nascimento, morte, assim como as de gênero, procurando explicar as suas regularidades como decorrentes da vontade divina. Süßmilch militava pela “expansão do aparato do governo para coletar os números da população e, ainda mais, para agir sobre ela”¹⁵ (PORTER, 1986, p.23). Neste sentido, é possível aproximar Süßmilch à idéia dos políticos aritméticos sobre a relação positiva entre o crescimento da população e o crescimento do poder do Estado (PORTER, 1986, p.23).

Como uma ruptura, surge a obra de Malthus, colocando em xeque os pressupostos dos políticos aritméticos pautados na medida do poder do Estado pelo crescimento da população. Malthus conclui que a população crescia de maneira geométrica, enquanto a produção de alimentos aumentava aritmeticamente: Esta seria a causa da miséria e da fome pela qual a sociedade passava. Deste modo, a culpa para a fome e a miséria não estava em Deus, mas sim na própria população que crescia e que, portanto, adquiria uma “uma dimensão de existência mais fundamental do que a do estado ou do governo”¹⁶ (PORTER, 1986, p.27).

O trabalho de Malthus contribuiu triplamente para a transformação da forma de exercer o poder pelo Estado: primeiramente, desenvolveu a percepção de que a sociedade tem

¹³ Tradução do trecho [technologies that manipulate or transform what they are supposed to represent] por Marina Sartore.

¹⁴ O poder de transformação da realidade atribuído ao ato de medir e classificar é discutido por Hacking (1986) quando expõe o debate entre nominalistas (aqueles que crêem na força criadora do nome) e realistas (aqueles que crêem que existe uma entidade real antes de ser “nomeada”). Hacking adota uma posição a qual denomina “*making up people*” (nominalismo dinâmico) que consiste no fato de um “tipo” de pessoa passar a existir ao mesmo tempo em que o “tipo” é inventado. Este tipo de nominalismo dinâmico pode ser observado no caso, por exemplo, dos índices de sustentabilidade que, ao mesmo tempo em que reconhecem a existência de empresas sustentáveis, criam o “tipo” de empresa sustentável. Este debate será retomado em outro momento.

¹⁵ Tradução do trecho [expansion of the government apparatus for collecting population numbers and, more important, for acting on them] por Marina Sartore

¹⁶ Tradução do trecho [more fundamental dimension of existence than either state or government] por Marina Sartore.

regularidades que lhe são inerentes, ou seja, “as leis dos acontecimentos se encontravam nas estruturas internas da sociedade humana” (PORTER, 1986, p.27). Em segundo lugar, focou as atenções para o “problema da população” que consistia na preocupação com “a simultaneidade da explosão populacional e da baixa taxa de nascimento dentre os seus pares¹⁷”, suscitando uma preocupação por parte da elite dominante em desenvolver maneiras de melhor controlar o crescimento da população. (HACKING, 1990, p.22). Em terceiro lugar, tanto a crença na regularidade da sociedade quanto o problema da população possibilitaram a emergência do terceiro momento explicitado por Foucault (1994) o qual ele chama de *Governabilidade*.

2.1 Uma regularidade intrínseca

A crença na presença de regularidades causadas pela população foi fundamental para derrubar a crença de que as regularidades encontradas pertenciam ao arbitrário divino. Esta nova percepção sobre o dinamismo da sociedade trouxe o que Porter (1986, p.27) denomina de a “era do entusiasmo” na qual a ciência, representada por estatísticos buscava compreender, cada vez mais, os aspectos desta dinâmica.

O interesse de estatísticos contribuiu “com uma medida de expertise para questões sociais, para substituir as pré-concepções contraditórias de partes interessadas pela certeza de uma observação empírica cuidadosa. Eles acreditavam que as confusões políticas podiam ser substituídas pelo ordenado reino dos fatos¹⁸” (PORTER, 1986, p.27).

A entrada dos estatísticos neste cenário molda uma nova etapa que ultrapassa a exclusividade da produção de dados estatísticos por parte dos burocratas do Estado, levando à produção destes dados por indivíduos da esfera privada. Este deslocamento propiciou o desenvolvimento de escritórios de estatística que tinham duas novas características: a sua independência para a produção dos dados assim como o seu entusiasmo para publicá-los para quem quisesse lê-los de maneira que os dados não seriam mais segredo de Estado.

¹⁷ Tradução do trecho [both the population explosion of others people and too low a birth rate of one's own people] por Marina Sartore.

¹⁸ Tradução do trecho [measure of expertise to social questions, to replace the contradictory preconceptions of the interested parties by the certainty of careful empirical observation. They believed that the confusion of politics could be replaced by an orderly reign of facts] por Marina Sartore

Assim, como nos aponta Hacking (1990), devido à euforia para a publicação de dados estatísticos foi possível a ocorrência da “avalanche dos números impressos” a qual consiste na explosão de publicação de periódicos com dados estatísticos a partir de 1820¹⁹.

2.2 O problema da população

A grande disponibilidade de dados sobre a população nos remete ao *problema da população*. Como controlar uma população que não pertence à elite e que só cresce? Surge então a utilização científica dos dados estatísticos pelo Estado. Desta forma, o Estado poderia controlar a população.

Para que o Estado pudesse exercer o controle sobre a população, foi necessário que a nação fosse vista “Não apenas somente como um espaço político unificado, mas também como um espaço cognitivo comum, observado e descrito através de esquemas interpretativos consistentes²⁰” (DESROSIÈRES, 2001 [1999]²¹p.04). Mas, quais seriam estes esquemas interpretativos consistentes?

São as estatísticas do Estado que, como nos aponta Foucault (1994, p.651), “mostram igualmente que a população tem os efeitos próprios a sua agregação e que estes fenômenos são irredutíveis àqueles da família: serão eles as grandes epidemias, as expansões endêmicas, a espiral do trabalho e da riqueza²²”.

Compreender uma nação pelas estatísticas do Estado consiste na virada cognitiva do século XIX.

2.3 A virada cognitiva

¹⁹ Se em 1800 não havia periódicos com publicações sobre o assunto, em 1860 havia 410. (HACKING, 1990, p. 33)

²⁰ Tradução do trecho [not only a politically unified space, but also a common cognitive space, observed and described through consistent interpretative frameworks] por Marina Sartore.

²¹ O artigo de Desrosières citado data de uma segunda versão (2001) de um artigo apresentado em uma conferência em Quebec em 1999. (ver referências).

²² Tradução do trecho [...montre également que la population comporte de effets propres à son agrégation et que ces phénomènes sont irréductibles à ceux de la famille: ça va être les grandes épidémies, les expansions endémiques, la spirale du travail et de la richesse] por Marina Sartore.

O Estado Administrativo cujo poder era exercido pela administração sobre o indivíduo (período representando pela aplicação dos censos populacionais) é transformado no Estado Estatístico “que age por meio de médias estatísticas” (DESROSIÈRES, 1996, p.12) ou seja, que age sobre uma população na qual os indivíduos são colocados em situação de equidade e equivalência para que possam ser elaboradas médias nacionais. A transformação do modo de pensar a população enquanto soma dos indivíduos para a população enquanto uma média dos mesmos consiste na virada cognitiva do século XIX.

Chegamos no terceiro momento citado por Foucault (1994), o da Governabilidade, que traduz exatamente esta virada cognitiva, pois, consiste na maneira de governar cada indivíduo subordinando-o às regras da própria população a qual ele pertence, tendo por instrumento as estatísticas. (FOUCAULT, 1994). Como nos aponta Santos (2005), a estatística passou a classificar, nomear e hierarquizar o mundo passando a dotar os governantes de um poder sutil; sem uma imposição aberta.

Afinal, como afirma Santos (2005, p.32) é a partir das estatísticas que “decisões serão tomadas e categorias feitas e refeitas. Indivíduos, antes confusos na dispersão do mundo, agora encontram, nas individualizações produzidas seu lugar em uma dada hierarquia social”.

Assim, podemos concluir que a estatística enquanto maneira de descrever uma população passou a ser uma grande ferramenta de atribuição e utilização de poder, ou seja, aqueles que têm acesso às suas ferramentas de construção, podem desfrutar do poder de dominar a população que orienta as suas ações a partir dos dados construídos e publicados. No entanto, como ocorreu a supracitada virada cognitiva do século XIX?

A crença na regularidade inerente à sociedade permitiu o desenvolvimento de pesquisas e experiências com o intuito de entender a sua imanente lógica social. Hacking (1990) demonstra de maneira exemplar, em seu livro “*the taming of chance*”, as sucessivas experiências com o objetivo de controlar o acaso. Não nos debruçaremos sobre estas numerosas tentativas pois ultrapassaria os limites desta argumentação. No entanto, na próxima seção, destacarei três dos momentos descritos por Hacking (1990) que considero relevantes para esta reflexão sobre a virada cognitiva que constituiu a crença nos números que orienta nossas ações até os dias de hoje.

2.4 Alguns fundamentos do Estado Estatístico

Para chegarmos a uma sociedade reconhecida por médias estatísticas foram necessários três momentos seqüenciais vistos como “divisores de águas” pelos estudiosos da sociologia das ciências, particularmente por Hacking (1990).

Em um primeiro momento houve a descoberta de que era possível encontrar uma regularidade para os acontecimentos como, por exemplo, a freqüência de nascimento de homens em um número x de partos realizados. A descoberta desta regularidade culminou na “Lei dos Grandes Números”.

Em um segundo momento, a regularidade passou a descrever características de uma população: supondo que uma população tenha muitos homens de 1,80cm de altura. Quando a sua altura média for calculada, verificar-se-á que, em média, a população tem 1,80cm. A constância inerente às características de uma população abre caminhos para a instituição do “Homem Médio”²³.

A idéia de Homem Médio propiciou o desenvolvimento da noção de normalidade, afinal, quem se aproximava da média da população era “normal” enquanto quem pertencia a algum extremo, tanto para mais, quanto para menos, era anormal ou até mesmo, patológico. O terceiro momento trata da reflexão sobre a noção de normalidade que posteriormente passa a ser expressa por índices.

2.4.1 “A lei dos grandes números”

Segundo Hacking (1990), a “lei dos grandes números” surge a partir das observações de Poisson em 1835 sobre a possível previsão sobre a freqüência de um acontecimento em grandes populações.

Poisson se inspira no teorema de Jacques Bernoulli, publicado postumamente em 1713: Imaginemos uma urna com bolas pretas e brancas. Retiramos uma bola e anotamos a sua cor; devolvemos a bola à urna, mexemos e retiramos uma bola novamente. Segundo Bernoulli, considerando uma seqüência de retiradas, poderíamos verificar, com uma pequena margem de erro, qual a freqüência em que a bola preta é retirada.

Poisson acrescenta a este teorema a idéia de população. Para ele, a suposição é a de que ao invés de uma urna, existem várias urnas com uma distribuição diferente de bolas

²³ A inclusão destas teorias para descrever o processo de transformação cognitiva para o Estado Estatístico advém fundamentalmente da análise dos trabalhos de Hacking (1990), Porter (1986) e Desrosières (1996).

pretas e brancas dentro de cada uma delas. Em uma seqüência de tentativas, é escolhida aleatoriamente uma urna e retirada uma bola também aleatoriamente. A bola é devolvida e a operação é repetida. Ao verificar a freqüência da retirada de bolas pretas, foi observado que esta freqüência também foi constante.

Poisson chamou o fato de a freqüência de retiradas de bolas pretas de diferentes urnas serem constantes de “Lei dos Grandes Números”. Adolph Quetelet transferiu este princípio para as ciências morais, “o casamento, o suicídio, ou a morte de um indivíduo são similares às retiradas aleatórias de urnas constantes nas quais a composição é revelada pelas estatísticas do estado-civil²⁴” (DESROSIÈRES, 1995).

Assim, transferindo este princípio para a sociedade, seria possível prever quantos navios afundariam de um total de x navios que partiram ou ainda, a probabilidade de nascimento de homens em um número y de nascimentos. Assim, entidades tão diferentes quanto o afundar de um navio ou o nascimento de um ser humano equivalem a bolas de uma urna, suscetíveis a constantes, criando as condições para o estabelecimento de leis para prever as suas ocorrências.

Como nos aponta Hacking (1990, p. 104), “a lei dos grandes números – não o teorema de Poisson, mas a proposição sobre a estabilidade do fenômeno da população – se tornou, para as duas próximas gerações, uma verdade sintética a priori²⁵”. Assim, um primeiro momento crucial para a virada cognitiva foi a criação da crença de que existia uma constância nos acontecimentos relativos à sociedade e a identificação desta constância possibilitou a previsão destes acontecimentos através do uso da probabilidade.

2.4.2 O Homem Médio

Em 1835, Quetelet escreve o “Tratado sobre o Homem” no qual ele apresenta a idéia do Homem Médio fundamentado na idéia de que “alguém pode perguntar se existe, em um povo, um homem-tipo, que representa o seu povo pela altura e em relação a tudo o que os

²⁴ Tradução do trecho [le mariage, le suicide ou le décès d’un individu sont assimilés a des tirages aléatoires dans des urnes constantes dont la composition est révélée par les statistiques de l’état-civil] por Marina Sartore.

²⁵ Tradução do trecho [(...)the Law of large numbers – not Poisson’s theorem but a proposition about the stability of mass phenomena – became, for the next generation or two, a synthetic a priori truth] por Marina Sartore.

outros homens, do mesmo povo, podem oferecer como desvios para mais ou para menos²⁶, (QUETELET citado por HACKING, 1990, p.105).

O homem médio seria o resultado de características freqüentes na população. A idéia de medir as qualidades físicas e morais de uma nação e sumariá-las em uma média produziu a idéia de normalidade, pois o normal era associado aos acertos encontrados nas espécies²⁷. Enquanto o desvio era associado aos erros daquela mesma característica populacional.

Porém, mais que a introdução da idéia de normalidade, Quetelet transformou a média em uma quantidade real a partir da qual as políticas do governo foram desenvolvidas assim como foram desenvolvidos esquemas de classificação os quais julgam os indivíduos em comparação com o homem médio.

2.4.3 Taxas de Suicídio

No século XVIII, as doenças, as mortes e os suicídios eram vistos como comportamentos desviantes. No século XIX, particularmente a partir de Quetelet, o que era considerado normal correspondia às médias da população (HACKING, 1990, p.172). No entanto, no que concerne às anomalias, Émile Durkheim vivenciou no final do século XIX o seguinte dilema: se a normalidade era o resultado médio de uma característica da população, a existência de taxas médias de suicídio transformaria o suicídio em algo normal? A resposta de Durkheim é positiva. A partir deste pressuposto, segundo Durkheim, o suicídio deveria ser considerado como um elemento social para a existência da sociedade.

Como Hacking (1990, p. 177) nos afirma “Quetelet fez da media da população tão real quanto à posição de uma ilha ou de uma estrela. No tempo de Durkheim, as leis do desvio elas mesmas tornaram parte da realidade²⁸”.

²⁶ Tradução do trecho [One may ask if there exists, in a people, um home type, a man who represents his people by height, and in relation to which all the other men of the same nation must be considered as offering deviations that are more or less large] por Marina Sartore.

²⁷ A idéia de normalidade está associada à curva de Gauss que possui um formato de um sino. Qual seria a probabilidade de, ao jogarmos uma moeda, tirarmos cara ou coroa? A curva de Gauss procura medir a quantidade de vezes que tiramos a cara. Ao verificar que temos maior tendência de tirarmos cara, a curva registrará um acerto nas vezes que tiramos cara e um erro para as vezes que tiramos coroa. Neste sentido surge a idéia de normalidade (acerto) e desvio (erro).

²⁸ Tradução do trecho [Quenelle had made the mean of a population as ‘real’ as the position of an island or a star. At the time of Durkheim, the laws of deviation from the normal themselves became part of the reality] por Marina Sartore.

Neste sentido, as taxas de suicídios passaram a ser consideradas normais, pois elas vinham da sociedade e, portanto se constituíam como parte da mesma sendo impossível eliminá-las. Porém, se o suicídio é inerente à sociedade, o que determinaria a taxa de suicídio ou ainda, a sua média?

Para Durkheim, as taxas de suicídio são influenciadas pela própria sociedade vista como uma coletividade maior do que a soma de seus indivíduos. A taxa de suicídio é um fato social, pois é geral²⁹, coercitivo³⁰ e externo ao indivíduo³¹. O suicídio seria condicionado por forças externas ao indivíduo e “é necessário que elas sejam sociais” (DURKHEIM, 1983, p.171).

Durkheim não só contribuiu para a inserção da idéia de normalidade em fatos considerados patológicos como, ao considerar as taxas de suicídio como um fato social, contribuiu para uma nova concepção sobre o determinismo em nossa sociedade: saímos do determinismo divino para entrar sob o reinado do determinismo social objetivado por índices, como por exemplo, o índice de suicídio.

A taxa de suicídio seria construída a partir dos dados da população, mas quando se transforma em uma média, a taxa de suicídio ganha autonomia perante a população adquirindo poderes para classificar e construir tipos de pessoas na sociedade³².

O século XIX foi marcado por avanços chave representado pelas três teorias mencionadas que marcam, respectivamente, três momentos para a evolução do modo de pensar sobre a sociedade. Em um primeiro momento “descobrimos” a frequência de acontecimentos regulares inerentes a uma grande população. Este modo de pensar nos levou a pensarmos na capacidade de prever os acontecimentos servindo de base para o nosso pensamento probabilístico. Em um segundo momento, a existência de constantes na população nos leva ao Homem Médio o qual consiste em uma entidade normal e real. Em um terceiro momento, as médias desviantes também são normais e reais contribuindo para a evolução da teoria de que uma entidade superior e coletiva (a própria sociedade) é que determina as regularidades de seus acontecimentos e estas regularidades estariam expressas em taxas e índices.

Esta reconstrução das transformações cognitivas pelas quais a sociedade passou, demonstra a necessidade de olhar para os índices não apenas como ferramentas que

²⁹ Existem para a coletividade

³⁰ Influenciam a coletividade

³¹ Existem independentemente da consciência da cada indivíduo.

³² Ao escrever “construir pessoas” me refiro aqui ao texto escrito por Hacking (1986) intitulado “Making up people” no qual ele que nossos esquemas de classificação e medida, ao mesmo tempo em que são criados, criam as noções que os indivíduos fazem de si na sociedade.

apresentam a média de ocorrência de um fenômeno social, econômico ou político, mas sim como ferramentas para controlar e transformar a sociedade. Assim, como afirma Miller, os índices são vistos como uma (2005), “ferramenta através da qual aqueles que debatem políticas públicas conhecem e representam a sociedade e a economia, assessoram as escolhas políticas e, cada vez mais, avaliam a performance do governo³³”

Da mesma maneira em que “passamos em revista” por alguns elementos filosóficos chaves para o controle do acaso na sociedade, passaremos agora a tarefa de compreender este mesmo fenômeno particularmente, na esfera financeira.

2.5 O controle do acaso na esfera financeira

As mudanças no pensamento filosófico descritas na seção anterior atingiram a esfera econômica. Como exemplo, Goede (2005 [1971]) cita a busca pela frequência através da qual as crises nos mercados de ações ocorriam.

Willian Stanley Jevons foi quem determinou que as crises ocorriam em uma média *de 10,466* anos e afirmou estar “completamente convencido que estas crises decenais dependem das variações meteorológicas do período as quais dependem, em toda probabilidade, de variações cosmológicas das quais nós temos evidência na frequência das manchas solares, auroras e perturbações magnéticas³⁴” (JEVONS, 1879, citado por GOEDE 2005 [1971], p.103).

Ademais, Jevons buscou incorporar elementos estatísticos na economia através de representações gráficas vistas como a melhor maneira de deixar os fatos econômicos “falarem por eles mesmos.” (JEVONS, 1879, citado por GOEDE, 2005 [1971], p.93) A representação dos números pelos gráficos já havia sido propagada por William Playfair no final do século XVIII com o intuito de “reaproximar e colocar em relação, sob os olhos, as grandezas separadas tanto pelas condições e os lugares de sua coleta como pela sua natureza³⁵” (DESROSIÈRES, 1995).

³³ Tradução do trecho [tool through which those who debate public policies know and represent society and the economy, assess policy choices and, increasingly, evaluate government performance] por Marina Sartore.

³⁴ Tradução do trecho [perfectly convinced that these decennial crises do depend upon meteorological variations of like period, which again depend, in all probability, upon cosmological variations of which we have evidence in the frequency of Sun-spots, auroras, and magnetic perturbations] por Marina Sartore

³⁵ Tradução do trecho [rapprocher et de mettre en relation, sous le regard, des grandeurs séparées tant par les conditions et les lieux de leurs enregistrement que par leurs nature] por Marina Sartore

O trabalho de Jevons sobre a regularidade nas crises do mercado financeiro influenciou Charles Dow em sua tentativa de prever as flutuações do mercado financeiro pelo cálculo da média dos preços das ações. Entretanto, se Jevons associava as crises às mudanças climáticas, Dow explicava as flutuações dos preços por causas naturais inerentes ao mercado financeiro. (GOEDE, [1971]2005). Como Goede (2005 [1971], p.104) nos aponta, “A imagem dos mercados financeiros como um sistema natural e a média de preços como um termômetro se tornou cada vez mais importante³⁶”.

A idéia de média como uma entidade representativa de um todo advinda da matemática invadiu a esfera financeira culminando no pioneirismo de Charles Henry Dow³⁷ em criar índices voltados para medir e prever o mercado financeiro.

Prever as flutuações dos preços das ações a partir de uma média calculada a partir das flutuações passadas consiste na Análise Técnica ou Grafismo. Como afirma Godechot, (2005 [2001], p.218), o seu princípio geral é o de “prever o curso [das ações] a partir de seu passado³⁸”.

Se por um lado, Dow influenciaria o desenvolvimento da análise técnica, seu contemporâneo Louis Bachelier³⁹, por outro, “funda” a análise fundamentalista, a qual acredita na possibilidade de estimar a amplitude de variação do mercado financeiro a partir de fatos atuais, ou ainda, em suas próprias palavras, “a bolsa age sobre ela mesma e o movimento atual é função, não somente dos movimentos anteriores, mas também de sua posição atual⁴⁰” (BACHELIER citado por WALTER, 1996, p.876).

Assim, Bachelier fundará as bases das finanças modernas ao incorporar as idéias de distribuição normal de Gauss e probabilidade utilizadas em outras esferas. A idéia da distribuição normal de Gauss se baseia no fato de que um fenômeno aleatório global seria a soma de um grande número de fenômenos aleatórios elementares de pequena amplitude⁴¹. Walter (1996) esclarece este princípio para a teoria das finanças afirmando que, analogamente, as informações elementares chegam ao mercado ao acaso, porém as suas

³⁶ Tradução do trecho [the image of the stock market as natural system and the price averages as the barometer of this system became increasingly important] por Marina Sartore.

³⁷ Charles Henry Dow foi o fundador do *Walt Street Journal* e do Índice Dow Jones. (GODECHOT, 2005 [2001])

³⁸ Tradução do trecho [prévoir le cours à partir de son passé]

³⁹ Bachelier foi um matemático francês que escreveu uma tese intitulada “Teoria da Especulação” no começo do século XX. Porém, sua tese foi recuperada somente nos anos 60. (GODECHOT, 2005 [2001], p.45).

⁴⁰ Tradução do trecho [la bourse agit sur elle-même et le mouvement actuel est fonction, non seulement des mouvements antérieurs, mais aussi de la position de place]por Marina Sartore.

⁴¹ Como já evidenciado no exemplo das urnas de Poisson na seção anterior.

combinações e agregações fazem com que o mercado possua uma estrutura de distribuição determinada abrindo as portas para uma lei da probabilidade limite da variação na bolsa.

Assim, se pela teoria de Poisson, os eventos aleatórios de uma dada população seriam constantes possibilitando diagnosticar a sua probabilidade de ocorrência, o mesmo ocorreria com o mercado de ações, se o mesmo fosse considerado como um espaço de mudanças de preços aleatórias e conseqüentemente, a probabilidade do valor da ação em um dado momento poderia ser estimada.

Em outras palavras, Bachelier sugere que o fato de que “as mudanças nos preços das ações serem inteiramente aleatórias significa que o limite dos movimentos do preço das ações através de um período determinado pode ser calculado⁴²” (GOEDE, 2005, [1971] p.126).

Como nos apontam Goede (2005 [1971]) e Walter (1996), os trabalhos de DOW e Bachelier criaram uma oposição entre aqueles que crêem que a eficiência do mercado viria das informações obtidas pelas mudanças sucessivas do mercado explicitadas em um gráfico e aqueles que se baseavam na inteligência do operador em incorporar as informações adquiridas *no momento* para estimar o curso das ações.

As idéias de Bachelier influenciaram a retomada do mercado de futuros que, se em 1934 havia sido banido, retorna com vigor nos anos 1970. A sua recuperação é atribuída à fórmula criada por Black e Scholes baseada na teoria de que “O preço das opções⁴³ poderiam ser calculados se já se soubesse o preço atual da ação e a volatilidade média de uma ação específica⁴⁴” (GOEDE, 2005 [1971], p.128).

Esta fórmula possibilitou o desenvolvimento do status científico dos mercados futuros que através de suas opções de compra ou venda diminuía o risco das operações atuais possibilitando a criação de carteiras de investimento com pouco risco (MACKENZIE, 2002; GODECHOT, 2005 [2001]).

Devido à fórmula desenvolvida por Black e Scholes, o final do século XX presenciou o surgimento de instrumentos financeiros cujos cálculos probabilísticos⁴⁵ procuravam prever o inesperado, ou ainda, os riscos inerentes a uma operação.

⁴² Tradução do trecho [stock price changes are entirely random means that the expected range of movements of stock prices over a given time can be calculated] por Marina Sartore.

⁴³ Opção é um instrumento financeiro que confere a seu titular o direito de comprar ou vender um ativo-objeto a um preço determinado até a data do vencimento ou na data do vencimento. Dicionário de finanças. [Internet] Disponível em <http://www.enfin.com.br/bolsa/main.php> Acessado em 26 de janeiro de 2009.

⁴⁴ Tradução do trecho [options prices could be calculated if one knew the current stock price and the average volatility of a particular stock] por Marina Sartore.

⁴⁵ Como por exemplo, o cálculo de Value at Risk desenvolvido por J. P Morgan em reação ao crash de 1987. O cálculo oferecia uma medida diária de potenciais perdas (GOEDE, 2005, p.138).

Assim, não somente os preços estavam sujeitos a uma distribuição normal como também os riscos. Assim, se em um primeiro momento, o risco ocupa no mundo financeiro uma posição análoga à do suicídio visto como uma patologia, em um segundo momento, as taxas de risco se tornam uma parte funcional do mercado financeiro da mesma forma que as taxas de suicídio foram vistas como uma parte funcional da sociedade.

A performatividade da fórmula de Black e Scholes possibilitou que o cálculo sobre as incertezas atravessassem a esfera da variação dos preços rumo esferas não financeiras como um “dilema sobre a produção de um filme” (GOEDE, 2005 [1971], p. 104). Assim, a gestão do risco abre o mercado para a atuação dos analistas do mercado financeiro. (SAUVIAT, 2003)⁴⁶. Mais recentemente, apareceram os analistas financeiros que buscam o conhecimento para mensurar a redução de riscos de empresas que valorizam a Sustentabilidade.

A idéia de que empresas ditas Sustentáveis apresentam um maior retorno financeiro no longo prazo, ou seja, no futuro, é uma crença instituída, porém ainda não foi empiricamente provada. No entanto, as falas a seguir mostram elementos que evidenciam a incorporação desta crença e sua divulgação.

Essas companhias se destacam por atender critérios mínimos de saúde financeira, responsabilidade social, ambiental e governança corporativa. Teoricamente, isso significa que essas companhias apresentam menor risco⁴⁷ aos seus acionistas. Portanto, suas ações tendem a oferecer desempenho melhor no longo prazo (CAMBA; FARIELLO; PAVINI, 2005).

Ribeiro⁴⁸ lembra que a sustentabilidade é observada pelo IFC na hora de conceder empréstimos para empresas, critério que vem sendo adotado também pelos bancos privados. Segundo ele, empresas que seguem os três pilares da sustentabilidade – respeito aos critérios sociais e ambientais, governança corporativa e baixo endividamento em relação à estrutura de capital - representam menor risco para o credor ou investidor e tendem a garantir o sucesso da empresa por um período mais longo. (PAVINI, 2005).

⁴⁶ Sauviat (2003) chama a atenção para a inversão de pólo empreendida pelos analistas financeiros no final dos anos 90. Se antes o campo era dominado por auditores e corretores, atualmente os demiurgos das finanças francesa são os analistas financeiros independentemente de qual orientação (técnica ou fundamentalista) que eles adotam. Sauviat atribui à sua ascensão ao crescimento dos investidores institucionais e ao crescimento das transações no mercado financeiro (como fusão e aquisição).

⁴⁷ Grifo da autora

⁴⁸ Fala de Luiz Ribeiro. Gestor de fundos do banco HSBC. Sobre este personagem veremos mais detalhes no decorrer da tese.

A Sustentabilidade confere um nível de risco menor às empresas e o investidor acaba pagando um prêmio por isso, é uma percepção que começa a se materializar’, diz o superintendente de Renda Variável do Itaú, Walter Mendes (COTIASb, 2006)

Seja a partir da mente de um analista técnico, seja pela de um analista fundamental, a busca pelo domínio do acaso, ou ainda, pela sua previsão inseriu-se no espaço financeiro. A crença nas regularidades no mercado financeiro dotou àqueles que poderiam identificá-las de poderes semelhantes aos do Estado Estatístico. Ambos baseiam-se em classificações, índices e taxas para tomar as suas decisões, tornam o “improvável” ou o “pouco provável” em algo mensurável, fabricam indicadores pelos quais a sociedade (a qual inclui o mercado financeiro) vai ser classificada e construída.

2.6 O campo dos índices sustentáveis

Como argumenta Miller (2005), o século XX é permeado pelos fenômenos da globalização e da descentralização que permitiram uma redefinição da relação entre estatísticas e Estado. Esta redefinição é ilustrada por ele através do aparecimento de indicadores de sustentabilidade tanto locais, nacionais e mundiais vistos como “tecnologias através das quais as pessoas estão produzindo novas maneiras de conhecer e ordenar o mundo nestas escalas⁴⁹” (MILLER, 2005, p.405).

Esta redefinição de escala mantém seus princípios estatísticos, porém, distribui a produção do conhecimento para os planos locais, nacionais e globais para compreender e classificar o bem estar social como uma das características da sociedade.

Esta distribuição nos coloca entre um emaranhado de agências públicas, não-governamentais e privadas de produção de índices. Entretanto, se os índices locais nos remetem ao retorno de uma análise mais individualista e particular, estas análises são suplantadas pela tentativa de construir índices nacionais que não apenas classificam os diversos países como o tornam equivalentes na busca de um bem estar social global.

Pinter, Hardy e Bartelmus (2005) assim como Siche ET AL (2007) situam o contexto de aparecimento e expansão dos Índices de Sustentabilidade a partir do capítulo 40

⁴⁹ Tradução do trecho [technologies through which people are co-producing new ways of knowing and ordering the world at these scales] por Marina Sartore

da Agenda 21, o qual propõe a criação destes indicadores “para dar conta dos avanços feitos para o desenvolvimento sustentável⁵⁰” (PINTER; HARDY; BARTELMUS, 2005, p.1).

Neste contexto surgem diversos indicadores tanto nos planos locais quanto nacionais⁵¹ e um estudo aprofundado de cada um deles não cabe aos objetivos desta tese. No entanto, uma breve comparação é aqui apresentada: se por um lado existe o nascimento do *Environmental Sustainability Index* (ESI) em 2002, com o intuito de comparar os avanços ambientais das nações para as próximas décadas⁵², em 1999 surge o *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) com o intuito de medir a performance financeira das empresas sustentáveis⁵³.

O ESI foi elaborado a partir da parceria entre a Universidade de Yale (*Yale Center for Environmental Law and Policy*), Columbia (*Center for International Earth Science Information Network Columbia University*), *Joint Research Centre- European Commission* e o Fórum Econômico Mundial. Já o DJSI foi resultado da cooperação entre o STOXX Ltd.⁵⁴, Dow Jones Indexes⁵⁵ Co e SAM⁵⁶, ou seja, enquanto o primeiro é resultado da esfera acadêmica e de grupos de líderes nacionais, o segundo é resultado de grupos privados que lidam com o setor financeiro.

Considerando o fato de que o mundo das finanças teve uma ascensão no início do século XXI tanto em termos econômicos quanto culturais (GRÜN, 2004; 2005), o papel performático do mundo das ferramentas financeiras está longe de ser menosprezado.

O conceito de performatividade pertence ao domínio da análise sociológica ao menos desde o século XX quando o sociólogo Robert K Merton cunha o termo “Profecia auto-realizante” baseado no teorema de Thomas que diz “Se o homem define uma situação como real, ela será real em suas conseqüências”. (MERTON, 1948, p 193). Deste modo, para Merton, a Profecia auto - realizante consiste em uma falsa definição sobre uma situação a qual

⁵⁰ Tradução do trecho [to assess the progress made towards sustainable development] por Marina Sartore.

⁵¹ Para maiores informações sobre diferentes tipos de indicadores ver Milles 2005. (Ver referências).

⁵² Informação disponível em http://www.yale.edu/esi/ESI2005_Main_Report.pdf Acessado em 21 de Abril de 2009

⁵³ Informação proveniente de <http://www.sustainability-index.com/> Acessado em 21 de Abril de 2009.

⁵⁴ STOXX Ltd. é uma Joint-Venture da Deutsche Boerse Group, Dow Jones & Company and SIX Swiss Exchange que “opera como um provedor global de índices cobrindo os mercados globais, desenvolvendo, mantendo, distribuindo e comercializando uma família global de índices transparentes e tecnicamente operantes” Tradução do trecho [operates as a globally integrated index provider, covering the world markets, developing, maintaining, distributing and marketing a comprehensive global family of strictly rules-based and transparent índices] por Marina Sartore Disponível em <http://www.stoxx.com/corporate/company/stoxx.html> Acessado em 30 de novembro de 2008.

⁵⁵ Dow Jones Indexes é um “full-service index provider that develops, maintains and licenses indexes for use as benchmarks and as the basis of investment products” Disponível em <http://www.djindexes.com/mdsidx/?event=showAboutUsOverview> Acessado em 11 de janeiro de 2009.

⁵⁶ SAM group é um “grupo de gestão de ativos focado exclusivamente em investimentos sustentáveis” Tradução do trecho [asset management company exclusively focused on sustainability investments] por Marina Sartore. Disponível em <http://www.sam-group.com/html/about/portrait.cfm> Acessado em 11 de janeiro de 2009.

cria novos comportamentos os quais acabam por transformar esta falsa definição em uma realidade causal verdadeira. (MERTON 1968).

Pierre Bourdieu (1982) recupera a idéia de performatividade da linguagem ao demonstrar a sua importância para a transformação da *doxa*.

O enunciado performativo, ou seja, a pré-visão política é, em si, uma pré-dição que visa trazer à existência o que ela enuncia; ela contribui praticamente para a realidade que ela anuncia pelo fato de enunciá-la, de prevê-la e de fazê-la prever, de torná-la aceitável e acima de tudo, acreditável e de criar assim, a representação e a vontade coletiva que podem contribuir para produzi-la⁵⁷. (BOURDIEU, 1982, p 150).

Desta forma, a idéia de performatividade já estava presente nos clássicos da sociologia contemporânea. No que tange aos estudos sobre a realidade econômica, Michel Callon (1998) incorpora a idéia de performatividade e passa a estudar a performatividade da economia seguido por Mackenzie (2003, 2004) o qual desenvolveu estudos empíricos sobre a performatividade das finanças. Em seu artigo sobre a crise financeira de 1987, Mackenzie (2004) aponta para dois tipos de performatividade, a genérica e a austiniana. A primeira afirma que a realidade econômica não deve ser apreendida por categorias pré-estabelecidas, mas sim como resultado das ações dos indivíduos. A segunda afirma que a realidade é tornada verdadeira a partir do discurso que a enuncia.

A divisão feita por Mackenzie aponta para o caráter polissêmico do termo “performatividade”. As diferentes atribuições ao termo são apresentadas de uma forma mais sistemática por Muniesa e Callon (2008) em artigo sobre a performatividade das ciências econômicas.

Desta forma, a performatividade da economia remete a um conjunto de visões e explorá-las em suas contradições extrapola os limites analíticos desta tese. Esta tese, no entanto, não desconsidera o viés da performatividade da economia para o desenvolvimento de sua análise empírica.

Uma das evidências deste caráter performático é o fato de que a criação do DJSI levou à criação do FTSE4Good⁵⁸ na Inglaterra em 2001, do Johannesburg Stock

⁵⁷ Tradução do trecho [énoncé performatif, la pré-vision politique, est, par soi, une pré-diction qui vise a faire advenir ce qu'elle énonce; elle contribue pratiquement à la réalité de ce qu' elle annonce par le fait de l'énoncer, de le pré-voir et de le faire pré-voir, de le rendre concevable et surtout croyable et de créer ainsi la représentation et la volonté collectives qui peuvent contribuer à le produire] por Marina Sartore.

⁵⁸ O FTSE4Good foi lançado em 2001 pela Joint-Venture do *Financial Times* e da *London Stock Exchange*.

Exchanges (JSE) na África do Sul em 2004 e do Índice de Sustentabilidade Empresarial no Brasil em 2005⁵⁹.

A ascensão destes índices representa uma manifestação por parte do setor financeiro em incorporar a Sustentabilidade em uma linguagem universalmente aceita e reconhecida: a linguagem numérica. No entanto, como este capítulo procurou evidenciar, a construção destes indicadores não representa apenas uma maneira de medir uma entidade, mas sim de criar ferramentas de poder ao mesmo tempo em que criam e moldam a realidade social.

O próximo capítulo busca compreender o contexto do surgimento destes indicadores que está intimamente ligado ao movimento da Responsabilidade Social Empresarial e do Investimento Socialmente Responsável.

⁵⁹ Para maiores informações que comparam estes quatro indicadores ver SARTORE, Marina (2009). An essay on Stock Markets Sustainability Index Committees. Paper apresentado na Conferência da Society for the Advancement of Socio Economics- SASE 16-18 Julho Paris- França.

CAPITULO III – A (RE) CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO DAS PRÁTICAS SOCIAIS: DA FILANTROPIA AO INVESTIMENTO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

Compreender a gênese social de um campo e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas (...) (BOURDIEU, 1994, p 69)

Com o intuito de recuperar os principais fatos que determinaram os caminhos para os quais seguiu parte do mundo empresarial e financeiro, o presente capítulo foca as principais transformações da responsabilidade social do empresariado brasileiro. Para facilitar o entendimento, estes principais fatos foram agrupados em quatro momentos distintos, porém interdependentes. O primeiro momento nos remete ao século XIX, através do desenvolvimento da Filantropia Empresarial. O segundo consiste na distinção entre a Filantropia Empresarial (FE) e as práticas de Responsabilidade Social das Empresas (RSE). No terceiro, a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) se encontra com a Governança Corporativa (GC) resultando na Sustentabilidade Empresarial (SE). Por fim, no quarto momento, a concepção de Sustentabilidade Empresarial é incorporada pelo setor financeiro, permitindo a criação das Finanças Sustentáveis (FS), a qual abriga as práticas de Investimento Socialmente Responsável (ISR).

Segundo Brito, Desmartin e Lucas-Leclin (2005), o Investimento Socialmente Responsável (ISR) pode ser considerado um espelho da Responsabilidade Social Empresarial, pois ambos consistem em movimentos dependentes, porém com focos distintos: enquanto o foco da RSE é o gerente, o foco do ISR é o acionista. Precisamos, portanto, nos aventurarmos pelas transformações ocorridas no plano internacional⁶⁰ e nacional para compreendermos o significado do surgimento do espaço das práticas sociais do empresariado a partir da ocupação de posições distintas de seus atores.

⁶⁰ Para o plano internacional, a narrativa foca as principais influências sobre a criação e o desenvolvimento do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

3 O primeiro momento: a Filantropia Empresarial

No Antigo Regime Francês, as políticas de assistência aos pobres e necessitados pertenciam à esfera da caridade tradicional que estava sob o comando das igrejas e congregações (CASTEL, 1998, p. 315). A idéia de caridade estava associada ao “dever cristão de amar e de ajudar o próximo” (GUISART⁶¹ 1824 citado por CASTEL, 1998, p. 322).

A vinda dos camponeses para a cidade devido ao crescimento industrial é o ponto de partida para a compreensão do surgimento de uma nova concepção de caridade. A busca de trabalho nas indústrias por estes recém-chegados reflete o crescimento econômico das cidades, ao mesmo tempo em que cria as condições ideais para o nascimento da figura do operário, cuja vida viria ser caracterizada pela pobreza. O pauperismo do trabalhador aparece como uma “Questão Social” resultante da instabilidade do emprego e da “degradação completa dos modos de vida dos operários e de suas famílias” (CASTEL, 1998, p. 287).

A emergência desta “Questão Social” foi vista por aqueles que enriqueciam através do trabalho operário como uma situação que necessitava de intervenção, pois poderia culminar em uma dissolução da ordem social. Com o intuito de impedir uma possível dissolução social foi criada a Filantropia, cujo “objetivo era ostentar a beneficência para as classes inferiores da sociedade” (CASTEL, 1998, p. 310).

Para deter o risco de desintegração social, houve o desenvolvimento de ferramentas de proteção ao trabalhador, das quais se ressalta a percepção do empregador em prover ao empregado algo mais do que o salário. Na França em particular, algumas indústrias construíram uma infra-estrutura social completa [como atendimento médico] com o intuito de realizar uma perfeita combinação entre o trabalho na fábrica e a vida cotidiana dos operários e de sua família (CASTEL, 1998). Assim, a proteção patronal reteria aquele funcionário ávido por benefícios complementares ao seu salário, ao mesmo tempo em que garantiria a manutenção da ordem de desenvolvimento do capital industrial daquele momento.

Se na Europa, o surgimento da Filantropia consiste em uma resposta ao paradoxo do desenvolvimento econômico e do crescente pauperismo da população, nos Estados Unidos é possível observar uma contradição semelhante, representada pela emergência de uma elite industrial e financeira, associada ao crescimento dos problemas sociais resultantes da rápida industrialização e urbanização, a qual ultrapassava “a capacidade

⁶¹ L. de Guisart. Rapport sur les travaux de la société de morale chrétienne pendant l’année 1823-1824, Paris 1824 p22-23.

das instituições existentes de serem responsabilizadas sobre os pobres e os assistidos⁶²”.

(GUILHOT, 2006, p.9).

O desenvolvimento de práticas racionais e científicas⁶³ de gestão nos Estados Unidos constitui um divisor de águas entre uma sociedade pautada na idéia de caridade religiosa e outra pautada na idéia de Filantropia Empresarial. Deste modo surge uma primeira distinção entre Estado e Igreja por um lado, empresários filantropos de outro. Esta distinção desemboca em polarizações, pois enquanto a caridade é vista como desempenhada por grupos religiosos, a Filantropia é desempenhada por empresários.

Entretanto, o redirecionamento da caridade para a Filantropia Empresarial não ocorre sem um período de transição no qual estas distinções ainda não ganharam firmes contornos. O personagem de Andrew Carnegie representa de maneira exemplar esta transição, pois, enquanto assume para si o papel de atuar sobre a esfera social - “Eu resolvi parar de acumular e começar a tarefa mais séria e difícil da sábia distribuição⁶⁴” (CARNEGIE, 1920), ele o faz sob princípios religiosos.

O que de bom eu tenho feito no mundo para merecer todas as minhas oportunidades? Eu já usufruí mais do que a minha parte das bênçãos da vida, e, no entanto, eu nunca pedi nada para o Desconhecido. Nós estamos na presença de leis universais e devemos baixar as nossas cabeças em silêncio e obedecer ao Juiz sem perguntar nada, temer nada, apenas executando a nossa tarefa sem buscar recompensas aqui ou depois⁶⁵. (CARNEGIE, 1920)

Carnegie simboliza o período de tomada de consciência do empresário para as ações sociais, orientados pela moralidade cristã norte-americana, como contraponto ao desenvolvimento de uma elite empresarial a qual constituirá a Responsabilidade Social das Empresas.

⁶² Tradução do trecho [la capacité des institutions existantes à prendre en charge les pauvres et les assistés] por Marina Sartore.

⁶³ No começo do século XX Taylor se consagrava “Pai da Administração Científica” buscando apreender princípios científicos sobre o modo de produção. Esse período é representativo da introdução de métodos racionais e científicos no âmbito da organização da produção. Para mais detalhes ver: Taylor, Frederick Wislow. (1980) “Princípios de Administração Científica” Trad. de Arlindo Viera Ramos 7ª Ed. São Paulo. Atlas.

⁶⁴ Tradução do trecho [I resolved to stop accumulating and begin the infinitely more serious and difficult task of wise distribution] por Marina Sartore.

⁶⁵ Tradução do trecho [‘What good am I doing in the world to deserve all my mercies?’ (...) I have had far beyond my just share of life's blessings; therefore I never ask the Unknown for anything. We are in the presence of universal law and should bow our heads in silence and obey the Judge within, asking nothing, fearing nothing, just doing our duty right along, seeking no reward here or hereafter]. Capítulo XX “Educational and Pension Funds”. [Internet] Disponível em <http://www.wordowner.com/carnegie/chapter20.htm> Acessado em 18 de fevereiro de 2009.

3.1 O segundo momento: a Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

A recuperação da idéia do papel social dos empresários nos anos cinquenta é comumente atribuída à Bowen em seu trabalho “Responsabilidades Sociais dos Homens de Negócios”, publicado em 1953 nos Estados Unidos (ALVES, 2003; FRIEDMAN AND MILES, 2006). O livro de Bowen, patrocinado pelo Conselho Federal das Igrejas de Cristo das Américas expandiu as idéias referentes à obrigação dos empresários de “desenvolver políticas e de tomar decisões que estão de acordo com as ações desejadas, levando em consideração os objetivos e valores da sociedade⁶⁶” (BRITO; DESMARTIN; LUCAS-LECLIN, 2005, p. 22). As bases da idéia de responsabilidade do empresário estavam embebidas nos valores morais cristãos fundamentados pela idéia de *obrigação moral*. (ALVES, 2003).

Tanto Carnegie, em um primeiro momento, quanto Bowen, em um segundo momento contribuíram para a construção da percepção de que a elite empresarial e financeira tem um papel social a desempenhar.

No entanto, esta idéia encontra uma contracorrente, na década de 70, representada por Milton Friedman.

Se por um lado, o movimento de Bowen que desembocará nas práticas de Responsabilidade Social Empresarial prega a atuação social do empresário, Friedman afirma que a única responsabilidade do executivo é servir os interesses dos acionistas, ou seja, gerar lucros. Para ele, só existe uma Responsabilidade Social das Empresas, a saber, “utilizar os seus recursos e engajar em atividades voltadas a aumentar os lucros tanto quanto mantém as regras do jogo, a saber, engajar em uma competição aberta e livre sem enganos ou fraudes⁶⁷” (FRIEDMAN, 1970)

Friedman milita pela volta ao liberalismo econômico que estaria sendo prejudicada pela atuação social dos empresários. Seguindo o mesmo caminho de Friedman, Jensen e Meckling (1976) desenvolvem a tese de que a empresa não possui responsabilidades sociais, pois consiste em um conjunto de contratos que garantem o equilíbrio de diferentes interesses os quais possibilitam que ela se comporte orientada pelas regras do mercado.

⁶⁶ Tradução do trecho [poursuivre des politiques et de prendre des décisions qui concordent avec les actions désirées compte tenu des objectifs et des valeurs de la société] por Marina Sartore.

⁶⁷ Tradução do trecho [to use its resources and engage in activities designed to increase its profits so long as it stays within the rules of the game, which is to say, engage in open and free competition without deception or fraud] por Marina Sartore.

Desta maneira, enquanto uma corrente de pensamento afirma que os executivos devem adquirir uma postura que envolve o desenvolvimento de práticas sociais, a outra corrente afirma que o papel do executivo é o de garantir o lucro da empresa. A teoria do agente-principal permeia estas duas correntes de pensamento opostas. Em um contexto de separação do controle e da propriedade da empresa, quais seriam as obrigações do agente, ou seja, daquele que administra a empresa? Segundo Hach (1997), a principal preocupação da Teoria da Agência é a relação entre o proprietário e o administrador: o problema de agência envolve a possibilidade do agente (Administrador) priorizar os seus interesses em detrimento dos interesses do principal (Proprietário). Esta oposição de idéias quanto ao papel do gerente se torna, na década de 90, na oposição entre o movimento da Governança Corporativa (que prega o foco no acionista) ao movimento da Responsabilidade Social Empresarial (que prega o foco na sociedade).

Déjean (2005), Friedman e Miles (2006); Gond And Crane (2008) associam à Carroll (1979) ⁶⁸ o desenvolvimento de uma concepção que concilia uma visão mais estreita com uma visão mais sistêmica da empresa. De fato, Carroll (1991) propõe a Pirâmide da Responsabilidade Social na qual no topo se localiza a Responsabilidade Filantrópica da empresa, seguida da Responsabilidade Ética, seguida da Responsabilidade Legal e, por fim, na base da pirâmide, a Responsabilidade Econômica.

Assim, Carroll desenvolve uma ponte entre o foco no acionista e o foco na sociedade, a qual posteriormente é ampliada e divulgada por Freedman (1984), através da idéia de que as empresas deveriam desenvolver ações em prol não somente dos acionistas, mas de todos os públicos interessados, os *stakeholders*. O trabalho de Freeman cristaliza o conceito de *stakeholders* o qual se refere a todos que “podem afetar ou são afetados pela busca dos objetivos da organização⁶⁹” (FREEMAN,⁷⁰ 1984 citado por FRIEDMAN AND MILES, 2006, p.5).

Nesta acepção, o termo *stakeholders* [públicos interessados] é o oposto do termo *shareholder* [acionista]. Esta oposição o torna parte do movimento da Responsabilidade Social Empresarial. Segundo Giamporcaro (2006), o surgimento da concepção da responsabilidade da empresa para com os seus públicos interessados, cria duas idéias novas: a

⁶⁸ Os autores se referem ao trabalho de Carroll, A. (1979) “A three dimensional conceptual model of corporate performance” **Academy of Management Review**, vol 4 n4 p 497-505.

⁶⁹ Tradução do trecho [can affect or is affected by the achievements of the organization’s objectives] por Marina Sartore.

⁷⁰ O livro de Freeman ao qual os autores se referem é intitulado “Strategic Management: a stakeholder approach. Boston, MA. Pitman. 1984l

primeira trata da noção de que o empresário deve desenvolver as ações sociais para o público interessado (fornecedores, funcionários, clientes, sociedade civil, etc.). Por consequência,

a responsabilidade dos gerentes é a de manter um equilíbrio entre estes diferentes grupos internos e externos à empresa. Ora, esta busca de equilíbrio (...) esvazia a questão da moral a qual se constitui em um problema espinhoso para a economia – assim Responsabilidade Social não é nem gratuita nem moral, é estratégica⁷¹. (GIAMPORCARO, 2006, p. 32).

A segunda idéia, advinda da primeira, versa sobre a construção do pensamento de que a “boa” interação entre as partes interessadas afeta positivamente o desempenho econômico da empresa (DÉJEAN, 2005; GIAMPORCARO, 2006; GOND, 2006).

Deste modo, são criadas as bases para a noção contemporânea de Responsabilidade Social Empresarial através da qual agir considerando os interesses dos diferentes públicos interessados é uma atitude estratégica, pois ao fazê-lo, o desempenho econômico da empresa será superior a das empresas que não desenvolvem estratégias sociais.

A institucionalização desta concepção de Responsabilidade Social Empresarial ocorreu a partir da criação do *Business for Social Responsibility*⁷² (BSR) em 1992, uma organização advinda da iniciativa⁷³ de líderes norte-americanos da rede *Social Venture Network*⁷⁴ (SVN) e da rede *New England Business for Social Responsibility* (NEBSR). Segundo Agüero (2005, p 59), a criação da BSR “desempenhou um importante papel servindo de modelo para as organizações latino - americanas e aconselhando-as em seus estágios iniciais⁷⁵”

A BSR criou o Fórum Empresa em 1997, com o objetivo de estabelecer uma rede de organizações empresariais para promover a Responsabilidade Social na América Latina. O Fórum Empresa contribuiu para a criação, não somente de uma rede de empresários

⁷¹ Tradução do trecho [...la responsabilité des dirigeants est de maintenir un équilibre entre ces différents groupes composés d'acteurs externes et internes à l'entreprise. Or cette recherche d'équilibre – (...) évacue la question morale qui constitue un épineux problème pour l'économie – n'est ni gratuite ni morale, mais stratégique] por Marina Sartore.

⁷² Maiores informações ver site www.bsr.org Acessado em 07 de fevereiro de 2009.

⁷³ Informação disponível em <http://www.sbnphiladelphia.org/aboutus/ballehistory/> Acessada em 07 de fevereiro de 2009.

⁷⁴ Social Venture Network é uma rede formada em 1987 dos líderes empresariais norte americanos comprometidos com as mudanças sociais. Para maiores informações ver <http://www.svn.org/index.cfm?fuseaction=page.viewPage&pageID=560> Acessado em 07 de fevereiro de 2009.

⁷⁵ Tradução do trecho [played an important role in providing models for the Latin American organizations and in advising them in the earlier stages] por Marina Sartore

interessados na Responsabilidade Social, mas também de um espaço de circulação e importação de idéias no âmbito das Américas.

A definição de Responsabilidade Social Empresarial do Fórum Empresa expressa o consenso entre as Américas e, para além, demonstra o resultado da evolução do modo de pensar Filantrópico, pontual e desestruturado para um modo de pensar estratégico, contínuo e estruturado que leva em consideração todos os *stakeholders*. Assim, a Responsabilidade Social Empresarial é vista pelo Fórum Empresa como

Uma nova forma de fazer negócios, em que a empresa administra as suas operações de maneira ambiental, social e economicamente sustentável, reconhecendo os interesses dos diferentes públicos que se relaciona como os acionistas, os empregados, a comunidade, os fornecedores, os clientes considerando o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável das gerações futuras⁷⁶

Para compreender as influências do BSR no Brasil, a próxima seção versará sobre a construção da idéia de Responsabilidade Social Empresarial em terras tupiniquins.

3.1.1 A Responsabilidade Social Empresarial no Brasil

O surgimento da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) no Brasil tem uma pré-história nos anos 60 com a criação da Associação Cristã dos Dirigentes de Empresas do Brasil que buscava chamar a atenção para o papel social dos empresários (CAPPELLIN; GIULIANI, 2004).

No entanto, Beghin (2005) situa as origens da RSE contemporânea nos anos 80, quando o Brasil vivenciava o fim do regime militar, o advento da globalização econômica e financeira, a novidade gerencial da reestruturação do trabalho e o encolhimento do Estado. Estas mudanças criaram um cenário brasileiro paradoxal nos moldes descritos para a França (CASTEL, 1998) e para os Estados Unidos (GUILHOT, 2006): o cenário da década de 80

⁷⁶ Tradução do trecho [Nueva forma de hacer negocios, en la que la empresa gestiona sus operaciones en forma sostenible en lo económico, social y ambiental, reconociendo los intereses de distintos públicos con los que se relaciona, como los accionistas, los empleados, la comunidad, los proveedores, los clientes, considerando el medio ambiente y el desarrollo sostenible de las generaciones futuras] por Marina Sartore. Disponível em http://www.empresa.org/que_es_la_RSE.html Acessado em 07 de fevereiro de 2009.

vislumbrava a questão social da pobreza enquanto testemunhava a acumulação de riquezas pelas empresas. Surgem assim, as ações sociais por parte dos empresários como uma resposta à crise política e econômica.

Beghin (2005) separa a criação das práticas sociais dos empresários em dois momentos distintos: o primeiro pertence à década de 80, quando a preocupação era a de erradicar a pobreza através da Filantropia Empresarial impulsionada por um sentimento religioso no qual a ajuda é dada por esmolas e doações por parte dos empresários. Este tipo de Filantropia será questionada na década de 90, por instituições que irão implantar a “Neofilantropia Empresarial” (BEGHIN, 2005, p. 54) através da qual se busca gerir continuamente a pobreza e não mais erradicá-la.

Como representantes da Filantropia Empresarial aparece a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES) criada em 1986 com a visão de humanizar as empresas e refletir sobre a sua relação com a sociedade (CAPPELLIN; GIULIANI, 2004).

A FIDES foi precedida pelo Instituto de Desenvolvimento Empresarial o qual tem suas origens baseada em princípios religiosos (AGÜERO, 2005). A sua fundação e institucionalização foi feita por empresários e executivos de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul⁷⁷. Os agentes que compõem o conselho curador⁷⁸ apresentam características que expressam a ideologia da FIDES.

O conselho curador é formado por Alberto Augusto Perazzo⁷⁹, Alberto Luiz Gonçalves Soares, Álvaro Conde Lemos Filho, Jan Wiegerinck, Nelson Gomes Teixeira e Peter Nadas. Em sua maioria, pertencem a geração de empresários da década de 60/70, orientados por uma ação social católico-cristã, atuantes como conselheiros em Organizações Não Governamentais e militantes pelo ensino da Ética no meio empresarial.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) foi criado em 1980 com o “caráter suprapartidário e supra-religioso, dedicado a democratizar a informação sobre as realidades econômicas, políticas e sociais no Brasil⁸⁰”. O IBASE possui uma característica ambígua, pois, ao mesmo tempo em que foi fundado por um líder de orientação cristão-católica, aproximando-o da Filantropia Empresarial, este mesmo líder passou a cobrar

⁷⁷ Informação disponível em http://www.fides.org.br/apresentacao_oquee.htm Acessado em 27 de janeiro de 2010.

⁷⁸ Lista dos conselheiros curadores disponível em http://www.fides.org.br/apresentacao_curadoria.htm#um Acessado em 27 de janeiro de 2010.

⁷⁹ Ver em ANEXO 1 a Biografia de cada um dos Conselheiros Curador.

⁸⁰ Informação disponível em <http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=40> Acesso em 27 de Janeiro de 2010.

uma atuação social mais sistemática das empresas e sua divulgação através do Balanço Social, aproximando-o da Neofilantropia Empresarial.

Como representantes da “Neofilantropia Empresarial” é possível observar a atuação do Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (GIFE), do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e do Instituto Ethos.

O Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (GIFE)⁸¹ foi formado por 25 representantes de grupos privados nacionais (CARRION; GARAY, 2000) e tem como principal contribuição o surgimento da idéia de “Investimento Social Privado”. A construção da idéia de Investimento Social Privado pode ser associada à idéia de Neofilantropia Empresarial supracitada no que concerne a sistematização da gestão da pobreza. O Investimento Social Privado consiste no “repasso voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público⁸²”. Como um desdobramento, em 1999 é fundado o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social cujo diretor presidente foi conselheiro do GIFE⁸³ e pelo qual, o Investimento Social Corporativo significa a “alocação voluntária e estratégica de recursos da empresa, sejam eles financeiros, em espécie, humanos, técnicos ou gerenciais, para o benefício público. É a evolução da simples doação⁸⁴”

A sistematização das ações sociais dos empresários aparece a partir da criação de suas Fundações, ou seja, Instituições criadas pelas empresas com o intuito de gerir as suas práticas sociais. (GUILHOT, 2006). Dentre os co-fundadores do GIFE encontramos Antônio Martinelli⁸⁵ o qual trabalhou como consultor na então *Price Waterhouse* e foi diretor de Recursos Humanos da loja de varejo C&A, antes de assumir a presidência da Fundação C&A a qual o levou ao GIFE. Para além, o GIFE contou com a co-fundação de Margarida Ramos, diretora de Responsabilidade Social das Organizações Globo e de Evelyn Ioschpe da empresa Iochpe-Maxion, então atuante no setor automotivo e ferroviário. Estes profissionais têm em comum a atuação em grandes empresas assim como na direção de suas Fundações. Trata-se de um grupo de executivos atuantes na década de 80 e que incorporaram a idéia de atuação social realizada de maneira mais sistemática pelo empresariado nacional. Assim, elaboraram a idéia de Investimento Social Privado, a qual, posteriormente, viria a ser considerada um

⁸¹ É interessante notar que um dos conselheiros do GIFE atualmente é Sérgio Mindlin, representando a fundação telefônica e que se encontra entre um dos membros fundadores do Instituto Ethos.

⁸² Disponível em GIFE <http://www.gife.org.br/> Acessado em 08 de fevereiro de 2009.

⁸³ Informações disponíveis em <http://www.idis.org.br/sobre-o-idis/historico> e <http://www.idis.org.br/sobre-o-idis/equipe> Acessado em 08 de fevereiro de 2009.

⁸⁴ Informação disponível <http://www.idis.org.br/inv-social-corporativo>

⁸⁵ Não foi possível encontrar a biografia dos 25 co-fundadores do GIFE por não estar disponível na internet.

aspecto do termo “guarda-chuva” da Responsabilidade Social Empresarial (NOGUEIRA; SCHOMMER, 2009)

As transformações rumo à Responsabilidade Social Empresarial tiveram como protagonistas principais os agentes do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) os quais criaram a Fundação Abrinq, o Instituto Ethos, dentre outras.

Diniz e Boschi (1993) demonstram que a crise política da década de 80 que opunha empresários a favor da intervenção estatal na economia versus empresários a favor de uma ideologia neoliberal propiciou uma nova distinção entre o empresariado nacional e a conseqüente formação de novos grupos de representação de interesses. Dentre eles se encontram o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).

O PNBE nasceu em 1987, a partir de uma audiência pública convocada por jovens lideranças com o intuito de debater as propostas dos empresários submetidas à Assembléia Constituinte além de resolver a crise de representatividade do empresariado na década de 80 (BIANCHI, 2001). Segundo Assis (2008), o grupo que formou o PNBE consiste de empresários que participavam da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), mas, no entanto, criticavam-na, pois, acreditavam que “Os empresários queriam mais independência e consideravam a FIESP muito ligada ao governo e em constante posição de confronto com os sindicatos” (ASSIS, 2008). Em sua visão, o PNBE procurava modernizar as relações entre os empresários e a sociedade (AGÜERO, 2005) e inicialmente pregava uma participação conjunta do Estado e do empresariado para a construção de uma sociedade democrática brasileira assim como uma maior participação dos trabalhadores (BIANCHI, 2001). Diniz e Boschi (1993), a meu ver, apresentam as idéias centrais do PNBE ao citarem um trecho de entrevista realizada com um membro do PNBE em 18 de Março de 1991.

(...) a linha de atuação que o empresariado defende é que o empresariado comece efetivamente a se conscientizar e atuar politicamente, não só por intermédio de partidos políticos, mas se posicionar politicamente frente à sociedade como um todo. (...) Está na hora do empresariado, como 'parcela importante da elite do Brasil, saber não só qual é sua função social, mas também cumprir uma função social. (...) Quer nós queiramos ou não, existe uma malha de interligação em que, se nós atuarmos de maneira irresponsável com relação à questão social mais ampla, nós vamos pagar por isso mais à frente. (...) O empresariado, como uma das partes responsáveis da elite e que tem um peso econômico muito forte, tem a responsabilidade e a noção, nesse momento, de liderar um processo de atuação política com "P" maiúsculo, não mesquinha, de médio e longo prazo, sinalizando para a sociedade que existe um novo caminho. É um caminho de fortalecimento da sociedade civil e não de enfraquecimento, mas de colocação do Estado no seu devido lugar (Trecho da

entrevista realizada com um membro de PNBE realizada e citada por DINIZ e BOSCHI 1993).

A emergência de novos atores no âmbito empresarial que contrapõem as suas idéias as idéias tradicionais da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo pode ser compreendida pela abordagem da Sociologia das Gerações, ou seja, pela explicação da sociedade do ponto de vista geracional.

Uma das principais obras que dá os elementos teóricos para a reflexão sobre as gerações é o trabalho de Karl Mannheim intitulado “O problema das gerações”. Segundo Weller (2007, p.07), Mannheim atribuiu um status mais dinâmico para a reflexão sobre as gerações ao afirmar que as mudanças ocorrem porque as gerações estão em constante interação, principalmente as gerações intermediárias que são aquelas que estariam mais próximas uma da outra.

A geração de jovens lideranças do PNBE pode ser definida pelo que Mannheim chama de Conexão Geracional, ou seja, o grupo é constituído não apenas pela sua unidade temporal (idade) ou histórico-social (esquemas semelhantes de percepção sobre a realidade), mas também pela constituição de vínculos concretos resultado de uma ação consciente. Assim, como afirma Weller ao interpretar a obra de Mannheim (2007, p.8), “é preciso estabelecer um vínculo de participação em uma prática coletiva, seja ela concreta ou virtual”.

Ora, se é possível estabelecer um vínculo de participação em uma prática coletiva, é possível que este grupo atue no sentido de preservar a sua visão de mundo. Assim, como afirma Domingues (2002, p. 80) se uma coletividade geracional produz uma mobilização conjunta para ação, “é necessário percebê-las como capazes de dirigir ou mesmo impor umas às outras, e a outras subjetividades coletivas cursos de movimento que se conformem com o que almejam (...)”

Desta maneira, a sociologia das gerações contribui para que percebamos o papel do conflito entre as gerações para a dinamização do espaço social do empresariado nacional.

Em seus estudos, Grün (1999) observa que existe uma distinção no campo organizacional criada entre o funcionário auto-ditada, ou seja, aquele funcionário que associa a sua vida pessoal à vida da empresa ao mesmo tempo em que enxerga a empresa como um ambiente para a construção de uma carreira profissional, versus o executivo, ou seja, o indivíduo que desassocia a sua vida pessoal da vida profissional ao mesmo tempo em que foca a sua atuação para o desenvolvimento do mercado almejando ganhar autonomia. Este estudo

de Grün (1999) aponta para a importância analítica da sociologia das gerações para a compreensão do campo organizacional.

Os executivos ligados ao PNBE são uma nova geração que atua no campo organizacional contrapondo-se ao tipo executivo de mercado, ou seja, se para o segundo, o ato de gerar lucro está acima de qualquer moral, para os primeiros, a questão da ação com responsabilidade social do executivo deve prevalecer como prática empresarial. Para tanto, criam ferramentas como novos indicadores de responsabilidade social para monopolizar o conhecimento desta nova ferramenta organizacional.

Oded Grajew⁸⁶ e Emerson Kapaz são os principais executivos que lideraram a formação do PNBE. Engenheiros (o primeiro formado pela Universidade de São Paulo e o segundo formado pelo Instituto Mackenzie) e com pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas, ambos trabalhavam em médias empresas com atuação na fabricação de jogos e brinquedos (o primeiro fundou a Grow – jogos e brinquedos em 1972 enquanto o segundo assumiu a Elka Plásticos, empresa familiar que havia sido fundada por seu pai).

A década de 90 representou um aumento do setor de serviços no Brasil, assim o PNBE passou a ser majoritariamente composto por pequenos e médios empresários que atuavam principalmente no setor de serviços e que militavam por uma participação desta parcela do empresariado para a constituição da democracia no Brasil. (BIANCHI, 2001). Assim, o PNBE difere dos empresários industriais tradicionais tanto pela esfera de atuação (quanto os primeiros eram donos de grandes indústrias os segundos eram pequenos e médios empresários) quanto pela filosofia de atuação na esfera política e social (enquanto os primeiros pregavam uma participação mais estrita aos assuntos econômicos do Estado, os segundos buscavam uma atuação mais abrangente em diferentes áreas de atuação do Estado).

Na ocasião das eleições de 1994, o grupo foi dividido, pois alguns advogavam pelo apoio do instituto para o Partido dos Trabalhadores (PT) enquanto outros advogavam pela manutenção do instituto fora de questões políticas. Como resultado, o grupo de apoio ao PT formou a Associação Brasileira de Empresários pela cidadania (Cives) sob a liderança de Oded Grajew, composta de pessoas que não queriam se filiar ao partido, mas queriam dialogar com ele (ASSIS, 2008; POMAR, 1995). Assim, a coalizão entre PT e Cives foi representativa da entrada de empresários nas discussões no âmbito do partido dos

⁸⁶ Informações sobre Oded Grajew retiradas de <http://www.britishcouncil.org/br/brasil-alumni-events-oded-grajew.htm> Informações sobre Emerson Kapaz retiradas de http://www.corpore.org.br/cws_exibeconteudogeral_742.asp Acesso em 27 de janeiro de 2010 (Ambas com acesso em 27 de janeiro de 2010).

trabalhadores a partir do fortalecimento da idéia de que os empresários deveriam reconhecer o conflito entre o capital e o trabalho e tentar resolvê-lo. Assim, a criação da Cives por Oded Grajew aponta para o surgimento de um tipo de empresário engajado em temas antes não reconhecidos como inerentes à esfera empresarial, como por exemplo, o diálogo com os sindicatos através do diálogo com o partido dos trabalhadores.

Segundo Agüero (2005), a criação da Fundação Abrinq⁸⁷ pelos direitos da criança e do adolescente foi fundamental para o desenvolvimento do conceito de RSE no Brasil. A fundação foi criada por membros associados ao PNBE no começo dos anos 90, com o intuito de defender os direitos da criança e do adolescente principalmente no que concerne ao trabalho infantil. Não surpreende o fato de que o grupo tenha fundado uma organização não-governamental na busca de resoluções da esfera social visto que Diniz e Boschi (1993) destacam a fala de um de seus entrevistados do PNBE quando afirma que o empresariado poderia “dar conta, com êxito, das funções sociais do Estado”.

A fundação Abrinq foi fundada por Oded Grajew e Emerson Kapaz e teve Sérgio Mindlin, Guilherme Peirão Leal e Hélio Mattar ocupando cargos administrativos. Agüero (2005) afirma que um pequeno grupo da Abrinq passou a estudar como a Responsabilidade Social Empresarial era desenvolvida nos Estados Unidos e na Europa. Estas pesquisas levaram o grupo a entrar em contato com o *Business for Social Responsibility* (BSR) o que levou à fundação do Instituto Ethos em 1998.

Segundo Young (2008), o grupo que começou o Instituto Ethos era composto por “Oded⁸⁸, Guilherme, Helio (Mattar), eu [Young], Sérgio Mindlin, Emerson, Eduardo Capobianco⁸⁹”, todos advindos do PNBE. Enquanto Oded seguiu para a criação da Cives e assumiu a presidência do Instituto Ethos seguido por Ricardo Young, Hélio Mattar assumiu a presidência do Instituto Akatu para o consumo consciente; Eduardo Capobianco também assumiu a presidência da Transparência Brasil, Organização Não-Governamental fundada para combater a corrupção.

Em sua maioria, os fundadores do Instituto Ethos passaram pela Fundação Getúlio Vargas e vieram do PNBE. Segundo Ricardo Young em entrevista para o site “*Consumidor Moderno*”, o grupo que fundou o Instituto Ethos teria vindo do PNBE e estavam todos ligados à fundação Abrinq. A trajetória destes agentes⁹⁰ revela a relação

⁸⁷ Maiores informações ver <http://www.fundabrinq.org.br/> Acessado em 08 de fevereiro de 2009.

⁸⁸ Ver Biografia dos Fundadores do Ethos em ANEXO 1

⁸⁹ Informação disponível em <http://www.consumidormoderno.com.br/canais/responsabilidade-social/responsabilidade-social-1/entrevista-com-ricardo-young-parte-1> Acessado em 08 de fevereiro de 2009

⁹⁰ Para biografias, ver ANEXO 1.

existente entre organizações que a primeira vista parecem distintas, mas que foram criadas a partir de um mesmo grupo de atores sociais. Assim, como afirma Gomes (2007, p.170), “desenvolvimento da RS no Brasil foi um desdobramento de uma nova orientação política de um setor do empresariado, que incorporou “exemplos práticos” de intervenção social como parte de sua atuação política, nos final dos anos 80”. Portanto, é possível inferir que este grupo é composto por executivos, atuantes na década de 90, ligados à FIESP, ao PNBE e à Fundação Abrinq, ligados à esfera internacional e que passaram a atuar no terceiro setor criando as suas próprias instituições de atuação as quais os distinguem dos empresários industriais tradicionais.

A inserção internacional destes atores ocorre pela formação do Fórum Empresa no qual o Instituto Ethos representa o Brasil e no qual existe a participação do Business for Social Responsibility. Em 2003, o Ethos associou-se ao Pacto Global (*Global Compact*) lançado pelas Nações Unidas com o intuito de reunir líderes empresarias e suas empresas para seguirem os dez princípios voltados para os direitos humanos, trabalho, meio-ambiente e corrupção⁹¹.

A criação do Instituto Ethos teve dupla importância: primeiramente, pela sua conexão com a BSR, ele serviu como uma ponte que ligava os empresários brasileiros ao espaço internacional. Em segundo lugar, o conceito de RSE difundido pelo instituto constitui referência nacional e preponderante no Brasil. Assim, a seguinte concepção de Responsabilidade Social Empresarial baseada na ação social do empresário voltada para todos os stakeholders é difundida no Brasil pelo Ethos:

A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e consegue incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender a demanda de todos e não apenas do acionista ou proprietário (ETHOS, 2005 citado por SARTORE, 2006).

Assim, a criação do Instituto Ethos pode ser considerada uma das evidências do surgimento de um novo tipo de empresário que, para distinguir-se do empresariado industrial tradicional, criou uma nova maneira de pensar associada ao empreendedorismo (pois muitos eram ligados a pequenas e médias empresas), à participação ativa do

⁹¹ Informação disponível em <http://www.unglobalcompact.org/AboutTheGC/index.html> Acessado em 08 de fevereiro de 2009.

empresariado brasileiro em questões sociais através da criação e participação em institutos e Organizações Não-Governamentais como o próprio Instituto Ethos, o Instituto Akatu, a Fundação Abrinq, O Instituto Transparência Brasil e etc. A partir desta diferenciação, estes atores viabilizam as suas inserções enquanto empresários na sociedade brasileira.

Esta inserção pode ser averiguada não apenas pela continuidade de existência das instituições que fundaram, mas também pela exposição destes atores na mídia de negócios nos dias de hoje. A tabela a seguir demonstra quantas vezes estes atores foram citados no Jornal “O Estado de São Paulo” no período de 2000 a 2010 e no Jornal “Valor Econômico” no período de 2001 a 2010.

NUMERO DE APARIÇÕES FUNDADORES ETHOS NA MIDIA		
NOME	ESTADAO	VALORONLINE
Oded Grajew	138	227
Emerson Kapaz	63	181
Ricardo Young	127	120
Hélio Mattar	22	62
Eduardo Capobiando	0	15
Sérgio Mindlin	11	18
Guilherme Peirão Leal	9	31

Fonte: Pesquisa realizada na página eletrônica do Estado de São Paulo e Valor Econômico pela ferramenta de busca por palavras-chaves em 09 de agosto de 2010.

QUADRO 3.1.1- NÚMERO DE APARIÇÕES FUNDADORES ETHOS NA MÍDIA

As instituições criadas por estes atores estão ativas atualmente e seguem adotando o discurso em prol do desenvolvimento da sociedade. Sendo assim, o Instituto Ethos de Responsabilidade Social criado em 1998 possui a missão de “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa⁹²”. O Instituto Akatu adveio do Instituto Ethos e possui a missão de “conscientizar e mobilizar o cidadão brasileiro para seu papel de agente transformador, enquanto consumidor, na construção da sustentabilidade da vida no planeta⁹³”. Hélio Mattar continua a frente do Instituto, divulgando os seus ideais como, por exemplo, em sua fala em evento em Nova York, ao dizer para o público

⁹² Informação disponível em <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx> Acesso em 10 de agosto de 2010.

⁹³ Informação disponível em http://www.akatu.org.br/quem_somos/missao Acesso em 10 de agosto de 2010.

internacional que é um sonhador, mas não o único (AKATU, 2010⁹⁴). A Transparência Brasil instituição formada para combater a corrupção no Brasil continua ativa e tem Eduardo Capobianco como um dos integrantes de seu conselho deliberativo.

Deste modo, o discurso escolhido por este novo empresariado demonstrou ser profícuo e constituiu uma nova polarização entre os empresários: a do empresariado socialmente responsável versus o empresário tradicional sem preocupações sociais. Esta nova polarização abriu caminhos para outros desdobramentos, dentre os quais, o desenvolvimento do mercado do Investimento Socialmente Responsável como veremos nos próximos tópicos deste capítulo.

3.2 O terceiro momento: caminhando para a idéia de Sustentabilidade Empresarial

Paralelamente ao desenvolvimento da idéia de Responsabilidade Social e Investimento Social Privado, a década de 90 apresentou dois movimentos que possibilitaram a eclosão da idéia de Sustentabilidade Empresarial: a incorporação da idéia de Desenvolvimento Sustentável a partir da realização da conferência mundial sobre o meio ambiente (ECO-92) e o desenvolvimento do conceito de Governança Corporativa no Brasil.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi difundido através da *United Nations Conference on Environment and Development* UNCED-92, porém a origem oficial do conceito é comumente atribuída ao relatório divulgado pelas Nações Unidas em 1987 intitulado, “*Our Common Future*” ou “Relatório de Brundtland” segundo o qual, “a humanidade tem a habilidade de realizar o Desenvolvimento Sustentável para garantir que ela satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades⁹⁵” (BRUNDTLAND, 1987)

A UNCED-92 tem como um de seus desdobramentos a constituição da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) criada por Israel Klabin

⁹⁴ AKATU, Instituto. Hélio Mattar: «eu sou um sonhador, mas não sou o único». In Notícias Akatu. 13 /05/2010. Disponível em http://www.akatu.org.br/central/noticias_akatu/2010/helio-mattar-2010ceusouumsonhador-mas-nao-sou-o-unico2010 Acesso em 10 de Agosto de 2010.

⁹⁵ Tradução do trecho [humanity has the ability to make development sustainable to ensure that it meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs] por Marina Sartore.

com o objetivo de ser um *think tank* sobre as práticas sustentáveis dos empresários aliando conhecimento prático e científico⁹⁶.

No plano internacional, a UNCED-92 provocou a criação do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), uma associação global de executivos que lidam com a Sustentabilidade e os negócios⁹⁷ e que, em 1997 lançaram a sua filial brasileira, o Conselho Empresaria Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) que reúne líderes empresariais brasileiros sob o comando de Fernando Almeida.

Israel Klabin nasceu em 1926 e participou, em 1960 do Conselho Consultivo da empresa familiar Klabin Celulose e Papel⁹⁸. Em 1979 foi prefeito do Rio de Janeiro e acabou se engajando em prol de causas ambientais o que o levou a fundar a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, atuando, portanto, no terceiro setor. Desta maneira, Klabin contribui para uma distinção entre o empresário tradicional que atua fora do âmbito político e social e o empresário que atua no âmbito político e social.

Nascido em 1952, Fernando Almeida fez pós-graduação em engenharia ambiental nos Estados Unidos. Quando voltou, trabalhou em agências público-estatais, na área acadêmica e como consultor. Acabou participando das discussões da Eco-92 as quais o inspiraram para a publicação de seu primeiro livro em 2002, “O Bom negócio da sustentabilidade”. Desta maneira, Fernando Almeida passou a ser um dos porta-vozes da atuação empresarial para o desenvolvimento sustentável da sociedade⁹⁹.

Assim, se por um lado, tanto a FBDS quanto o CEBDS eram desenvolvidas no Rio de Janeiro associando as ações sociais do empresariado com o meio ambiente e com uma visão do longo prazo a partir das idéias explicitadas na UNCED-92, em São Paulo, era desenvolvida a idéia de Investimento Social Privado e de Responsabilidade Social Empresarial, esta última influenciada pelo *Business for Social Responsibility*. Em outras palavras, enquanto no Rio, nasce uma ação empresarial priorizando o meio-ambiente e uma visão de longo prazo, em São Paulo é estruturada a idéia de ação empresarial para voltada para os stakeholders.

Mesmo que a idéia de ação do empresário em prol da sociedade ganhou espaço, a idéia de que o executivo deve prestar contas para o acionista foi desenvolvida

⁹⁶ Dados retirados de http://www.fbds.org.br/article.php3?id_article=66 Acessado em 09 de fevereiro de 2009.

⁹⁷ Informações sobre o WBCSD disponível em <http://www.wbcd.org/templates/TemplateWBCSD5/layout.asp?type=p&MenuId=NjA&doOpen=1&ClickMenu=LeftMenu>

⁹⁸ Informação Disponível em <http://www.klabin.com.br/pt-br/klabin/historicoKlabin.aspx> acesso em 29 de Março de 2010

⁹⁹ Dados retirados de <http://www.fernandoalmeida.com.br/perfil/index.asp?pag=perfil> Acesso em 28 de Março de 2010.

paralelamente junto ao crescimento dos investidores institucionais, do mercado financeiro e dos *hostile takeovers* (OCASIO, 2005). O retorno às idéias de Friedman (1970) pode ser associado ao surgimento da Governança Corporativa com o intuito de desenvolver ferramentas para que a relação entre o executivo e o acionista seja transparente, priorizando os interesses dos acionistas.

Segundo Grün (2003, p.03), a Governança Corporativa acaba se confundindo com o processo de financeirização o qual aponta a “prevalência absoluta do ponto de vista financeiro sobre outras considerações na estratégia da empresa e a focalização deste na valorização do retorno dos investimentos dos acionistas”.

Segundo Ocasio (2005), o contexto dos escândalos de prestação de contas representados pelo caso da ENRON levou os acionistas norte-americanos a recuperarem o movimento da Governança Corporativa como uma ferramenta de criação de valor e construção da transparência na relação entre proprietário e executivo. Esta concepção é introduzida no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

O IBGC foi formalmente fundado em 1999 como um desdobramento do Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração fundado em 1995. “A idéia era fortalecer a atuação [do] órgão de supervisão e controle nas empresas. Com o passar do tempo, entretanto, as preocupações se ampliaram para questões de propriedade, diretoria, conselho fiscal e auditoria independente¹⁰⁰”.

A biografia de José Guimarães Monforte, representante do IBGC no Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial é representativa do tipo de profissional ligado ao IBGC. Ele atua com gestão de patrimônios e participa de diferentes Conselhos de Administração, inclusive no exterior. Da mesma forma, os agentes ligados ao surgimento do IBGC são profissionais internacionalizados [o próprio fundador do IBGC não é brasileiro], atuantes em São Paulo e representam o grupo de acionistas de grandes empresas¹⁰¹.

Observa-se, portanto o surgimento de dois movimentos, à primeira vista, paradoxais: enquanto a Responsabilidade Social Empresarial, representada pelo Instituto Ethos, prega o foco das ações do executivo nos públicos interessados, a Governança

¹⁰⁰ Dados disponíveis em <http://www.ibgc.org.br/Historico.aspx> Acesso em 03 de julho de 2010.

¹⁰¹ Para o fundadores do IBGC foram mapeados dois nomes na página eletrônica do Instituto. A biografia de José Guimarães Monforte foi introduzida, pois ele é o representante do IBGC na formação das primeiras versões do conselho do ISE.

Corporativa, representada pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa¹⁰², prega o foco nas boas relações das empresas com seus acionistas.

Este paradoxo é ao menos aparentemente solucionado no âmbito do setor financeiro através da progressiva incorporação da dimensão da Responsabilidade Social Empresarial como um dos pilares da Governança Corporativa. Segundo Sartore (2006), esta união é particularmente bem evidenciada no setor bancário brasileiro que passou a ser um dos setores mais atuantes em RSE no Brasil. Este setor apresenta uma distinção: Se por um lado, os bancos comerciais associam as suas práticas de Responsabilidade Social às suas Fundações, por outro, eles incorporam os princípios da Responsabilidade Social Empresarial em seu setor de Relações com Investidores (RI).

Incorporar as dimensões sociais da empresa (todos os seus *stakeholders*) junto a sua dimensão financeira (*shareholder*) passou a significar Sustentabilidade Empresarial. Esta nova significação é simbolizada pelo depoimento de Cunha ao relatar o motivo pelo qual o Banco Real não publica o “Balanço Social”, mas sim um “Relatório de Sustentabilidade”. Em 2002, 2003 e 2004 o Banco ABN AMRO REAL publicou relatório social cujo título é “Valores humanos e econômicos juntos”. A partir de 2005, o Relatório passa a chamar “Relatório de Sustentabilidade”.

A gente tem uma luta diária para falar que não estamos presos somente às questões sociais, é mais do que isso: é meio-ambiente, sociedade e lucro. Quando se fala em balanço social, leva-se a crer somente que é apoio social: destinar dinheiro à ONG é preocupar-se somente com questões sociais, mas, na verdade se têm mais coisas (...) que são os *stakeholders*. Por isso a gente fala em relatório de sustentabilidade. (Não é nenhuma crítica ao IBASE) porque começou assim, no balanço social, não se falava muito de sustentabilidade, mas a gente vê isso como uma coisa maior, e, esse nome, balanço social, pode levar a pensar em prestação de contas sociais, mas não é só isso. Muito pelo contrário, quando a gente fala as matérias aqui, a gente diz como isso deve se inserir nos negócios, como a gente consegue bons resultados levando a sustentabilidade em conta. (CUNHA, 2005 entrevistado e citado por SARTORE 2006, p.06).

A fala de Cunha no momento em que atuava no departamento de relações com investidores no ABN AMRO REAL aponta para duas tendências no começo do século XXI: A primeira trata da mudança de conotação da palavra *Sustentabilidade* e a segunda trata da possível incorporação da idéia, por parte dos investidores, de que as empresas Socialmente

¹⁰² As informações a seguir sobre o IBGC estão disponíveis em <http://www.ibgc.org.br/Historico.aspx> Acessado em 09 de fevereiro de 2009.

Responsáveis apresentariam uma boa performance financeira e uma diminuição do risco no longo prazo.

A distinção expressa por Cunha (2005) é emblemática no sentido em que situa o balanço social no lado estritamente “social” e o relatório de Sustentabilidade em uma esfera mais abrangente considerando o meio-ambiente, a sociedade e o lucro. A visão de sustentabilidade de Cunha é análoga à idéia de *Triple Bottom Line* cunhada pela consultoria inglesa *SustainAbility* em 1994 e cujos princípios são baseados na idéia de *People, Planet and Profit* [Pessoas, Planeta e Lucro] através da qual uma empresa é avaliada pelas suas dimensões sociais, econômicas e ambientais. Neste sentido, a Sustentabilidade passa a ser expressa nas idéias de *Triple Bottom Line* somada à idéia de preocupação no longo prazo pertencente a sua definição original pelo relatório de Brundtland.

O conceito de *Triple Bottom Line* foi difundido mundialmente e foi incorporado explicitamente no Brasil pelo Instituto Ethos. Isto fica evidente pela participação de John Elkington, fundador da Sustainability no Conselho Internacional do Instituto Ethos¹⁰³ e pela participação de Ricardo Young como membro da Consultoria *SustainAbility*¹⁰⁴.

Deste modo, se a definição de RSE proposta pelo Instituto Ethos versava sobre a ação social dos empresários para os seus *stakeholders*, a definição atual é acrescida da idéia de transparência e de longo prazo.

Responsabilidade Social Empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente¹⁰⁵ da empresa com todos os públicos com os quais se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade. Isso deve ser feito preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais¹⁰⁶.

¹⁰³ Dado disponível em http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/1384/o_instituto_ethos/quem_somos/conselhos/conselho_internacional/conselho_internacional.aspx Acessado em 09 de fevereiro de 2009.

¹⁰⁴ Dado disponível em <http://www.sustainability.com/aboutsustainability/profile.asp?id=118> Acessado em 09 de fevereiro de 2009.

¹⁰⁵ Grifo da autora

¹⁰⁶ Dado disponível em http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx Acessado em 09 de fevereiro de 2009.

O conceito de *Triple Bottom Line* é representado no Brasil pela união do Ethos (representando o *people and planet*) e o IBGC (representando o *profit*) culminando na idéia de Sustentabilidade Empresarial¹⁰⁷.

Além da tendência à mudança de conotação do termo Sustentabilidade, a incorporação deste pelo mundo das finanças não teria ocorrido se não fosse a cristalização da idéia de que empresas sustentáveis dão melhor retorno econômico-financeiro, ou seja, pela idéia de que investir em ações de empresas sustentáveis seria mais lucrativo.

Esta concepção abre espaço para o surgimento da idéia de Investimento Socialmente Responsável (ISR), ou seja, a aplicação dos critérios ambientais, sociais e econômicos na hora de investir em uma empresa ou em suas ações no mercado acionário. No entanto, só é possível o surgimento do Investimento Socialmente Responsável a partir do momento em que existe uma referencial de empresas socialmente responsáveis que são o alvo de investimentos.

O início do século XXI vivencia a construção de uma distinção cognitiva entre a Responsabilidade Social Empresarial, pertencente ao mundo dos empresários e industriais inovadores e a idéia de Investimento Socialmente Responsável (ISR) pertencente ao mundo dos investidores e gestores de fundos de investimentos também inovadores e em busca de uma distinção profissional.

Assim, se num primeiro momento, com o triunfo dos industriais, ocorre a emergência da Responsabilidade Social Empresarial, em um segundo momento, com a revolução dos acionistas vê-se o surgimento de fundos de investimento responsáveis, índices de sustentabilidade etc. Como isso ocorreu?

3.3 O quarto momento: Origens do Investimento Socialmente Responsável

Como afirma Giamporcaro (2006, p. 60), a história contada *a posteriori* pode ser considerada uma ferramenta de legitimação de certa prática na tentativa de enraizá-la em um continuum cultural.

Não é a toa que ao pesquisar a história do Investimento Socialmente Responsável (ISR) surgem diferentes pontos de partida. Quando tratamos de um mercado em

¹⁰⁷ No mundo constituído pelas idéias do Investimento Socialmente Responsável, o *People, Planet and Profit* foi substituído pela sigla ESG (*Environment, Social and Governance*)

construção, os diferentes pontos de partida de sua história ficam mais evidentes principalmente quando retransmitidos e resumidos nos trabalhos acadêmicos que procuram se consagrar no tema¹⁰⁸.

As origens do ISR pode remontar aos tempos bíblicos quando as leis judaicas ditavam maneiras éticas para investir o dinheiro (GIAMPORCARO, 2006, p 60) Outra origem pode estar no fundador da igreja metodista John Wesley (1703-1791) com seu sermão intitulado “*The use of Money*” que pregava princípios éticos para o uso do dinheiro.

No entanto, o ponto de partida mais citado pela bibliografia, é situado no final do século dezoito, quando os *Quakers*, pelas suas convicções religiosas, se recusaram a investir no setor de armamentos e de escravidão o que levou a criação dos primeiros fundos éticos a partir de 1920.

Deste modo, o começo do século testemunha o surgimento de investimentos por princípios religiosos que não investiam em *sin stocks* [ações do pecado]¹⁰⁹.

Em 1928 surge o primeiro fundo ético do Banco de Boston, o *The Pioneer Fund*. O fundo não investia em empresas que produziam bebidas, tabaco e pornografia abrindo espaço para que as igrejas da América do norte pudessem investir seu capital em fundos no mercado financeiro seguindo os seus princípios éticos. (DÉJEAN, 2005, p.21). Aparece assim, uma demanda específica, característica de países como a Inglaterra e os Estados Unidos nos quais o mercado de capitais é central para a articulação econômica.

Até a década de 60, o movimento ficaria marginalizado, recuperando suas forças no contexto da “tomada de consciência” objetivada em movimentos sociais em prol do meio ambiente, pelos direitos civis, direitos das mulheres, o movimento anti-guerra, os quais começam a questionar a irresponsabilidade social das empresas. (GIAMPORCARO, 2006, p 61)

Ademais, o cenário político de final dos anos 60 e início dos anos 70 é marcado pela demanda de estudantes para que as Fundações ligadas às universidades americanas não investissem em empresas ligadas à guerra do Vietnã (BRITO; DESMARTIN; LUCAS-LECLIN, 2005; DÉJEAN, 2005) além do boicote¹¹⁰ econômico dos Estados à África do Sul devido ao Apartheid. (BRITO; DESMARTIN; LUCAS-LECLIN, 2005; DÉJEAN, 2005;

¹⁰⁸Faço aqui referência à literatura francesa sobre o tema ISR na qual figuram os pesquisadores Frédérique Déjean, Brito, Desmartin E Lucas-Leclin e Stéphanie Giamporcaro.

¹⁰⁹ Empresas que produziam álcool, tabaco, armamento, pornografia e jogo.

¹¹⁰ O boicote se deu após o lançamento em 15 de dezembro de 1980 de uma resolução das Organizações Unidas ONU de número 35/32 que fazia apelo aos governos à suspenderem seus investimentos na África do Sul. BRITO, DESMARTIN e LUCAS-LECLIN 2005 p.43).

GIAMPORCARO, 2006). Assim, é criado o *Pax World Fund*¹¹¹, excluindo de sua carteira empresas com atividades relacionadas a armamentos e na África do Sul. (DÉJEAN, 2005, p. 21) Em 1980, surge o *South Africa Safe Equity* (SAFE). Trata-se de um *índice* com o intuito de reunir empresas que não tinham negócios na África do Sul (BRITO; DESMARTIN; LUCAS-LECLIN, 2005, p.43).

Ainda na década de 80, com o aumento das preocupações sobre o meio-ambiente, os fundos verdes são criados (BRITO; DESMARTIN; LUCAS-LECLIN, 2005, p.17). Diferentemente dos fundos anteriores, os fundos verdes são baseados em um investimento crítico positivo, de investimento em empresas que desenvolvem ações para preservar o meio ambiente, e não baseado na exclusão de setores que contrariam uma determinada ética.

As empresas passam a aliar o desempenho sócio-ambiental (no intuito de satisfazer os interesses dos *stakeholders*) ao desempenho econômico (no intuito de agradar seus acionistas¹¹²). Dentro desta perspectiva, surge uma primeira distinção fundamental entre os Investimentos Socialmente Responsáveis éticos (baseados na exclusão de empresas) e os de Performance (baseados na inclusão de empresas com melhores práticas de Responsabilidade Social). Assim, a criação de Índices de Sustentabilidade no mercado financeiro redimensiona a crença religiosa para a crença na racionalidade dos números. Se, em um primeiro momento, foi a religião que motivou a criação desta prática econômica do ISR, em um segundo momento ela já se encontra racionalizada, ou seja, não é apresentada mais a partir de princípios religiosos.

O dilema sobre a sobreposição de princípios religiosos para a tomada de decisão no investimento é recuperada no embate da construção do ISE no próximo capítulo. Quanto ao debate da incorporação de práticas religiosas para a formação do imaginário capitalista devemos recuperar as idéias de Max Weber em seu clássico “A ética protestante e o espírito do capitalismo”. Segundo Bruhns¹¹³ (2009), o espírito da vida de trabalho dos mosteiros e a crença da recompensa divina pelo trabalho na Terra servem como alavanca para o desenvolvimento do Capitalismo. No entanto, após a implementação do capitalismo,

¹¹¹ Segundo o *web-site* do Pax World Fund, o fundo foi fundado em 1971 por dois homens (Luther Tyson e Jack Corbett) que eram ligados à Igreja Metodista. Eles queriam alinhar os seus valores com os valores de investidores. Atualmente o fundo se chama “Pax World Balanced Fund”. Para maiores informações [online] <http://paxworld.com/about/about-pax-world/pax-history/> Acessado em 09 de Março de 2009.

¹¹² Alia-se a este contexto o crescimento do ativismo dos acionistas que passou a ser conhecido sob o termo de Governança Corporativa. (OCASIO, 2001).

¹¹³ Hinnerk Bruhns ministrou um mini-curso intitulado “A Sociologia Econômica em Max Weber” nos dias 23,24 e 25 de novembro de 2009 no Núcleo de Estudos de Sociologia Econômica e das Finanças na Universidade Federal de São Carlos.

este espírito é incorporado e não precisa mais ser recuperado. Esta lógica poderia estar presente no fato de que, o princípio do ISR é baseado em princípios religiosos que, posteriormente são incorporados e sobrepostos pela justificativa racional-numérica.

Assim, para que os Investimentos Socialmente Responsáveis de performance ganhassem terreno, teve que ser construída a crença¹¹⁴ de que as empresas com melhores práticas sociais tendem a desempenhar uma melhor performance financeira do que as empresas que estão listadas nos índices considerados tradicionais (ou seja, que reúnem as empresas em uma carteira considerando somente aspectos financeiros).

Apesar da existência do contra-argumento de que “investir no bem custa caro” (BLODGET, 2007), a crença de que as empresas Socialmente Responsáveis apresentam uma melhor performance financeira se transformou no pensamento central dos agentes que buscam a evolução das práticas da RSE e ISR (GOND, 2006).

Uma das primeiras evidências da evolução desta crença é o lançamento do *Domini 400 Social Index* pela empresa de consultoria KLD¹¹⁵ em 1990. Ele é considerado o primeiro índice com o intuito de mensurar a performance das Empresas Socialmente Responsáveis apesar de manter características de fundos éticos, pois exclui empresas de álcool, tabaco, apostas, armas, energia nuclear e armar militares¹¹⁶.

Por conseqüência, surgem empresas como a KLD com metodologias próprias para reunir e organizar as informações sociais sobre as empresas que estavam sob avaliação de investimento. No entanto, estas ferramentas para a análise social das empresas estavam nacionalizadas e pulverizadas. A tentativa para criar um padrão de avaliação mundial só surgiu em 2000 através do *Global Reporting Initiative* o qual fixou um modelo padrão e comum de prestação de contas e avaliação social para todas as empresas do mundo¹¹⁷. (FATOUX, 2006).

O GRI consiste em um veículo que liga as práticas de Responsabilidade Social Empresarial com as decisões de investimento, ou seja, para que o mercado de Investimento

¹¹⁴ A teoria de que empresas socialmente responsáveis têm melhor performance é controversa pois os diversos trabalhos acadêmicos não chegaram a um consenso sobre ela. Para maior detalhes ver BRITO DESMARTIN e LUCAS-LECLIN 2005 pgs 254-259.

¹¹⁵ A KLD é um das primeiras consultorias criadas em 1989, com o intuito de levantar informações sociais sobre as empresas e criar indicadores. Informação retirada de <http://www.kld.com/about/index.html> Acessado em 10 de fevereiro de 2009.

¹¹⁶ Informação disponível em <http://www.kld.com/indexes/ds400index/methodology.html> Acessado em 10 de fevereiro de 2009.

¹¹⁷ A idéia de um relatório global começou de uma rede de investidores e organizações ambientais chamada CERES, fundada em 1989. Informações disponíveis em <http://www.ceres.org/Page.aspx?pid=415> e <http://www.globalreporting.org/AboutGRI/WhatWeDo/OurHistory/OurHistory.htm> Acessado em 10 de fevereiro de 2009. Porém, o primeiro guia para a elaboração do relatório foi lançado no ano de 2000.

Socialmente Responsável fosse desenvolvido extensamente, a prática de divulgação de informações sociais padronizadas mundialmente é uma condição essencial. Em um primeiro momento, o GRI lançou um modelo padrão de divulgação social de qualquer setor empresarial, porém, com a sua evolução, modelos de relatório setoriais foram sendo criados como o dos serviços financeiros em 2004. Em 2006, aparece um crescimento de 20% na utilização de relatórios de sustentabilidade no Brasil (PAULINO, 2006). No entanto, vale a pena atentar para o fato de que consiste ainda em uma retórica em busca de ser colocada em prática, como evidenciado na fala de Jodie Thorpe, entrevistada por Paulino (2006). Ela acredita que

obviamente na comunidade de investidores sociais há mais interesse nos relatórios de sustentabilidade. Eles prestam muito mais atenção nisso. Mas, dentro da maioria dos grupos de investidores e analistas, eu acho que ainda não vimos o uso do relatório de sustentabilidade ser incorporado da maneira que nós acreditamos que eles deveriam ser usados, especialmente para aqueles que fazem negócios em longo prazo. (Jodie Thorpe, citada por PAULINO, 2006).

O GRI possui um conselho diretivo com 16 integrantes os quais têm “a responsabilidade final legal, financeira e fiduciária para o GRI o que inclui a autoridade em tomar decisões finais nas revisões das diretrizes do GRI assim como na estratégia organizacional e nos planos de trabalho¹¹⁸” Neste grupo seletivo está presente o presidente do Instituto Ethos, Ricardo Young.

Paralelamente ao GRI, pode-se verificar o surgimento de outras iniciativas para a institucionalização do ISR no Brasil criando contornos para a formação de um espaço social do Investimento Socialmente Responsável.

O caminho escolhido para desenhar este espaço social percorre as influências sobre a construção do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) identificado como um fator determinante para o desenvolvimento do ISR no Brasil.

3.4 A Influência do ABN AMRO REAL para a constituição do Investimento Socialmente Responsável.

¹¹⁸ Informação disponível em <http://www.globalreporting.org/AboutGRI/WhoWeAre/GovernanceBodies/Board/> Acesso em 27 de janeiro de 2010. Tradução do trecho [the ultimate fiduciary, financial and legal responsibility for the GRI, including final decision making authority on GRI Guidelines revisions, organizational strategy, and work plans] por Marina Sartore

A década de 90 foi marcada pela aceleração do processo de concentração bancária e pelo aumento de instituições financeiras internacionais atuando no país. (MINELLA, 2009). O primeiro fundo socialmente responsável lançado no Brasil surgiu como resultado do processo de concentração bancária e consistiu no fundo Ethical do então Banco ABN AMRO Real¹¹⁹ em 2001 (SÃO PAULO, 2006). Segundo Buosi¹²⁰ (2008), o surgimento do Ethical está atrelado a uma mudança na cultura do Banco Real quando este foi comprado pelo banco holandês ABN AMRO em 1998. Segundo Buosi,

A estratégia que o Real adotou depois que o ABN comprou o Real foi focar em um banco de relacionamento. Então, vai ser um banco que tem respeito pelos clientes, tem respeito com os fornecedores (...) adotar esta estratégia de negócios para se diferenciar num mercado a partir da qualidade do serviço. E a partir disto começou a se pensar em sustentabilidade, então se juntaram várias pessoas, a alta diretoria do banco, o vice-presidente, o próprio FÁBIO BARBOSA e começaram a pensar em como estruturar isso dentro do banco, dentro da organização; como fazer com que isso se tornasse parte do dia a dia dos negócios (BUOSI, 2008).

A partir da idéia de reestruturar o Banco Real, cada área se mobilizou para incorporar os conceitos de Sustentabilidade, e uma delas foi a *Asset Management*, lançando o Fundo Ethical, espelhado em experiências internacionais. Antes da criação do Ethical, Buosi (2008) cita o nome de Christopher Wells¹²¹ como o único que fazia análises de Sustentabilidade no setor financeiro no Brasil, através da elaboração de relatórios sociais para clientes do Unibanco no exterior. Segundo Silva (2001), estes relatórios serviram de referencial para a elaboração do fundo Ethical.

O fundo Ethical foi lançado pelo pressuposto da exclusão de empresas produtoras de tabaco, álcool, energia nuclear, jogos de azar. No entanto, no momento em que foi criado, levava também em consideração, aspectos como rentabilidade, Responsabilidade Social Empresarial, relação com o meio ambiente e Governança Corporativa (SCHARF; GALINDO, 2001).

Nos primeiros cinco meses de existência do fundo é possível encontrar manchetes como “Responsabilidade Social ultrapassa o Ibovespa médio” (DADONO, 2002),

¹¹⁹ O Banco ABN AMRO REAL foi comprado em 2008 pelo Banco SANTANDER. Porém, como os desdobramentos de nossa história ocorreram quando o banco era chamado BANCO ABN REAL, será assim referido ao longo do texto.

¹²⁰ Maria Eugênia Buosi atua como analista do Fundo Ethical e foi entrevistada pela autora desta tese em 2008. A entrevista foi gravada, transcrita e arquivada.

¹²¹ Christopher Wells é funcionário do Banco ABN AMRO REAL atualmente.

“Empresa Responsável atrai fundos”, “Retorno atrativo das ações” (AZEVEDO, 2002) ou ainda “Fundo Ethical mostra a melhor performance do portfólio do ABN” (VIEIRA, 2002) o que demonstra a recepção positiva deste tipo de investimento no Brasil.

O grupo de atores citados por Buosi (2008) que desempenharam papel pioneiro nesta empreitada é o presidente do Banco, Fábio Barbosa, além do coordenador geral da *Asset Management*, Luiz Eduardo Passos Maia e o seu primeiro gestor, Luiz Ribeiro e o primeiro Analista, Pedro Angeli Villani.

Os profissionais ligados ao Banco ABN AMRO REAL têm, em sua maioria, formação em negócios, pertencem a uma geração de profissionais atuantes no mundo das finanças através do setor bancário e possuem estudo ou experiência profissional no exterior.

Fábio Barbosa, particularmente, construiu a imagem do Banqueiro Verde (PRADO; ROSENBERG, 2007) ao inserir as idéias de Sustentabilidade na estratégia do Banco ABN AMRO REAL. A figura de Fábio Barbosa é emblemática, pois não apenas criou um nicho de atuação dos dirigentes dos bancos a partir da ótica da Sustentabilidade, como a expandiu como um diferencial de gestão e de atuação política dos bancos. A expressiva presença de executivos do ABN AMRO REAL em diretorias de entidades de representação de classe como a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) ou ainda, no Banco Central (MINELLA, 2009) pode ter contribuído para a expansão das idéias de Sustentabilidade no mercado financeiro. Não é por acaso que, em 2002, a FEBRABAN criou uma comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, em 2007 iniciou o ciclo “café com sustentabilidade” que consiste em manhãs de debate sobre a sustentabilidade e a realização, em junho de 2009, do Seminário FEBRABAN de Finanças Sustentáveis.

Ainda não é por acaso que a crescente realização de eventos que discutem finanças e sustentabilidade tenha ocorrido a partir do ano [2007] quando Fábio Barbosa assumiu a diretoria executiva da FEBRABAN.

Segundo Minella (1994), a FEBRABAN surgiu pela necessidade de representação dos empresários financeiros e acabou se legitimando, mesmo enfrentando obstáculos, como a instituição oficial de representação dos bancos. Minella (1994) analisa os discursos dos presidentes da FEBRABAN para a década de 80 e conclui que o seu foco era majoritariamente neoliberal. Nos últimos dois anos, a escolha de Fábio Barbosa para a presidência da FEBRABAN demonstra as mudanças que estão ocorrendo no setor, pois Fábio Barbosa consiste no primeiro presidente advindo de um banco estrangeiro, “fato inédito na história da tradicional associação classista, que sempre priorizou um rodízio entre Bradesco, Unibanco e Itaú” (KROHEN, 2010). Assim, é possível encontrar destacado na página

eletrônica da entidade a sua atual concepção de que um “sistema financeiro saudável, ético e eficiente é condição essencial para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País¹²²”.

Luiz Eduardo Passos Maia virou a referência no que concerne os Investimentos Socialmente Responsáveis no Brasil. Esta referência fica evidente pela posse de capital simbólico e social a partir de participações como palestrante em fóruns nacionais e internacionais sobre o tema. Luiz Eduardo Passos Maia trabalhou no Banco ABN AMRO REAL na implementação do Fundo Ethical e posteriormente, em 2003, procurou a BOVESPA¹²³ com o intuito de desenvolver um índice para servir de parâmetro ao Fundo Ethical. Para tal tarefa requisitou a parceria do Instituto Ethos e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Luiz Eduardo Passos Maia é um dos diretores executivos da Associação Nacional dos Bancos de Investimento e foi o primeiro representante deste grupo no conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial. Para além, possui ampla circulação no espaço internacional, pois trabalhou em bancos no exterior. Desta maneira, tanto Fábio Barbosa quanto Luiz Eduardo Passos Maia apresentam um novo perfil profissional no espaço das finanças: o perfil do profissional preocupado com a sustentabilidade, que ocupa cargos de diretoria em associações de representação de interesses de classe a que eles pertencem e com alta circulação na esfera dos negócios financeiros internacionais.

Luiz Ribeiro e Pedro Angeli Villani construíram carreira no ABN AMRO REAL e possuem circulação em conferências internacionais sobre o Investimento Socialmente Responsável. No entanto, Luiz Ribeiro passou a atuar no *International Finance Corporation* enquanto Pedro Angeli Villani manteve a sua carreira no Banco ABN AMRO REAL. Apesar da importância de ambos para a inserção da sustentabilidade no mundo das finanças, a mídia de negócios expõe mais a figura de Fábio Barbosa (no que se refere à sustentabilidade nos bancos) seguida da figura de Luiz Eduardo Passos Maia (no que se refere ao Investimento Socialmente Responsável).

O Fundo Ethical formou um conselho consultivo (DADONO, 2002) com poder de veto e composto por profissionais com experiência em questões financeiras, ambientais e sociais. Segundo Buosi (2008), praticamente todos os conselheiros do Ethical se tornaram

¹²² Informação retirada da página inicial da FEBRABAN disponível em <http://www.febraban.org.br/Febraban.asp> Acesso em 30 de março de 2010.

¹²³ Informação obtida em entrevista realizada com Luiz Eduardo Passos Maia em dezembro de 2008, na ocasião da realização do Fórum do Investidor Responsável do programa *New Ventures*. O entrevistado não autorizou a gravação da entrevista que ocorreu na forma de anotações em bloco de notas.

conselheiros do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Assim, fica evidente a relevante participação do ABN AMRO Real na elaboração do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa.

3.5 A influência da academia e do terceiro setor para a constituição do Investimento Socialmente Responsável

Em 1989, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) “Amigos da Terra¹²⁴” foi criada. No ano de 2000, a OSCIP lançou o projeto “Eco-Finanças” que, segundo informações em sua página eletrônica, visa “assegurar que investimentos e financiamentos de instituições financeiras minimizem o impacto adverso sobre os recursos naturais, [e que] estimulem o desenvolvimento sustentável e respeitem as comunidades eventualmente afetadas por seus projetos¹²⁵”. Deste modo, o projeto “Eco-Finanças” procura desenvolver atividades na interface entre as instituições financeiras e o meio-ambiente. Uma das atividades do projeto consistiu no treinamento de mais de 1500 funcionários do Banco ABN AMRO Real em 2002 (MANO, 2004).

Este treinamento é emblemático, pois apresenta uma convergência entre um projeto do terceiro setor [Eco-Finanças] liderado por atores sociais atuantes na esfera acadêmica¹²⁶ da Fundação Getúlio Vargas-EAESP, aplicado em um banco comercial privado (ABN AMRO Real). Este encontro permitiu a criação de um espaço de convergência entre os líderes do Banco ABN AMRO REAL que vinham desenvolvendo projetos na área da Sustentabilidade com líderes interessados em criar e monitorar estas práticas a partir da área acadêmica e do terceiro setor.

Os participantes do projeto Eco-Finanças que atuaram no treinamento dos gerentes do ABN AMRO Real foram o então seu coordenador, Mário Monzoni, e a então responsável pela comunicação, Gladis Ribeiro. Juntos com Rubens Mazon criaram em 2003,

¹²⁴ A ONG amigos da terra- Amazônia Brasileira é parceira de uma rede internacional chamada *Friends of the Earth*. <http://www.foe.org/> Acessado em 16 de fevereiro de 2009 .

¹²⁵ Informação disponível em http://ef.amazonia.org.br/?fuseaction=guiaDetalhes&id=223366&tipo=6&cat_id=157&subcat_id=549 Acessado em 11 de fevereiro de 2009.

¹²⁶ No ano de 2000, a Amigos da Terra criou um programa de cooperação com a Fundação Getúlio Vargas. Informação disponível em <http://www.ces.fgvsp.br/index.cfm?fuseaction=content&IDassunto=43&IDsubAssunto=26&IDidioma=1> Acessado em 16 de fevereiro de 2009

o Centro de Estudos de Sustentabilidade (CES) na Fundação Getúlio Vargas com o intuito de disseminar o conceito de Sustentabilidade no mundo dos negócios.

A Fundação Getúlio Vargas já estava atuando em estudos sobre a ética nos negócios através da criação do Centro de Estudos de Ética nas Organizações (CENE) em 1997. Este centro cooperava com a FIDES¹²⁷. Assim, no âmbito das instituições acadêmicas, a Fundação Getúlio Vargas, tanto pela existência do CENE em 1997 como pela posterior criação do CES em 2003, procura criar um perfil diferenciado de administradores e economistas com a ênfase na Sustentabilidade.

O ano de 2003 foi marcado pelo crescimento de arranjos institucionais com o intuito de colocar o setor financeiro no debate da Sustentabilidade. O contexto internacional que contribuiu para a elaboração do CES foi o lançamento da *Declaração de Colevecchio*¹²⁸ em 2003 com o intuito de conscientizar o setor financeiro para o Desenvolvimento Sustentável. A declaração foi elaborada em 2002 em um encontro na cidade de Colevecchio na Itália no qual o então coordenador do projeto Eco-Finanças, Mário Monzoni, esteve presente.

O CES virou referência no desenvolvimento de atividades e ferramentas para a inserção da Sustentabilidade no mundo dos negócios. Dentre os projetos do CES, aparece o desenvolvimento da metodologia para a elaboração da carteira teórica do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa.

A participação do CES no ISE é por eles entendida como uma atividade dentro de um campo maior que o instituto denomina Finanças Sustentáveis que “diz respeito à atuação do sistema financeiro de forma economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta¹²⁹”. Assim, “Finanças Sustentáveis” procura englobar todas as atividades desenvolvidas pelo setor financeiro para alcançar o Desenvolvimento Sustentável

¹²⁷ Informações disponíveis em http://www.eticaempresarial.com.br/site/pg.asp?cat_pai=112&pag=2&subcat=2&tit=2&m=1&mdata=sim&ordenacao=DESC&mcat=2&nomecat=n&pagina=subcategorias&tit_pagina=%C3%89TICA%20E%20NEG%C3%93CIOS

e http://www.eticaempresarial.com.br/site/pg.asp?pagina=detalhe_artigo&codigo=166&tit_pagina=ENTREVISTA&nomeart=n&nomecat=n Acesso em 27 de janeiro de 2010

¹²⁸ A declaração de Colevecchio foi lançada em 2003 no Fórum Econômico Mundial. A declaração é composta por 6 princípios os quais devem ser abraçados pelas instituições financeiras para tornarem o seu impacto positivo na sociedade. São eles: (1) Compromisso com a sustentabilidade; (2) Compromisso de não provocar dano (3) Compromisso com a Responsabilidade; (4) Compromisso com a prestação de contas (5) Compromisso com a transparência (6) Compromisso com a sustentabilidade dos mercados e da governança. A declaração foi lançada por uma rede chamada Bank Track formada por militantes advindos dos meios da Friends of the Earth. No Brasil, a OSCIP Amigos da Terra é representante da Bank Track e portanto é signatária da declaração de Colevecchio. Informações disponíveis em <http://edmarrp.wordpress.com/biblioteca/declaracao-de-collevecchio-sobre-as-instituicoes-financeiras-e-a-sustentabilidade/> acessado em 16 de fevereiro de 2009

¹²⁹ <http://www.ces.fgvsp.br/index.cfm?fuseaction=content&IDassunto=80&IDsubAssunto=209&IDIoma=1> Acessado em 16 de fevereiro de 2009

tanto na questão do investimento (Investimento Socialmente Responsável), concessão de crédito e inclusão bancária. O CES, junto ao *Internacional Finance Corporation* (IFC) e com o apoio da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) lançou em 2005, o Fórum Latino Sobre Finanças Sustentáveis (LASFF) com o objetivo de “promover o desenvolvimento de práticas e iniciativas em sustentabilidade para o setor financeiro da América Latina¹³⁰,”

Segundo o LASFF, um dos aspectos das Finanças Sustentáveis é o mercado de capitais que engloba as práticas de Investimento Socialmente Responsáveis que “usam critérios sociais, ambientais, éticos ou de governança na seleção ou gerenciamento dos portfólios¹³¹”.

No que concerne à questão de inserir critérios extra-financeiros na decisão de investimentos, o CES amplia a sua atuação para além da esfera do mercado de capitais através de seu projeto “New Ventures”.

O projeto New Ventures surge em 2004 pela iniciativa de Luiz Eduardo Passos Maia, através de seu contato com a rede mundial do programa New Ventures, pelo *World Resources Institute*¹³² em Washington nos Estados Unidos. Segundo Monzoni, Luiz Maia o procurou e sugeriu que o CES hospedasse e executasse o projeto. Segundo Monzoni, “O Maia está com a gente desde o começo, na verdade o Maia é o começo e ele estava [no projeto New Ventures] já antes da gente”. (MONZONI, 2008¹³³).

Segundo informações em sua página eletrônica, o programa New Ventures procura “apoiar empreendedores no amadurecimento dos seus modelos de negócio, capacitá-los na incorporação de sustentabilidade à gestão dos empreendimentos, e aproximá-los de investidores-anjos e de fundos de capital empreendedor¹³⁴”. O programa New Ventures é uma iniciativa do *Sustainable Enterprise Program* do *World Resources Institute*, uma organização não governamental norte americana. O programa é realizado no Brasil¹³⁵, na China, na Indonésia, no México e na Índia.

Se por um lado, o conceito de Investimento Socialmente Responsável encontra eco no mercado de capitais através da incorporação de critérios de análises extra-financeiros

¹³⁰ <http://www.lasff.org/pt/index.cfm?fuseaction=conteudo&idSecao=38> Acessado em 16 de fevereiro de 2009.

¹³¹ <http://www.lasff.org/pt/index.cfm?fuseaction=conteudo&idSecao=46> Acessado em 16 de fevereiro de 2009.

¹³² O *World Resources Institute* também criou uma cooperação institucional com a FIDES. http://www.eticaempresarial.com.br/site/pg.asp?pagina=detalhe_artigo&codigo=166&tit_pagina=ENTREVISTA&nomeart=n&nomecat=n Acesso em 27 de janeiro de 2010

¹³³ Fala de palestra do Fórum do Investidor realizado na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo em 11 de dezembro de 2008.

¹³⁴ <http://www.new-ventures.org.br/> Acessado em 16 de fevereiro de 2009.

¹³⁵ No caso brasileiro, o New Ventures é apoiado pelo Banco ABN AMRO Real, Natura e Citi Group além de ter parceria com o projeto Inovar da FINEP.

na formação de uma carteira de investimentos, o projeto New Ventures procura incorporar nos investidores o princípio de investimento em negócios de base tecnológica¹³⁶ sustentáveis.

No caso brasileiro, o CES elabora a ferramenta para definir quais são os melhores empreendimentos sustentáveis para serem apresentados aos investidores. Os investidores deste tipo de empreendimento são chamados investidores-anjo, uma tendência que vem crescendo no país (ARAGÃO, 2008). Os investidores anjos são, na maioria das vezes, empresários, herdeiros com alto poder aquisitivo que aplicam seu próprio capital e experiência em um empreendimento (ARAGÃO, 2008; VIEIRA, 2008). O intuito do New Ventures é incorporar empreendimentos sustentáveis na carteira de investimentos dos investidores anjos.

Em conferência realizada em 2008, Luiz Eduardo Passos Maia anunciou a criação de um fundo no qual o portfólio seria composto por empresas eleitas pelo New Ventures. Este fundo segue a lógica do ISE no sentido de que reúne os melhores empreendimentos sustentáveis, com a diferença de que se dirige para um público de investidores fora do mercado de capitais e reúne em seu portfólio empresas de pequeno e médio porte que estão ainda em sua fase de nascimento.

Assim, como executor do programa New Ventures e de metodologia do ISE o CES, em parceria com as empresas e com o terceiro setor, se situa na posição de propagação da idéia de Investimento Socialmente Responsável ao criar¹³⁷ as diferentes ferramentas de análise da atuação sustentável das empresas ao mesmo tempo em que cria e legitima um mercado próprio de atuação. A militância da instituição pela implementação do ISR fica explícita na fala de Monzoni (2008) quando afirma que a “Sustentabilidade será o *mainstream* – não haverá outra possibilidade de investimento que não incorpore questões de governança, sociais e ambientais”.

Na França, o mercado do Investimento Socialmente Responsável ganhou impulso a partir da criação de uma agência de notação social chamada ARESE, ou seja, a partir da existência de um grupo reconhecido como *expert* na temática em atribuir notas para as empresas sustentáveis. Posteriormente, outras agências surgiram. (LOISELET, 2003). O CES da Fundação Getúlio Vargas ocuparia no Brasil uma posição análoga à ARESE no

¹³⁶ O projeto foca empresas pequenas e médias que têm dificuldades de acesso ao crédito nos bancos comerciais. O intuito do projeto é servir de ponte para os investidores ávidos por novos empreendimentos e empreendedores ávidos por financiamentos. Empresas como a Google e a Microsoft surgiram a partir do aporte de investidores anjos.

¹³⁷ Além da incorporação de critérios de sustentabilidade nos projetos New Ventures e ISE, o CES anunciou uma parceria com o Centro de Estudos em *Private Equity* para analisar a sustentabilidade presente nesta forma de investimento.

começo do mercado ISR na França, pois consiste no único grupo de profissionais que não atua no mercado financeiro a disponibilizar este tipo de serviço de notação social.

Se por um lado temos os atores sociais que circularam na esfera do terceiro setor e da academia, por outro temos a segunda geração que também passou pelo projeto Eco-Finanças e ao encontrar o mercado do ISR mais estruturado, formou a consultoria “Finanças Sustentáveis” com o intuito de “contribuir para que as empresas gerem valor econômico, social e ambiental¹³⁸”. Seus idealizadores, os ex-bancários, Cássio Trunkl e Victorio Mattarozzi realizaram a elaboração dos critérios sócio-ambientais do Índice de Sustentabilidade em suas versões de 2005-2006.

Assim, os desenvolvimentos institucionais na área da Sustentabilidade e das Finanças no começo do século XXI, abriram o espaço para que profissionais com passagem pelo terceiro setor encontrassem um nicho de atuação: enquanto o primeiro grupo buscou a consagração pela esfera acadêmica, o segundo buscou a consagração na esfera do conselho especializado a partir da criação de uma consultoria. Ambos os grupos tiveram uma ligação com o Índice de Sustentabilidade Empresarial apontando para a tendência de que, uma passagem pela esfera do ISE torna o profissional legítimo para a atuação no âmbito das Finanças Sustentáveis.

3.6 A influência Internacional para a constituição do mercado do Investimento Socialmente Responsável

A Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (UNEP-FI) foi lançada em 1991 pelas Nações Unidas em parceria com bancos comerciais. Apesar de sua formação ter começado em 1991, esta iniciativa somente se formalizou com o Estatuto dos bancos sobre o Meio-Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável¹³⁹ publicado alguns meses antes da realização da Conferência ECO-92. Posteriormente, em 1995, o UNEP juntou-se à indústria de seguros através do Estatuto de Comprometimento Ambiental do setor

¹³⁸ <http://www.financassustentaveis.com.br/default.asp> Acessado em 16 de fevereiro de 2009.

¹³⁹ Tradução do termo [Statement by Banks on the Environment and Sustainable Development] por Marina Sartore.

de seguros¹⁴⁰. Assim, como resultado da convergência entre estes dois estatutos surge, em 2003, a “Iniciativa Financeira”¹⁴¹.

A UNEP-FI tem uma dupla importância para o desenvolvimento do Investimento Socialmente Responsável na medida em que desenvolve debates internacionais sobre o tema ao mesmo tempo em que possui um Grupo de Trabalho, em parceria com o *International Finance Corporation*, braço privado do Banco Mundial, com atuação direcionada ao desenvolvimento do sistema financeiro em mercados emergentes.

Ao analisar as temáticas das conferências da UNEP-FI a partir de 1994, observa-se que inicialmente o foco era as relações do setor financeiro com o Meio-Ambiente, em seguida, foi incorporada a idéia de Sustentabilidade culminando em uma temática chamada “Investimentos” a qual incorpora o Investimento Socialmente Responsável. O quadro 3.6 apresenta algumas temáticas das conferências realizadas pela UNEP-FI.

A UNEP- FI criou uma “linha de ação” chamada “investimentos”. Esta linha desenvolve projetos que foram criados a partir da publicação de dois relatórios lançados no Encontro de Líderes do Pacto Global em 2004. O primeiro, "The Materiality of Environmental, Social and Corporate Governance Issues to Equity Pricing" expõe uma análise de onze indústrias sobre seus impactos sociais, ambientais e de governança analisados sob a ótica do setor financeiro. O segundo, "Who Cares Wins" é um relatório do Global Compact das Nações Unidas endossado por mais de 20 diretores executivos que procuram estabelecer relações entre investimento e desenvolvimento sustentável.

O relatório *Who Cares Wins* lançado em 2004 tem o intuito de expor orientações e recomendações para melhor integrar questões ambientais, sociais e de governança em questões de investimentos. O relatório é voltado para Analistas, Instituições Financeiras, Companhias, Investidores, Fundos de Pensão, consultores em finanças, reguladores, bolsa de valores e organizações não-governamentais. O relatório pode ser considerado um complemento “financeiro” às diretrizes do Global Compact.

Dentre as diversas atividades desenvolvidas pela linha de Investimentos da Iniciativa Financeira, uma nos é de particular interesse: trata-se do projeto “Investimento Responsável em Mercados Emergentes¹⁴²” iniciado em 2004 através da colaboração com o *International Finance Corporation* (IFC) e com o suporte financeiro do Ministério de

¹⁴⁰ Tradução do termo [Statement of Environmental Commitment by the Insurance Industry] por Marina Sartore.

¹⁴¹ Informações disponíveis em <http://www.unepfi.org/about/background/index.html> Acessado em 17 de fevereiro de 2009.

¹⁴² Tradução do termo [Emerging Market Responsible Investing] por Marina Sartore

Relações Internacionais da Holanda¹⁴³ e da Agência de Desenvolvimento Internacional da Suécia.¹⁴⁴

TEMAS DE CONFERÊNCIAS REALIZADAS PELA UNEP-FI QUE ABORDAM O TEMA DO INVESTIMENTO

Primeira Mesa Redonda Internacional da UNEP de Encontro entre Bancos e Meio-Ambiente: “Esverdeando” os Mercados Financeiros¹⁴⁵. 1994

Quarta Mesa Redonda Internacional da UNEP de Encontro entre Bancos e Meio-Ambiente: Lucro e Responsabilidade no Século 21.¹⁴⁶ 1998

Finanças de Risco Sustentáveis: Um Workshop de Experts em Capital de Risco orientado para a Sustentabilidade e Empreendedorismo.¹⁴⁷ 2002

Workshop do Pacto Global/ UNEP FI sobre Investidores e Sustentabilidade¹⁴⁸. 2003

Implementando o Investimento Responsável: Uma Mesa Redonda das Nações Unidas e Investidores¹⁴⁹. 2004

Mesa Redonda sobre os Bancos Privados e o Investimento Sustentável em Economias Emergentes¹⁵⁰. 2007

Integrando temas de ESG na Análise de Investimento.¹⁵¹ 2008

Fazendo Acontecer: Implementando os Princípios do Investimento Responsável¹⁵². 2008

Elaborado pela autora. Fonte: Dados retirados de <http://www.unepfi.org/events/investment/> Acessado em 17 de fevereiro de 2009

QUADRO 3.6 TEMAS DE CONFERÊNCIAS REALIZADAS PELA UNEP-FI QUE ABORDAM O TEMA DO INVESTIMENTO.

O *International Finance Corporation*¹⁵³ participa deste projeto através de seu programa inicialmente chamado *Sustainable Financial Markets Facility* que atualmente se

¹⁴³ Tradução do termo [Netherlands Ministry of Foreign Affair] por Marina Sartore.

¹⁴⁴ Tradução do termo [Swedish International Development Agency] por Marina Sartore.

¹⁴⁵ Tradução do Título [UNEP's First International Roundtable Meeting on Banking and the Environment: Greening Financial Markets] por Marina Sartore.

¹⁴⁶ Tradução do Título [Fourth UNEP International Roundtable Meeting on Finance and the Environment: Profitability and Responsibility in the 21st Century] por Marina Sartore

¹⁴⁷ Tradução do Título [Sustainable Venture Finance: An Expert Workshop on Sustainability Oriented Venture Capital and Entrepreneurship] por Marina Sartore.

¹⁴⁸ Tradução do Título [UN Global Compact / UNEP FI Joint Workshop on Investors and Sustainability] por Marina Sartore.

¹⁴⁹ Tradução do Título [Implementing Responsible Investment: A United Nations Investor Roundtable] por Marina Sartore.

¹⁵⁰ Tradução para o Título [Roundtable on Private Banking and Sustainable Investment in Emerging Economies] por Marina Sartore.

¹⁵¹ Tradução do Título [Integrating ESG Issues Into Investment Analysis] por Marina Sartore

¹⁵² Tradução do Título [Making it happen: Implementing the Principles for Responsible Investment] por Marina Sartore.

subdivide em dois programas: o Programa de Investimento Sustentável [Sustainable Investing Program] e a Sustentabilidade nos Mercados Financeiros [Financial Markets Sustainability].

O programa de Investimentos Sustentáveis¹⁵⁴ atua através de instituições financeiras internacionais para promover o desenvolvimento das Finanças Sustentáveis em mercados emergentes. Segundo este projeto, Finanças Sustentáveis é um termo que funciona como um termo “guarda-chuva para todas as técnicas de investimento que integram critérios sociais, ambientais e de governança na pesquisa financeira e nos processos de investimentos ¹⁵⁵”. O programa para Investimentos Sustentáveis foi o financiador do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa lançado em 2005¹⁵⁶ (CAMBA; FARIELLO; PAVINI, 2005). O IFC financiou o indicador com um primeiro investimento de U\$ 85.000,00 com trabalho de consultoria para o desenvolvimento da metodologia do índice. Em janeiro de 2007, foi aprovado mais um investimento de U\$120.000,00 (IFC, 2007).

Para englobar grandes Investidores Institucionais como os Fundos de Pensão, o Pacto Global e a UNEP-FI lançaram, em 2006, os Princípios para o Investimento Responsável (PRI). No entanto, já em 2003, no Brasil havia uma iniciativa do Instituto Ethos junto a Associação Brasileira dos Fundos de Pensão (ABRAPP) para lançarem os princípios básicos de Responsabilidade Social os quais fariam parte de uma cartilha para o Investimento Socialmente Responsável¹⁵⁷.

O PRI tem como base a incorporação da idéia por parte dos investidores institucionais de que investir com critérios de governança, sociais e ambientais podem afetar positivamente a performance das carteiras de investimento. Assim, a proposta é a de criação

¹⁵³ O International Finance Corporation é um braço do Banco Mundial que procura, junto com investidores privados, promover o desenvolvimento econômico e sustentável dos países em desenvolvimento concedendo-lhes empréstimos e financiamentos. Disponível em [http://www.ifc.org/ifcext/about.nsf/AttachmentsByTitle/IFC_in_Brief_Portuguese/\\$FILE/IFC_in_Brief_Portuguese.pdf](http://www.ifc.org/ifcext/about.nsf/AttachmentsByTitle/IFC_in_Brief_Portuguese/$FILE/IFC_in_Brief_Portuguese.pdf) Acessado em 17 de fevereiro de 2009.

¹⁵⁴ O Programa é patrocinado pelos governos da Holanda, Noruega, Suíça, Itália, Inglaterra e Luxemburgo. Dados retirados de <http://www.ifc.org/ifcext/sustainability.nsf/Content/SustainableInvesting> Acessado em 17 de fevereiro de 2009.

¹⁵⁵ Tradução do trecho [umbrella term for all investment techniques that integrate environmental, social and governance (ESG) criteria into financial research and investment processes] Por Marina Sartore. Informação disponível em http://www.ifc.org/ifcext/sustainability.nsf/Content/SustainableInvesting_AboutSustInvesting Acessado em 17 de fevereiro de 2009.

¹⁵⁶ Anteriormente ao lançamento do ISE, em 2003, o IFC publicou o relatório “Para um Investimento Responsável e Sustentável nos Mercados Emergentes” [[Towards Sustainable and Responsible Investment in Emerging Markets](#)] o qual aponta para o Brasil como um país com bom potencial para o desenvolvimento de práticas do Investimento Socialmente Responsável.

¹⁵⁷ Maiores informações disponível em http://www.abrapp.org.br/apoio/relatorio_social/2008/investimentos.pdf Acessado em 04 de Março de 2009.

de um referencial para que os investidores possam incorporar estas práticas ao seu dever de gerir recursos de terceiros¹⁵⁸.

Segundo Rebouças (2006), o Fundo de Pensão PREVI, junto ao Fundo de Pensão da Tailândia, foram os únicos dois grupos do terceiro mundo convidados para participar da elaboração destes princípios¹⁵⁹. Sérgio Rosa, presidente da PREVI citado por Rebouças (2006) afirma que,

na condição de investidores institucionais, temos o dever de dar prioridade aos interesses de longo prazo de nossos beneficiários (...) acreditamos que temas como meio ambiente, desenvolvimento social e governança corporativa podem afetar o desempenho das carteiras de investimento variando em níveis por empresas, setores, regiões, classe de ativos e através do tempo (ROSA, citado por REBOUÇAS, 2006)

O UNEP-FI junto ao Fórum de Investimento Socialmente Responsável Inglês (UKSIF) lançaram um relatório intitulado “*Responsible Investment in Focus: How leading public pension funds are meeting the challenge*” em 2007. Este relatório demonstra que os Fundos de Pensão públicos têm avançado no que concerne às questões do Investimento Socialmente Responsável. Naquele momento, a PREVI, única representante brasileira no relatório, associava às suas ações de Investimento Socialmente Responsável às ações de desenvolvimento da Governança Corporativa. (UNEP-FI;UKSIF, 2007).

Como decorrência destas iniciativas, em fevereiro de 2009, é possível observar a participação de 28 signatários brasileiros no PRI¹⁶⁰.

No Brasil, o IFC acabou por financiar o Índice de Sustentabilidade Empresarial e, para além, faz parte do conselho deliberativo do indicador. Em 2007, o Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente¹⁶¹ (PNUMA) também se juntou ao conselho

¹⁵⁸ Informações disponíveis em <http://www.unpri.org/about/> acessado em 12 de fevereiro de 2009. São 06 os princípios para o Investimento Responsável: (1) *Incorporate Environmental, Social and Governance (ESG) issues into investment analysis and decision making process.* (2) *Be active owners and incorporate ESG issues into our ownership policies and practices.* (3) *Seek appropriate disclosure on ESG issues by the entities in which they invest* (4) *Promote acceptance and implementation of the Principles within the investment industry* (5) *Work together to enhance our effectiveness in implementing the Principles* (6) *Report on their activities and progress towards implementing the principles.* Princípios retirados do Para maiores informações: www.unpri.org acessado em 12 de fevereiro de 2009

¹⁵⁹ Rebouças (2006) menciona a Dinamarca, França, Alemanha, Holanda, Noruega, Suíça, Reino Unido, Polônia, Estados Unidos, Itália e Japão formando um grupo que na sua totalidade (incluindo o Brasil e a Tailândia), administram mais de US\$ 4 trilhões.

¹⁶⁰ Referências retiradas de <http://www.unpri.org/signatories/> acessado em 12 de fevereiro de 2009

¹⁶¹ O PNUMA é o escritório no Brasil do United Nations Environment Program criado em 1991 e sediado no Rio de Janeiro. <http://www.brasilpnuma.org.br/opnuma/index.htm> Acessado em 18 de fevereiro de 2009.

deliberativo dando-lhe, como afirmou Nogueira, uma “legitimidade internacional” (NOGUEIRA, 2007¹⁶²). Em suma, as principais influências internacionais para a configuração do ISE consistem na atuação das Nações Unidas, particularmente via projetos de sua iniciativa financeira para o meio-ambiente e do Banco Mundial, através da *International Finance Corporation*.

3.7 Os “Fóruns” como ponto de encontro dos profissionais em ISR

A propagação das idéias do Investimento Socialmente Responsável ocorre através da realização de fóruns com o intuito de divulgar as idéias de ISR pela formação de redes. No entanto, mais do que divulgar as informações, estes fóruns desempenham um papel de redução de incertezas frente a um mercado em formação, além de se tornarem um laço social, ou ainda, um espaço de convergência entre os seus participantes. Segundo Penalva-Icher (2006), a evolução do mercado de ISR francês é marcada pela formação de redes baseadas na amizade e na simpatia entre os seus membros. Esta característica fica evidente na fala de Luiz Eduardo Passos Maia quando entrevistado e perguntado sobre a parceria do Banco ABN AMRO REAL com o Centro de Estudos de Sustentabilidade da FGV. Maia (2008) responde que começou a trabalhar com Mário Monzoni, pois simpatizou¹⁶³ com o trabalho dele. Os principais pontos de encontro no âmbito internacional são: O Fórum de Investimento Social norte-americano [1985]¹⁶⁴, o Fórum de Investimento Social Europeu,¹⁶⁵ [2001], A Organização de Investimento Social¹⁶⁶ do Canadá [1989]; A associação para o

¹⁶² Entrevista com Ricardo Pinto Nogueira. Então presidente do Conselho do ISE em Abril de 2007.

¹⁶³ Grifo da autora

¹⁶⁴ The Social Investment Forum (SIF) is the only national membership association dedicated to advancing the concept, practice, and growth of socially and environmentally responsible investing (SRI). Our members integrate economic, environmental, social and governance factors into their investment decisions and SIF provides programs and resources to advance this work.

SIF's membership of nearly 500 social investment practitioners and institutions includes financial professionals, analysts, portfolio managers, banks, mutual funds, researchers, foundations, community development organizations, and public educators. Dados retirados de <http://www.socialinvest.org/about/> Acessado em 18 de fevereiro de 2009.

¹⁶⁵ EUROSIF é composto de uma rede de Fóruns para o Investimento Social na Europa. O EUROSIF é formado pelo Belgian Social Investment Fórum (BelSIF); French Social Investment Fórum (FIR); German Social Investment Fórum (FORUM); Italian Fórum for Sustainable Finance; Dutch Social Investment Fórum; Swedish Social Investment Fórum; UK Social Investment Fórum.

¹⁶⁶ <http://www.socialinvestment.ca/AboutSIO.htm> Acessado em 18 de fevereiro de 2009

Investimento Responsável e Sustentável¹⁶⁷ da Ásia (ASRIA) [2001] e a Associação de Investimento Responsável¹⁶⁸ da Austrália.

A *Triple Bottom Line Investing Conference* (TBLI) foi desenvolvida por Robert Rubenstein, um jornalista holandês, e vem aumentando o número de participantes a cada ano desde sua primeira versão em 2000. A TBLI consiste em um “ponto de encontro” no qual profissionais de diversas nacionalidades que atuam na interseção entre a sustentabilidade e as finanças freqüentam. Os personagens que atuam para a consolidação do Índice de Sustentabilidade Empresarial no Brasil freqüentam esta rede.

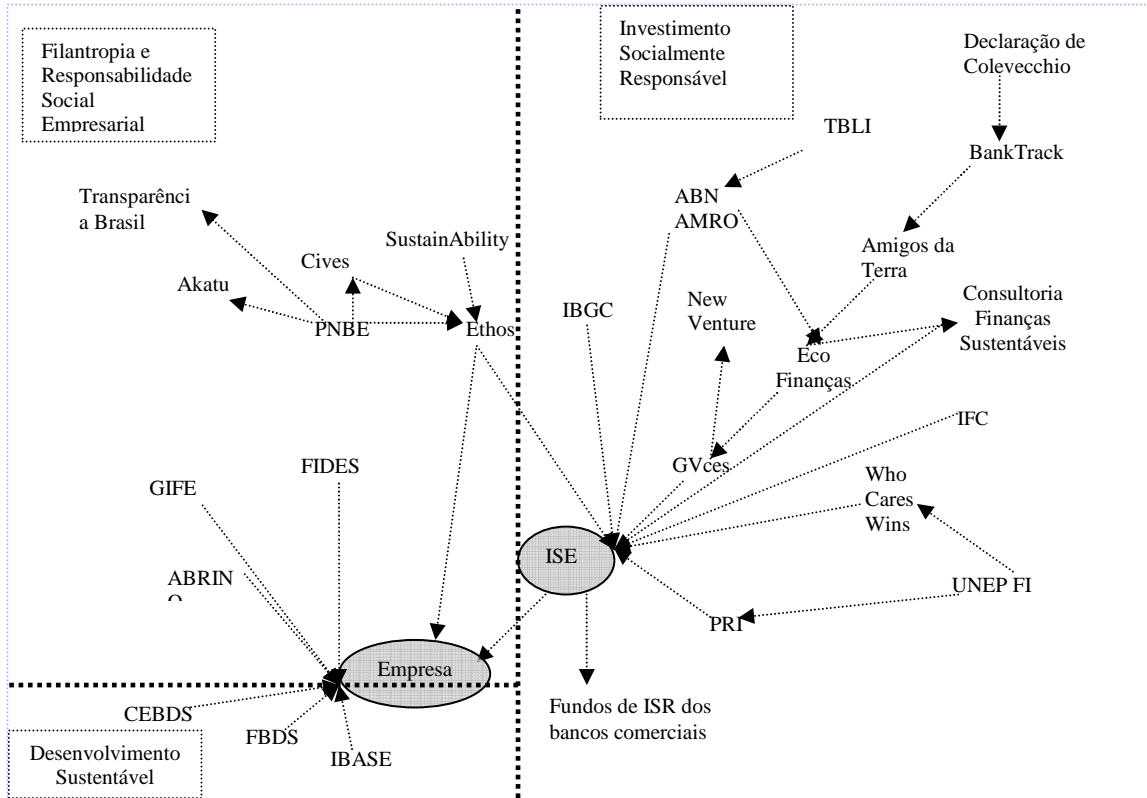
Deste modo, é possível observar a influência “externa” do *International Finance Corporation*, da UNEP-FI assim como dos fóruns do Investimento Socialmente Responsável na constituição do mercado do ISR no âmbito internacional em geral e no Brasil em particular.

A influência dos fóruns para o mapeamento dos atores que se encontram na interface entre finanças e sustentabilidade é desenvolvida no capítulo 5.

O presente capítulo retrçou as principais influências para a constituição do espaço da Sustentabilidade Empresarial desde o seu primeiro momento, o da Filantropia Empresarial, passando pela Responsabilidade Social Empresarial, pelo Desenvolvimento Sustentável, pela Sustentabilidade Empresarial, chegando ao Investimento Socialmente Responsável. Os desenhos a seguir evidenciam a cronologia apresentada no decorrer deste capítulo. A figura 3.7 demonstra a ligação entre as diferentes instituições citadas no decorrer do capítulo enquanto a figura 3.7a apresenta uma linha do tempo dos principais acontecimentos citados no decorrer deste capítulo.

¹⁶⁷ <http://www.asria.org/> Acessado em 18 de fevereiro de 2009

¹⁶⁸ http://www.responsibleinvestment.org/html/s01_home/home.asp Acessado em 18 de fevereiro de 2009. Segundo os australianos, o investimento responsável é “an umbrella term used to describe an investment process which takes environmental, social, ethical or governance considerations into account”. http://www.responsibleinvestment.org/html/s02_article/article_view.asp?id=280&nav_cat_id=329&nav_top_id=101 Acessado em 18 de fevereiro de 2009.

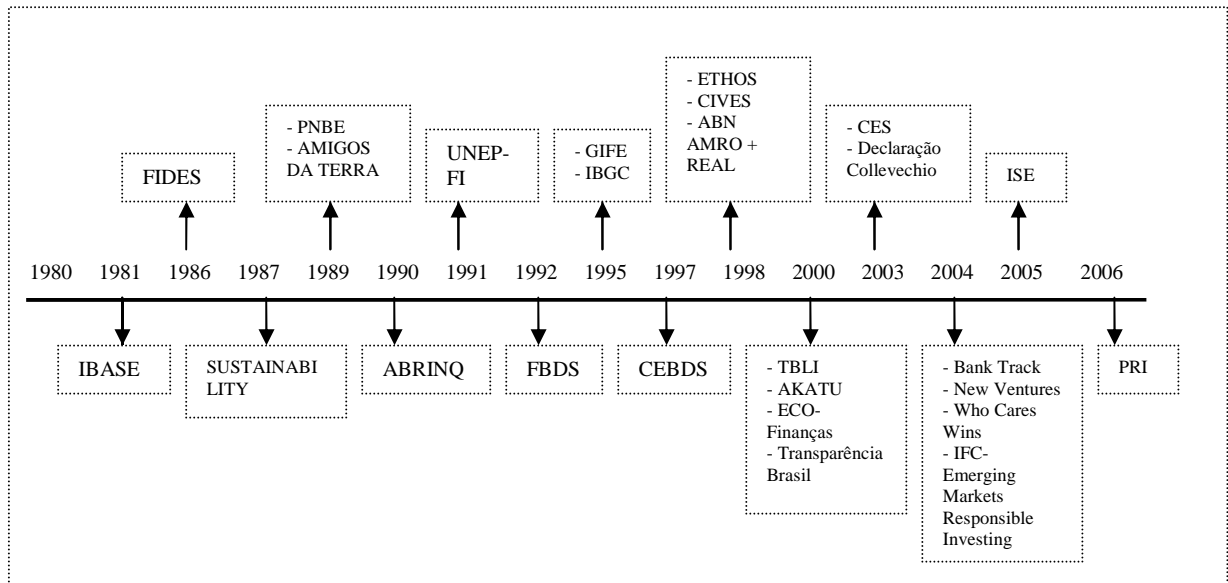


Elaborado pela autora. Fonte: Dados Apresentados no decorrer do Capítulo.

FIGURA 3.7 – INSTITUIÇÕES DO ESPAÇO DAS PRÁTICAS SOCIAIS DO EMPRESARIADO BRASILEIRO

3.8 Considerações Finais sobre A (Re) Constituição Do Espaço Das Práticas Sociais: Da Filantropia Ao Investimento Socialmente Responsável

O presente capítulo apresentou as instituições relevantes para a compreensão do espaço da Responsabilidade Social Empresarial e do Investimento Socialmente Responsável. Estas instituições formam um espaço social que, segundo Bourdieu (1984, p.03), é “construído sobre a base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto de propriedades que agem no universo social considerado”



Elaborado pela autora. Fonte: Dados Apresentados no decorrer do Capítulo.

FIGURA 3.7a- LINHA DO TEMPO

As distinções que foram criadas através da evolução da história da Responsabilidade Social Empresarial e do Investimento Socialmente Responsável situam os indivíduos em quatro pólos distintos: ao norte, os executivos de gerações empresariais das décadas de 60/70 e 80, ligados ao tradicionalismo, filantropos e locais [pois não têm ampla circulação internacional]. Ao sul, os executivos da década de 90 e contemporâneos, de vanguarda, ligados ao meio-ambiente e com alta circulação internacional. À direita, os indivíduos ligados ao mundo das finanças e do Investimento Socialmente Responsável versus, à esquerda, os indivíduos ligados ao mundo das empresas, da RSE e do Desenvolvimento Sustentável.

Assim, no primeiro quadrante situamos os protagonistas que pertencem ao primeiro momento [Filantropia Empresarial], ou seja, atores ligados à FIDES, ao IBASE e ao GIFE. No segundo e no quarto quadrante situamos os protagonistas que pertencem ao segundo e terceiro momento [Responsabilidade Social Empresarial, Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade Empresarial]. E por fim, no terceiro quadrante situamos os protagonistas do Investimento Socialmente Responsável.

Estas oposições demonstram que a tomada de posição no espaço da Responsabilidade Social Empresarial depende muito menos da área de formação acadêmica, pois todos são, em sua maioria, formados na área de negócios, do que pela sua trajetória profissional, idade, e instituições pelas quais passou. Demonstra também que se trata muito menos de um espaço de práticas divergentes do que de um espaço homogêneo para a convergência de elites.

Também é possível observar uma polarização entre, de um lado, os atores ligados à esfera da Responsabilidade Social Empresarial e do Desenvolvimento Sustentável, e de outro, atores ligados às Finanças e à Governança Corporativa. Sendo assim, os primeiros focam as suas práticas para a orientação dos executivos das empresas enquanto os segundos focam as suas práticas para a geração de valor para os acionistas.

Esta distinção só se torna mais nítida a partir da incorporação da Sustentabilidade no mercado financeiro.

Esta incorporação recria, por exemplo, as distinções existentes entre o proprietário/acionista/investidor e o gerente: de um lado temos executivos que desenvolvem ações “sustentáveis” nas suas respectivas organizações e de outro, os acionistas/investidores que constroem a sua própria noção do que significa ser “sustentável”. Trata-se, portanto, de uma recolocação do clássico problema da agência. Assim, de um lado temos o executivo de uma empresa buscando implementar as práticas de Responsabilidade Social no dia-a-dia da empresa, ao mesmo tempo em que deve atender às diferentes exigências de Sustentabilidade para a criação de valor para o acionista. Este dilema fica evidente no caso da avalanche de questionários que atingiu as empresas nos últimos 5 anos. São diferentes instituições utilizando os seus critérios específicos para avaliar a Sustentabilidade de uma empresa. Assim, segundo Buosi (2008), o número de questionários com o intuito de avaliar a Sustentabilidade Empresarial das empresas aumentou nos últimos anos. Estes questionários possuem a particularidade de definir quais são as pautas prioritárias no que concerne a Sustentabilidade Empresarial e podem ter um efeito norteador para o desenvolvimento das práticas de Responsabilidade Social Empresarial do dia-a-dia das empresas.

O questionário do ISE é um dos mais extensos, ultrapassando 100 páginas e representa a avaliação por parte da esfera das finanças, ou ainda, dos investidores da Sustentabilidade Empresarial. Deste modo, os gestores enfrentam uma avalanche de avaliações através das quais devem adequar os seus negócios se quiserem ser reconhecidos por seus avaliadores. Esta relação recoloca em questão quem é que “dita” as regras sobre o que gera *valor* para a empresa em termos de Sustentabilidade Empresarial. São os agentes que fomentaram o Movimento da Responsabilidade Social Empresarial na década de 90 ou as instituições ligadas ao Mercado Financeiro? Esta disputa pela autoridade (ainda não definida) de classificar as empresas em socialmente responsáveis envolvendo os acionistas/investidores de um lado e a sociedade e os gerentes de outro pode aparecer em dois episódios ocorridos em momentos distintos na consolidação do ISE.

O primeiro trata da saída (REBOUÇAS, 2005) do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) do Conselho Deliberativo do ISE (CISE) em 2005. Este rompimento evidencia a oposição entre a sociedade civil [pretendidamente representada pelo IBASE através da demanda pela não candidatura das empresas de álcool, tabaco, jogos para participarem do ISE] versus as empresas de produção de álcool, tabaco e jogos que almejavam participar do indicador. Matarozzi citado por Zaccaria (2005) explicita esta tensão

Mesmo aprovando a iniciativa da Bovespa, a Amigos da Terra não ficou plenamente satisfeita com o processo de elaboração do índice. A maior crítica refere-se à condução dos trabalhos. "Com a saída do IBASE, em fevereiro deste ano, a sociedade civil ficou sem representação no Conselho", argumenta Matarozzi. A ONG reuniu-se com Ricardo Nogueira, superintendente de operações da Bovespa, e propôs que a vaga fosse ocupada por outra entidade. E mais: que um representante da sociedade civil especializado em meio ambiente fosse convidado para integrar o grupo. "A Bovespa argumentou falta de tempo para a reestruturação. As decisões acabaram ficando restritas ao universo corporativo. Isso depõe contra o índice", diz Matarozzi. (ZACCARIA, 2005).

Nesta disputa, o CISE desempenhou o papel de árbitro ao mesmo tempo em que buscava a legitimação para se tornar a autoridade no assunto¹⁶⁹.

Outra evidência desta tensão é o caso da retirada da Petrobrás do Índice de Sustentabilidade Empresarial em 2008, atribuindo aos atores que compõem o conselho do ISE o papel de árbitro para a validação do que é ser sustentável para uma empresa. Até este momento, o Conselho do ISE desempenha a função para a qual foi criado. O caso da Petrobrás é particularmente interessante, pois coloca em evidência as disputas no espaço da Sustentabilidade Empresarial além de levantar questionamentos sobre os limites deste espaço assim como sobre o seu significado para a sociedade brasileira. Deste modo, o contencioso Petrobrás-ISE é assunto do apêndice deste capítulo.

Assim, estes dois contenciosos (um ocorrido em 2005 e outro em 2008) apontam a existência de distinções estruturalmente definidas no espaço da Sustentabilidade Empresarial podendo constituir-lo, portanto, no campo da Sustentabilidade Empresarial Brasileiro. O contencioso de 2005 será brevemente relatado. O contencioso de 2008 finaliza as considerações finais deste capítulo.

¹⁶⁹ O próximo capítulo aprofunda este debate da saída do IBASE do Conselho Deliberativo do ISE.

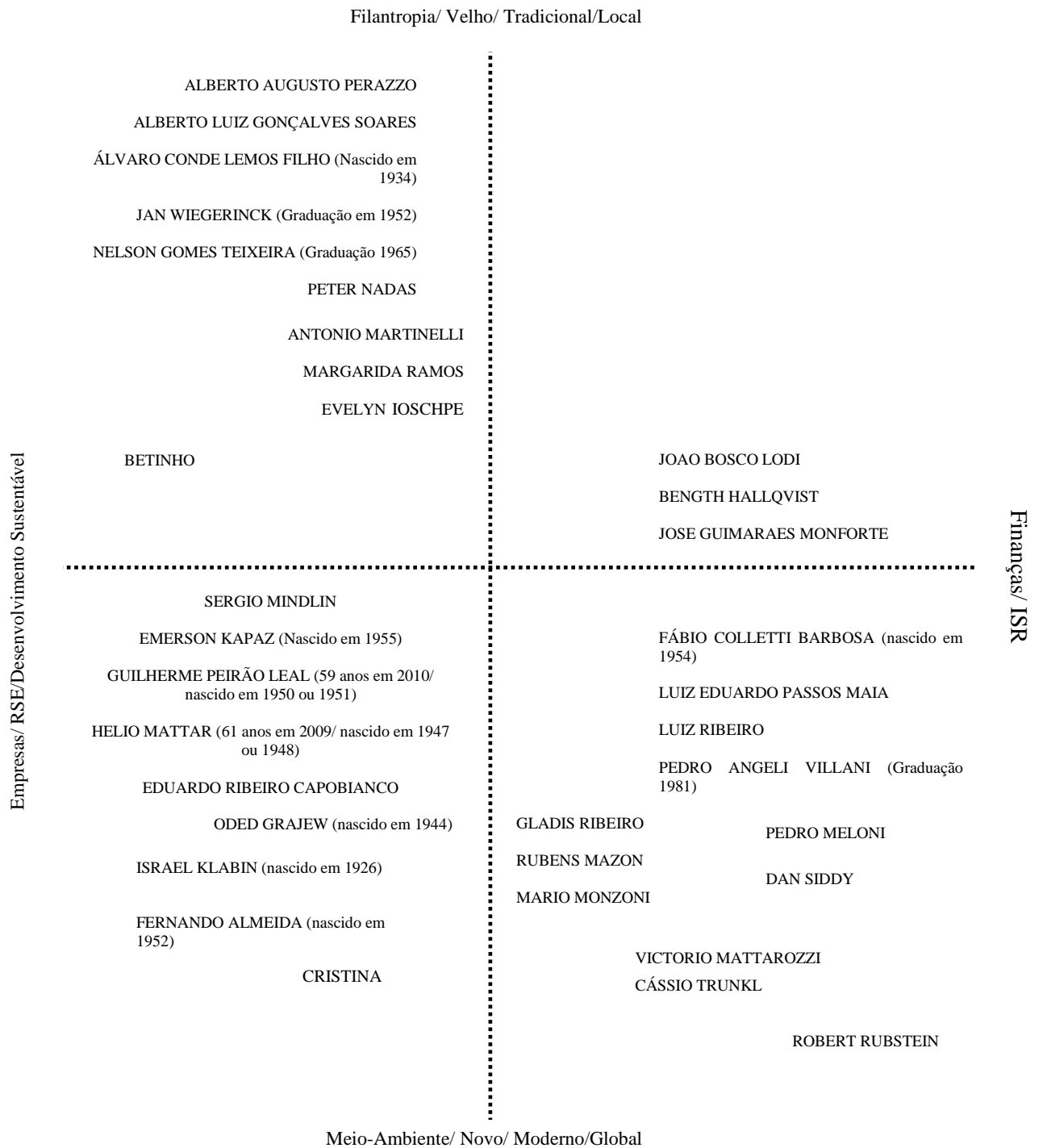
3.8.1 O contencioso Petrobrás-ISE

O contencioso que envolveu a retirada da Companhia Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) do Índice de Sustentabilidade Empresarial em 2008 é interessante do ponto de vista sociológico, pois evidencia os limites da ação social dos integrantes do Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (CISE) e conseqüentemente, aponta para a criação de distinções que compõem um campo social.

A Petrobrás é uma “sociedade anônima de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil¹⁷⁰”. A história da Petrobrás coincide com a história da industrialização do Brasil: ela é o resultado do triunfo dos nacionalistas, os quais preconizavam o monopólio do Estado sobre todas as etapas da produção do Petróleo exceto na sua distribuição, sobre os liberais, que preconizavam uma estrutura de exploração público-privada do petróleo (COHN, 1968; PENNA, 2005). Como corolário deste processo, a Petrobrás, principalmente a partir da década de sessenta, se consolidou como o símbolo do nacionalismo desenvolvimentista (SAES, 2008).

A emergência das práticas de Responsabilidade Social das Empresas, principalmente a partir da década de noventa, coloca a Petrobrás em uma realidade controversa: se de um lado, consiste no símbolo do orgulho nacional, de outro, o seu produto, o petróleo, não é visto como “socialmente responsável”.

¹⁷⁰Informação retirada da página eletrônica da Petrobrás. Disponível em <http://www.petrobras.com.br/pt/quem%2Dsomos/perfil/> Acesso em 17 de Maio de 2010.



Desenho elaborado a partir das informações biográficas dos protagonistas. Ver ANEXO 1

FIGURA 3.8 O ESPAÇO DOS ATORES DAS PRÁTICAS SOCIAIS DOS EMPRESÁRIOS E SUAS POLARIZAÇÕES

Na esfera dos Investimentos Socialmente Responsáveis existem duas abordagens distintas: a do *negative screening* e a do *positive screening*. A primeira utiliza como critério para a formação de uma carteira de investimentos a exclusão prévia de

empresas que produzem produtos por eles considerados nocivos à sociedade: este é o critério adotado pelo Fundo Ethical criado pelo então Banco ABN AMRO REAL em 2001¹⁷¹. O Conselho do Fundo Ethical não autoriza a inserção da Petrobrás na carteira de investimentos do fundo. Este posicionamento é evidente na fala de Buosi (2008), analista-chefe do Fundo Ethical, ao afirmar que,

A Petrobrás não estava no Ethical desde que o Ethical foi fundado. Nunca esteve. A gente foi fazer a análise dela de novo este ano [2008] e ela continua vetada! Ela [a Petrobrás] tem políticas fantásticas? "Com certeza"! Mas, justamente na estratégia de negócio, ela tem um buraco considerável.

Se por um lado o Fundo Ethical adota o *negative screening*, o Índice de Sustentabilidade Empresarial adota o *positive screening*, ou seja, todas as empresas são consideradas candidatas a comporem a carteira do indicador e são avaliadas pela sua contribuição positiva para o desenvolvimento da Sustentabilidade no país.

Em um primeiro momento, a Petrobrás hesita em se candidatar para compor a carteira do ISE, devido a

um parecer técnico contra a participação porque o índice não contemplaria as especificidades dos setores em que as companhias operam – uma indústria é tratada da mesma forma que uma varejista, mesmo que os riscos de danos ao meio ambiente, por exemplo, sejam muito diferentes (GABRIELLI¹⁷² citado por COTIAS;CAMBA, 2005).

Por fim, mesmo apresentando críticas à metodologia do índice, a Petrobrás decidiu pela candidatura, mas acabou não compondo a primeira carteira do ISE lançada em dezembro de 2005 (PAVINI; FARIELLO; CAMBA, 2005). No âmbito internacional, a situação da Petrobrás era outra: em 2005, ela passou a integrar o Índice de Sustentabilidade do Setor de Energia elaborado pelo banco de investimento Goldman Sachs (LUQUET, 2005). Em setembro de 2006, a Petrobrás foi incorporada na carteira do Índice Dow Jones de Sustentabilidade, o qual inspirou a criação do ISE no Brasil (RIBEIRO, 2006). Como corolário, a aceitação internacional da Petrobrás enquanto empresa sustentável refletiu-se no

¹⁷¹ Sobre o *negative* e o *positive screening* assim como sobre o Fundo Ethical ver o capítulo IV.

¹⁷² José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobrás em 2005.

Brasil, levando a empresa a entrar para a carteira do ISE em dezembro de 2006 (PAVINI; CAMBA; FARIELLO, 2006).

Como afirmou Raul Campos, gerente executivo de Relacionamento com Investidores, "O nosso produto é, por natureza, complicado. Por definição, nós retiramos carbono do subsolo e jogamos para a atmosfera. Não somos nós que usamos, mas somos nós que fazemos" (CAMPOS, citado por SANTOS, 2006). No entanto, segundo Campos em mesma reportagem, o motivo pela inserção da Petrobrás na carteira foi a divulgação da intenção de investimentos para o período de 2007 a 2010, no desenvolvimento em energias alternativas como o biodiesel, o etanol e o gás natural. Esta política manteve a participação significativa da Petrobrás, com peso de 25% na carteira do ISE em 2007.

Como consequência da entrada da Petrobrás no ISE em 2006, é possível observar na mídia a notícia sobre a existência de protestos pela retirada da Petrobrás da carteira do ISE. Entre as instituições que se articularam para o protesto estão as secretarias do meio-ambiente da cidade e do Estado de São Paulo, o Partido Verde (PV), a Organização Não Governamental Greenpeace e a SOS Mata Atlântica (JARDIM, 2007). Estas instituições entraram com ação contra a Petrobrás no Ministério Público alegando que a empresa causa danos à saúde pública além de protagonizarem uma denúncia ao Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária pedindo a suspensão de todas as campanhas de marketing da empresa que evidenciam a sua sustentabilidade (ALVES, 2007).

A argumentação central destas instituições é a de que a Petrobrás estaria desrespeitando a Resolução de número 315/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente a qual estabelece o limite máximo de emissão por veículos automotores de 50 partículas por milhão (PPM) de enxofre a partir de janeiro de 2009¹⁷³. Apesar da Resolução se dirigir aos emissores de gases na atmosfera, a argumentação das instituições é a de que "tais limites possuem uma relação direta, por conta da tecnologia automotiva, com a qualidade do combustível. Um combustível de má qualidade não permite que se respeitem os limites máximos de emissão preconizados em lei" (CARTA AO PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE AUTO-REGULAMENTAÇÃO PUBLICITÁRIA CONAR, 2007).

No entanto, em um primeiro momento, as reivindicações não foram acatadas pelo Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (CISE), o qual contra-argumentou pelas palavras de Ricardo Nogueira, presidente do CISE,

¹⁷³ Naquele momento, a emissão de enxofre nas regiões metropolitanas consistia em 500ppm e nas demais cidades em 2000ppm. Para maiores informações ver Resolução CONAMA 315/2002, particularmente o artigo 15. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=337> Acesso em 18 de Maio de 2010.

O conselho do ISE avaliou que a Petrobras, que prometeu colocar no mercado diesel com menos enxofre, era elegível. Não dá para perder de vista que, isoladamente, a Petrobras representa 25% da grandeza do ISE. Sua eventual saída provocaria, com certeza, mudanças importantes no portfólio. (NOGUEIRA citado por JARDIM, 2007).

A tentativa de retirar a Petrobrás da carteira do ISE para o ano de 2008 não obteve sucesso. Porém, a história não seria a mesma no momento da definição das empresas que comporiam a carteira de 2009.

O debate da exclusão da Petrobrás da carteira do ISE é retomado através da emissão da carta encaminhada ao Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial reiterando “os termos da denúncia feita por nós [instituições signatárias] no ano passado [2007] no sentido de não incluir a Petrobras na Carteira para o período 2008-2009” (CARTA ENVIADA A BM&F BOVESPA, 2008). A argumentação versa sobre o não-cumprimento do prazo de janeiro de 2009, para a produção do diesel S50 por parte da Petrobrás, o que tornaria inviável o cumprimento da Resolução 315/2002 do CONAMA. O fato de a Petrobrás ser uma empresa de sociedade mista, cujo controle está nas mãos do governo federal, aumenta a cobrança pelo não-cumprimento da medida por parte das instituições que assinam a carta, as quais argumentam que

por ser ente da administração pública, a empresa deve atuar em estrito cumprimento da legal (não tendo seus dirigentes a opção de cumprir ou não a lei), privilegiando o interesse público (como a saúde pública e o meio ambiente) em detrimento do privado, e de modo absolutamente ético. (CARTA ENVIADA A BM&F BOVESPA, 2008).

As instituições que assinaram a carta são: As Secretarias do Meio-Ambiente do Estado e do Município de São Paulo, a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, o Movimento Nossa São Paulo, O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, a SOS Mata Atlântica, o Greenpeace Brasil, a Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, o Instituto Akatu e o Instituto Brasileiro de Advocacia Pública.

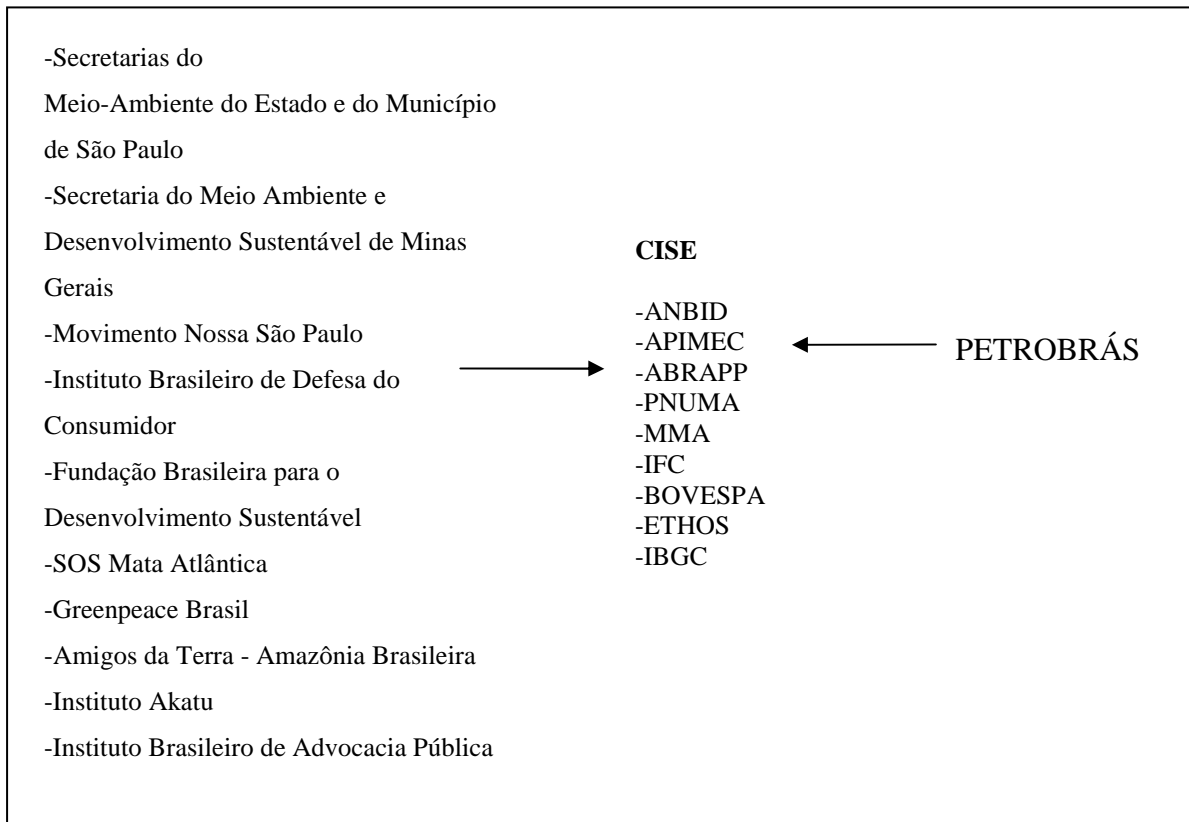
Estamos, portanto, diante de uma disputa entre diferentes posicionamentos no espaço social. Neste sentido, o contencioso aproxima-se teoricamente da argumentação de King e Pearce (2010) sobre o papel relevante dos movimentos sociais na constituição dos mercados, os quais funcionam como um elemento dinamizador para a explicação da formação e funcionamento dos mercados. Em outras palavras, para se compreender os mercados, deve-se compreender o conflito.

Assim, o primeiro retrato deste contencioso apresenta de um lado a Petrobrás (e junto a ela a idéia de símbolo nacional) e de outro, instituições ligadas às instâncias públicas em nível municipal e estadual e instituições do terceiro setor. Nesta disputa, o Conselho do Índice de Sustentabilidade ocupa o lugar central o qual tanto recebe o questionário respondido pela Petrobrás para a sua candidatura à carteira do ISE, quanto a carta das instituições ligadas ao setor público e ao terceiro setor protestando contra a entrada da Petrobrás na carteira do indicador. Neste ínterim, coube ao CISE desempenhar o papel de árbitro, pois a decisão final em manter ou não a Petrobrás na carteira era atribuída a eles. Desta maneira, o que estava em jogo neste primeiro momento não eram apenas os posicionamentos ocupados no campo a partir das argumentações mobilizadas em torno da Sustentabilidade da Petrobrás, mas também a construção da legitimidade do CISE (e conseqüentemente das instituições que o compõem) em definir o que é a Sustentabilidade para o mercado financeiro.

Em novembro de 2008, o Conselho Deliberativo do ISE anunciou a exclusão da Petrobrás. O motivo seria o não cumprimento da resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). (ALVES; MURAKAWA, 2008; VIALLI, 2008). Segundo Vialli (2008), apenas o Ministério do Meio-Ambiente votou contra a exclusão “uma vez que o governo é o acionista majoritário da Petrobrás”.

A saída da Petrobrás do ISE teve repercussão nos principais veículos de informações de negócios do país (EXAME, 2008; FILGUEIRAS, 2008; O GLOBO, 2008).

Os que advogam pela exclusão da Petrobrás afirmam que "se a empresa continuasse no ISE, afetaria a credibilidade do índice e estaria punindo as empresas que realmente cumprem os requisitos." (FURTADO [diretor executivo do Greenpeace] citado por FILGUEIRAS, 2008). Neste time se encontra Oded Grajew, do Instituto Ethos que afirma que o não cumprimento da resolução pela Petrobrás “é responsável por graves doenças respiratórias na população (especialmente crianças e idosos) e pela morte prematura de aproximadamente 10 mil pessoas por ano" (GRAJEW citado por ALVES; MUKAWA, 2008).



Elaborado pela autora. Fonte: Dados do texto acima.

FIGURA 3.8.1a – ATORES DO CONTENCIOSO PETROBRÁS-ISE

Neste contencioso, Oded Grajew, um dos líderes do movimento Nossa São Paulo, desempenha, na mídia, o papel de “denunciador” dos motivos da retirada da Petrobrás do ISE como fica explícito na reportagem publicada na página eletrônica do Mercado Ético:

Segundo Oded Grajew, do Movimento Nossa São Paulo, a saída da Petrobras deve-se ao “não-cumprimento, por parte da empresa, da resolução 315/2002 do Conama, que determina a redução do teor de enxofre no diesel comercializado no Brasil a partir de janeiro de 2009” (ODED citado por MERCADO ÉTICO, 2008)

ODED continua...

Essa notícia não nos alegra. Muito pelo contrário. Lamentamos que a postura arrogante e prepotente da atual direção da Petrobras, menosprezando o diálogo com a sociedade e insensível a um problema tão grave de saúde pública [a morte prematura de 10 mil pessoas por ano em razão das doenças respiratórias provocadas pelo alto teor de enxofre no diesel comercializado pela Petrobras], manche de forma tão profunda a história de uma empresa brasileira que já deu tanto orgulho a todos nós por sua excelência tecnológica (mas que atualmente distribui combustíveis que

se situam qualitativamente entre os piores do mundo) e seu compromisso com o desenvolvimento econômico e social do país (GRAJEW citado por MERCADO ÉTICO, 2008).

Por outro lado, a Petrobrás se defende em nota de esclarecimento ao declarar que “vem sendo alvo de uma campanha articulada com o objetivo de atingir a imagem da companhia e questionar a seriedade e eficiência de sua administração¹⁷⁴”. A companhia acusa o “grupo de pessoas [e neste aspecto a Petrolífera se refere principalmente às secretarias do meio-ambiente e à secretaria do Partido Verde] que atua de forma deliberada e difamatória (...) e que se intitulam representantes da sociedade civil de São Paulo”. E se defende ao afirmar que “a ação politizada desse grupo promove a desinformação do público em geral e induz entidades sérias [provavelmente o CISE] a cometerem erros de avaliação e decisão, prejudicando a Petrobras, seus acionistas e demais partes interessadas”.

Como corolário deste embate, em dezembro de 2008, a Petrobrás anuncia a sua retirada do Instituto Ethos (ORDOÑEZ, 2008), argumentando que o Ethos tem respaldado um "grupo de pessoas e entidades responsáveis por essa campanha contra a companhia" (SCHÜFFNER, 2008).

Desta maneira, se em um primeiro momento, o Conselho do ISE ocupa a posição de árbitro ao decidir sobre a permanência ou não da Petrobrás no ISE, em um segundo momento, a sua legitimidade entra na disputa através da disputa entre a Petrobrás e o Instituto Ethos. Assim, de um lado a Petrobrás afirma que o Instituto Ethos dá o respaldo institucional àqueles que são contra a sua permanência no ISE. De outro, o Instituto Ethos se defende nas palavras do então representante do Instituto Ethos no CISE, Ricardo Young. Ele afirma que, ao se desassociar do Instituto Ethos, a Petrobrás “rompe com o compromisso de ser uma Empresa Socialmente Responsável” (...) [e continua] “Parece que é uma tentativa de confundir o mercado. Quer desviar a questão principal e se colocar como vítima. Mas vítima do quê? A empresa é pública e precisa prestar contas” (YOUNG citado por VIALLI, 2008b; EXAME, 2008b).

Colocado em meio à disputa entre Petrobrás e Instituto Ethos, o Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial decide pela suspensão do Instituto Ethos do Conselho pelo período de um ano (NIERO; FREGONI, 2008; GASPAR, 2008; VIALLI, 2008c). Em nota de esclarecimento, o Instituto Ethos apoiou a decisão do CISE reconhecendo a quebra de

¹⁷⁴ Trechos em aspas retirados da reportagem intitulada “Esclarecimentos sobre teor de enxofre e o óleo diesel S-50” disponível na Agência Petrobrás de Notícias em http://www.agenciapetrobrasdenoticias.com.br/materia.asp?id_editoria=8&id_noticia=5932 Acessado em 02 de Março de 2009.

confidencialidade por parte de Oded Grajew ao mencionar publicamente os motivos pelos quais a Petrobrás havia sido retirada do indicador. Segundo o documento,

A suspensão se deu exclusivamente em razão de o presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos, falando em nome do Movimento Nossa São Paulo, divulgar detalhes da decisão que excluiu a Petrobras da carteira do ISE, acreditando se tratar de informação de interesse público e sem saber que o assunto poderia ser interno ao Conselho do ISE e seus membros (ETHOS citado por MERCADO ÉTICO, 2008b).

O apoio do Instituto Ethos à decisão do CISE procura recolocar o conselho em seu papel de árbitro neutro e legítimo para as decisões sobre a Sustentabilidade Empresarial. A busca desta legitimidade e neutralidade está explícita na nota de esclarecimento emitida pelo Instituto Ethos a qual afirma que

Ao colocar em primeiro lugar o interesse público de preservar o bom funcionamento do ISE, o Instituto Ethos acredita ainda que o episódio fortalece esse índice como referência da seriedade e dos critérios cada vez mais rigorosos que devem nortear a responsabilidade socioambiental das empresas.

Complementando a posição do Instituto, o então membro do Instituto Ethos no CISE, Ricardo Young afirma que o Ethos “acata a decisão da BM&FBovespa. Temos certeza de que não houve pressão da Petrobrás e de que o conselho do ISE agiu da forma mais isenta e rigorosa possível¹⁷⁵”. (VIALLI, 2008c).

O contencioso Petrobrás-ISE trata, portanto, de uma disputa pelo direito de enunciar o que é a Sustentabilidade Empresarial. A partir dos conflitos citados, a Petrobrás desempenha o papel de colocar em xeque a capacidade de ação dos agentes ligados ao ISE no sentido de gerar uma autonomia para o espaço das Finanças Sustentáveis no Brasil.

Além de colocar em jogo o papel do CISE no desenvolvimento das Finanças Sustentáveis no Brasil, o caso da expulsão da Petrobrás pode evidenciar a existência de um campo da responsabilidade social que possui uma homologia no campo político entre aqueles que lutaram pela estatização da empresa e aqueles que eram simpatizantes de outra configuração social para a exploração de petróleo do Brasil: esta dualidade é representada

¹⁷⁵ Grifo da autora

pelo Partido dos Trabalhadores e o Partido da Social Democracia Brasileira respectivamente. Segundo Alves (2007), o embate da exclusão da Petrobrás teria “como pano de fundo uma questão política, já que as secretarias de Meio Ambiente do estado e da capital paulista são comandados pelo PSDB e pelos Democratas, respectivamente, partidos de oposição ao do governo federal, principal acionista da Petrobras”.

Em entrevista para o jornal do Correio em 2009, o então presidente da Associação de Engenheiros da Petrobrás, Fernando Siqueira, reafirma esta disputa ao ressaltar uma possível campanha de desmoralização da Petrobrás perante a sociedade brasileira como demonstra o trecho reproduzido a seguir.

[Pergunta do Jornal] O desligamento do instituto Ethos, pedido pela Petrobrás no final do ano passado, acabou gerando muitas críticas à empresa, que por sua vez também saiu disparando contra os governos de São Paulo e Minas, acusando-os de conspirar contra a imagem da estatal. Ter adiado a adequação do combustível aos padrões ambientais exigidos não consiste em uma atitude negativa para a imagem da empresa?

[Resposta de Fernando Siqueira] Lembro que a gestão do PSDB governando o país foi responsável pela quebra do monopólio do petróleo, pela venda de 36% das ações da Petrobrás na Bolsa de Nova York por menos de 10% do seu valor real. Elaborou o projeto de lei e fez com que o Congresso aprovasse a famigerada lei do petróleo (a Lei 9478/97) que contraria a Constituição, dando a propriedade do petróleo a quem o produz. Além disto, fixou a participação da União na produção de petróleo entre 10 e 40%, quando no mundo os países exportadores recebem a média de 84% de participação e os da OPEP, 90%. O governo do PSDB vendeu a Vale do Rio Doce por valor menor do que um milésimo do valor dos ativos e direitos minerários que ela detinha. Ou seja, o PSDB não gosta da Petrobrás. Nem do Brasil (BRITO; NADER, 2009)

Apesar da possibilidade de existir uma base político-partidária que estaria orientado a disputa em questão, não é por este viés que ela se apresenta na mídia. Sem deixar de apresentar um aspecto político, o contencioso é esvaziado de seu conteúdo partidário. Isto fica evidente na fala de Oded Grajew quando ele mesmo associa à sua imagem a da sociedade civil. Em um primeiro momento, em 2003, Oded Grajew, então assessor do presidente, renuncia ao seu cargo afirmando que acredita que atuando na sociedade civil pode ampliar muito mais a sua ajuda ao governo. “Estou saindo para ajudar mais o governo na sociedade civil” (FOLHA ONLINE, 2003)

Assim, vale relembrar que Oded Grajew foi um dos porta-vozes da criação do Pensamento Nacional das Bases Empresariais que consistiu em um movimento pela maior participação do empresariado na esfera política através da implantação da democracia

orientada por uma política liberal. Diniz e Boschi (1993) concluem em seu artigo que o ponto em comum entre as diferentes instituições que surgiram no decorrer da década de 80, como contraponto às instituições corporativistas-estatais, é o compartilhamento pela implementação de uma política orientada para ações de cunho liberal.

Rosanvallon (2008) desenvolve a idéia de que o desenvolvimento de uma ideologia neoliberal advinda da crescente perda de legitimidade do Estado Administrativo corresponde a uma reconstrução da legitimidade democrática, principalmente a partir da década de 80. Esta nova legitimidade democrática está fundada no reconhecimento, não mais da sociedade enquanto o conjunto de uma maioria que decide, mas sim, de uma sociedade que reconhece as suas diferenças e é apresentada como um conjunto de minorias. Neste sentido, as formas de consolidação da democracia estariam sendo colocadas sobre outras bases.

O desenvolvimento de uma sociedade da particularidade dá assim, ao domínio social um papel crucial a terceiros, aos avaliadores que desempenham um papel mais direto na vida dos indivíduos. Este fato requer, simultaneamente, uma forte demanda pela imparcialidade e redefine em profundidade todo o horizonte de demandas sociais e políticas (ROSANVALLON, 2008, p. 110-111).

Neste sentido, o contencioso Petrobrás-ISE não apenas estaria colocando em disputa o direito de enunciar sobre o que é a Sustentabilidade Empresarial como também constitui um exemplo, por excelência, de como a sociedade brasileira, assim como a francesa descrita por Rosanvallon (2008) estaria redefinindo a sua prática democrática. Esta redefinição estaria associada à construção da legitimidade de imparcialidade, de reflexividade e de proximidade. Grosso modo, a legitimidade de imparcialidade colocaria os interesses partidários e os interesses particulares distantes uns dos outros. A legitimidade de reflexividade se define pela capacidade de levar em consideração as diversas opiniões sobre o bem comum. Por fim, a legitimidade de proximidade seria a capacidade de reconhecimento de todas as singularidades. O contencioso da Petrobrás-ISE ilustra a legitimidade de imparcialidade ao esvaziar o debate de seu conteúdo político e centrá-lo na neutralidade do Conselho do ISE. Ilustra também a legitimidade de reflexividade, pois a mídia aponta os diversos grupos e suas diversas tomadas de posição. Por fim, a legitimidade de proximidade é ilustrada pelo reconhecimento de que existem diferentes pontos de vistas a serem ouvidos como o da Petrobrás, do Movimento Nossa São Paulo, do CISE e das outras associações envolvidas.

Seguindo o ponto de vista de Rosanvallon (2008), a legitimidade da construção democrática pode emergir fora da esfera eleitoral desde que seja resultado de um consenso das diferentes partes as quais reconhecem as mesmas instituições de validação, de controle, de prestação de contas etc. Assim, as controvérsias inerentes ao contencioso resultaram no acordo realizado entre o Ministério Público Federal, o Governo do Estado de São Paulo, o IBAMA, a CETESB, a Agência Nacional do Petróleo, a Petrobrás, a Associação Nacional dos Fabricantes de veículos automotores e 17 fabricantes de veículos automotores em estabelecer um prazo de mais 4 anos [a partir de 2009] para a produção do diesel S50. (ECO-FINANÇAS, 2008). Neste sentido, mesmo com o descontentamento de Oded Grajew (e da sociedade civil a qual ele pretensiosamente representa) por não ter participado do acordo, o contencioso entra em um estado de hibernação até que outra brecha se abra para que os atuantes do movimento para a fabricação do diesel S50 apareçam.

Este acordo evidencia a possível existência de um campo, cuja principal característica é a existência de um consenso seguida de um dissenso. Ou seja, o acordo silencia as vozes da oposição e conseqüentemente esvazia o contencioso da mídia de negócios o que não significa que o jogo terminou. Como afirma Bourdieu,

Ninguém pode lucrar com o jogo, nem mesmo os que o dominam, sem se envolver no jogo, sem se deixar levar por ele: significa isto que não haveria jogo sem a crença no jogo e sem as vontades, as intenções, as aspirações que dão vida aos agentes e que, sendo produzidas pelo jogo, dependem da sua posição no jogo e, mais exatamente, do seu poder sobre os títulos objetivados do capital específico (BOURDIEU, 1994, p85).

Assim, o contencioso sobre a retirada da Petrobrás evidencia o jogo e o confronto entre os capitais necessários para jogá-lo. Estes confrontos apontam para a formação do mercado das Finanças Sustentáveis no Brasil e conseqüentemente as suas distinções. Estas distinções aparecem a partir das justificativas apresentadas tanto pela parte do grupo que pede a exclusão da Petrobrás do ISE, quanto pela Petrobrás e pelo Conselho do ISE. Segundo Boltanski e Thevenot (1991) o confronto entre estas justificativas criam as bases para a criação de uma *cit * harmoniosa, ou ainda, é o confronto entre estas justificações que moldam a versão final da realidade em disputa. No entanto, esta versão final depende das novas esferas de consagração de uma nova legitimidade democrática que está se constituindo.

No que concerne à repercussão do contencioso, o que estava em jogo era a capacidade de colocar em xeque uma empresa de âmbito nacional e representante do Brasil no exterior. Assim, como afirma o então diretor do *Greenpeace* em entrevista, "A exclusão do ISE vai levantar questionamento, já que a empresa não está qualificada para o índice nacional" (GAZETA MERCANTIL, 2008).

No entanto, no âmbito internacional, o efeito foi contrário o que acabou ofuscando o contencioso na mídia de negócios. A Petrobrás manteve a sua posição na carteira de empresas sustentáveis do índice *Dow Jones* de Sustentabilidade em 2010 (VIALLI, 2010) assim como aumentou a sua aparição em outras esferas "legitimadoras" da Sustentabilidade Empresarial como o reconhecimento pela consultoria *Management & Excellence* que a nomeou a Petroleira mais sustentável do mundo e também pela boa pontuação atribuída à Petrobrás pelo *Sustainable Investment Research International Group* (SiRi)¹⁷⁶.

Resta-nos agora esperar, para que aconteçam novos contenciosos que fortalecerão [ou não] a análise sobre a configuração do mercado do investimento socialmente responsável no Brasil a partir dos acontecimentos que estão relacionados com o Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (CISE).

¹⁷⁶ Informações disponíveis no site da Petrobrás.

CAPITULO IV - EM DIREÇÃO A UMA “SOCIOLOGIA DO ISE”

Tudo que a ciência econômica apresenta como um dado, quer dizer, o conjunto de disposições do agente econômico que fundamentam a ilusão da universalidade a - histórica das categorias e conceitos utilizados por esta ciência, é, na verdade, o produto paradoxal de uma longa história coletiva que é reproduzida sem cessar nas histórias individuais as quais, apenas a análise histórica pode dar conta de explicar¹⁷⁷. (BOURDIEU, [2005 {1997}], p16)

Os índices do mercado financeiro foram uma invenção de jornalistas no final do século dezanove, com o intuito de sumarizar diariamente as flutuações das ações de empresas (HAUTCŒUR, 2006; GOEDE, 2005 [1971]). Segundo Hautcœur, as evidências dos dois primeiros índices publicados apareceram na *Banker's Magazine* da Inglaterra e na *Customer's Afternoon Letter* dos Estados Unidos da América, antecessora do *Wall Street Journal*.

Goede (2005 [1971]) aponta que o contexto do surgimento dos índices financeiros está estreitamente relacionado à mudança de concepção de tempo e de números trazida pela evolução da estatística. Segundo a autora, a crença do homem na sua capacidade de prever e compreender o futuro, que antes só a Deus pertencia, levou o economista britânico William Stanley Jevons à busca da existência de regularidades nas crises econômicas. A teoria de Jevons teria influenciado Charles H. Dow, na sua procura pela regularidade nas flutuações dos preços no mercado de ações.

Charles H. Dow publicou a sua idéia de medir diariamente o nível geral de cotação de títulos na Bolsa de Valores de Nova Iorque, “calculando a cotação média de certas ações de empresas que eram consideradas representativas no ramo de ferrovias”. (ZAJDENWEBER, 1991, p121).

Segundo Goede (2005 [1971]), além de publicar uma média aritmética das flutuações dos preços, uma das maiores inovações da publicação de Charles H. Dow foi o fato de objetivar as informações financeiras, utilizando-se para tanto, de representações numéricas.

¹⁷⁷ Tradução do trecho [Tout ce que la science économique pose comme un donné, c'est-à-dire l'ensemble des dispositions de agent économique qui fondent l'illusion de l'universalité anhistorique des catégories et des concepts utilisés par cette science, est en effet le produit paradoxal d'une longue histoire collective, sans cesse reproduit dans les histoires individuelles, dont seule l'analyse historique peut rendre complètement raison] por Marina Sartore.

Após a crise de 1929, os números passaram a ser divulgados sem comentários ressaltando a capacidade dos números de “falarem por si mesmo” o que, por sua vez, atribuiu-lhes o grau de cientificidade. Este status científico acabaria por contribuir para a construção do mercado financeiro como um espaço para pesquisas científicas em detrimento de um espaço de jogos de azar utilizado por apostadores.

Na tentativa de recuperar o momento em que os índices passam a ganhar maior expressão, Hautcœur argumenta que, apesar de surgirem em jornais especializados em assuntos econômicos e financeiros, o crescimento do interesse por estes índices adveio da tentativa dos economistas americanos e franceses do início do século XX em medir a situação macroeconômica de seus respectivos países.

É interessante observar no trabalho de Hautcœur, as evidências do crescimento dos índices financeiros na França e nos Estados Unidos a partir de diferentes esferas sociais. Enquanto nos Estados Unidos os índices já eram massivamente publicados pela esfera privada dos *jornais financeiros*, e posteriormente pela *Standard Company*¹⁷⁸, na França o espaço da academia, (através dos economistas engenheiros¹⁷⁹) e do Governo foi quem contribuiu para a popularização destes indicadores.

Na tese de Hautcœur, a evolução da macroeconomia acabou por influenciar a maneira como estes índices foram construídos. A seleção de empresas para um indicador considerava aspectos macroeconômicos como, por exemplo, a preocupação em agrupar nas carteiras, empresas representativas de todos os setores da economia.

Como afirma Goede (2005 [1971]), o contexto do surgimento dos índices financeiros nos Estados Unidos teve uma importância particular na emergência do espaço financeiro visto como um domínio profissional e coerentemente observável através do qual, especificamente os índices Dow Jones se tornariam os medidores autoritários do “bem estar econômico nacional” e do mercado financeiro em particular.

No Brasil, a inserção de índices financeiros remete-se ao ano de 1960, quando a "Deltec Investimentos, Crédito e Financiamento S.A" divulgou o Índice Deltec. Apesar de sua origem na esfera privada, os índices financeiros que ganharam maior interesse nacional

¹⁷⁸ Atual Standard & Poor's, empresa privada em produção de informações financeiras.

¹⁷⁹ Hautcœur demonstra em seu artigo que, enquanto os índices financeiros eram extremamente utilizados nos Estados Unidos a partir da sua publicação nos jornais da mídia financeira no final do século XIX, na França não havia menção a eles nos jornais similares. Dentre os vários motivos que poderiam explicar esta aceitação tardia da França é a resistência de certos economistas acadêmicos (que recusavam inserir estatísticas em suas análises econômicas) e da mídia. A construção destes indicadores adveio dos economistas engenheiros que trabalhavam pela produção de estatísticas para o Estado e que viriam a desenvolver os escritórios governamentais de estatística do governo: o SGF (que publicava o único índice financeiro na França durante o período de Entre-Guerras) e em seguida, o Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE).

foram o IBV lançado pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 1967 e, posteriormente, o Índice da BOVESPA (IBOVESPA) criado em 1968, inspirado no seu similar carioca¹⁸⁰. Em suma, no Brasil, o primeiro índice financeiro aparece na esfera privada, porém vai encontrar eco nas Bolsas de Valores que nasceram vinculadas às secretarias de finanças dos estados, mas que, naquele momento, já haviam se transformado em Associações Cíveis sem Fins Lucrativos¹⁸¹.

Percebe-se no cenário brasileiro a importação das idéias advindas da macroeconomia americana e européia para a qual os índices financeiros serviam para medir a situação econômica do país. Isto fica evidente na qualificação atribuída ao IBOVESPA pela *Revista Bovespa* em comemoração aos seus quarentas anos de existência, ao afirmar que “os índices de Bolsa são importantes referenciais do mercado, e também servem como termômetro da situação econômica¹⁸², política e financeira de um país.¹⁸³”

Este papel de *termômetro da situação econômica* fica ainda mais explícito nos elementos da fala de Nelson Spinelli, então vice-presidente do Conselho da Bovespa

Ao longo da década de 70, o Ibovespa sentiu os efeitos das crises do petróleo e voltou a um patamar pouco expressivo, abaixo dos 5 mil pontos, de onde só sairia com o anúncio do Plano Cruzado, em fevereiro de 1986. De lá para cá, o Ibovespa vem registrando os erros e acertos de diversos planos econômicos do País. Tivemos, nesses 40 anos, sete diferentes moedas. (...) Desse modo, o Ibovespa foi capaz de fotografar nossos momentos de crise, moratórias, recessão em países vizinhos, ataques terroristas, efeito das eleições, guerras e outros eventos¹⁸⁴

Ao mesmo tempo em que a caracterização do IBOVESPA enquanto medidor macroeconômico é objetivada na fala acima, a sua aceitação majoritária pode ser verificada através da sua divulgação na forma de gráficos ou tabelas na página inicial dos principais veículos de informações econômicas financeiras, como o Jornal Valor Econômico, Gazeta Mercantil e até mesmo a Revista Exame, a qual “desempenha o papel de principal fonte

¹⁸⁰ “Os 40 anos do Índice BOVESPA”. Revista BOVESPA. Seção *Tendências* Janeiro/Março de 2008. [Internet] Disponível em <http://www.bovespa.com.br/Principal.asp> Acessado em 02 de dezembro de 2008.

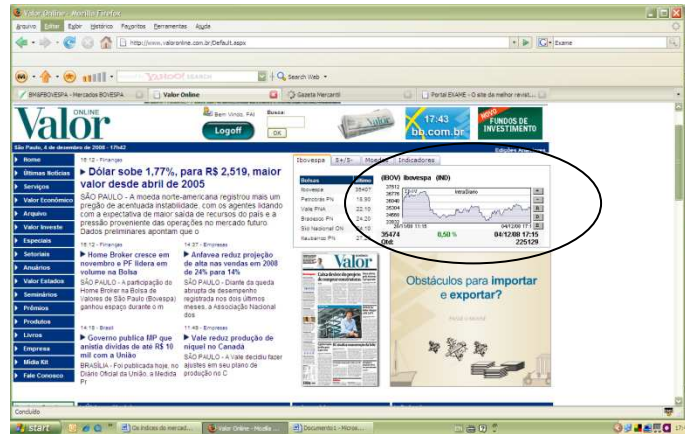
¹⁸¹ Vale ressaltar que em 2008, as bolsas de Mercadorias e Futuros (BM&F) e a Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) se fundiram para formar a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros BM&FBOVESPA S.A. Para maiores detalhes ver, por exemplo, Ruhman, Carolina; Teixeira, Michelly (2008) “Fusão Bovespa BM&F criam 3ª maior bolsa do mundo”. Exame. [Internet] Disponível em <http://portalexame.abril.uol.com.br/ae/economia/m0155410.html> Acessado em 04 de dezembro de 2008.

¹⁸² Grifo da autora.

¹⁸³ Idem nota 4

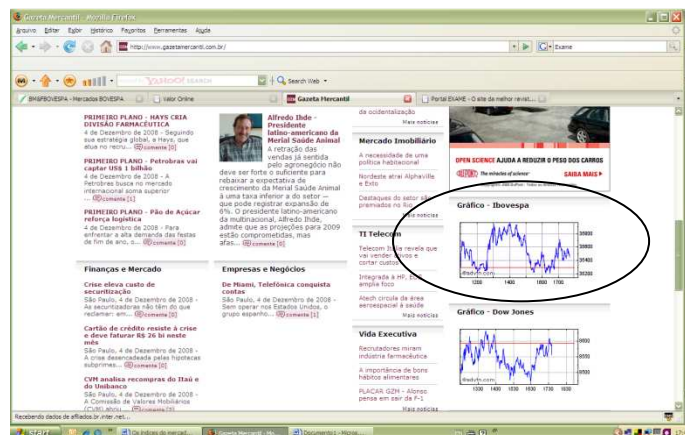
¹⁸⁴ Idem nota 4

divulgadora de idéias sobre as modificações organizacionais e tecnológicas das empresas” (DONADONE, 1999, p.38). Veja imagens a seguir.



Fonte: <http://www.valoronline.com.br/Default.aspx> Acessado em 04 de dezembro de 2008

FIGURA 4 PÁGINA VALORONLINE



Fonte: <http://www.gazetamercantil.com.br/> Acessado em 04 de dezembro de 2008

FIGURA 4a PÁGINA GAZETA MERCANTIL



Fonte: <http://portalexame.abril.com.br/> Acessado em 04 de dezembro de 2008

FIGURA 4b PÁGINA EXAME

Atualmente a BM&FBOVESPA não conta somente com o IBOVESPA e ainda, os índices disponíveis não carregam a tarefa de *termômetro* geral da economia como é atribuída ao IBOVESPA. Com o crescimento e a diversificação do mercado de capitais, re-emergiram os índices elaborados com o intuito de medir o desempenho de um grupo de ações listadas na bolsa de valores ao longo do tempo; re-emergiram, portanto, índices que têm foco *setorial* ao invés de *macroeconômico*¹⁸⁵. Ao visitar o site da BM&FBOVESPA, verifica-se a existência atual de doze índices de ações dentre os quais se encontra o Índice de Sustentabilidade Empresarial¹⁸⁶.

4.1 O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

¹⁸⁵ Porém não se pode descontextualizar a elaboração destes índices de seus arcabouços sociais, intelectuais, culturais e econômicos como veremos mais adiante.

¹⁸⁶ Além do IBOVESPA que representa o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 a partir de uma aplicação hipotética verifica-se a existência do IBRX-50 [que reúne as 50 ações selecionadas entre as mais negociadas na BOVESPA em termos de liquidez]; o IBRX [que reúne as 100 ações selecionadas entre as mais negociadas na BOVESPA]; o Índice Setorial de Telecomunicações [composto por ações das empresas mais representativas do setor de telecomunicação]; o Índice de Energia Elétrica [composto por ações do setor que registraram presença em pelo menos 80% do pregão]; o Índice do Setor Industrial [composto pela ações de emissão de empresas do setor industrial]; o Índice Valor Bovespa [com uma carteira hipotética constituída exclusivamente por papéis emitidos por empresas de excelente conceito junto aos investidores, classificadas a partir da 11ª posição, tanto em termos de valor de mercado como de liquidez de suas ações]; o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada [composto por ações de empresas que apresentam bons níveis de Governança Corporativa]; o Índice de ações com Tag Along Diferenciados [composto por ações de empresas que ofereçam melhores condições aos acionistas minoritários, no caso de alienação do controle]; o Índice Mid Large Cap [composto pelas empresas listadas de maior capitalização] e por fim, o Índice Small Cap [composto por empresas de menor capitalização]. Dados retirados do site da BM&FBOVESPA <http://www.bovespa.com.br/Principal.asp> >mercado>ações>índices. [internet] Acessado em 04 de dezembro de 2008.

Em 01 de dezembro do ano de 2005 (PAVINI; CLETO, 2005), os jornais¹⁸⁷ anunciavam o lançamento do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) pela então Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA). O índice tem o “objetivo [de] refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro”¹⁸⁸.

Ao visitarmos a página eletrônica da BM&FBOVESPA no intuito de observar a performance do ISE, (sua evolução diária, sua taxa média de crescimento, sua evolução mensal etc.), nos deparamos com gráficos e uma avalanche de números. Porém junto aos olhos fixos na tela do computador surge uma questão: “Haveria, entretanto, alguma outra maneira de enxergar o ISE?” ou ainda, “Por que deveríamos nos importar com um índice?”

A resposta a estas perguntas nos remete ao argumento central deste trabalho no qual a possibilidade de um olhar sociológico sobre o ISE abre caminhos para compreender a emergência de um espaço social que se situa na interseção entre a Sustentabilidade e as Finanças e que contribui para o fortalecimento do mercado financeiro brasileiro ao incorporar elementos até então estranhos à esfera financeira.

Os índices representam carteiras de investimentos e um espaço de possibilidades finitas de critérios de investimento. A este rol de critérios de investimento é possível atribuir um denominador comum: o critério econômico. No entanto, o ISE, além de reunir empresas pelo critério econômico, utiliza critérios sociais e ambientais. Ao ser lançado na BOVESPA, o ISE acaba se tornando um divisor de águas entre, de um lado, uma economia do investimento clássica e técnica, e de outro, uma economia do investimento contemporânea progressista. Dito de outra maneira, o ISE cria uma realidade dual entre aqueles que adotam critérios de investimentos tradicionais (baseados em critérios estritamente econômicos como a lucratividade da empresa) e aqueles que adotam critérios de Sustentabilidade em seus investimentos (baseados nas ações sócio-ambientais das empresas).

Assim, o ISE é a janela para que se torne possível a compreensão das lutas simbólicas nas quais estão envolvidos por um lado, investidores educados pelo *mainstream* das finanças¹⁸⁹ situados em um “bazar da racionalidade”¹⁹⁰, (GODECHOT, 2000) e, de outro,

¹⁸⁷ O Estado de São Paulo “Mercado de Capitais agora tem Índice de Empresas Sustentáveis” de 14 de dezembro de 2005. [internet] Disponível em <http://www.gabeira.com.br/noticias/noticia.asp?id=1468> Acessado em 29 de janeiro de 2010.

¹⁸⁸ Dados retirados do site da BM&FBOVESPA <http://www.bovespa.com.br/Principal.asp> >mercado>ações>índices. Acessado em 04 de dezembro de 2008.

¹⁸⁹ O *mainstream* das finanças atual advém em um primeiro momento, da construção do mercado financeiro enquanto lócus de jogos de azar atribuído principalmente pela sua imbricação com o crescimento das loterias

investidores que buscam construir uma nova racionalidade no intuito de se transformarem em *mainstream*¹⁹¹.

O ponto de partida para mapear os agentes sociais deste espaço consiste em um olhar mais atento para a história da elaboração do ISE assim como para os *experts* que irão compor o Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (CISE) com o intuito de deliberarem sobre questões concernentes à elaboração e à gestão do indicador.

A recuperação da história cronológica do desenvolvimento do ISE revela um esboço de sua árvore genealógica na qual se inserem novos agentes, instituições e seus esquemas de percepção do mundo financeiro. Assim, este capítulo retraza esta história, com o intuito de devolver ao indicador numérico descontextualizado, o contexto de seu nascimento e suas fases de crescimento.

Goede (2005 [1971], p. 117) menciona a idéia de que um índice ideal que computasse “todas as riquezas” possibilitaria uma representação verdadeira, exata e não arbitrária do mercado financeiro, porém, este ideal acaba por negar os processos políticos de seleção, computação e representação que estão no coração da estatística em geral e do mercado financeiro em particular¹⁹². No entanto, segundo Bourdieu (2005 [1997], p. 16) a “‘amnésia da gênese’ favorece o acordo imediato entre o subjetivo e o objetivo”, o que torna um dado econômico em algo a - histórico e, portanto, universal e natural. Assim, a re-contextualização do ISE procura recuperar a sua história social situando-o em uma realidade

nacionais no século XVIII e à sua associação às práticas de “apostas” e “especulações”. Em um segundo momento, o mercado financeiro e seu especulador se legitimam ao se desvincular das práticas de apostas irracionais e intuitivas, passando a se vincular à idéia de gestor de riscos (uma espécie de investidor orientado por critérios racionais). Para uma discussão mais aprofundada da construção da legitimidade do mercado financeiro pelo surgimento dos especuladores *cool-head* e racionais ver “*Finance, Gambling and Speculation*” in *Virtue, fortune and Faith – a genealogy of capitalism* – (2005) Marieke de Goede – University of Minnesota Press.

¹⁹⁰ Aqui, refiro-me ao bazar da racionalidade descrito por Godechot (2000, p.18). O bazar “é um conjunto de estratégias voltadas para o ganho”. Entre as estratégias descritas pelo autor estão a arbitragem matematizada [*mathématisé*], a análise econômica e a análise via gráficos [*chartisme*]. Segundo Godechot, as estratégias para análise de investimentos são orientadas, não somente pela posição ocupada pelos operadores, mas também pelas disposições adquiridas no seio familiar e escolar e/ou profissional sempre em busca não somente de demonstrar que sua estratégia é lucrativa, como de valorizá-la simbolicamente para a construção e a confirmação de uma identidade profissional e social.

¹⁹¹ Em conversa com um dos palestrantes brasileiros presentes na Conferência do *Triple Bottom Line Investing* em Paris sobre o incipiente investimento por critérios sócio-ambientais, o interlocutor que pertence ao banco HSBC afirma que o problema era que eles (grupo de Investidores Socialmente Responsável) ainda não eram o *mainstream* no Brasil.

¹⁹² No original “The ideal of an “index that includes all wealth” expresses a desire to arrive at a true, undistorted, and nonarbitrary representation of the financial market. However, this ideal is as attainable as the map that represents phenomena on their true scale and negates the political processes of selection, computation, and representation at the heart of statistics in general and the stock market indices in particular” (Goede, 2005 [1971] p.117).

social específica através da qual é possível explicar o porquê do seu atual surgimento assim como o porquê de suas características específicas.

4.2 Considerações sobre a re-contextualização

A recuperação da cronologia que orienta esta reconstituição advém principalmente da mídia de negócios “Jornal Valor Econômico *online*” e se justifica pela necessidade de se entender a construção *pública* do ISE onde aparecem as diversas tomadas de posição no espaço social.

No entanto, ao considerar as informações do jornalismo econômico, depara-se com duas lógicas paradoxais evidenciadas por Duval (2000), e que são inerentes ao campo jornalístico: a lógica econômica e a lógica propriamente jornalística. A primeira refere-se à estrutura do jornalismo enquanto empresa que necessita de recursos para sobreviver no mercado. No caso específico do jornalismo econômico, os recursos advêm muitas vezes, do próprio meio econômico, submetendo o jornalista às arbitrariedades do campo econômico. (CHAMPAGNE, 2000). A segunda refere-se ao profissionalismo e compromisso do jornalista em “passar” a informação da maneira mais “verdadeira” possível sem submeter-se a coerções externas.

Além de confrontar estas duas lógicas contemporâneas, o jornalismo econômico está embebido na condição de divulgar a informação no mesmo momento em que ela é gerada, fato advindo das transformações da sociedade em rede (CASTELS, 1999). Estas transformações modificaram a concepção de tempo e espaço no âmbito do mercado econômico, particularmente, no mercado financeiro (KNORR-CETINA; BRUEGGER, 2002). O “imediatismo” que tomou conta do mercado financeiro chegou também às salas de redação dos jornais de negócios (KLINENBERG, 2000; PEREIRA, 2003).

No Brasil, o jornalismo econômico mostrou indícios de estruturar-se a partir da publicação do Caderno Economia da Folha de São Paulo em 1950. Quatorze anos depois, surgiu a Gazeta Mercantil, seguindo os moldes dos jornais norte americano, [*Wall Street* e inglês [*Financial Times*]]. (QUINTÃO, 1979, citado por JACOBINI, 2008).

Para competir com o jornal Gazeta Mercantil, os grupos Globo e Folha de São Paulo, até então concorrentes, criaram em 2000, o Jornal Valor Econômico, no estilo inglês com informações objetivas e páginas coloridas. (NASCIMENTO, s.d).

O discurso de criação do Valor Econômico explicita a busca por “oferecer um panorama abrangente e confiável do que ocorre na esfera produtiva, capaz de auxiliar a tomada de decisões pelos agentes econômicos” (VALORONLINE, 2001). O jornal busca garantir a construção da sua neutralidade e legitimidade de maneira explícita, ao publicar que é “‘apartidário, desatrelado de governos, grupos econômicos, facções políticas e candidaturas’ e [mantém] suas páginas abertas a ‘representantes de diversas tendências ideológicas e políticas’”. Ou ainda, o faz de maneira implícita, através da criação de prêmios como o “Executivos de Valor”, “Ethos-Valor” e o “Valor Social” (DE SÃO PAULO, 2001).

Dentre estes prêmios, o “Ethos-Valor” explicita a estratégia do jornal em vincular-se com o desenvolvimento das idéias da Responsabilidade Social Empresarial criando uma cooperação com o Instituto Ethos de Responsabilidade Social, referência no tema em que atua. Esta mesma estratégia é evidenciada através da parceria do Jornal Valor Econômico, com a Câmara Americana de Comércio, em 2008, para a atribuição do Prêmio ECO¹⁹³, destinado a empresas consideradas socialmente responsáveis.

O discurso em prol da Sustentabilidade levou o jornal a acompanhar de maneira mais sistemática a criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial. Em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa da ABERJE em 2008, o Valor Econômico aparece em 3º lugar dentre os jornais com mais publicações que mencionam o tema da Sustentabilidade (NASSAR; FIGUEIREDO, 2008).

Devido ao acompanhamento mais sistemático da história da formação do ISE, esta pesquisa optou por utilizar as fontes do Jornal Valor Econômico *Online* associando-as a entrevistas e consultas em outras fontes secundárias¹⁹⁴.

Desta forma, a reconstituição da formação do ISE ocorreu *online*, o que significa dizer que foi desenvolvida dentro das características próprias do jornalismo *online*, descritas por Palácios (2003) como a Hipertextualidade [a conexão de textos através de *links*]; A Personalização [o leitor define o que quer ler. Assim, a reconstituição foi facilitada pelo sistema de busca pelas edições anteriores através de palavras-chaves. Assim, a palavra-chave utilizada foi “ISE”]; A Memória [trata-se da maior facilidade em estocar informações na internet além de transformá-las em informações coletivas, pois estão interligadas por

¹⁹³ O prêmio ECO já era realizado pela Câmara do Comércio Americana desde 1982. Para maiores informações ver <http://www.amcham.com.br/> Acesso em 29 de janeiro de 2010. Para maiores informações sobre a parceria o Jornal Valor Econômico com a AMCHAM ver <http://www.valoronline.com.br/PremioEco/Default.aspx> Acesso em 29 de janeiro de 2010

¹⁹⁴ Foram entrevistados três interlocutores (dois conselheiros do ISE e seu coordenador executivo) que ajudaram a retrair a história do Índice de Sustentabilidade.

palavras-chaves e *links*]; Por fim, a Instantaneidade [trata-se da disponibilização instantânea da informação na rede, o que permite o acompanhamento contínuo da informação].

Por ser um jornal diário, foi possível acumular reportagens entre os anos de 2005 a 2008 totalizando uma amostra de 86 reportagens que citavam a palavra “ISE” e que se referiam ao Índice de Sustentabilidade Empresarial.

4.3 A re-contextualização

A primeira reportagem encontrada que menciona o ISE apresenta a intenção divulgada pelo então presidente da Bovespa, Raymundo Magliano, em lançar o novo índice até janeiro de 2005 (RIBEIRO, 2004). Porém, as controversas as quais atingiram o ISE dificultaram o seu lançamento na data prevista.

Antes de adentrarmos nos calorosos debates do ano de 2005, é possível encontrar pistas do surgimento ainda informal do ISE em meados de 1999. Gonzalez¹⁹⁵ (2005) afirma que uma primeira idéia sobre a construção de um índice de sustentabilidade foi discutida entre o mercado de capitais (BOVESPA) e os Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais via Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais [APIMEC] no ano de 1999, ano que coincide com o lançamento do *Dow Jones Sustainability Index* no New York Stock Exchange nos Estados Unidos.

Na mesma reportagem, Gonzalez (2005) menciona a iniciativa de um banco comercial em estabelecer um diálogo com o mercado de capitais em 2003, para estabelecer um referencial para seus fundos de responsabilidade social. Esta iniciativa reforça o papel pioneiro dos bancos comerciais¹⁹⁶ na divulgação dos “Investimentos Socialmente Responsáveis” (ISR).

Em entrevista com o presidente do Conselho Deliberativo do ISE (CISE), obtive a informação de que o banco comercial envolvido em conversas com a BOVESPA era

¹⁹⁵ Roberto Gonzalez é um dos agentes sociais que compõem o CISE desde a sua formação em 2005 e é colunista da Revista RI (Relações com Investidores).

¹⁹⁶ O papel pioneiro dos bancos comerciais na divulgação dos ISR é objetivado pela criação, em janeiro de 2001, de um relatório de pesquisa para Fundos Verdes no qual o Unibanco listava as características sócio-ambientais das empresas listadas na Bovespa. No mesmo ano, o Banco ABN AMRO Real lançou os fundos de investimento ETHICAL FIA com foco em Investimentos Socialmente Responsáveis. Em 2004, o Banco Itaú lança o Itaú Excelência Social com foco na área de Responsabilidade Social Corporativa. (FGV/BOVESPA – Documento preparatório para a audiência pública de 10 de agosto de 2005).

o Banco ABN AMRO Real. O presidente atribui o começo desta história a dois *nomes-chaves*: Luiz Eduardo Passos Maia¹⁹⁷ (Associação Nacional nos Bancos de Investimentos - ANBID) e Antônio Jorge Vasconcellos da Cruz (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP), ambos participantes do CISE. Menciona também o relevante papel do Centro de Estudos em Sustentabilidade (CES) da Fundação Getúlio Vargas e cita o nome de Mário Monzoni como relevante para esta reconstrução.

Assim, torna-se possível inferir que o ISE é uma iniciativa do espaço privado dos bancos comerciais com uma, naquele momento, Associação Civil sem fins lucrativos (BOVESPA) e o apoio do espaço privado acadêmico e paulista (representado pela Fundação Getúlio Vargas). A partir destas três instituições foi possível esboçar outros setores interessados na temática como os Fundos de Pensão, os Analistas de Investimentos e os Bancos de Investimentos que também contam com representantes no CISE.

O CISE é o resultado da formação de um comitê de trabalho pela BOVESPA com o objetivo de iniciar os debates e procedimentos para a elaboração do ISE. Segundo Nogueira (2005), o comitê de trabalho foi composto no final de 2003, e contou com a participação da Bovespa junto a entidades do mercado financeiro como a ANBID, ABRAPP e a APIMEC, entidades da área acadêmica como a Fundação Getúlio Vargas, e Organizações Não Governamentais (ONGs) como o Instituto Ethos, Instituto Brasileiro de Análises Estatísticas e Econômicas (IBASE), o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e o Observatório Social.

Por fim, o CISE ficou composto pelas instituições supracitadas com exceção do Observatório Social que se retirou por questões de logística¹⁹⁸ (NOGUEIRA, 2007¹⁹⁹).

A partir das reportagens do *Valoronline* é possível resumir os embates que giraram em torno da construção do indicador em três momentos distintos: Definição, Metodologia e Resultado Final.

4.4 - Definição

¹⁹⁷ Em entrevista informal com o Conselheiro do ISE, Luiz Eduardo Passos Maia em 12 de dezembro de 2008 na ocasião do Fórum Brasileiro de Investidores Responsáveis, ele confirmou a sua atuação-chave para a conversa inicial na Bovespa como representante do ABN AMRO Real em 2003.

¹⁹⁸ De acordo com o entrevistado, os problemas de logística ocorriam pela distância geográfica do Observatório Social bem como problemas de organização da própria associação.

¹⁹⁹ Entrevista realizada com Ricardo Pinto Nogueira na BOVESPA em Abril de 2007.

O primeiro momento se refere ao debate sobre a inclusão ou exclusão na carteira do ISE de empresas atuantes no ramo de bebidas, fumo e armas. Este debate teve muito eco, pois se tratava de definir os critérios de seleção que iriam determinar quais empresas seriam elegíveis para participar do ISE.

Em um primeiro momento, o Conselho do ISE havia decidido pela exclusão das empresas destes setores. (CAMBA, 2005b).

Esta decisão dividiu, por um lado, as empresas de bebidas, fumo e armas que argumentavam serem “legalmente instaladas no país, [gerarem] milhares de empregos, [pagarem] impostos e [possuírem] programas exemplares de responsabilidade social” (CAMBA, 2005a). De outro lado, encontrava-se o grupo (no qual se situa o Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica – IBASE) a favor da exclusão, argumentando pela inconsistência de se inserir em um referencial de Sustentabilidade, empresas que fabricam produtos que “não são sustentáveis no longo prazo” (Camba, 2005a).

Neste ínterim, o “índice da discórdia²⁰⁰” revelou publicamente a posição do então presidente da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Alfred Plöger contra a criação do índice. Seus argumentos questionavam o papel da BOVESPA em criar o índice e o da Fundação Getúlio Vargas em estabelecer os critérios para a seleção das empresas que o compõem. Afirmou que “a comissão [CISE] é um saco de ONGs, com um viés muito dirigido” (PAVINI; CAMBA, 2005) e ainda, lamentou o fato de a ABRASCA não ter sido convidada para fazer parte do conselho.

Para Plöger, o ISE deveria englobar empresas de bebidas e cigarros como a AMBEV e a Souza Cruz que “têm projetos sociais importantes, estão operando dentro das leis do país, criam empregos e desenvolvem a economia” (PAVINI; CAMBA, 2005)

O CISE rebate as críticas de que seria um saco de ONGs, argumentando pela tendência mundial em criar índices de Sustentabilidade. Em defesa do ISE, se posiciona o ex-presidente da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) dizendo que para uma empresa, “não estar no Índice não significa não ser socialmente responsável, mas apenas não estar entre as principais” (PAVINI; CAMBA, 2005).

O debate continua com o pronunciamento, dias depois, do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) a favor das empresas e

²⁰⁰ Nome da reportagem escrita por Daniele Camba e Ângelo Pavini para demonstrar os confrontos que se formaram sobre a definição dos critérios de inclusão das empresas na carteira do ISE. Reportagem de 16/03/2005. [Internet] Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/O+indice+da+discordia,,49,2906015.html> Acessado em 27 de novembro de 2006

contra a exclusão. Porém questiona o fato de, como um reconhecido *expert* na área, não ter sido convidado para participar do CISE (CAMBA, 2005a).

Se, por um lado, a discussão sobre os critérios dividia as empresas e o CISE em pólos opostos, ela também lhe refletia internamente. Em um primeiro momento, o CISE havia decidido pela exclusão das empresas “nocivas” à sociedade, mas, em um segundo momento, o ISE seria criado sem exclusões prévias²⁰¹. (CAMBA; PAVINI, 2005).

Em meio à discussão sobre o tema, a APIMEC (uma dos integrantes do CISE) se manifestou publicamente *contra* a exclusão argumentando pelo direito das empresas legalizadas em bolsa de valores de se candidatarem ao ISE e pela necessidade de se aplicar um questionário que de acordo com Plöguer, “tornará a decisão do conselho menos subjetiva” (PLÖGUER citado por CAMBA, 2005a)

Para reforçar a argumentação pela não exclusão, dois dias depois da manifestação formal da APIMEC, aparece uma publicação intitulada “Índice de Sustentabilidade Empresarial – sinal de modernidade” escrita pelo economista e ex-presidente da APIMEC Francisco Petros.

Petros associa à vinda do ISE a um sinal de modernidade e atribui aos que estão no movimento a favor do ISE o qualificativo de *vanguarda*²⁰². Para Petros,

Do ponto de vista dos mercados financeiros e de capital, é preciso que se entenda que o ISE não é um índice de ações que exclui empresas²⁰³. Ao contrário, o seu objetivo é o de incluir empresas e negócios que, a despeito dos seus riscos implícitos, cumprem um papel responsável no que se refere ao meio ambiente, ao contexto social no qual estão inseridos e ao compromisso com a minimização dos impactos negativos que seus negócios possam eventualmente criar. E este é um ponto fundamental: o caráter de excelência e de inclusão do ISE é a gênese de qualquer índice de sustentabilidade (PETROS, 2005)

Ao analisar o conteúdo desta reportagem é possível verificar a tentativa do ex-presidente da APIMEC em associar o CISE à vanguarda, à modernidade e à inclusão das

²⁰¹ O jornal menciona as pressões por parte das empresas (como retirada de patrocínio às instituições participantes do CISE). Porém, não há provas quanto a essa informação. Independentemente de um lobby empresarial ter ocorrido ou não, a pressão das empresas publicamente já consegue justificar publicamente a mudança da decisão do conselho a qual se insere, como veremos, em uma lógica internacional da construção positiva da sustentabilidade.

²⁰² [Vanguarda não equivale ao vanguardismo descomprometido com a construção de "novas ordens" ao tempo em que as "velhas ordens" são superadas. Vanguarda deve ser responsável, proponente e conseqüente nas suas ações]. (PETROS, 2005).

²⁰³ Grifo da autora

empresas na carteira do ISE. A reportagem é emblemática, pois denuncia os primeiros esforços em associar o privado, o moderno, a vanguarda à inclusão enquanto as organizações que vão contra a inclusão por consequência acabam sendo associadas ao atraso, ao obstáculo para um capitalismo não excludente e minimizador de riscos.

Houve uma nova e última votação para determinar os critérios de seleção. Dentre as oito²⁰⁴ organizações que compunham o CISE, somente duas votaram a favor da exclusão: O IBASE e o Ministério do Meio-Ambiente (MMA). Com a decisão pela não exclusão das empresas, o IBASE se retirou oficialmente do CISE (CAMBA; PAVINI, 2005). A justificativa do representante do IBASE, segundo o jornal Gazeta Mercantil, é a de que o conselho “contrariou o próprio conceito de responsabilidade social e [a decisão] foi tomada por pressão de grandes indústrias como a Souza Cruz e a AmBev” (REBOUÇAS, 2005).

A tabela a seguir representa a fotografia do momento retratado até então.

Posição das instituições tomadas publicamente frente ao debate de inclusão/exclusão			
INCLUIR		EXCLUIR	
<i>Empresas</i>	<i>Mercado</i>	<i>Governo</i>	<i>ONG</i>
	<i>Financeiro</i>		
ABRASCA	APIMEC	Ministério do Meio- Ambiente	IBASE
	CVM		
CEBDS	ABRAPP		
ETHOS	BOVESPA		
	I IBRI ²⁰⁵		
BGC			

Fonte: Reportagens do Valor-online do período entre Março e Maio de 2005

QUADRO 4.4 POSIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES TOMADAS PUBLICAMENTE FRENTE AO DEBATE DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO

O quadro anterior demonstra a formação de uma polarização entre empresas e mercado financeiro de um lado e governo e sociedade civil de outro através da polarização entre os que querem incluir e os que querem excluir. Esta polarização aponta para uma divergência de opiniões entre a esfera privada e a esfera pública como bem objetivado na fala

²⁰⁴ São as oito organizações: ABRAPP, APIMEC, ANBID, BOVESPA, ETHOS, IBGC e outras duas que ainda não haviam sido mencionadas pelo Valor, a saber, “Instituto Brasileiro de Governança Corporativa” e Ministério do Meio-Ambiente (MMA).

²⁰⁵ Em reportagem de maio de 2005, o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores apóia a decisão de não excluir previamente as empresas do ISE.

de Victorio Mattarozzi²⁰⁶ e que se torna homóloga à separação incluir/vanguarda; excluir/atraso respectivamente. A fala reproduzida a seguir objetiva a divisão explicitada no quadro acima.

Mesmo aprovando a iniciativa da Bovespa, a Amigos da Terra não ficou plenamente satisfeita com o processo de elaboração do índice. A maior crítica refere-se à condução dos trabalhos. "Com a saída do Ibase, em fevereiro deste ano, a sociedade civil ficou sem representação no Conselho", argumenta Mattarozzi. A ONG reuniu-se com Ricardo Nogueira, superintendente de operações da Bovespa, e propôs que a vaga fosse ocupada por outra entidade. E mais: que um representante da sociedade civil especializado em meio ambiente fosse convidado para integrar o grupo. "A Bovespa argumentou falta de tempo para a reestruturação. As decisões acabaram ficando restritas ao universo corporativo. Isso depõe contra o índice", diz Mattarozzi. (ZACCARIA, 2005).

Sendo assim, observa-se a construção de uma aproximação cognitiva entre esfera privada e financeira, vanguarda, modernidade, e inclusão versus esfera pública e exclusão, atraso.

O debate de exclusão/inclusão não é limitado à esfera brasileira e se encontra amplamente institucionalizado na Europa e nos Estados Unidos (BRITO; DESMARTIN; LUCAS-LECLIN, 2005; DÉJEAN, 2005; LOUCHE; LYDENBERG, 2006) e seus desdobramentos apontam para tomadas de posições ideológicas. No vocabulário daqueles que trabalham com o Investimento Socialmente Responsável, esta polarização pode receber o nome de *Positive Screening* (filtro positivo), *Negative Screening* (filtro negativo) ou ainda, *Best in Class*. O primeiro refere-se à *inclusão* das empresas no grupo candidato para compor a carteira de um índice e é associado às práticas de Responsabilidade Social e Governança Corporativa; o segundo se refere à prática de *exclusão* destas empresas e é associado à existência de valores morais e religiosos, o terceiro ocupa uma posição mediana ao considerar as melhores empresas de cada setor da economia. Assim, ao mesmo tempo em que estas novas categorias de classificação surgem e criam esquemas de classificação deste espaço social, os próprios agentes sociais que a produzem são por elas definidos.

O *Pax World Fund*, um dos primeiros fundos em Investimentos Responsáveis adotou o *negative screening* no momento de sua criação. No entanto, em agosto de 2008, o Fundo é flagrado pela *Securitie Exchange Comission* (SEC) investindo em ações, que por seus princípios éticos, estariam banidas de seu portfólio. A partir deste episódio, o presidente

²⁰⁶ Mattarozzi, no momento da entrevista era gerente do projeto Eco-Finanças.

do Fundo se pronuncia, afirmando que “A idéia de que se deve excluir indústrias inteiras por causa de algumas preocupações é talvez uma abordagem automática e ultrapassada que não é a mais apropriada para o mundo de hoje²⁰⁷” (LIEBER, 2008).

Segundo Keefe (2008), presidente e CEO da Pax World Management Corp, a mudança ocorrida no Pax World Fund advém da incorporação da idéia de Sustentabilidade [inserir critérios de governança, sociedade e meio ambiente] nos investimentos. Para ele, o termo Investimento Sustentável está surgindo para suplantar o termo Investimento Socialmente Responsável, que estaria mais ligado ao *negative screening*. A conversão do Pax World Fund é emblemática, pois se trata de um dos fundos mais antigos em Investimento Responsável rendendo-se a uma nova disciplina de investimento baseada no *positive screening/ Best in class*. Para ele, o ISR estaria ligado a investimentos atrelados a valores que são extremamente subjetivos enquanto o investimento sustentável é composto por critérios ESG [*Environment, Social and Governance*] que têm uma materialidade e têm uma teoria de melhor performance que o sustenta.

Enquanto na França, o desenvolvimento de critérios de seleção se restringe aos espaços das agências de notação social e ambiental²⁰⁸ ou aos gestores de fundos²⁰⁹ (BRITO, DESMARTIN; LUCAS-LECLIN, 2005), no Brasil a definição destes critérios tomou a forma de um debate público no qual, diversas esferas sociais (governo, “sociedade civil”, empresas, entidades financeiras) participam. O caráter nacional que é atribuído a disputa entre aqueles que apóiam ou não a inclusão das empresas demonstra a importância de se olhar para o ISE como um lócus para o desenvolvimento de um debate ideológico que determinaria a posição do país no espaço do ISR internacional.

Os mercados podem ser vistos como dispositivos coletivos de cálculo que os tornam eficientes, justamente pela capacidade de calcular o que era antes, incalculável. (CALLON; MUNIESA, 2003). O debate público sobre a definição de critérios para a seleção das empresas que fariam parte do ISE constrói a calculabilidade da Sustentabilidade através de três etapas. A primeira, segundo Callon e Muniesa (2003) inspirados em Latour²¹⁰(1987) consiste no agrupamento das entidades a serem calculadas em um espaço singular. Este espaço singular é um espaço de cálculo que pode mudar de acordo com as diferentes formas de agrupar as entidades para serem calculadas.

²⁰⁷ Tradução do trecho [The idea that you should exclude entire industries because of certain concerns is perhaps an old-fashioned, knee-jerk approach that isn't most appropriate for today's world] por Marina Sartore

²⁰⁸ Agences de Notation sociale e environnementale

²⁰⁹ Gestionnaire de fonds

²¹⁰ Latour, B. (1987). *Science in action: How to follow scientists and engineers through society*. Cambridge (Massachusetts), Harvard University Press.

A disputa em torno da elaboração do ISE evidencia o processo de singularização da entidade (o universo a ser calculado contaria com as 150 empresas com maior liquidez na bolsa e nenhuma empresa seria excluída previamente). Já neste primeiro momento outros possíveis (*Negative Screening, Best in Class*) são deixados de lado evidenciando a possibilidade de variação das fórmulas de cálculo e o seu caráter político.

Finda esta primeira etapa, surge a segunda, pela construção do processo de cálculo em si. Ou seja, como as entidades [no caso as empresas] e suas características serão tratadas e medidas. Este processo evidencia outra luta simbólica na mídia de negócios: a questão da metodologia.

4.5 Metodologia

Após definir que o universo das empresas elegíveis para o ISE é o das 150 empresas com maior liquidez em bolsa sem exclusão prévia de nenhum setor, nasce o debate sobre a metodologia, que servirá de base para escolher o grupo de empresas que farão parte do ISE.

Definir a metodologia do ISE implica em definir como as empresas do universo selecionado (*positive screening*) serão associadas e comparadas entre si. Mas, não se trata somente de definir o cálculo²¹¹ para escolher quais serão as empresas que farão parte do ISE, mas sim, por consequência, de definir “qual o valor da sustentabilidade²¹²”. Ou ainda, trata-se de elaborar procedimentos para quantificar a sustentabilidade.

Submeter o universo das empresas a transformações, manipulações, regras matemáticas, com o intuito de criar uma metodologia, consiste na segunda etapa na construção do ISE que é análoga à segunda etapa, evidenciada por Callon e Muniesa (2003) para a transformação de uma entidade em algo calculável.

²¹¹ Segundo o ponto de vista adotado por Callon e Muniesa (2003), o cálculo começa ao estabelecer distinções entre as coisas ou estados do mundo e ao imaginar e estimar o curso das ações e suas consequências associadas a estas coisas ou a estes estados de mundo.

²¹² “Qual o valor da sustentabilidade?” é o nome do Seminário realizado pelo Instituto Brasileiro de Relações com Investidores em Maio de 2005 com o intuito de colocar em debate a questão do desenvolvimento de métricas para a sustentabilidade (dentre as quais o Índice de Sustentabilidade Empresarial). Na reportagem que menciona o Seminário no Jornal Valoronline aparecem os nomes de Geraldo Soares, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores se pronunciando a favor da inclusão das empresas de álcool, tabaco e jogos no universo de empresas elegíveis ao ISE. Surge também o nome de Marco Antonio Fujihara, diretor da Pricewaterhousecoopers (uma companhia de auditoria), se pronunciando a favor da sustentabilidade no longo prazo.

Esta ação é objetivada na elaboração, pelo Centro de Estudos de Sustentabilidade da FGV, de um questionário a ser respondido pelo universo de empresas selecionadas.

Ao responder o questionário, a empresa está padronizando a sua informação²¹³ e possibilitando que os dados fornecidos sejam cruzados de maneira estatística para determinar a sua posição de empresa sustentável em relação às outras empresas.

A padronização do questionário segue a ideologia do *Triple Bottom Line*, ou seja, procura avaliar as empresas em suas dimensões referentes às pessoas (*people*), ao planeta (*planet*) e à sua rentabilidade (*profit*). Por isso, o questionário é dividido em três dimensões, social, econômica e ambiental acrescido da dimensão “governança corporativa”.

Cada uma destas dimensões é subdividida em indicadores de comprometimento com as pautas do questionário, desenvolvimento de programas para viabilizá-las, medida de performance destas pautas e o comprometimento jurídico legal referente às pautas.

Vale ressaltar que de 2005 a 2010 o questionário do ISE passou por mudanças que acompanham as mudanças no contexto social. Assim, como revelado por Nogueira (2007) em entrevista, devido aos escândalos do mensalão em 2005 e 2006²¹⁴, o questionário acrescentou em suas pautas questões sobre corrupção.

Recentemente, para o ano de 2011, as mudanças anunciadas correspondem à inserção de uma nova dimensão que vem ganhando atenção da mídia nos últimos anos, a dimensão “mudanças climáticas”. (BM&F BOVESPA, 2010).

Uma versão preliminar do questionário foi enviada às empresas possibilitando que eclodissem questionamentos que dividiriam as empresas de um lado e o CISE de outro.

Logo que receberam o questionário, as empresas começaram a sugerir algumas alterações. São Paulo (2005) pontua os questionamentos das empresas sobre o rol de perguntas que deviam responder. As críticas versam sobre “questões vagas que deveriam ganhar um texto mais objetivo”, sobre “as questões de governança corporativa²¹⁵” ou ainda,

²¹³ As perguntas do questionário são 100% objetivas cabendo resposta “Sim” ou “Não”. (CAMBA, 2005c).

²¹⁴ Grosso modo, o escândalo do mensalão consistiu no pagamento regular aos deputados com uma quantia em dinheiro para que eles aprovassem as matérias em tramitação no Congresso que fossem a favor do governo Lula. (GALLI, 2007).

²¹⁵ A crítica quanto à questão de Governança Corporativa diz respeito à questão sobre a inclusão ou não da empresa no Nível 2 ou no Novo Mercado da Bovespa. Algumas empresas clamam que já cumprem a maioria das práticas de governança corporativa, porém ainda não participam do Novo Mercado. Sugerem portanto que a questão não seja de participação ou não no Novo Mercado mas que a pergunta seja desmembrada em questões como se a empresa possui 25% das suas ações no mercado free-float. [que é umas das práticas de governança corporativa]. Valoronline 07/07/2005.

perguntas sobre “o percentual de faturamento da empresa que está ligado aos produtos prejudiciais à saúde²¹⁶,”

A principal reclamação diz respeito ao descontentamento das empresas em não saber os pontos a serem atribuídos para cada questão. A argumentação das empresas é a de que é necessário saber com antecedência os pontos atribuídos no sentido de poderem conhecer claramente seus pontos fracos e fortes no que concerne a sua Responsabilidade Social (CAMBA, 2005d). O CISE optou por não divulgar os pontos com o argumento de que a divulgação poderia possibilitar que as empresas fizessem uma espécie de “conta de chegada” para serem incluídas no ranking (MAZON, citado por CAMBA, 2005c).

Pela perspectiva das empresas, o fato de não divulgarem o peso atribuídos às questões do questionário “compromete a transparência do processo do índice” (CAMBA, 2005c). Pelo lado do CISE, o fato de não divulgarem está atrelado à tentativa de impedir uma manipulação dos dados por parte das empresas comprometendo a legitimidade da métrica elaborada.

Para desvincular uma possível crítica de um caráter subjetivo ao Índice, o CISE vai explicitar que os pesos das questões variam de acordo com o contexto social, político e econômico em que o país se insere no momento de sua elaboração²¹⁷. Assim atribui-se ao contexto histórico e não aos indivíduos, o papel de determinar os pesos para cada questão. Esta “despersonalização” do ISE contribui para a construção de sua legitimidade baseada nos pressupostos objetivos que são essenciais para a construção de sua neutralidade.

Além da crítica direcionada à transparência do processo de elaboração do ISE exemplificada pelo debate dos pesos atribuídos a cada questão, houve uma crítica publicada no jornal Valoronline sobre a metodologia estatística aplicada para o tratamento dos dados: a análise de clusters.

Se, por um lado, o CISE argumenta que a análise de clusters²¹⁸ é um desenho metodológico “pioneiro” para a determinação de um indicador como o ISE, a crítica escrita

²¹⁶ Esta crítica se refere a natureza do produto com questões sobre o faturamento em produtos prejudiciais à saúde e a intenção da empresa em reduzir a participação destes produtos em seu faturamento. As empresas consultadas pelo jornal afirmam que estas questões podem comprometer a pontuação da empresa se tornando em uma forma “educada” de excluí-las do índice. Sugerem, portanto, que estas questões sejam substituídas por questões sobre os projetos de educação que as empresas possuem sobre o uso consciente destes produtos.

²¹⁷ Dado adquirido em entrevista com o presidente do CISE, Ricardo Nogueira em Abril de 2007.

²¹⁸ Segundo o documento preparatório para audiência pública de 10 de agosto de 2005, “a ‘análise de clusters’ identifica grupos de empresas que apresentam desempenhos similares em cada uma das dimensões. O portfólio final (composto por até 40 empresas) será representado pelo cluster de empresas que apresente as melhores práticas no conjunto das cinco dimensões”.

por um consultor de investimentos e de empresas versa sobre a influência subjetiva para a utilização desta ferramenta estatística (SIQUEIRA, 2005).

Quase um mês depois desta reportagem criticando a metodologia do ISE, surge um artigo escrito por Rubens Mazon em colaboração com Mario Monzoni esclarecendo os principais pontos sobre a metodologia do ISE o que acabou colocando um ponto final às críticas sobre a metodologia do ISE. Após este artigo, o debate sobre a metodologia na mídia analisada não continua.

Um ponto principal para ofuscar uma possível avalanche de críticas sobre a metodologia do indicador foi a submissão do questionário à audiência pública anunciada em Maio de 2005 (LIMA, 2005) Esta reunião pública tem por objetivo receber críticas e sugestões de melhoria para o questionário para que este sofra os ajustes finais para ser enviado às empresas (CAMBA, 2005c).

Tornar o questionário público²¹⁹ significa expor para o público interessado de forma objetiva o entendimento do CISE e da Fundação Getúlio Vargas sobre a Sustentabilidade. Submeter o questionário às sugestões advindas do público interessado consiste numa estratégia de construção de um consenso sobre a metodologia do ISE baseada na reunião pública²²⁰, aberta à sociedade, que tornaria válida a metodologia.

Esta idéia fica explícita na apresentação de Ricardo Nogueira, presidente do CISE, quando afirma que a construção do ISE possui características inéditas como o “desenvolvimento dos critérios de seleção através de consulta e com a participação de potenciais *stakeholders*” e a própria “validação pela sociedade civil”.

Em resumo, a audiência pública apontaria para um debate técnico e ético²²¹ entre partes heterogêneas que chegariam a um consenso e tornariam a metodologia legítima pela própria sociedade, pois a audiência é aberta para todos os interessados. Porém, o conteúdo discutido já é pré-elaborado pelo CES-FGV e, portanto, a linguagem do debate se realiza por uma linguagem dominante. Tudo se passa como se a “validação pela sociedade

²¹⁹ Na tentativa de ter acesso às atas das reuniões do Conselho do ISE, um e-mail foi enviado à Bovespa e a resposta consistiu na frase que se segue: “Em atenção a seu e-mail, esclarecemos que as atas das reuniões do Conselho Deliberativo do ISE (CISE) não são de acesso público, uma vez que no próprio regulamento do conselho existe previsão de acordo de confidencialidade”. E-mail de 17 de julho de 2008. Arquivado.

²²⁰ A autora desta tese participou da audiência pública realizada em 15 de junho de 2009. A audiência pública [no período da manhã] foi composta por 52 pessoas vestidas em traje de reunião de negócios (terno e gravata). O público era misto (tanto homens quanto mulheres) e muitos se conheciam, pois acenavam cumprimentando uns aos outros. A autora observou rapidamente a lista de presença da qual foi possível verificar a presença majoritária do setor empresarial. Dentre as empresas presentes, pode-se verificar a presença da Braskem, Natura, Suzano, VCP, SENAC, CESP, ITAÚ, AMCE Sustentabilidade, Zoom Sustentabilidade, CEMIG, Energias do Brasil, ou seja, em sua maioria, empresas de grande porte.

²²¹ Pois o que se discute é a própria metodologia e seus pressupostos morais (quais questões nortearão a escolha entre as melhores empresas em sustentabilidade).

civil” estivesse operando dentro dos valores de uma democracia e ao supostamente atingir o interesse de todos, acaba ofuscando os atores que criticam o ISE

Vale ressaltar que a reportagem do *Valoronline* que pontua as críticas por parte das empresas sobre o questionário não menciona nenhuma empresa em específico sendo que os próprios diretores ou porta-vozes preferem não se identificar. Este é um dado de que o ISE, neste segundo momento, de que a crença na veracidade do ISE cresce dando nomes aos que o defendem e deixando ao anonimato aqueles que o criticam.

**audiência
Pública**



Convite

Convidamos a todos para contribuir com a revisão do

Questionário ISE
versão 2009

durante a Audiência Pública de

15 de junho de 2009

No próximo dia 15 de Junho será realizada a Audiência Pública do ISE, quando você poderá contribuir presencialmente para o aprimoramento do questionário 2009. O evento contará com a participação dos especialistas de cada dimensão, que estarão à disposição para receber e comentar as sugestões.

Índice de Sustentabilidade Empresarial

ISE



Local: Salão Nobre da Fundação Getulio Vargas
Av. 9 de Julho, 2029 - 4º andar

Horário: 8:30h às 17:00h

Favor confirmar a presença com Daniela Sanches, por meio de:
daniela.sanches@fgv.br
(11) 3281-3342

agenda

8:30 Credenciamento e Welcome Coffe

9:00 Abertura FGV – BM&FBOVESPA

9:30 Dimensão Geral

10:00 Dimensão Ambiental

10:45 Coffe break

11:00 Dimensão Ambiental IF

11:30 Dimensão Social

12:30 Almoço

14:00 Dimensão Natureza do Produto

14:30 Dimensão Econômico-Financeira

15:15 Coffe break

15:30 Dimensão Governança Corporativa

16:00 Encerramento

Lembramos que até o dia 25 de junho de 2009, a Consulta Pública estará aberta e você poderá enviar a sua contribuição pelo endereço eletrônico:

www.isebovespa.com.br/consultapublica

Participe!

Coordenação ISE




Fonte: Recebido por e-mail.

FIGURA 4.5 CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

No entanto, o jogo para a consolidação do indicador ficou rapidamente enfraquecido pelo fato de somente 63 das 121 empresas responderem ao questionário enviado (CAMBA, 2005e). Porém, Mazon procura reverter o jogo ao afirmar, na mesma reportagem, que “apenas oito companhias deixaram de responder por não concordar com os critérios do ISE. ‘A maioria não respondeu por algum tipo de dificuldade operacional’” (CAMBA, 2005e). São Paulo (2005b) apresenta a versão de que o fato de metade das empresas não ter respondido o questionário é atribuído ao descuido destas mesmas empresas, abrindo espaço para o argumento de que as empresas brasileiras teriam muito ainda a melhorar em termos de sustentabilidade.

Para que uma maneira de calcular predomine existe um custo. Assim sendo, os diferentes capitais²²² (econômico, cultural, simbólico) devem ser adquiridos para que a agência imponha aos diferentes grupos interessados, o seu modo de calcular. O estudo da construção do ISE possibilita compreender a dinâmica de estratégias utilizadas para legitimar a própria maneira de calcular (o que coloca em jogo interesses e conhecimentos opostos) adquirindo assim, capital político. Quanto mais aceitas as ferramentas de cálculo utilizadas, mais próxima a agência [No caso a FGV e a Bovespa] estará de definir a realidade e garantir a sua estabilidade no mercado.

Apesar de todos estes embates, em primeiro de dezembro de 2005 o “Índice de Sustentabilidade Empresarial sai com 28 empresas” (PAVINI; CLETO, 2005).

4.6 A Criação do ISE

Esta terceira etapa da construção do ISE corresponde ao surgimento de uma nova entidade, o ISE, que será composto de 28 empresas. Esta etapa corresponde ao terceiro momento para a configuração de um cálculo evidenciado por Callon e Muniesa (2003) no qual surge uma nova entidade que pode deixar o espaço das ferramentas de cálculo e circular em outras paragens de uma maneira aceitável. No caso do ISE, a entidade circulará objetivada na forma de um gráfico que procurará demonstrar o desempenho financeiro das empresas Sustentáveis.

²²² Capitais se referem à metodologia de Pierre Bourdieu.

Porém, o lançamento do ISE em 2005 e o anúncio da composição de sua carteira registram ainda um desconforto entre a nova entidade e os investidores. A carteira final registrou alta performance, porém, ficou composta em 62,3% de títulos do setor bancário e continha alta concentração de empresas do setor elétrico. Alguns chamaram a atenção de que o ISE não refletiria a Responsabilidade Social de todas as empresas, mas sim, a do setor bancário e, uma vez em queda os títulos dos bancos, a performance do ISE conseqüentemente, despencaria (SÃO PAULO, 2006a).

Apesar deste desconforto, um mês após o seu lançamento, o ISE acumulava uma performance superior ao índice tradicional Ibovespa sugerindo, em um primeiro momento, uma grande probabilidade de sucesso de sua implantação.

A formação do ISE possibilita que entrem em cena as primeiras conseqüências de sua elaboração que, ao mesmo tempo, são os principais fatores para a impulsão do mercado de Investimento Socialmente Responsável no Brasil.

Em seu estudo sobre os rankings das escolas de direito americanas, Espealand e Sauder (2007) procuram desenvolver um referencial teórico para as formas de reatividade²²³ que a publicação de um ranking pode causar.

O ISE é um referencial que procura distinguir as melhores empresas sustentáveis, sendo assim, ele procura premiar as empresas com as melhores práticas servindo, portanto, como um instrumento de classificação. Para que haja reatividade, a divulgação das performances (tanto das escolas de direito quanto do ISE) deve ter grande alcance e atingir todos os públicos interessados.

De acordo com o referencial teórico, existem duas formas de reatividade: *self fulfilling prophecy* e *commensuration*.

Self Fulfilling Prophecy são os processos pelos quais se cria uma realidade a partir de uma previsão que confirma as expectativas ou ainda, a partir de uma falsa realidade. Por este viés, mesmo que ainda não houvesse pleno consenso sobre como medir a sustentabilidade, o ISE se torna o resultado de um jogo político que confirma as expectativas criadas em torno do crescimento do mercado de Investimentos Socialmente Responsáveis no Brasil. Ao mesmo tempo em que o ISE é resultado de um arranjo de forças com o intuito de desenvolver o mercado do ISR no Brasil, ele mesmo se torna numa *self fulfilling prophecy* criando o espaço de interseção da Sustentabilidade com o mundo das finanças.

²²³ A idéia básica da reatividade é a de que os indivíduos alteram o seu comportamento em reação ao serem avaliados, observados ou medidos. Espealand e Sauder 2007 p.06

A previsão é a de que a partir do lançamento do ISE, novos fundos seriam lançados no mercado (CAMBA, 2005f). Mesmo sendo incerto o seu rendimento financeiro, o processo de aquisição de capital simbólico que rodeou o processo de construção do ISE fez com que diferentes gestores de fundos anunciassem a criação de novos fundos que se baseariam ou até mesmo replicariam²²⁴ o ISE. Dentre eles, podemos citar o caso do UNIBANCO AIG que em 2007, lança o primeiro plano de previdência do mercado “em que 49% da carteira dedicados à renda variável serão aplicados exclusivamente em ações que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial²²⁵”.

Em início de dezembro de 2005, junto ao lançamento do ISE, a gestora de recursos do Banco do Brasil (BB DTVM) lançou o Fundo de Ações BB ISE, que replica o ISE (CAMBA, 2005e). Ainda em dezembro de 2005, o HSBC lança o Fundo de Investimento em Ações ISE (PAVINI, 2005). Em janeiro de 2006 o Bradesco lança o fundo Bradesco Prime FIC FIA ISE que segue as variações do ISE (VALORONLINE, 2006). No mesmo ano, o Banco Safra lança o Safra ISE que procura seguir o ISE (COTIAS, 2006b). No final de 2007, quase dois anos após o lançamento do ISE, a Caixa Econômica Federal lança o Caixa FI Ações ISE que procura replicar o ISE (VIEIRA, 2007).

Se a *self fulfilling prophecy* se refere muito mais a mudanças no comportamento, a *commensuration* modifica a cognição, ou seja, modifica como pensamos sobre o assunto.

Após ser criado, o ISE apresenta uma performance superior ao Ibovespa. [“É bom e rende mais” “ISE lidera na bolsa” (CAMBA, 2006); “No ano, ganho do ISE supera o do Índice Bovespa (SÃO PAULO, 2006b)]. O fato de o gráfico apontar a sua curva para cima abre espaço para diversas interpretações sobre os motivos pelos quais a curva subiu. A reportagem “É bom e rende mais” é emblemática ao demonstrar as divergências de interpretação.

De acordo com a reportagem, alguns analistas acreditam que o investidor passou realmente a acreditar na boa performance de investimentos em empresas sustentáveis, enquanto outra parcela de analistas atribui a boa performance do ISE à boa performance das ações do setor bancário. Entre os que se pronunciam a favor de crescente crença de que os papéis Sustentáveis rendem mais estão o conselheiro do ISE, Roberto Gonzalez e o Gestor do Banco ABN AMRO Real Pedro Villani. Porém, existem os que ainda estão céticos quanto à

²²⁴ Replicar significa investir nas mesmas empresas e na mesma proporção que outro indicador investe.

²²⁵ Informação disponível em http://www.unibanco.com.br/vste/_sus/por/oqf/pvo/fun/index.asp Acesso em 01 de setembro de 2010.

relação positiva entre boas práticas e geração de valor como, por exemplo, o então professor da USP, Alexandre di Miceli, que afirma que “com tantas exigências, também acabam entrando no ISE as grandes empresas, com ações mais líquidas, o que confunde o motivo real da valorização. "Subiu porque as empresas são sustentáveis ou porque são importantes?"(CAMBA, 2006)

As controvérsias inerentes ao debate sobre a relação entre uma melhor performance em investimentos em empresas com práticas Sustentáveis existem, não apenas no mundo profissional das finanças, como também atravessam o campo acadêmico. Alguns trabalhos já foram desenvolvidos na tentativa de mostrar que há uma melhor performance financeira em investimentos sustentáveis²²⁶ ao mesmo tempo em que há estudos que argumentam que o fato de investir em empresas sustentáveis daria um retorno igual como qualquer outro tipo de investimento. (BRITO; DESMARTIN; LUCAS-LECLIN, 2005) Há ainda estudos que afirmam que investidores socialmente responsáveis são mais fiéis às carteiras nas quais aplicam²²⁷.

O ISE, ao ser representado por um número ou um gráfico carrega em si o potencial de simplificação de informações; por ser simples, ele obscurece arbitrariedades e incertezas. Ao obscurecer incertezas e arbitrariedades, ao ocultar informações mais complexas, ao apagar o contexto e as pessoas que o elaboram enquanto indicador, o número ganha autoridade e robustez. Ao ser descontextualizado, o número abre caminhos para que seja re-contextualizado e re-significado acarretando em mudanças no modo de pensar a realidade. O estudo de Gond (2006) procura entender como que, mesmo sem estar comprovada a teoria dos altos rendimentos dos fundos sustentáveis, o mesmo eclodiu na França. Como afirma Simmel (1978, pp.443-445) citado por Espealand e Sauder (2007, p18) “Quanto mais uma forma social se torna natural, menos visível e mais ‘irreal’ se tornam as coisas que se expressam dificilmente nesta forma²²⁸”.

Assim, a partir do ISE cria-se uma realidade objetiva. Re-contextualizar a formação do ISE é relevante, pois é através da recuperação de sua história e as lutas simbólicas que nela existiram que o ISE sai de uma concepção de algo “naturalmente dado” e recupera a sua feição social.

²²⁶ Como por exemplo o estudo das UNEP-FI “Show me the money” que aponta uma correlação positiva entre performance sustentável e financeira. (Keefe, 2008)

²²⁷ Ver estudo de Nick Bollen citado por Mara Luquet 18/01/2006 “Fiel Investidor” <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/Fiel+investidor,,49,3490374.html>

Acessado em 28/11/2006

²²⁸ Tradução do trecho [the more naturalized a social form becomes, the less visible and more “unreal” the things that are hard to express in that form become] por Marina Sartore

Ao recuperar a sua feição social o ISE demonstra o seu papel sociológico de um espaço social de intersecção entre a esfera da Sustentabilidade e das finanças. Espaço este, constituído pela esfera privada e financeira, pela ótica do positive screening, legitimado por audiências públicas e pelos próprios efeitos de *self-fulfilling prophecy* e *commensuration* que decorrem de sua própria criação. Espaço este, constituído por debates entre interesses particulares, mas que se passam por interesse gerais da nação.

4.7 Pós-2005

Esta sessão trata de situar o leitor nos acontecimentos que se sucederam à criação do ISE, a partir das reportagens publicadas pelo jornal Valor Econômico *online*. As reportagens do começo do ano de 2006 focam sobre a boa performance econômica do novo índice²²⁹. Para complementar a idéia de boa performance, o discurso apresentado pelo jornal é carregado de um viés predominantemente positivo, apontando uma tendência de aceitação para a inserção do tema no Brasil.

A construção positiva, considerada um efeito de *commensuration*, é evidenciada tanto pelas falas dos interlocutores e entrevistados do jornal como pelo título de suas reportagens. A inserção das idéias concernentes ao Investimento Socialmente Responsável fica ilustrada, por exemplo, pela fala de Wagner Pinheiro citada por Barros e Camba (2006), ao falar sobre os investimentos do Fundo de Pensão da Petrobrás (Petros) ao afirmar que

A fundação já vem colocando essas preocupações em seu dia-a-dia. Na política de investimento que valerá entre 2006 e 2010, colocou *critérios de governança corporativa e responsabilidade social para escolher as companhias*. Pinheiro estima que, nos próximos dois ou três anos, *as empresas que não se preocupam com tais temas estarão totalmente excluídas da carteira do fundo*²³⁰.

²²⁹ Ver reportagens “É bom e rende mais” de Camba, Daniele. 23/02/2006. Valoronline. E ainda, “No ano, ganho do ISE supera o do Índice Bovespa”. De São Paulo. 18/08/2006.

²³⁰ Grifo da autora. Betina Barros e Daniele Camba “lucro ambiental” 18/08/2006

Outras falas também são representativas ao enunciarem que "As preocupações socioambientais já são um fator de diferenciação entre as companhias e pesam no bolso²³¹" citada por Barros e Camba (2006). Ou ainda, "A preocupação com a sustentabilidade das empresas está cada vez mais presente nas conversas com os investidores nacionais e internacionais²³²" citado por Cintra (2006). Os investimentos em ações de empresas preocupadas com questões socioambientais cresceu muito no Brasil, especialmente a partir da criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) (CAMBA, 2006).

Os protagonistas participantes do Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial afirmam que "O setor financeiro é o que mais rapidamente tem absorvido as mudanças na relação entre capital, meio ambiente e sociedade. Esse é um caminho sem volta" (Luiz Eduardo Passos MAIA citado por MATTOS 2007). Além de Maia, Mário Monzoni complementa que o crescimento do mercado de Investimento Socialmente Responsável "ainda é um suspiro dentro de um segmento de bilhões de reais. Mas, de qualquer forma, está claro para os participantes desse processo, empresas e bancos, que esse é um movimento que não dá para ser ignorado" (MONZONI, citado por MATTOS, 2007).

Nas reportagens do *Valoronline* é possível também encontrar falas de atores que participam de outras esferas da economia nacional e mundial como, por exemplo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES) ao posicionar-se sobre esta temática

Quando participamos de empresas fechadas, elas têm que ter conosco o compromisso de abrir capital. Quando elas forem abrir capital, elas já têm que ter a governança e a sustentabilidade incorporadas". Para o diretor do BNDES, responsabilidade com o homem e a natureza é pré-requisito para uma boa governança. "A empresa que quer competir, tem que olhar com preocupação para sua rede de agentes, seus empregados, fornecedores, consumidores, comunidade", raciocina. "Se não o fizer, um concorrente vai ter a vantagem." (MACHADO, 2007)

Para além da esfera empresarial e governamental, observa-se o posicionamento de atores como o *United Nations Environment Program – Finance Initiative* ao dizer sobre o objetivo de sua atuação no Brasil, qual seja, "mostrar para o investidor que a sustentabilidade hoje é uma forma de se avaliar o risco de uma companhia no longo prazo e deve ser levada

²³¹ Fala do gerente da unidade de negócios florestal da Suzano Papel e Celulose, Luiz Cornacchioni.

²³² Fala do gerente Luís Fernando de Oliveira, gerente de relações com investidores da Weg.

em conta na decisão de investimento” (PAVINI, 2007). O representante do *International Finance Corporation* também se pronuncia neste sentido:

"O sistema financeiro começa a entender que sustentabilidade não é mais uma opção", diz o português Miguel J. Martins, especialista em sustentabilidade do Departamento de Finanças do IFC. Em entrevista ao Valor, ele afirma que o Brasil, nesse ponto, merece destaque. "Há bancos avançando rápido na sustentabilidade, mas como no Brasil não há nenhum. O Brasil é a vanguarda mundial (BARROS, 2007)

Por fim, observa-se também a esfera acadêmica se manifestando como ilustrado pela fala de um Professor de Princeton que veio ministrar uma palestra no Brasil em Maio de 2008.

Ainda que não se saiba direito o que é essa tal responsabilidade social corporativa, muito menos a concepção mais abrangente de sustentabilidade, o dinheiro corre com rapidez para esse caminho. "Definitivamente, esses investimentos (em ativos socialmente responsáveis) são uma tendência." De 2005 a 2007, os investimentos socialmente responsáveis cresceram no mundo 18%, enquanto os demais, 3%, afirma Hong. Os fundos globais desse perfil cresceram de 55 carteiras em 1995 para 210 em 2005, passando de US\$ 12 bilhões para US\$ 179 bilhões. Um em cada nove dólares aplicados por investidores institucionais no mundo segue esses princípios. No Brasil, segundo a Associação Nacional de Bancos de Investimento (Anbid) - que coloca governança corporativa e sustentabilidade no mesmo balaio -, já são 31 os fundos nessa linha, com mais de R\$ 2 bilhões de patrimônio (FARIELLO, 2008).

Assim sendo, os anos que se seguiram ao lançamento do ISE foram majoritariamente um espaço de divulgação positiva para os conceitos que o indicador anunciava e mais do que isso, de tentativa de reconversão do modo de pensar financeiro.

CAPÍTULO V - O ESBOÇO DO ESPAÇO DO INVESTIMENTO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL NO BRASIL

Conforme a idéia que fazemos do ordinário a sociologia se dá por objetivo de mostrar as estruturas mais profundas dos diferentes mundos sociais que constituem o universo social (BOURDIEU, 2006 [1989])²³³

Como demonstrado no capítulo anterior, o Investimento Socialmente Responsável²³⁴ (ISR) começou a ser efetivamente estabelecido no Brasil a partir da construção do Índice de Sustentabilidade Empresarial na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo em 2005.

Por se tratar de uma retórica recente, a qual procura estabelecer uma realidade que está em construção, abre-se um espaço para diferentes tentativas de mapear quem é esta vanguarda e qual a lógica social que os une.

Se por um lado, estudar uma realidade um tanto quanto nebulosa²³⁵ pareça um entrave ao rápido desenvolvimento de uma pesquisa sociológica, por outro, esta nebulosidade, vista como uma perturbação no campo das finanças permite ao pesquisador captar as diversas configurações sociais possíveis, ao mesmo tempo em que evidencia o processo de construção de uma realidade social predominante.

Esta tese mostra o espaço do ISR brasileiro através do estudo mais aprofundado do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). No entanto, o seu foco não é o de identificar as variações em seu rendimento financeiro, ou criar uma metodologia para identificar a sua efetividade enquanto ferramenta de valorização de capital, mas sim, mapear este espaço social através de seus protagonistas e quiçá, identificar o nascimento de uma configuração posterior ao espaço social: o campo de forças. Segundo Bourdieu (1984):

²³³ Tradução do trecho [Conforme à l'idée que l'on fait d'ordinaire, la sociologie se donne pour fin de porter au jour les structures les plus profondément enfouies des différents monde sociaux qui constituent l'univers Social]por Marina Sartore

²³⁴ Para a elaboração deste capítulo não foi considerada a distinção entre “Finanças Sustentáveis” e “Investimento Socialmente Responsável”, pois, no caso brasileiro, a definição e a história de um se aproxima muito da do outro. As Finanças Sustentáveis assim como o ISR cresceram no Brasil a partir do lançamento do ISE.

²³⁵ A palavra nebulosa foi utilizada para descrever o fato de que, ao mapear o mercado do ISR através da identificação de seus principais atores e instituições, ele aparece, à primeira vista, como um mercado heterogêneo e sem regras específicas.

Nós podemos representar o mundo social sob a forma de um espaço (de diversas dimensões) construído sobre a base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto de propriedades que agem no universo social considerado. (...) Os agentes e os grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. (...) Na medida em que as propriedades retidas para construir este espaço são propriedades ativas [*agissantes*], nós podemos o descrever [o espaço], também como um campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de forças objetivas que se impõem a todos aqueles que entram neste campo e que são irreduzíveis às intenções de agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes²³⁶. (BOURDIEU, 1984, p3)

Com o intuito de responder ao questionamento sobre a configuração de um espaço social do Investimento Socialmente Responsável ou ainda, de uma possível configuração de um campo de forças com propriedades específicas, algumas etapas devem ser seguidas e esclarecidas. Em um primeiro momento, é essencial procurar *quem* são os agentes e as instituições que participam ativamente neste espaço, incorporando a Sustentabilidade na esfera das finanças. Em um segundo momento, identificar como estes agentes e instituições se distribuem no espaço social e por fim, esboçar as propriedades que definem a posição dos indivíduos no espaço social.

Para tanto, a primeira etapa consiste em realizar uma “prosopografia”, ou seja, identificar o coletivo a ser analisado. Bulst (1986, p.50-51) afirma que não há um consenso sobre as aplicações específicas da prosopografia. Para ele, ela tanto pode ser vista pela perspectiva dos historiadores alemães como a “coleção e catálogo de todas as pessoas de um grupo definido temporal e espacialmente”, quanto pela perspectiva sociológica, como “histórias de vida coletivas”. Com o intuito de resolver estas divergências, Bulst (1986, p.52) conclui que o elemento comum à Prosopografia “é a análise do indivíduo em função da totalidade da qual ele faz parte”. Assim, esta tese adota a metodologia da prosopografia com o intuito de compreender a história de vida do coletivo do Investimento Socialmente Responsável a partir da análise do indivíduo e sua relação com este coletivo.

²³⁶ Tradução do trecho [On peut ainsi représenter le monde social sous la forme d'un espace (à plusieurs dimensions) construit sur la base de principes de différenciation ou de distribution constitués par l'ensemble des propriétés agissantes dans l'univers social considéré (...) Les agents et les groupes d'agents sont ainsi définis par leurs *positions relatives* dans cet espace. (...) Dans la mesure où les propriétés retenues pour construire cet espace sont des propriétés agissantes, on peut le décrire aussi comme champ de forces ; c'est-à-dire comme un ensemble de rapports de force objectifs qui s'imposent à tous ceux qui entrent dans ce champ et qui sont irréductibles aux intentions des agents individuels ou même aux *interactions* directes entre les agents] por Marina Sartore.

Deste modo, a principal fonte de informações para o mapeamento do espaço social do ISR consiste em mini-biografias publicadas *online* tanto em sites institucionais, ou seja, sites de empresas às quais o indivíduo está vinculado, quanto em sites de conferências que disponibilizam um resumo sobre a vida profissional de seus palestrantes. O acesso às mini-biografias via sites institucionais e/ou de conferências correspondem ao total de 111 indivíduos (72,1%). As outras fontes de acesso consistem na Plataforma Lattes²³⁷ (36 indivíduos ou 23,4%) e Questionário respondido por e-mail²³⁸ (7 indivíduos ou 4,5%). O grupo final analisado é composto por 154 indivíduos.

A utilização de mini-biografias permite o esboço do espaço social, pois,

os acontecimentos biográficos se definem tanto pelas posições ocupadas quanto pelas mudanças no espaço social, quer dizer, mais precisamente pelos diferentes estados sucessivos da estrutura de distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado²³⁹ (BOURDIEU, 1986, p71)

No entanto, Bourdieu (1986, p.72) afirma que, para que seja possível compreender a trajetória de vida é necessário construir um conjunto de relações objetivas que unam o indivíduo ao conjunto dos outros indivíduos.

Para realizar tal tarefa, esta tese argumenta que o ponto de partida para expor o conjunto de relações objetivas que unem estes indivíduos e compreender a formação deste espaço, é olhar atentamente para o Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (CISE).

5 O Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (CISE)

²³⁷ A Plataforma Lattes integra as bases de dados de currículos e de instituições da área de ciência e tecnologia em um único Sistema de Informações. <http://lattes.cnpq.br/conteudo/aplataforma.htm> Acesso em 14 de janeiro de 2010.

²³⁸ Foram enviados 28 e-mails com o questionário para os indivíduos que não possuíam informações precisas online, mas somente 7 responderam. O modelo do questionário enviado se encontra no anexo 2

²³⁹ Tradução do trecho [Les événements biographiques se définissent comme autant de *placements* et de *déplacements* dans l'espace social, c'est-à-dire, plus précisément, dans les différents états successifs de la structure de la distribution des différentes espèces de capital qui sont en jeu dans le champ considéré] por Marina Sartore.

O “ponto de encontro” dos profissionais que militam pelo desenvolvimento das práticas de ISR não se situa em um único espaço fixo, geograficamente e fisicamente situado como uma empresa ou ainda, a sede de um sindicato. Não se trata, portanto, de um grupo de trabalhadores de um setor empresarial específico, os quais são fáceis de localizar por estarem diariamente no mesmo local.

O “ponto de encontro” dos profissionais que atuam com o ISR se desdobra, na realidade, em diversos “pontos de encontro” itinerantes. Penalva-Icher (2006), ao desenvolver seus estudos sobre o Investimento Socialmente Responsável (ISR) na França, afirma que o mercado do ISR advém das finanças vista como um espaço de sociabilidade construído na forma objetiva de encontros, jantares, grupos de trabalho e *Road shows*²⁴⁰.

O caso brasileiro apresenta a especificidade da relevância do ISE, e conseqüentemente, do seu Conselho Deliberativo para a construção deste espaço. Não é por acaso que as polêmicas que circundaram o CISE foram noticiadas pelos principais jornais de negócios de circulação nacional como foi demonstrado no capítulo quatro desta tese.

O CISE “dita as regras do novo índice” (CAMBA, 2005 d) ou ainda, é o “órgão responsável pelo desenvolvimento do ISE²⁴¹”. Para que o Conselho possa ditar as regras é necessário que a sua legitimidade seja reconhecida. Segundo Nogueira (2007),²⁴² as instituições que participam do conselho procuram reunir diferentes áreas de interesse. Para exemplificar, citou a ABRAPP como representante do grande investidor institucional, a APIMEC, dos formadores de opinião, o Ethos, da ética e a experiência, o IBGC, da governança corporativa.

A busca de legitimidade do CISE é baseada na idéia de diversidade de representações no conselho, pois, como afirmam Luoma e Goodstein (1999), o fato de existir membros que representam diferentes interesses [*stakeholder membership*] pode consistir em uma maneira de garantir a legitimidade do conselho.

Não surpreende que o ISE apresente esta representatividade, pois, a conotação que a Sustentabilidade Empresarial adquire no mercado financeiro é o resultado das práticas da Governança Corporativa (as quais sugerem a existência de conselhos nas empresas)

²⁴⁰ A autora define “*Road shows*” como congressos financeiros que, na sua maioria, reúnem analistas financeiros e empresas.

²⁴¹ Informação retirada do site <http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&Idioma=pt-BR> Acessado em 05 de janeiro de 2010.

²⁴² Entrevista cedida por Ricardo Nogueira a Marina Sartore em abril de 2007 na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo.

associada às práticas de Responsabilidade Social (as quais sugerem que todos os públicos interessados devem ser ouvidos dentro da empresa).

O gráfico a seguir apresenta as instituições que participam do CISE.



Elaborado pela autora. Fonte: Dados dessa pesquisa.

GRÁFICO 5 INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM O CISE. INFORMAÇÕES RETIRADAS DOS QUESTIONÁRIOS DO ISE.

O CISE cria os princípios de funcionamento do ISE. Como aponta Buosi (2008),²⁴³ “Sem um comitê, a metodologia [do ISE] não é válida”.

²⁴³ Eugenia Buosi é economista e analista financeira que trabalha com o primeiro fundo de investimento ético do Brasil, o fundo Ethical. Ela concedeu uma entrevista à Marina Sartore em dezembro de 2008.

Assim, partindo do pressuposto que o CISE desempenha o papel de árbitro para as questões de Sustentabilidade Empresarial no mercado financeiro, o ponto de partida para buscar quem são estes pretensiosos árbitros é olhar mais atentamente para o CISE.

Mas, “como olhar mais atentamente para o CISE?” Afinal, quando retratado na mídia de negócios, a palavra “Conselho” desempenha o papel de sujeito de suas ações sendo raramente identificadas as instituições que o constitui²⁴⁴ e, de maneira alguma, aparecem os *nomes*²⁴⁵ dos personagens que compõem este conselho. Este fato pode ser considerado um indicador da primazia do poder simbólico das instituições em detrimento dos indivíduos, para obtenção de legitimidade neste espaço.

No entanto, é possível encontrar, de maneira mais sistemática, os nomes dos agentes e das instituições que compõem o Conselho nas publicações das versões do questionário do ISE, disponíveis *online* na página da BM&F Bovespa²⁴⁶. A tabela a seguir apresenta os representantes das instituições do conselho para os anos de 2005 (ano de lançamento do indicador) até o ano de 2010 (ano de redação desta tese).

A tabela apresenta os conselheiros do ISE de 2005 a 2010. No total são 28 conselheiros sendo que 20 são homens e 8 são mulheres. É interessante observar que as mulheres se concentram em instituições que representam valores alternativos aos valores das finanças *mainstream*, como IFC, PNUMA, MMA, Ethos e IBGC enquanto os homens se concentram em instituições mais tradicionais ao espaço das finanças, como a APIMEC, ANBID, BOVESPA, ABRAPP.

²⁴⁴ De um total de 86 reportagens arquivadas, apenas 2 citam de maneira sistemática os nomes das instituições que compõem o CISE.

²⁴⁵ Nesta tese, quando me refiro ao nome próprio do indivíduo considero a idéia de Pierre Bourdieu sobre o nome próprio como um conjunto de posições simultaneamente ocupadas em um dado momento por uma individualidade biológica e socialmente instituída agindo como o suporte de um conjunto de atributos e atribuições próprias que o permitem de intervir como agente eficiente nos diferentes campos” [... “l’ensemble des positions simultanément occupées à un moment donné du temps par une individualité biologique socialement instituée agissant comme support d’un ensemble d’attributs et d’attributions propres à lui permettre d’intervenir comme agent efficient dans différents champs] Bourdieu (1986, p.72)

²⁴⁶ As versões do questionário ISE de 2005 a 2010 estão disponíveis no endereço <http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoQuestionarioISE.aspx?Idioma=pt-br> Acessado em 22 de janeiro de 2010.

Membros do CISE 2005-2010

Instituição	2005/2006		2007		2008		2009/2010	
	Titular	Suplente	Titular	Suplente	Titular	Suplente	Titular	Suplente
ABRAPP	Antônio Jorge V. da Cruz	-	Antônio Jorge V. da Cruz	-	Antônio Jorge V. da Cruz	Antônio Massinelli	Álvaro Camassari	-
ANBID	Luiz Eduardo Passos Maia	Nelson Rocha Augusto	Luiz Eduardo Passos Maia	-	Luiz Eduardo Passos Maia	-	Luiz Eduardo Passos Maia	Luiz Roberto Calado
APIMEC	Roberto Souza Gonzáles	Oswaldo Alves Soares	Roberto Souza Gonzáles	Oswaldo Alves Soares	Roberto Souza Gonzáles	Oswaldo Alves Soares	Oswaldo Alves Soares	-
BOVESPA	Ricardo Pinto Nogueira	Rogério Marques	Ricardo Pinto Nogueira	Rogério Marques	Ricardo Pinto Nogueira	Rogério Marques	Paulo de Sousa Oliveira Jr.	Adriana Sanches
ETHOS	Ricardo Young	Marcelo Linguette	Ricardo Young	Paulo Itacarambi	Ricardo Young	Paulo Itacarambi	Ricardo Young	Giuliana Ortega
IBGC	José Guimarães Monforte	Heloísa Bendicks	José Guimarães Monforte	Heloísa Bendicks	Heloísa Bendicks	-	Heloísa Bendicks	-
IFC	Patrícia A. Bonchristiano	-	Pedro Meloni	Carolina Vivolo Figueiredo	Pedro Meloni	Carolina Vivolo Figueiredo	Pedro Meloni	Carolina Vivolo Figueiredo
MMA	Gilney Viana	Sandra de Carlo	-	-	Luiz Fernando Merico	Shigeo Shiki	Isabella Mônica Vieira Teixeira	Guilherme Brandão
PNUMA	-	-	Cristina Montenegro	-	Cristina Montenegro	-	Cristina Montenegro	-

Fonte: Questionários disponíveis na página eletrônica do ISE

QUADRO 5A MEMBROS DO CISE 2005-2010

Dentre os nomes dispostos na tabela, chamam a atenção os nomes de *Luiz Eduardo Passos Maia* e *Ricardo Young*²⁴⁷, ambos por participarem constantemente do conselho desde a sua fundação. Ao verificar a biografia de vida de ambos, observa-se que são atores chaves para o desenvolvimento do ISE e das idéias de Investimento Socialmente Responsável no Brasil. Ambos evidenciam “participação no CISE” em suas biografias. O primeiro é considerado um dos fundadores do ISE, enquanto o segundo participa do conselho da consultoria *SustainAbility*, a qual define a base teórica do ISE: *o Triple Bottom Line*. Ambos podem ser considerados o que Heemskerk (2007) chama de *big linkers*, ou seja, conselheiros que desempenham um papel central em conectar o conselho corporativo [neste caso, o Conselho de Sustentabilidade] à elite corporativa [neste caso, a elite da Sustentabilidade].

²⁴⁷ É importante ressaltar que a análise de indivíduos baseia-se em fontes biográficas de domínio público. Deste modo, refiro-me à pessoa pública destes indivíduos para o desenvolvimento da análise do espaço social das Finanças Sustentáveis.

Opostamente observa-se a inconstância de representantes do MMA. Este fato leva à suposição de que os representantes do MMA entram no ISE muito menos pelo seu ativismo em relação ao ISR do que por uma ocupação *ex-officio* na qual o fato de ocupar um cargo dá o direito de ocupar outro cargo em outra esfera. Não é a toa que, ao averiguar a biografia destes membros não há menção alguma de suas participações no ISE.

Deste modo, à primeira vista, percebe-se que o CISE possui uma grande representatividade de instituições, [seguindo a idéia de representatividade de públicos interessados], porém existem agentes dominantes dentro deste grupo que estão mais engajados nos desdobramentos das políticas do ISE.

No entanto, em qual posição se situariam aqueles que não se encontram em nenhum dos dois pólos opostos? Por quais fatores estruturantes esta posição pode ser explicada?

Para responder estas perguntas utilizo-me da Análise de Correspondência Múltipla (ACM), a qual, segundo Rouanet (2005) é vista como uma ferramenta para a produção da representação simultânea do espaço das categorias e do espaço das propriedades. A ACM é a ferramenta que possibilita a representação geométrica do espaço social de Bourdieu à condição de que

se saiba construir os fatos propostos e ler as construções obtidas (...) de maneira relacional e não substancial, a análise de correspondência oferece um modo particularmente poderoso de evidenciar os espaços de relações que possuem mais realidade do que as substâncias mais reais deixadas à intuição²⁴⁸. (BOURDIEU; SAINT-MARTIN, 1978).

A amostra final foi composta por 20 conselheiros, pois não foi possível encontrar após longa pesquisa na internet, a informação biográfica necessária dos outros 8 conselheiros para que pudessem contribuir ativamente para a Análise de Correspondência Múltipla²⁴⁹. O quadro 5.1 apresenta as variáveis ativas utilizadas para a ACM.

²⁴⁸ Tradução do trecho [A condition que l'on sache construire les faits proposés et lire les constructions obtenues (...) de manière relationnelle et non substantialiste, l'analyse des correspondances offre un moyen particulièrement puissant de mettre au jour des espaces de relations qui ont plus de réalité que les plus réelles des substances directement livrées à l'intuition] por Marina Sartore

²⁴⁹ Os nomes que não participaram da Amostra são: Guilherme Brandão, Giuliana Ortega, Álvaro Camassari, Adriana Sanches, Patrícia A. Bonchristiano, Carolina Vivolo Figueiredo, Antônio J. V. da Cruz. (Os 5 primeiros nomes aparecem apenas 1 em uma configuração do conselho. Não há informação alguma sobre Carolina Vivolo Figueiredo e Antônio J. V da Cruz). Cristina Montenegro é representante do PNUMA o qual, segundo entrevista cedida pelo Superintendente da Bovespa em Abril de 2007, apenas entrou para o conselho para garantir ao ISE

Quadro 5.1 – Questões ativas para a ACM - CISE

As variáveis ativas foram apontadas pela distribuição de suas frequências produzidas por tabelas de frequência. Como afirma Rouanet (2005:5) “apenas discordância cria distância entre os indivíduos. Quanto menor a frequência de categorias de discordância, maior a distância entre os indivíduos”. Ou seja, quanto menor a quantidade de categorias possíveis, maior a distância entre os indivíduos. Para validar a criação de distância entre os indivíduos, foi rodada a ACM na categoria “*category plots*” a qual demonstra as variáveis e suas categorias, uma a uma, no espaço social. A partir desta validação, foram selecionadas 07 perguntas ativas totalizando 22 categorias.

- Área em que se formou (3): Humanas/Biológicas; Exatas; Negócios
- Board Member (2): Sim; Não
- Estado ou País de Atuação (3): São Paulo; Rio de Janeiro; Outros
- Passou por finanças (2): Sim (Fin); Não (N_Fin).
- Passou por instituições governamentais (2): Sim (Pub); Não (N_Pub)
- Setor da Empresa (8): Ensino; Consultoria, Fábrica; Financeiro; Instituição Internacional; Instituto; Fundos de Pensão; Pública.
- Sexo (2): Feminino; Masculino

Elaborado pela autora. Fonte: Dados dessa pesquisa.

Quadro 5 B – QUESTÕES ATIVAS PARA A ACM - CISE

Segundo Cantu (2009:8), “o objetivo da ACM é proporcionar uma visão tangível de realidades multidimensionais por meio da redução das dimensões”. A redução destas dimensões aparece na forma de eixos fatoriais que procuram demonstrar quais são as variáveis mais determinantes para a configuração do espaço social. Para tanto, de um total de 3 eixos, considere os dois primeiros que correspondem a 80% da variabilidade total dos dados.

O próximo passo é verificar, a partir da tabela que expõe o Índice de Discriminação, a contribuição relativa de cada variável para cada eixo.

O primeiro eixo é majoritariamente composto pelas variáveis “Qual setor da empresa que trabalha” (0,916)²⁵⁰; “Estado ou país de atuação” (0,893) e “Passou por finanças” (0,563). Estas são as variáveis que criam as maiores distâncias entre os atores e devem ser analisadas a partir da observação do eixo 1 na horizontal. Com o intuito de reunir estas variáveis sob um mesmo nome, poderíamos considerar esse eixo como sendo um fator de discriminação sobre a atuação dos atores

uma maior legitimidade internacional no que concerne o meio-ambiente. A dificuldade em encontrar uma biografia publicada destes atores e ainda, a maior dificuldade em encontrar uma ligação explícita ao ISE reforça a hipótese de que estes indivíduos possuem uma participação predominantemente *ex-officio*.

²⁵⁰ São consideradas as variáveis com mais de 10% da variância do eixo e que juntas representam mais de 60% da variância do eixo.

Variáveis	Dimensões	
	1	2
Sexo	0,273	0,002
Estado ou país de atuação	0,893	0,021
Área em que se formou	0,458	0,209
Passou por finanças?	0,563	0,159
Passou por instituições do governo?	0,507	0,078
Board Member	0,253	0,358
Qual o setor da Empresa que trabalha	0,916	0,898
Total	3,863	1,725

Fonte: Dados pesquisa documental

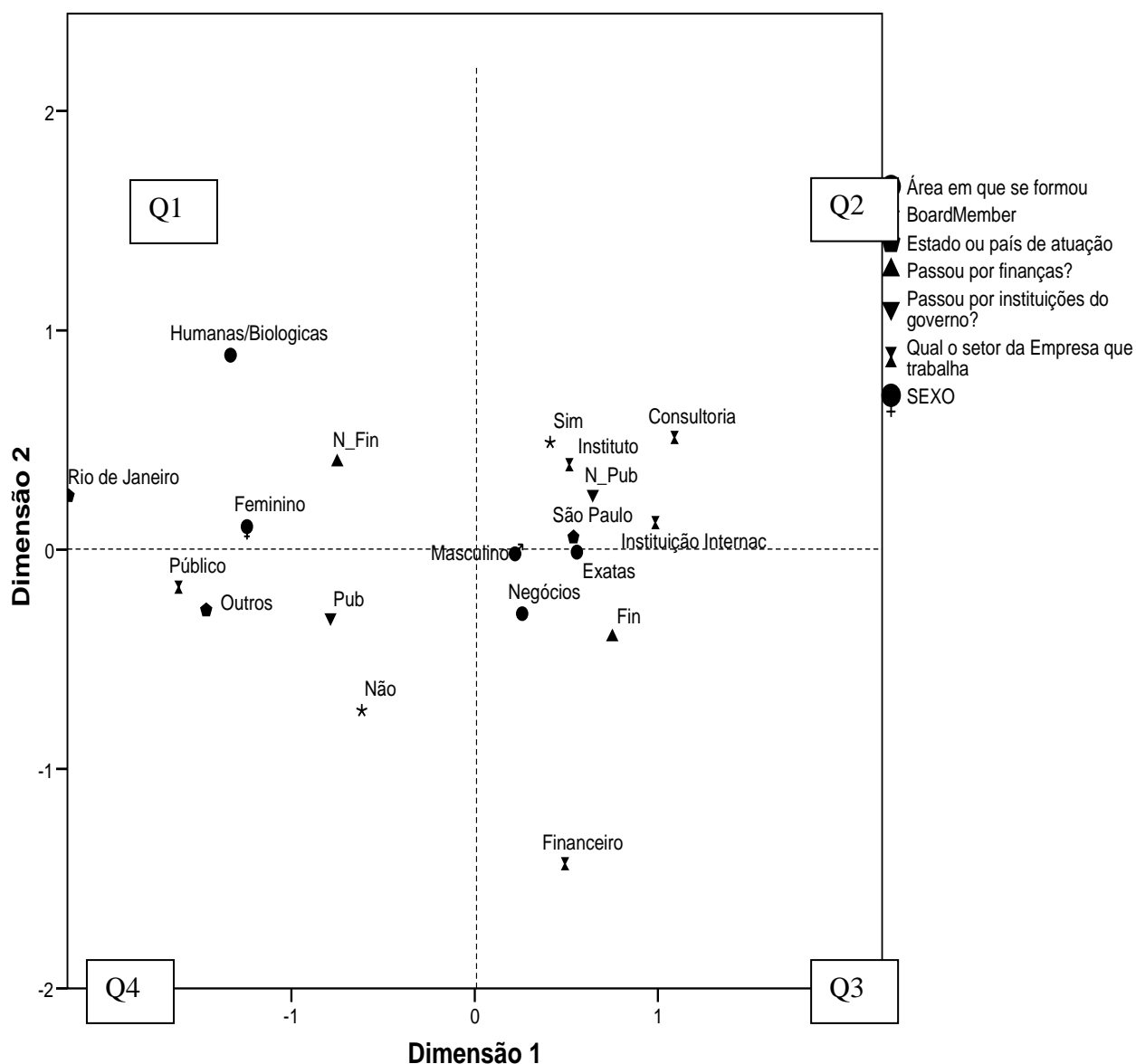
TABELA 5.C MEDIDAS DE DISCRIMINAÇÃO – ACM DO CISE

O segundo eixo é majoritariamente composto pelas variáveis “Qual o setor da empresa que trabalha” (0,898), “Board Member” (0,358) e “Área que se formou” (0,209). Com o intuito de reunir estas variáveis sob um mesmo nome, poderíamos esse eixo representando a qualificação dos atores. A análise desta dimensão é feita pela observação do eixo 2 na vertical.

O gráfico apresenta duas oposições: o pólo *mainstream* composto de instituições internacionais, consultorias e finanças associadas à passagem por finanças e residência em São Paulo. De outro lado, o pólo não *mainstream* é composto por atuação pública, não-financeira²⁵¹ e focada no Rio de Janeiro. A formação em negócios tende a ficar mais próxima do pólo *mainstream* enquanto a formação em humanas e biológicas tende a ficar mais próxima do pólo não-*mainstream*.

O gráfico a seguir reafirma esta oposição, seguindo a lógica de que quanto mais à direita estiver o indivíduo, mais inclinado ele será a situar seu trabalho em São Paulo, ter uma formação *mainstream*, ter passagem pelas finanças e participação como conselheiro em instituições. Este perfil é o perfil de Luiz Eduardo Passos Maia e Ricardo Young (número 104/148 respectivamente) versus o perfil de Isabela Mônica e Luiz Fernando (número 84/106 respectivamente).

²⁵¹ Não financeira se refere não atuação em bancos comerciais, de investimento, na bolsa de valores na esfera privada.

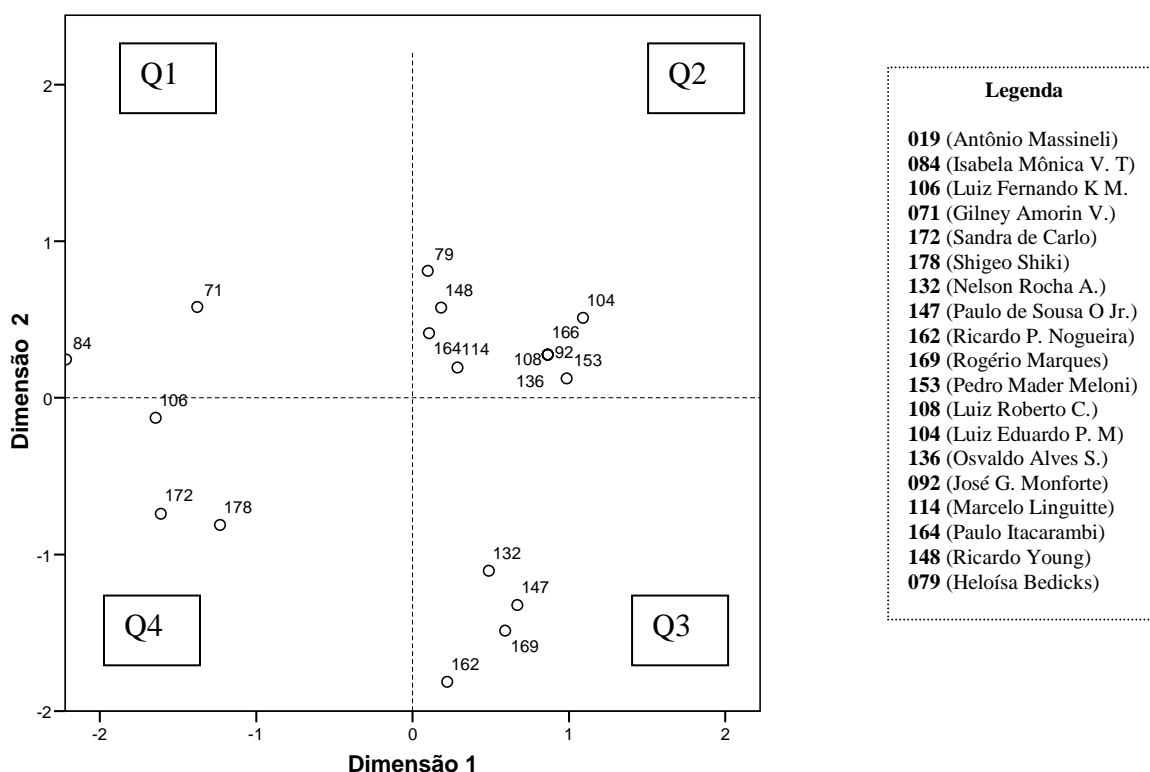


Elaborado pelo programa SPSS versão 15. Fonte: Dados dessa pesquisa.

GRÁFICO 5.D– DISTRIBUIÇÃO DAS VARIÁVEIS REFERENTE AO CISE

A partir destes dados é possível inferir que a participação de uma instituição do Estado, representando o Meio-Ambiente, no que se refere ao Investimento Socialmente Responsável é essencial para compor a própria ideologia de representatividade inerente ao ISE, porém não é ativa para a sua configuração social, pois, quanto mais as instituições se

aproximarem dos quadrantes da direita, maior a tendência de seus membros desempenharem o papel de *big linkers* em detrimento de, à esquerda, um cargo *ex-officio*.



Elaborado pelo programa SPSS versão 15. Fonte: Dados dessa pesquisa.

GRÁFICO 5.E – DISTRIBUIÇÃO DOS ATORES REFERENTE AO CISE.

No entanto, uma análise do conselho, apesar de apontar tendências para a estruturação do mercado de ISR, não é suficiente para representar o espaço social do ISR.

Assim, torna-se necessário, identificar quais seriam outros pontos de encontro possíveis [além do conselho] e quais tipos de atores e propriedades que poderiam estruturá-los. Porém, como encontrá-los?

O ponto de partida foi explorar as instituições ligadas ao CISE. Desta forma, foi possível a construção das categorias de análise que se seguem.

5.1 Novos “pontos de encontro”.

5.1.1 Equipe ISE

A Fundação Getúlio Vargas, responsável pela metodologia do ISE, publica uma nova versão do questionário enviado às empresas todo ano. A partir da publicação deste questionário foi possível identificar o nome dos conselheiros do ISE. Estes conselheiros consistem na “face pública” do indicador. Mas, ao ler a parte de “créditos” para a elaboração do questionário, observa-se um rol de nomes de “*experts*” que, através de grupos de trabalho, ajudaram na elaboração da metodologia do indicador. Sendo assim, são atores ligados ao ISE, mas que não participam do seletor grupo que forma o Conselho.

Chamaremos este novo “ponto de encontro” de “Equipe do ISE”. Para a composição da amostra, foi analisado o período de 2005 a 2008.

Encontrar uma mini-biografia destes profissionais é um grande desafio, pois nas versões destes questionários apenas consta o respectivo nome de cada um e muitas vezes, os nomes estão incompletos. Através dos questionários foi possível identificar 91 nomes que participaram durante ou ano ou mais da elaboração da metodologia do ISE. Destes nomes, 20 não possuíam nenhum tipo de mini-currículo na internet e nem responderam ao e-mail com o questionário enviado, com o objetivo de obter as informações biográficas necessárias. Por fim, 62²⁵² indivíduos possuíam informações biográficas *online* e foram estes que entraram para a amostra.

5.1.2 Relatório “Sustainable Investment in Brazil” do International Finance Corporation

Como citado anteriormente, o *International Finance Corporation* (IFC) desempenhou o papel de financiador do Índice de Sustentabilidade Empresarial. O IFC é o braço privado do Banco Mundial que proporciona investimentos e serviços de aconselhamento para o setor privado em países em desenvolvimento. Esta “catequizaçãõ financeira” (NEU; OCAMPO, 2006) pode ser evidenciada também no âmbito da

²⁵² Existem indivíduos que circulam em mais de um destes pontos de encontro. O critério para codificá-lo seguiu a seguinte hierarquia de prioridade: Conselheiro ISE; Palestrante, Equipe ISE e Relatório ISE. Dos 71 indivíduos da Equipe ISE, 09 passaram por conferências como palestrantes restando então, 62 indivíduos codificados como Equipe ISE.

sustentabilidade financeira. Como afirmam Neu e Ocampo (2006), o Banco Mundial exerce grande influência na determinação de práticas financeiras globais tanto pelo seu foco em desenvolvimento quanto pelos recursos técnicos e financeiros que possui.

Para o IFC, o Investimento Socialmente Responsável consiste em um “termo guarda-chuva para todas as técnicas de investimento que integram critérios ambientais, sociais e de governança em suas pesquisas financeiras e processos de investimento²⁵³”. O IFC participa do conselho do ISE.

O IFC publica relatórios que diagnosticam a situação financeira de um determinado país. No que concerne o Investimento Socialmente Responsável no Brasil, o IFC produziu dois relatórios: o primeiro, *Towards Sustainable and Responsible Investment in Emerging Markets*, foi publicado em 2003 e cita o Brasil como um país com potencial para desenvolver o mercado ISR. O segundo, *Sustainable Investment in Brazil*²⁵⁴ foi publicado em 2009 e já apresenta dados sobre o Investimento Sustentável no Brasil. Este segundo relatório requer uma particular atenção por divulgar uma lista de agradecimentos especiais para um rol de personagens e suas instituições que contribuíram para a elaboração deste relatório.

A lista apresenta um total de 60 nomes dos quais, 16 já faziam parte da amostra e 28 não possuíam uma biografia online ou então são estrangeiros (e a proposta é identificar as características e correlações dos agentes nacionais que atuam no mercado do ISR). Assim, o IFC contribuiu com 16 personagens para o mapeamento deste espaço das finanças no Brasil.

5.1.3 Conferências de Celebração, Secundárias e Road-Shows

Como apresentado no gráfico 5.1, as instituições que participam do CISE consistem em 9 instituições, a saber: ABRAPP, ANBID, APIMEC, BOVESPA, ETHOS, IBGC, IFC, MMA, PNUMA. Além destas, está associado ao ISE, o Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas. Com exceção do MMA, todas as outras realizaram (ou realizam) conferências que abordam de maneira direta ou indireta o tema do ISR.

²⁵³ Definição encontrada em http://www.ifc.org/ifcext/enviro.nsf/Content/SustainableInvesting_AboutSustInvesting

²⁵⁴ Relatório disponível em [http://www.ifc.org/ifcext/sustainability.nsf/AttachmentsByTitle/p_SustainableInvestmentinBrazil2009/\\$FILE/Sustainable+Investment+in+Brazil+2009.pdf](http://www.ifc.org/ifcext/sustainability.nsf/AttachmentsByTitle/p_SustainableInvestmentinBrazil2009/$FILE/Sustainable+Investment+in+Brazil+2009.pdf) Acesso em 11 de janeiro de 2010.

Assim, indagar quem são os porta-vozes que elas reconhecem torna-se uma questão norteadora que tem por finalidade contribuir para o mapeamento geral deste subespaço das finanças que consiste o ISR.

5.1.3.1 Conferência de Celebração

Duas conferências são de particular interesse: são as conferências de “celebração” do ISE. Na verdade, trata-se de duas versões de uma mesma conferência: uma realizada em 2004, e outra em 2005 para a ocasião do lançamento do ISE. A grande presença de estrangeiros nas duas edições desta conferência é um indicativo das influências estrangeiras para a composição do mercado ISR no Brasil assim como evidencia o fato de que o mercado ISR é constituído em uma escala global.

5.1.3.2 Conferências Secundárias

As instituições que participam do CISE possuem suas próprias conferências e algumas delas abordaram o tema do ISR. Estas conferências serão chamadas de conferências “secundárias”, pois não entrou para a amostra o total de seus palestrantes, mas sim, apenas os palestrantes que participaram das sessões as quais debateram especificamente os temas relacionados ao ISR.

5.1.3.3 Road-Show - Triple Bottom Line Investing Conference (TBLI)

A conferência do *Triple Bottom Line Investing* é o *Road show* por excelência no tema do Investimento Socialmente Responsável. A conferência é realizada pelo grupo *Brooklyn Bridge* que exerce também atividades na área de consultoria. A conferência é um

local de sociabilidade, o qual procura montar uma rede global de líderes de diversas organizações que vem trabalhando na área do ISR²⁵⁵.

A página eletrônica do evento disponibiliza a programação com o nome dos palestrantes [e uma mini-biografia de cada um] assim como uma lista dos participantes-ouvintes. A facilidade em encontrar dados biográficos na página da conferência do TBLI²⁵⁶ se deve ao fato deste evento se constituir em uma rede social em torno da temática do ISR e, portanto, torna-se necessário “aparecer” e saber “quem é quem”. Uma evidência do caráter de elite desta rede é o alto valor da taxa a ser paga para a participação no evento²⁵⁷.

Em 2008, o evento se realizou em Paris na antiga Bolsa de Valores onde reuniu participante em sua maioria vestidos à maneira do mundo dos negócios [roupas e ternos sociais], desfrutando de coquetéis no estilo *fingerfood*, demonstrando a dominância do *habitus* financeiro nesta esfera de atuação²⁵⁸.

5.2 O Programa New Ventures

O Centro de Estudos de Sustentabilidade (GVces) foi criado em 2003. Segundo informação em sua página institucional, o GVces surgiu como uma resposta à crescente preocupação com questões de ordem social, ambiental e de governança corporativa por parte das empresas. Ainda segundo esta página, a FGV foi pioneira no desenvolvimento de questões sócio-ambientais ao criar o primeiro curso de gestão ambiental em 1986 e criar parceria com a Organização Não- Governamental, “Amigos da Terra” para realização de atividades acadêmicas, pesquisa e capacitação em 2000²⁵⁹.

O GVces atua em áreas como consumo, desenvolvimento local e educação²⁶⁰ e Finanças Sustentáveis. Para tanto, o grupo, além de produzir a metodologia do ISE, coordena

²⁵⁵ Junto ao TBLI existe outro espaço de circulação internacional em Investimento Socialmente Responsável que são os fóruns. No presente momento existem 5 fóruns: o Euro Social Investment Forum [EUROSIF] que abarca a Bélgica, Itália, França, Alemanha, Holanda, Suíça e Inglaterra; o Social Investment Forum dos Estados Unidos, a Canadian Association for Socially Responsible Investment no Canadá; A Association for Sustainable & Responsible Investment in Asia da Ásia e, por fim, a Responsible Investment Association da Austrália.

²⁵⁶ É interessante notar que os agentes ligados ao CISE circularam pelo espaço do TBLI.

²⁵⁷ A edição de 2009 desta conferência cobrou 1.245,00 euros de taxa de inscrição.

²⁵⁸ A autora teve a oportunidade de participar do evento como staff em troca da autorização em circular neste espaço nas horas de intervalo.

²⁵⁹ Informação disponível em <http://ces.fgvsp.br/> Acessado em 10 de janeiro de 2010.

²⁶⁰ O CES possui um MBA em Gestão de Sustentabilidade contribuindo para a formação de profissionais com um conhecimento misto o qual alia noções de sustentabilidade e negócios.

o Fórum Latino-Americano sobre Finanças Sustentáveis²⁶¹, o programa *New Ventures* e a revista *Página 22* a qual publica assuntos sobre a Sustentabilidade Empresarial em geral e já dedicou o seu número de 19 de Maio de 2008, à reportagem de capa intitulada “Finanças – a parte que falta no debate da sustentabilidade”.

O programa *New Ventures* realiza todos os anos o Fórum dos Investidores através do qual procura colocar frente a frente os Investidores Anjos e as agências de Capital de Risco, que têm uma preocupação em investir seguindo critérios sócio-ambientais, e os projetos selecionados por um júri. Desta forma, optou-se por mapear quem são os atores que participam como palestrantes deste Fórum. A página eletrônica institucional disponibiliza a programação com os nomes dos palestrantes²⁶².

Assim, no que se refere ao tema desta tese, a FGV contribui para o desenvolvimento do ISR através da sua participação na elaboração da metodologia do ISE e no programa *New Ventures*. Veja gráfico a seguir.



FIGURA 5.2 PARTICIPAÇÃO FGV NO TEMA ISR.

A tabela a seguir apresenta a lista de conferências que serviram de “pontos de encontro” para chegar aos 56 agentes atuantes como palestrantes na temática do ISR.

²⁶¹ O LASFF é o resultado da parceria do Centro de Estudos de Sustentabilidade junto ao *International Finance Corporation* (IFC) com o intuito de “promover o desenvolvimento de práticas e iniciativas em sustentabilidade para o setor financeiro da América Latina”. Informação disponível em <http://ces.fgvsp.br/> link LASFF. Acessado em 10 de janeiro de 2010.

²⁶² A programação pode ser acessada em http://www.new-ventures.org.br/index.cfm?fuseaction=conteudo&cod_secao=4 Acesso em 10 de janeiro de 2010.

Posição pela qual entrou na amostra	Instituição	Nome da Conferência ou Sessão
Conferência Celebração		2004- I Conferência Internacional sobre Finanças Sustentáveis em Mercados Emergentes
		2005 - II Conferência Internacional sobre Finanças Sustentáveis em Mercados Emergentes
Conferência Secundária/ Road Show	ABRAPP- Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão	2007 - Os investimentos dos Fundos de Pensão e a Sustentabilidade Empresarial 2008- Os compromissos sociais e a governança dos fundos de pensão
	ANBID	2007- <i>Private Banking</i> e Investimento Sustentável em Economias Emergentes
	APIMEC	2008 - Sustentabilidade no mercado de capitais como fator de decisão nos investimentos
	Ethos – Conferência Internacional ETHOS	2004- RSE na visão dos investidores, fundos de pensão e fundos internacionais 2006- Valorização e Promoção dos Negócios Sustentáveis 2008- Gestão das Finanças para o Desenvolvimento Sustentável
	IBGC	2007 - Métricas de Sustentabilidade
	UNEP-FI	2001 <i>UNEP-FI Regional Outreach Event – Latin America and the Caribbean</i> 2003 “ <i>Sustaining Value: A meeting on finance and sustainability</i> ” 2005 <i>Global Roundtable “A world of risk?”</i> .
	TBLI	2000/2001/2002/2003/2004/2005/2006/2007
	New Ventures	2005/2006/2007 e 2008 Fórum do Investidor

QUADRO 5.2A AMOSTRA DE CONFERÊNCIAS E ROAD-SHOWS

5.3 Análise do Espaço das Finanças Sustentáveis no Brasil.

A sessão 2 descreve como se desenvolveu o mapeamento dos atores que atuam no espaço do ISR. O ponto de partida consistiu em olhar mais detalhadamente para o CISE, para a Equipe do ISE, para o Relatório do IFC e para as conferências e *Roadshows*, com a participação de porta-vozes do movimento do ISR no Brasil.

Em oposição às conferências realizadas pelas instituições pertencentes ao CISE, foi possível observar a realização de conferências análogas, realizadas por instituições não pertencentes ao CISE, mas que também procuram se consagrar no debate sobre o ISR. Em 2006, a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) realizou o seminário “Papel dos Bancos Públicos para o Desenvolvimento Sustentável”. Em 2007, a Ambiente Global (agência de comunicação corporativa com foco na área ambiental) realizou o II Congresso Brasileiro Responsabilidade Socioambiental nas Instituições Financeiras. Em 2008, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor realizou o seminário “Responsabilidade

Socioambiental: Diálogo com o setor financeiro” e também em 2008, o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI) realizou o Seminário “Comunicação e a Sustentabilidade no Mercado de Capitais”. Estes dois últimos foram realizados na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo. Por fim, em 2009 a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) realizou o “Ciclo FEBRABAN de Finanças Sustentáveis²⁶³”.

Em todas estas conferências, atores ligados ao ISE tiveram um espaço enquanto palestrantes: principalmente os atores ligados ao CISE e à Equipe do ISE. Assim, estes atores circulam nas esferas legítimas do ISR assim como em suas esferas “não legítimas²⁶⁴”. Para além, o fato de instituições não ligadas diretamente ao ISE, abordarem, mais recentemente, a temática do ISR, demonstra a ampliação das esferas de debate cujo corolário pode ser a formação de um campo de forças constituído pela busca do reconhecimento pela autoridade em falar sobre o ISR. Assim, considerando que os agentes ligados ao ISE agem com o intuito de serem dominantes neste espaço social, é possível inferir que quanto mais ligado aos atores que fundaram o ISE maior a legitimidade em falar sobre o assunto.

Para identificar as principais propriedades deste espaço social, utilizou-se a amostra constituída pelo mapeamento dos atores sociais e suas biografias publicadas na internet. A tabela a seguir demonstra como se constituiu a amostra final²⁶⁵.

TABELA AMOSTRA FINAL		
<i>Setor Amostra</i>	<i>No de Indivíduos</i>	<i>% contribuição para amostra</i>
CISE	20	13
Equipe do ISE	62	40
Palestrantes	56	37
Relatório IFC	16	10
Total		100
	54	

Elaborado pela autora. Fonte: dados dessa pesquisa.

TABELA 5.3 AMOSTRA FINAL

²⁶³ Maiores informações na página eletrônica: <http://www.febraban.org.br/FinancasSustentaveis/> Acesso em 12 de janeiro de 2010. Não é a toa que este ciclo ocorra durante o período da presidência de Fábio Barbosa, “o banqueiro verde”, na FEBRABAN.

²⁶⁴ Utilizo-me dos termos legítimo e não legítimo para distinguir as instituições que fazem parte da amostra por se ligarem diretamente ao ISE e aquelas que não se ligam diretamente ao ISE, mas também criam o espaço para o debate nesta temática.

²⁶⁵ Para lista com abreviações dos nomes dos participantes da amostra e a fonte pela qual buscou-se os dados ver anexo 3

Para a realização da Análise de Correspondência Múltipla [que mais se associa à idéia de construção de campo e é utilizada para analisar as associações múltiplas de variáveis qualitativas] foram rodadas as tabelas de frequência para determinar entre todas as questões, quais podiam criar as distâncias entre os indivíduos.

Existem algumas propriedades que são predominantes neste espaço: a maioria dos agentes pertence ao sexo masculino (72%), atua em São Paulo (83%), não tem doutorado (74%) e não passou em sua trajetória profissional por organizações internacionais (75%). Assim podemos inferir que quando estamos falando de ISR no Brasil, estamos nos referindo a um espaço majoritariamente paulista, masculino e não-acadêmico. O fato de a maioria não ter passado por instituições internacionais reforça a tese de que a lógica global de construção do ISR se apóia em porta-vozes chaves, que passam pela esfera internacional, trazendo esta nova ferramenta financeira instituindo-a por um processo de isomorfismo mimético (DIMAGGIO, POWELL 1983).

A partir das 13 questões ativas totalizando um total de 42 categorias, três dimensões foram criadas para prosseguir com a Análise de Correspondência Múltipla. No entanto, apenas as dimensões 1 e 2 serão analisadas por representarem 77% da variância total dos dados. Veja tabela a seguir.

Assim, as variáveis que mais contribuem para a formação da primeira dimensão são: “Passou por finanças” (0,684)²⁶⁶; “Tema Geral que Trabalha”(0,675) e “Qual o setor que trabalha” (0,527). Estas são as variáveis que criam maiores distâncias entre os indivíduos no eixo horizontal.

As variáveis que mais contribuem para a formação da segunda dimensão são: “Qual o setor que trabalha (0,712), “Estado de atuação”(0,662), Passou pelo Governo (0,488) e, em menor grau, “Posição na Amostra” (0,260)

²⁶⁶ Variáveis que contribuem com mais de 10% da variância do eixo [Juntas, explicam mais de 50% do primeiro eixo e mais de 75% no segundo eixo].

Quadro 5.3a – Variáveis de Correspondência Múltipla do Espaço do ISR no Brasil

- Área que se formou (3): Humanas/Biológicas; Exatas; Negócios
- Estado de atuação (3): São Paulo; Rio de Janeiro; Outros
- Membro de Conselho [*Board Member*] (2): sim [BM]; não [N_BM]
- Sexo (2): Feminino; Masculino
- Setor da Empresa que trabalha (8): Ensino; Consultoria, Financeiro, Fábrica, Instituição Internacional, Instituto, Fundos de Pensão, Público
- Passou por finanças (2): sim [Fin], não [N_Fin]
- Passou por instituições públicas (2): sim [Pub]; não [N_Pub].
- Participa de Roadshows como palestrante (2): sim [RoadShow]; não [N_RoadShow].
- Passagem pela FGV (2): sim [FGV]; não [N_FGV]
- Tema geral que trabalha (4): Meio-Ambiente [Meio_Am]; Responsabilidade Social [Respo_So]; Finanças Sustentáveis [Fin_Sust], [Outro].
- Área que fez mestrado (4): Negócios, Outra área exceto negócios [Mest_outra]; Fez mestrado, mas não menciona em que área [NC_Mest]; Não possui mestrado [N_Mest];
- Tipo de área que tem especialização (4): Negócios, Outra área exceto negócios [Esp_outra]; Fez especialização, mas não menciona em que área [NC_Esp]; Não possui especialização [N_Esp];
- Posição na Amostra [Variável Suplementar*] (4): Conselho do ISE [C_ISE]; Equipe do ISE [E_ISE]; Conferências [Conf]; Relatório IFC [Rel_IFC]

*A variável “Posição na Amostra” foi colocada como Variável Suplementar. Segundo Hjellbrekke ET AL (2007), a variável suplementar pode ser introduzida sem participar da determinação dos eixos. Deste modo, como afirma Cantu (2009:8), a “Variável Suplementar serve para observar como a estrutura social ‘explica’ as diferenças” entre as Posições na Amostra.

Fonte: Dados dessa pesquisa.

QUADRO 5.3A – VARIÁVEIS DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA DO ESPAÇO DO ISR NO BRASIL

As categorias das variáveis que criam maiores distâncias permitem identificar possíveis oposições neste espaço, ao mesmo tempo em que se associam às categorias das outras variáveis possibilitando uma leitura, não somente das oposições no espaço, mas também, das características associadas a estas oposições.

Assim, ao analisar o eixo 1, pode-se verificar que no quadrante (Q) 2, se encontram os profissionais que tiveram uma passagem pelas finanças em sua trajetória profissional, que atuam no setor financeiro e cujo tema principal de trabalho é o “Finanças Sustentáveis” o qual engloba o ISR.

Variáveis	Dimensões		
	1	2	3
SEXO	0,122	0,037	0,020
Estado ou país de atuação	0,050	0,662	0,003
Área em que se formou	0,301	0,029	0,177
BoardMember	0,159	0,028	0,063
Passou por finanças?	0,684	0,001	0,026
Passou por instituições do governo?	0,075	0,488	0,040
Participa de Road-Shows como palestrante?	0,173	0,010	0,032
Tema Geral que trabalha	0,675	0,145	0,136
Qual o setor da Empresa que trabalha	0,527	0,712	0,423
Passagem pela FGV	0,207	0,174	0,077
Tipo de área em que tem Especialização, MBA e outros	0,360	0,052	0,400
Área em que fez mestrado	0,292	0,030	0,412
Posição pela qual entrou na Amostra(a)	0,249	0,260	0,021
Total	3,626	2,368	1,809

a Variável Suplementar

TABELA 5.3.B MEDIDAS DE DISCRIMINAÇÃO - ACM do Espaço das Finanças no Brasil

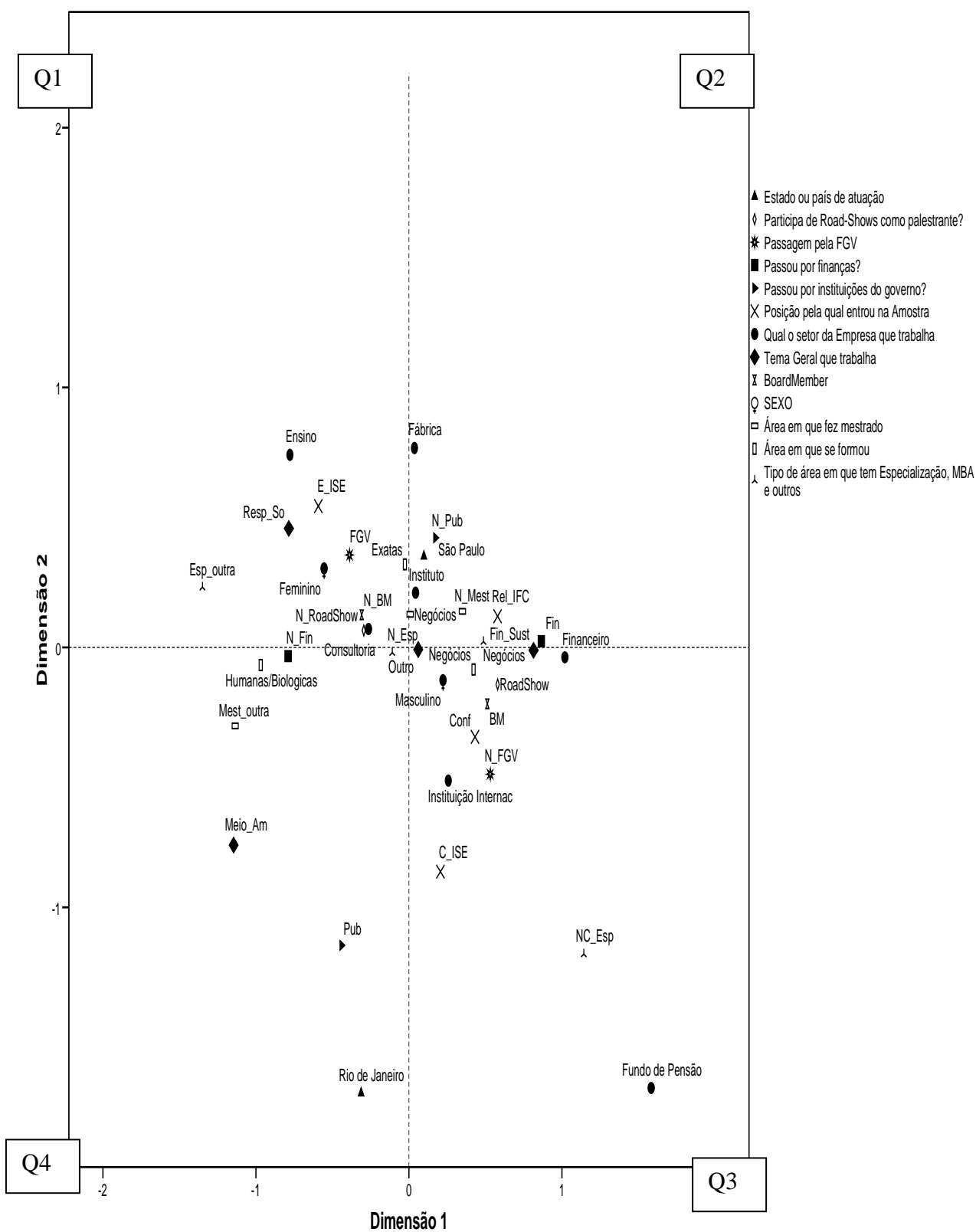


FIGURA 5.3C DISTRIBUIÇÃO DAS VARIÁVEIS NO ESPAÇO ISR

Em oposição, encontram-se os indivíduos que não tem passagem pelas finanças em sua trajetória profissional, que atuam majoritariamente com consultoria e ensino, e que trabalham majoritariamente nos temas referentes ao Meio-Ambiente e Responsabilidade Social²⁶⁷. Esta oposição demonstra que, no que concerne ao ISR, observa-se um espaço com um pólo *mainstream* versus um pólo heterodoxo. O pólo *mainstream* tem como categorias associativas a predominância de atores que entraram na amostra pelo Relatório do IFC, portanto, com uma conexão internacional, participação em *Roadshows* como palestrantes, têm uma formação focada em negócios e não passaram pelo setor público. O pólo heterodoxo compreende os indivíduos que não participam de *Roadshows*, não participam de conselhos deliberativos, têm uma formação acadêmica não-*mainstream* [ou seja, não tem formação em economia, administração ou contabilidade] e se aproximam do grupo da Equipe do ISE.

O eixo 2 expõe uma oposição entre os indivíduos que atuam no Rio de Janeiro, que passaram pela esfera pública e atuam em setores como o público e o de Instituições Internacionais versus atores que atuam em São Paulo, sem passagem por esferas governamentais e atuantes em setores da indústria e do ensino. Assim, de um lado o pólo carioca do meio-ambiente com foco de atuação no setor público e de outro, o lado paulista com foco de atuação no setor privado.

De acordo com o gráfico, é possível inferir que apesar do espaço do ISR existir pela convergência de interesses de grupos diferentes, não houve uma convergência de propriedades dos indivíduos. Pois, se observa uma concentração de propriedades acadêmicas no primeiro quadrante (Q1), atividades ligadas às finanças privadas no segundo (Q2) e terceiro quadrante (Q3) e atividades não heterodoxas, ou seja, que não se ligam às finanças, no quarto quadrante (Q4).

É importante notar a pouca contribuição das variáveis referentes à formação acadêmica para a formação dos eixos. Isto aponta para o fato de que, ao tratar de ISR, a trajetória profissional [lugares, setores e temas de atuação] é mais determinante na posição do indivíduo do espaço das finanças sustentáveis do que a trajetória educacional²⁶⁸.

O gráfico a seguir demonstra a distribuição dos indivíduos que participaram da amostra.

²⁶⁷ Responsabilidade Social é aqui entendida como as práticas desenvolvidas por indústrias e empresas que não atuam na esfera financeira.

²⁶⁸ A maior parte dos indivíduos tem formação homogênea. Alguns têm uma formação interdisciplinar. Mas são raros os indivíduos com uma formação acadêmica em uma pós-graduação ou MBA que englobe o tema das finanças e da sustentabilidade. (No entanto já é possível verificar a existência de pós-graduações nesta temática no exterior).

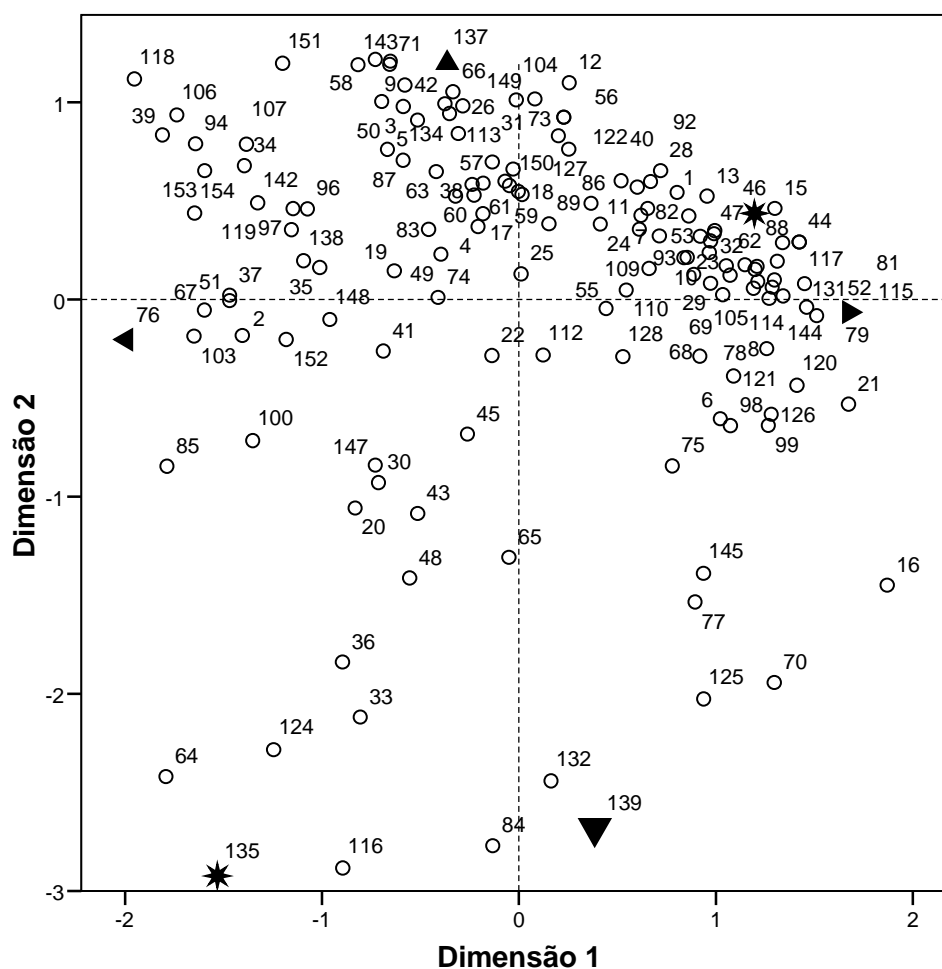


FIGURA 5.3D – OS INDIVÍDUOS DISTRIBUÍDOS NO ESPAÇO DO ISR

O gráfico demonstra a concentração de indivíduos no segundo quadrante e reforça a idéia de que o espaço do ISR possui majoritariamente as características do *habitus* financeiro, pois este quadrante reúne os indivíduos que estão ligados ao campo das finanças.

Os números 115 e 81 são os mais distantes à direita no eixo 1, ou seja, indivíduos próximos de uma atuação e formação *mainstream*. Ao verificar a *quem* estes números se referem, encontram-se dois bancários homens atuantes em São Paulo com formação acadêmica em negócios (tanto graduação quanto pós-graduação), com passagem

profissional por instituições financeiras, participantes de *Road-shows* e atuantes no tema específico das Finanças Sustentáveis²⁶⁹.

No outro pólo, à esquerda, encontramos o número 76 que representa uma mulher, participante de Equipe do ISE, professora universitária em São Paulo com formação em Humanas, pós - graduação em áreas não afins aos negócios, sem passagem pelo setor financeiro, sem participação em *Roadshows* e com principal foco de atuação no meio-ambiente. Estas três biografias representam de maneira típico-ideal a oposição mainstream finanças X não *mainstream* que o eixo procura transpor.

No eixo 2, observa-se a sudoeste o número 135, que se refere uma mulher, suplente do Conselho do ISE, que atua no setor público, na área do meio-ambiente. A sua formação é mista, com graduação em negócios e pós-graduação em humanas/biológicas. Atua no Rio de Janeiro. A sudeste observa-se a posição de um homem, atuante no setor de fundos de pensão do Rio de Janeiro, atuante no setor público com uma formação não-*mainstream* e com participação em *Road-shows*.

Ao norte no eixo 2, os números 71 e 137 representam os pontos mais “altos” do gráfico. Estes números representam professores (um de uma universidade pública, outro de uma universidade privada), com graduação em exatas e pós-graduação em negócios sem passagem pelo setor financeiro atuando com o tema da Responsabilidade Social Empresarial.

Assim, se imaginarmos o gráfico como se fosse um relógio girando em sentido anti-horário a partir das 3 horas, verificamos que saímos de uma posição financeira mainstream, de negócios, paulista e não-acadêmica. Às nove horas atingimos uma posição acadêmica e não – *mainstream* e às 6 horas atingimos uma posição pública, carioca e não mainstream. Ao passarmos para as 5 horas, alcançamos uma posição pública, carioca e financeira. E assim voltamos ao nosso ponto de partida.

Para reforçar a demonstração do espaço do ISR, o gráfico a seguir apresenta os eixos 1 e 2 a partir das instituições as quais os indivíduos representam na amostra.

²⁶⁹ Neste mesmo quadrante se insere Luiz Eduardo Passos Maia considerado [entre os seus iguais] um dos missionários das Finanças Sustentáveis no Brasil. Ele está representado por uma estrela no segundo quadrante.

FIGURA 5.3E – AS INSTITUIÇÕES DISTRIBUÍDAS NO ESPAÇO ISR NO BRASIL

5.4 Considerações Finais do Capítulo

Pelo gráfico exposto observa-se que a criação do mercado ISR se desenvolve pela convergência de diferentes elites que ocupam outras posições no campo global do poder.

No segundo quadrante, não por acaso, observa-se a concentração de bancos [EX-ABN AMRO REAL, Itaú, HSBC, BM&F Bovespa]. Os bancos atuam com o Investimento Socialmente Responsável principalmente através da criação de seus fundos de investimentos sustentáveis ou pela política de concessão de crédito responsável. Estas duas linhas de atuação são desenvolvidas por uma categoria profissional que são os analistas de investimentos. Segundo Sauviat (2003), a categoria de profissionais dos analistas de investimentos cresceu significativamente a partir da década de 90.

No âmbito da análise sustentável [ou ainda, a não-mainstream] estes analistas ocupam o papel de dominados no campo das finanças, ou seja, os profissionais da análise econômica que levam em consideração aspectos sócio-ambientais “não são ainda o *mainstream*”, como afirma Pedro Bastos, do HSBC, na conferência do Triple Bottom Line Investing em 2007 em Paris.

A eclosão da crise dos *subprimes* em 2008 pode ser considerada um episódio o qual explicita a dualidade polar entre os defensores da economia *mainstream* e os defensores da economia sustentável do Investimento Socialmente Responsável.

A crise financeira norte-americana colocou em xeque as políticas de investimento. Se o seu núcleo consiste da crescente taxa de juros e conseqüente inadimplência do pagamento das parcelas das hipotecas por parte dos cidadãos americanos, posteriormente, a crise proliferou-se para diversos setores da economia.

Os defensores da economia *mainstream* questionam o desenvolvimento de práticas de sustentabilidade em empresas que enfrentam uma crise econômica (FRANKLIN 2008) ou ainda voltam a frisar que o papel singular do empresário em apenas produzir lucros e manter o negócio (STERN 2009).

Entine (2008) em reportagem publicada pela Ethical Corporation²⁷⁰ explicita o lado “menos enaltecido” do ISR. Enquanto ela mostra que os *populistas*²⁷¹ culpam os bancos e a auto-regulação do mercado pela crise, os *progressistas* culpam a falta de transparência e prestação de contas nas transações econômicas. Tanto populistas quanto progressistas se inclinam para as soluções do Investimento Responsável. Entretanto, segundo Entine, a causa da crise está atrelada essencialmente pela inserção de uma agenda social implantada pelo governo para facilitar a tomada de empréstimos para a compra da casa própria pela classe de baixa renda.

Trata-se de uma política típica de Investimento Socialmente Responsável que atualmente se re-traduz (de maneira controversa) também em políticas de microcrédito e inclusão financeira. Para Entine, foi a inserção de uma agenda social um dos pilares da crise e é este fato que coloca em xeque o ISR que, segundo seus críticos, não soube prever o crash que se sucederia.

Se por um lado, existem dúvidas sobre o papel do investimento responsável na crise, por outro, os seus defensores afirmam que “recentemente, temos visto uma séria erosão na confiança pública sobre o setor privado precisamente porque corporações proeminentes agem irresponsavelmente²⁷²”. Ou ainda que “*Sustentabilidade é questão de sobrevivência*²⁷³” (OSGOOD 2009).

A justificativa advém da idéia de que “*no médio e longo prazo, a crise econômica poderá ser benéfica para a lógica da sustentabilidade*” (VOLTOLINI, 2008), pois, a crise seria o resultado de um modelo insustentável de lucro imediato, modelo este que contradiz com os pressupostos da sustentabilidade.

Entre os seus defensores, a voz pela Sustentabilidade como um novo modelo a emergir após a crise procura ecoar pelos quatro cantos do mundo. Como exemplo, tem-se a fala de Beatriz Bulhões do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) ao afirmar que “há uma diferença entre apenas enxugar custos e em utilizar os instrumentos da ecoeficiência e da sustentabilidade para repensar os negócios. ‘Só enxugar é pensar no agora; com a sustentabilidade, o foco é o futuro’”. (BULHÕES citada por SÃO PAULO, 2009) ou ainda, é possível se deparar com uma nota divulgada pelo Instituto

²⁷⁰ *Ethical Corporation* é uma empresa de mídia independente, criada em 2001 para encorajar o debate e a discussão sobre os negócios responsáveis. Para maiores informações ver: <http://www.ethicalcorp.com/content.asp?ContentID=3823> Acessado em 03 de Março de 2009.

²⁷¹ Termo usado pela autora na reportagem.

²⁷² Osgood escreve em resposta as duas reportagens publicadas no *The Economist* e no *Financial Times* respectivamente. Tradução do trecho [“recently, we have seen a serious erosion of public trust in the private sector precisely because prominent corporations acted irresponsibly] por Marina Sartore.

²⁷³ *Ibidem*

Ethos intitulada “economistas vêem a sustentabilidade como modelo para economia após a crise” (MARCONDES, 2009).

Na França também é possível encontrar defensores do ISR ao afirmarem que “O interesse pelo ISR deve sair reforçado da crise²⁷⁴”. (SAVADOUX, entrevistado por SCHAFROTH, 2009). A partir destas afirmações surgem pesquisas com o intuito de provar [ou não] que os investimentos socialmente responsáveis garantem [ou não] uma melhor performance para as empresas mesmo em tempos de crise (KROPP, 2009)

Surgem documentos como a carta que o Social Investment Fórum escreveu para o então Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama sugerindo políticas para o Investimento Socialmente Responsável. No documento, os autores afirmam que “A crise financeira atual poderia ser evitada ou minimizada se a comunidade financeira tradicional tivesse integrado na sua cultura corporativa os princípios que guiam o trabalho dos praticantes do Investimento Socialmente Responsável²⁷⁵”. Para além, eles sugerem que o presidente crie um departamento para inovações em Responsabilidade Social Corporativa.

Os momentos de crise são propícios para verificar a formação de diferentes posicionamentos frente a uma realidade social e econômica. Os entrantes ou ainda, os inclinados para o ISR aproveitam o momento para criticar o economista clássico ao dizer que o modelo ortodoxo de investimento utilizado na economia não se sustenta mais. Do outro lado da moeda, se encontram os que vêm atuando na esfera das finanças e podem ser considerados o *mainstream* da economia que aproveitam o momento para colocar em xeque as tendências do movimento do ISR argumentando que o papel fiduciário do investidor é o de preocupar-se apenas com o retorno para seus investidores.

Os discursos proferidos em torno da crise financeira de 2008 demonstram que, enquanto possuem o papel de dominantes no espaço do ISR, o grupo pertencente ao quadrante 2 exerce o papel de dominado no campo das finanças.

Este papel de dominado no campo das finanças fica mais evidente quando olhamos para o campo das finanças através da polaridade Governança Corporativa versus *Private Equity* proposta por Grün (2009). Segundo Grün (2009), seria possível entender o campo financeiro pela oposição entre aqueles que incorporaram as inovações advindas da governança corporativa, a saber, os bancos comerciais e os fundos de pensão, versus os

²⁷⁴ Tradução do trecho [l'intérêt pour l'ISR devrait donc sortir renforcer de la crise] por Marina Sartore.

²⁷⁵ Documento disponível em http://www.socialinvest.org/pdf/Obama_Policy_Pri_2009.pdf Acessado em 03 de Março de 2009. Tradução do trecho [Today's financial crisis might have been avoided or lessened had the traditional financial community integrated into its corporate culture the principles that guide the work of SRI practitioners] por Marina Sartore.

chicago boys que importam novas tendências financeiras como os *private equities*, *hedge funds* etc.

Esta dualidade brasileira teria a sua representação homóloga nos Estados Unidos sendo evidenciada por três personagens símbolos: dois bilionários americanos e outro do ativismo sustentável, a saber, Warren Buffet e Bill Gates²⁷⁶ versus Al Gore respectivamente. Enquanto o primeiro afirma que é muito difícil discriminar o que é uma empresa “boa” e uma “ruim” e assim, não leva em consideração estes quesitos na hora do investimento (PILLER, 2007), o segundo acredita no desenvolvimento das práticas do Investimento Socialmente Responsável (MENDONÇA; OPPENHEIM, 2007). Enquanto no Brasil, Daniel Dantas é associado aos *privates equities* e à figura de Warren Buffet (CORREA; MANO, 2005), Al Gore circula na esfera da sustentabilidade, como por exemplo, pela sua participação no prêmio Eco de Gestão Empresarial para a Sustentabilidade concedido pela Câmara Americana do Comércio (PRADO; ROSENBERG, 2008) ou por sua palestra proferida no Brasil organizada pelo Banco Itaú, o que o aproxima dos atores ligados à Governança Corporativa no Brasil (MANO, 2007).

Sendo assim, os protagonistas que se localizam no quadrante 2 são dominantes no espaço do ISR no Brasil, mas, no entanto, são dominados na esfera das finanças nacionais (como por exemplo, a dualidade apresentada entre Governança Corporativa e Private Equity) e das finanças internacionais (como por exemplo, pela tentativa de virarem *mainstream* no decorrer da crise financeira).

Os protagonistas do ISR também são os fundos de pensão, situados no terceiro quadrante. Os fundos de pensão como [PREVI, PETROS, ABRAPP] incorporaram o discurso do ISR. Este posicionamento dos Fundos de Pensão pode ser atribuído a sua crescente financeirização sob a direção de uma “elite sindical²⁷⁷” (JARDIM, 2009). Este grupo, para se diferenciar de seus antecessores estariam mais dispostos a aderir à filosofia do ISR. Os fundos de pensão brasileiros ganham cada vez mais destaque no cenário econômico-financeiro como evidenciar a edição de fevereiro do Valor Investe ao chamar os fundos de pensão de “Novas

²⁷⁶ Em sequência de reportagens no Estadão, Bill Gates e Warren Buffet demonstram o seu poderio em alavancar as práticas de filantropia entre bilionários americanos. A primeira reportagem de 5 de agosto de 2010 intitulada « Bill Gates convence 40 bilionários a doar metade da fortuna nos EUA » demonstra a iniciativa destes atores na tentativa de arrecadar doações em um período de crise enfrentado pelos EUA. Na sequência, em reportagem de 23 de agosto intitulada « Nos EUA, em 2009, filantropia chegou a US\$ 303 bilhões » demonstra a eficácia destes atores em suas concepções de ação social dos grandes empresários.

²⁷⁷ Assim, não é a toa que um dos representantes desta nova elite sindical, Sérgio Ricardo Silva Rosa, seja também um dos principais porta-vozes do movimento ISR no Brasil através de sua posição como o único brasileiro conselheiro dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI). Veja informação na página <http://www.unpri.org/about/> Acessado em 22 de janeiro de 2010.

Estrelas da Bolsa²⁷⁸”. O mercado de ISR no Brasil em 2007 possuía 12 fundos operacionalizados por bancos comerciais que possuíam um patrimônio total de R\$1, 376 bilhão. Com a entrada dos Fundos de Pensão neste mercado, calculou-se que os ativos totais em ISR ultrapassariam os R\$380 bilhões (MATTOS, 2007). Assim, Monzoni entrevistado por Mattos (2007) afirma que “com o poder econômico desses fundos, mesmo que entrem discretamente no mercado, já fará uma bela diferença”. Desta forma, os agentes ligados ao ISR acreditam que a adesão dos fundos de pensão para as práticas do ISR é fundamental para o sucesso deste mercado em escala nacional e mundial.

É interessante notar que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se situa no quadrante próximo aos fundos de pensão. Este posicionamento se deve ao fato de que o BNDES é uma instituição ligada ao governo e que apresenta uma preocupação focada no meio ambiente. Estas características o aproximam das instituições mais heterodoxas do campo do ISR. No entanto, o BNDES se encontra no quadrante perto dos fundos de pensão, pois trata do braço do governo que mais dialoga com os agentes do ISR no Brasil. Sendo assim, o governo estaria sendo representado neste espaço de maneira simbólica, pela sua aparição no CISE através do Ministério do Meio Ambiente. Mas, na prática, a sua participação ocorre pelas ações desenvolvidas pelo BNDES que, apesar de dominada no que concerne ao ISR²⁷⁹, dialoga com os agentes do ISR. Isto fica evidente na criação pelo BNDES em parceria com a Bolsa de Valores de Estado de São Paulo do Índice de Carbono Eficiente, o qual tem o intuito de medir as emissões de carbono das empresas listadas na bolsa de valores (SIMONI, 2010).

Já no primeiro quadrante observa-se a concentração de instituições acadêmicas paulistas [USP, FGV, SENAC] e consultorias [AMCE, ERM consultoria e Key Associados Consultoria]. Ou seja, observa-se a relevância de uma passagem pelas escolas de negócios do país, em especial, a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV). A FGV apresenta uma elite que desenvolve uma pós-graduação na área de negócios majoritariamente profissional e não acadêmica (LOUREIRO; DURAND, 1995). Em 2009, a FGV-EAESP foi considerada a melhor escola de negócios do país, seguida pela Fundação Dom Cabral, depois pela Fundação Instituto de Administração e pela IBMEC (MEDEIROS, 2009). Vale ressaltar que dos 154

²⁷⁸ As estrelas da bolsa. **Valor Investe** Ano 07 Número 36. Fevereiro de 2010. A revista evidencia a crescente participação dos fundos de pensão no financiamento de empresas de infraestrutura no Brasil.

²⁷⁹ Em avaliação realizada sobre as atividades sócio-ambientais realizadas pelos bancos em 2006, o BNDES tirou a nota zero. Informação disponível na página eletrônica do EcoInforme em 05/04/2006. “Relatório que avalia atividades socioambientais de 39 bancos dá nota zero ao BNDES” Disponível em http://www.ecoinforme.com.br/main_noticia.asp?id_noticia=1251&id_tipo_noticia=4&id_secao=106 Acessado em 05 de julho de 2010.

indivíduos da amostra desta tese, 88 (57,1%) tiveram uma passagem pela FGV como professor, aluno ou pesquisador.

Ainda no primeiro quadrante, observa-se a presença de consultorias as quais cresceram demasiadamente na década de 90 (DONADONE, 2009). Das empresas consideradas as *Big Six Accounting Firms* nos anos 80, estão presentes a KPMG e a Pricewaterhousecoopers como consultorias com um papel relevante para a expansão da Responsabilidade Social Empresarial no país. As consultorias que tratam de finanças como a Tripod e a Rio Bravo Investimentos se situam no quadrante 2 composto por características ligadas às finanças.

Assim, o primeiro quadrante apresenta instituições acadêmicas e de consultoria dominantes em seus respectivos campos de atuação, reforçando portanto a tese de uma convergência de elites no que concerne ao desenvolvimento do ISR no Brasil.

No quarto quadrante observa-se a concentração de instituições cariocas com foco no meio ambiente e/ou no desenvolvimento do capital de *venture* associado às idéias de sustentabilidade. [MMA, Funbio, FINEP, Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável]. O projeto de capital de *venture* associado à sustentabilidade tem o apoio do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico, braço do governo federal.

Estas são instituições consideradas dominantes no âmbito do meio-ambiente, pois algumas são instituições ligadas ao governo como o Ministério do Meio-Ambiente, a FINEP, a Embrapa, ou são instituições ligadas às organizações não governamentais de grande relevância para o surgimento da temática do meio ambiente no âmbito empresarial como a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável ou o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável como demonstrado no capítulo 3. Neste mesmo quadrante se encontra a o braço do meio-ambiente das Nações Unidas, outra instituição importante para o desenvolvimento dos debates na esfera do meio-ambiente.

Sendo assim, é possível inferir que as instituições que ocupam o quarto quadrante ocupam a posição de dominante na sua respectiva esfera de atuação, o que, novamente, reforça a tese de convergência de elites.

Por fim, é possível concluir que existe um espaço social do Investimento Socialmente Responsável no Brasil, e este espaço é constituído pela representatividade e pela convergência de elites. No entanto, não foi possível observar ainda uma mescla nas propriedades que situam os indivíduos neste espaço social. Ao contrário, é possível observar a formação de um pólo dominante caracterizado por propriedades inerentes às finanças *mainstream* o que demonstra que apesar do surgimento de um novo espaço na interseção entre

as finanças e a sustentabilidade, a sua formação contribui para o fortalecimento do mercado financeiro a partir de sua interação com outras esferas de consagração que não lhe são inerentes.

CAPITULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, no segundo capítulo, esta tese apresenta uma reflexão sobre como a sociedade passou a se orientar pelo uso de índices os quais incluem os índices financeiros.

O terceiro capítulo recupera a história desde a Filantropia Empresarial até o Investimento Socialmente Responsável. A principal conclusão do capítulo consiste em evidenciar o surgimento de polarizações no espaço da Sustentabilidade Empresarial. Os atores que criam estas polarizações pertencem a diferentes gerações de empresários com o intuito de se diferenciarem de seus pares ao mesmo tempo em que tentam legitimar a sua maneira de pensar o mundo social.

O quarto capítulo recupera a história da constituição do ISE e demonstra que as suas etapas de constituição equivalem às etapas necessárias para tornar uma entidade não mensurável em algo mensurável. Deste modo, a partir dos embates expostos é possível demonstrar que a mensuração do que é ser sustentável está longe de ser o resultado de uma mensuração resultado da oferta e da demanda mas sim, trata-se de uma mensuração resultante de lutas simbólicas. O caso do Brasil merece destaque pois este processo de criar um valor para a Sustentabilidade se desenvolve a partir do debate em esferas públicas como a mídia do jornalismo econômico e envolve diferentes atores sociais em um mesmo debate. No capítulo IV já é possível averiguar que a constituição do ISE equivale à constituição do Mercado do Investimento Socialmente Responsável no Brasil e, para além, já é possível inferir que o sucesso deste mercado ocorre devido à convergência de elites para a construção de uma ideologia dominante. Esta idéia fica provada a partir da amostra analisada no capítulo V.

Por fim, o capítulo V demonstra que a lógica para a existência do mercado do Investimento Socialmente Responsável no Brasil é resultado da convergência de diferentes frações de elites. Esta convergência é evidente no Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial. No entanto, é possível averiguar que a maior parte da amostra está ligada ao mercado financeiro, paulista e masculino o que aponta para a existência de uma ideologia dominante.

6 O ISE enquanto espaço que cria distinções

Durante o final da década de noventa, a então Bolsa de Valores do Estado de São Paulo incorporou em seu discurso as práticas de Governança Corporativa e de Responsabilidade Social Empresarial. Estes novos valores foram incorporados sob a gestão do então presidente Raymundo Magliano que “lançou as bases dos programas de popularização, democratização do capital e responsabilidade social²⁸⁰” no mercado de ações. Estes novos valores incorporados pela BOVESPA criaram as condições para a emergência do mercado de Investimento Socialmente Responsável no Brasil. A objetivação deste mercado ocorre pela constituição do Índice de Sustentabilidade Empresarial. O lançamento deste índice visto pelo ponto de vista econômico possibilita a criação de um referencial para o investimento em empresas sustentáveis, mas, do ponto de vista sociológico, o ISE cria um subespaço no campo das finanças através do qual, novos atores sociais aparecem e se manifestam. O ISE simboliza, portanto, um espaço que evidencia uma disputa pela redefinição e a busca pelo fortalecimento do mercado financeiro a partir de novas formas de interação social as quais merecem a atenção do sociólogo.

Se estamos diante de uma reconfiguração do campo das finanças, esta tese demonstrou que é possível compreendê-la a partir de uma análise mais aprofundada das lutas simbólicas que ocorrem em torno no Índice de Sustentabilidade Empresarial assim como de uma investigação mais profunda sobre quem são os protagonistas desta reconfiguração a partir da análise do Conselho deliberativo do ISE e dos agentes que se posicionam em relação a este Conselho.

Este novo grupo estaria mais propenso a adotar um discurso renovado em prol da sustentabilidade no mundo financeiro remetendo às práticas tradicionais de investimento ao ostracismo. Mas as mudanças não ocorrem somente no plano operacional econômico, mas sim no âmbito cultural. Segundo Grün (2004), a inserção da Governança Corporativa e da Sustentabilidade no mercado financeiro faz emergir um novo grupo de elite financeira e cultural a qual inverte os valores até então clássicos no mundo das finanças: a idéia tradicional de que todo profissional é um aventureiro é revertida pela idéia do uso da meritocracia, a idéia de que o estilo de vida nas finanças não é saudável, é revertida pela adoção de estilos de vida saudáveis.

Assim, o espaço do ISR é estruturado por profissionais ligados ao mundo das finanças, mas que procuram reinventá-la ao criar uma convergência de elites que atuam em

²⁸⁰ Dado disponível em entrevista cedida por Raymundo Magliano à Revista Bovespa, no endereço <http://www.bmfbovespa.com.br/InstSites/RevistaBovespa/100/Entrevista.shtml> Acesso em 10 de janeiro de 2010. Edição N100, out/dez 2006.

esferas ligadas ao “Social”, ao “Meio-ambiente” e à “Governança Corporativa”. Esta tríade é representada pelos que advogam em prol da Responsabilidade Social Empresarial através da idéia de *Triple Bottom Line* cunhada por John Elkington da consultoria SustainAbility através da qual a empresa deve atuar (PPP): Pessoas *People* (Pessoas), *Profit* (Lucro) e *Planet* (Planeta). (ELKINGTON, 2004). No entanto, como evidenciado no capítulo 3, é possível detectar uma diferenciação dentro do espaço da sustentabilidade empresarial e deste modo, quando o assunto aparece na esfera das finanças do ISR a tríade PPP é substituída pela ESG (*Environment, Society and Governance*).²⁸¹ Esta distinção entre duas siglas que à primeira vista querem dizer a mesma coisa demonstra uma nova estruturação da percepção subjetiva do mundo das finanças através da linguagem que é “o produto das lutas simbólicas anteriores e exprime, de forma mais ou menos transformada, o estado das relações de forças simbólicas” (BOURDIEU, 1994 p. 139). Esta distinção se expressa também na dualidade Responsabilidade Social Empresarial e Investimento Socialmente Responsável explorada no capítulo 3 desta tese.

Deste modo, é possível afirmarmos que estamos diante de uma reconfiguração do mundo das finanças através do aparecimento de novos atores e novos estilos de vida e de expressão. Este novo grupo, já dominante no que concerne ao ISR, almeja alcançar o papel de dominante no campo das finanças. Este grupo professa a continuidade do sistema financeiro, porém baseia as suas idéias em novas ferramentas como o ISE que possui certa neutralidade científica a partir da participação de sua construção de agentes ligados ao espaço acadêmico assim como pela prática de validação em audiência pública. A existência de um pólo acadêmico assim como o caráter democrático inerentes ao ISE funciona exatamente como um fator que aparentemente garante a neutralidade de interesses para a construção do ISE, atribuindo-lhe o status científico desvencilhando-o do caráter político inerente à constituição de sua calculabilidade.

A construção do mercado do ISR no Brasil não ocorre sem se metamorfosear com a cultura local. Para isso, a Análise de Correspondência Múltipla demonstrou que o espaço do ISR no Brasil possui certa representatividade, pois apresenta profissionais das finanças dialogando com profissionais da esfera pública e acadêmica. Esta representatividade demonstra que o espaço do ISR é constituído por uma convergência de interesses ao mesmo tempo em que mantém a distinção entre os que atuam na esfera das finanças e os que não o

²⁸¹ Para maiores detalhes ver por exemplo, o relatório lançado pelo International Finance Corporation em parceria com o grupo Mercer sobre o desenvolvimento do ESG em mercados emergentes. Há uma seção dedicada ao Brasil. « Gaining ground : integrating environmental, social and governance (ESG) factors into investment processes in emerging markets » Março 2009.

fazem. Assim, o espaço do ISR apresenta o mundo das finanças, tradicionalmente composto por profissionais do gênero masculino com formação na área de negócios dialogando com *outsiders* que são profissionais tipicamente do gênero feminino e com formação em outras áreas. Apesar da aparente heterogeneidade, o espaço do ISR trata da convergência de elites em busca de novos nichos de atuação dentro do mercado financeiro. Assim, a criação do mercado do ISR se deve a atuação majoritária de atores ligados às finanças.

Assim, a tese demonstra que a constituição do ISE ocorreu a partir de “relações dependentes com aparência de serem independentes” (BOURDIEU, 1976 p100), ou seja, a partir da interação da esfera das finanças com outras esferas o que coloca em xeque a idéia de que o campo das finanças é autônomo. Mas, ao mesmo tempo em que esta tese evidencia as relações de dependência do campo das finanças com outras esferas, ela também evidencia a construção de sua falsa autonomia, ou seja, o grupo dominante, a partir da tecnicidade atribuída ao conselho do ISE (CISE) e da sua diversidade de representação no conselho produz uma neutralidade que “se engendra ‘naturalmente’ na confrontação dos indivíduos pertencentes a diferentes frações e colocados na fração de cada fração que está mais apta a se comunicar com outras frações²⁸²”. (BOURDIEU; BOLTANSKI, 1976). Sendo assim, é possível considerar o CISE como um “lieu neutre”. Segundo Bourdieu e Boltanski (1976, p. 60), o “lieu neutre” é produzido por um

efeito de objetividade que resulta principalmente pela estrutura eclética do grupo. É um lugar onde pessoas de diferentes frações se encontram. Cada indivíduo do grupo pode ser visto como um lugar de encontro graças à multiplicidade de posições que ocupam no centro da classe dominante²⁸³.

Assim, como coloca Lebaron (2008, p. 133), a estrutura independente, apolítica e pluralística da estrutura de um conselho corresponde à ideologia oficial do *Colegiado* o qual é o lugar para a reprodução da ideologia dominante²⁸⁴.

²⁸² Tradução do trecho [s'engendre "naturellement" dans la confrontation d'individus appartenant à différentes fractions et prélevés dans la fraction de chaque fraction la plus disposée à entrer en communication avec les autres fractions] por Marina Sartore.

²⁸³ Tradução do trecho [que résulte fondamentalement de la structure éclectique du groupe qu'il rassemble : lieu de rencontre où se retrouvent des gens prélevés dans les différentes fractions en tant qu'ils constituent eux-mêmes des lieux de rencontre, par la multiplicité des positions qu'ils occupent au sein de la classe dominante (...)]

²⁸⁴ Com o termo “ideologia dominante” eu me refiro ao título do trabalho de Bourdieu e Boltanski (1976) que afirma que a ideologia dominante é pensar na existência de um debate heterogêneo que constrói a realidade mas, de fato, este debate ocorre em um lugar dominante através de uma linguagem também dominante.

Assim, imaginar o conselho do ISE como um “lieu neutre” significa considerar a existência da lógica de transformação dos interesses particulares de uma elite em interesses gerais. Assim, seria possível a constituição do que Rosanvallon (2008) chama de imparcialidade, uma das formas de constituição da nova legitimidade democrática através da qual o poder se perpetua pela constituição de esferas que garantem a neutralidade, o a-político de uma certa instituição. O ISE pode ser considerado o exemplo por excelência desta nova forma de constituir a nova legitimidade democrática.

6.1 Reflexão - A conversão para o capital político

O caráter apolítico do conselho do Índice de Sustentabilidade é reforçado pela saída de Ricardo Young da entidade que representa no Conselho do ISE (e conseqüentemente do CISE) para a disputa das eleições de 2010. Vale ressaltar que Ricardo Young é um dos atores-chave para a propagação das idéias de ISR no Brasil. Segundo Paulo Itacarambi, vice presidente do Instituto Ethos, é importante ressaltar a saída de Ricardo Young do instituto Ethos pois “o Instituto Ethos é uma entidade não partidária, constituída por participantes de diferentes visões e filiações políticas que convivem e respeitam-se mutuamente. Por isso, não apoia nenhum partido ou candidato” (AGÊNCIA ESTADO, 2010). Deste modo, para garantir o caráter não político do ISE e os agentes ligados a ele, Ricardo Young se desvincula do Ethos ao mesmo tempo em que entra para a carreira política para defender valores que são similares aos do Instituto Ethos. Deste modo, Ricardo Young lançou em 19 de junho de 2010 a sua candidatura ao senado pelo Partido Verde (JUVENTUDE VERDE SÃO PAULO, 2010).

O partido verde acaba se tornando o lugar por excelência de convergência da elite da sustentabilidade no campo político. Isso fica evidente no anúncio sobre as principais idéias que norteiam o partido em sua página eletrônica.

O Programa de Governo Verde tem como pressuposto político um Pacto Nacional pela Sustentabilidade que transcende as atuais polarizações, rivalidades e confrontos político-partidários ou ideológicos e que exige um amplo entendimento nacional, suprapartidário, capaz de garantir a governabilidade para efetuar mudanças e reformas constitucionais sem deixar o país vulnerável às ameaças econômicas externas. A construção deste acordo nacional não pressupõe ignorar as divergências

existentes, mas encontrar pontos de convergência em torno de algumas questões vitais para o Brasil (PARTIDO VERDE, 2006)

Esta convergência fica evidente na candidatura de Ricardo Young para o Senado e a candidatura de Fábio Feldmann para Governador do Estado de São Paulo. Enquanto o primeiro inaugura a sua atuação na esfera política, o segundo já vem atuando na esfera política. Eles possuem em comum uma atuação no estado de São Paulo e ambos se formaram pela Fundação Getúlio Vargas, instituição-chave para o desenvolvimento das idéias de Responsabilidade Social das Empresas no Brasil. Fábio Feldmann participou do movimento pela retirada da Petrobrás do ISE representando o Fórum de Mudanças Climáticas junto à Oded Grajew representando o Movimento Nossa São Paulo.

Para além do empresário Ricardo Young, o Partido Verde lançou mais um candidato inexperiente na área política, mas muito experiente na área da Sustentabilidade Empresarial: Guilherme Leal, presidente da Natura. Tanto o primeiro quanto o segundo são empresários que participaram da criação do Instituto Ethos. Guilherme Leal é amigo de Oded Grajew há 22 anos. Assim tanto um quanto o outro atuavam na esfera privada junto às Organizações Não Governamentais. Ele conheceu a candidata à presidência Marina Silva na década de noventa quando militava pela pauta da Responsabilidade Social das Empresas, pauta esta que pretende defender em sua plataforma de governo em 2010 (EXMAN, 2010).

Sendo assim, observa-se o caso de três empresários, Ricardo Young, Fábio Feldmann e Guilherme Leal convergindo na esfera político-partidária a partir de suas candidaturas à cargos públicos pelo Partido Verde ao mesmo tempo em que convertem o seu capital social em capital político. Assim, no momento em que concluo esta tese, é possível observar a busca pela expansão da atuação em diferentes esferas dos atores ligados à Sustentabilidade Empresarial, como neste caso, a esfera política. No entanto, para afirmações mais conclusivas sobre este tópico, é necessário aguardar os desdobramentos da eleição presidencial de 2010.

VII - REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÜERO, F. Business, politics and the surge of corporate social responsibility in Latin America. **Antropolítica – Revista contemporânea de antropologia e ciência política**. UFF Rio de Janeiro, n. 18, 1º semestre de 2005.

ALVES, E. Dimensões da Responsabilidade Social da Empresa: uma abordagem desenvolvida a partir da visão de Bowen. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 38 n. 1, Janeiro/Março de 2003.

BEGHIN, N. **A filantropia Empresarial- nem caridade, nem direito**. São Paulo: Ed. Cortez, v. 122, 2005 (Coleção Questões de nossa época).

BIANCHI, A. Crise e Representação Empresarial: o Surgimento do Pensamento Nacional das Bases Empresariais. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n.16, p. 123-142, Junho de 2001.

BOLTANSKI, L; THEVENOT. **De La justification. Les economies de la grandeur**. Edition Gallimard, 1991.

BOURDIEU, P; BOLTANSKI, L. La production d'idéologie dominante. **Actes de La Recherche en Sciences Sociales** Paris, n.8-9, p. 4-76, 1976.

BOURDIEU, P; SAINT-MARTIN, M. Le Patronat. **Actes de La Recherche en Sciences Sociales** Paris, n. 20-21, p. 3-82, Março/Abril de 1978

BOURDIEU, P. Décrire et prescrire: les conditions de possibilité et les limites de l'efficacité politique. **Ce que parler veut dire – l'économie des échanges linguistiques**. Ed. Fayard, 1982.

BOURDIEU, P. Espace Social et Genèse des 'Classes'. **Actes de La Recherche en Sciences Sociales** Paris, n. 52-53, p. 3-15, Junho de 1984.

BOURDIEU, P. L'illusion Biographique. **Actes de La Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 62-63, p. 69-72, Junho de 1986.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A. p. 314, 1994. (Coleção Memória e Sociedade) Tradução de Fernando Tomaz.

BOURDIEU, P. O Campo Econômico. **Política e Sociedade**. Florianópolis, v.06, 2005 [1997]. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1930/1697>> Acesso em 08 de fevereiro de 2010.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. Tradução. Maria Helena Kühner

BOURDIEU, P. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Collection Liber. SEUIL, 2000.

BOURDIEU, P. **La Noblesse d'État – grandes écoles et esprit de corps**. Paris: Les Éditions de Minuit, 2006 [1989]. (Coleção Le sens commun).

BRITO, C; DESMARTIN, J-P; LUCAS-LECLIN, V; PERRIN, F. **L'investissement Socialement Responsable**. Paris: Economica, 2005. (Coleção Gestion Serie: politique générale, finance e marketing).

BULST, N. Sobre o objeto e o método da prosopografia. **Politéia História e Sociedade**. Vitória da Conquista, v. 5, n. 1, 2005, Tradução de Cybele Crosseti de Almeida.

CALLON, M. Introduction: the embeddedness of economic markets in economics. **The laws of the market**. Oxford: Blackwell, 1998.

CALLON, M., MUNIESA, F. Les marchés économiques comme dispositifs collectifs de calcul. **Réseaux**. v.21, n.122, p. 189-233, 2003.

CAMINHA, P. V. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. 1500. Disponível em <<http://www.culturabrasil.org/carta.htm>> Acessado em 18 de janeiro de 2009.

CANTU, R. Uma abordagem das elites da burocracia econômica como espaço social. In I SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA POLÍTICA UFPR – SOCIEDADE E POLÍTICA EM TEMPOS DE INCERTEZA. **Anais** 2009. Disponível em <<http://www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica/GTsONLINE/GT2/EixoII/abordagem-elites-RodrigoCantu.pdf>> Acessado em 14 de janeiro de 2009

CAPPELLIN, P; GIULIANI, G. M. The Political Economy of Corporate Responsibility in Brazil: Social and Environmental Dimensions. **Technology, Business and Society** Programme Paper, n 14, United Nations Research Institute for Social Development, p. 01-67. Outubro 2004.

CARNEGIE, A. **The Autobiography of Andrew Carnegie**. 1920. Disponível em <<http://www.wordowner.com/carnegie/index.htm>> Acessado em 05 de fevereiro 2010.

CARRION, R.S. M; GARAY, A. Organizações Privadas Sem Fins Lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor. **Revista Tempo Social** São Paulo: v. 12, n. 02, p. 237-255, 2000.

CARROLL, A. B. The pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders. **Business Horizons**. p. 39-48, Julho-Agosto, 1991.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário** 3ª Ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1998. Tradução de Iraci D. Poleti.

CASTELS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999

CHAMPAGNE, P. Le journalisme à l'économie. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. Paris, n.131-132, Março 2000

COHN, G. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo: Difel, 1968.

DÉJEAN, F. **L'investissement socialement responsable – étude du cas français**. Paris: Vuibert, 2005

DESROSIÈRES, A. Entre a ciência universal e as tradições nacionais. In BESSON, Jean-Louis. **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: Ed. UNESP. p.167-182. 1995.

DESROSIÈRES, A. Do singular ao geral: a informação estatística e a construção do Estado. In **INFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA**. Rio de Janeiro, 27 a 31 de Maio de 1996.

DESROSIÈRES, A. The history of statistics as a genre: styles of writing and social uses. In **STATISTICAL INTERNATIONALISM, STATE PRACTICES, AND NATIONAL TRADITIONS: PROGRESS REPORT AND PROSPECTS IN THE HISTORY OF STATISTICS**. Montreal, Canada. 2001 [1999].

DIDIER, E. Do Statistics “Perform” the Economy? In MACKENZIE, D. et all. **Do Economists Make Markets? On the Performativity of Economics**. Princeton University Press. p. 276-310. 2007.

DIMAGGIO, P. J; POWELL, W. W. The Iron Cage revisited: Institutional Isomorphism and collective rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**. v. 48, n.2, 1983.

DIMAGGIO, P. Culture and Economy. In SMELSER, N; SWEEDBERG, R. **The Handbook of Economic Sociology**. New York and Princeton: Russell Sage Foundation and Princeton University Press, p. 27-57, 1994.

DINIZ, E; BOSCHI, R. Lideranças empresariais e problemas da estratégia liberal no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n.23, 1993.

DOMINGUES, J. M. Gerações, modernidade e subjetividade coletiva. **Tempo Social**, São Paulo, v.14 n.1, p.67-89. Maio de 2002.

DONADONE, J. C. Novidades organizacionais e dinâmica social: a formação do guru gerencial brasileiro. **Teoria e Pesquisa**. v.30-31, Julho/Dezembro, 1999.

DONADONE, J. C. Lógica Financeira e Dinâmica organizacional nos anos 1990: novos donos, novos consultores, outros gerentes. In MONDADORE, A. P. et all **Sociologia Econômica e das Finanças: um projeto em construção**. Organizadores: São Carlos: EDUFSCar. p. 133-153. 2009.

DURKHEIM, E. **O suicídio**. 2ª Ed. São Paulo: Abril Cultural. 1983. (Coleção Os Pensadores). Organizador José Arthur Giannotti

DUVAL, J. Concessions et conversions à l'économie. Le journalisme économique en France depuis les années 80 **Actes de la Recherche en Sciences Sociales** Paris, n.131-132, p. 56-75, Março, 2000.

ESPEALAND, W.N; SAUDER, M. Rankings and Reactivity: How public measures recriates social world. **American Journal of Sociology** v.113, n.1, p. 1-40, 2007.

EUROSIF. European SRI Study. 2008. Disponível em <http://www.eurosif.org/media/files/eurosif_sristudy_2008_global_01> Acesso em 21 de junho de 2010.

FATOUX, F. La responsabilité sociétale des entreprises, facteur de développement de l'investissement socialement responsable. **Revue d'économie financière**. Paris, n. 85, 2006.

FOUCAULT, M. **Dits et Écrits**. Paris: Gallimard, v.3, 1994. Direção de Daniel Defert e François Ewald (Coleção Bibliothèque des sciences humaines).

FRIEDMAN, M. The social responsibility of business is to increase its profits. **The New York Times Magazine**. 13 de setembro de 1970. Disponível em <http://www.colorado.edu/studentgroups/libertarians/issues/friedman-soc-resp_business.html> Acessado em 18 de fevereiro de 2009.

FRIEDMAN, A. L; MILES, S. **Stakeholders – Theory and Practice**. Nova York: Oxford University Press. 2006.

GIAMPORCARO, S. S. **L'investissement socialement responsable entre l'offre et la demande: analyse et enjeux de la construction sociale d'une épargne politique**. 13 de julho de 2006. Tese de Doutorado em Sociologia, Université René Descartes Paris V, 13 julho de 2006.

GODECHOT, O. Le bazar de la rationalité – Vers une sociologie des formes concrètes de raisonnement **Politix** Paris, v. 13, n. 52, p. 17-56, 2000

GODECHOT, O. **Les Traders – Essai de Sociologie des marchés financiers**. Paris: La Découverte. 2005 [2001]

GOEDE, M. **Virtue, Fortune and Faith – a Genealogy of finance**. Minneapolis: Borderlines Series, 2005 [1971].

GOMES, E. Além Do Mercado: Origens, Características E Trajetória Da Responsabilidade Social Das Empresas No Brasil. In GOMES, Angela de Castro. **Direitos e Cidadania: justiça, poder e mídia**. Rio de Janeiro: FGV. 2007.

GOND, J.-P, Construire la Relation (Positive) Entre Performance Sociétale et Performance Financière: De la Performativité à Autoréalisation? **Revue d'Economie Financière**. Paris, v. 85, p. 63-79, 2006.

GOND, J-P; CRANE, A. Corporate Social Performance disoriented – saving the lost paradigm? **Business and Society**. 2008.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 481-510, 1985.

GRÜN, R. Conflitos de Geração e Competição no mundo do trabalho. **Cadernos Pagu** n.13 p. 63- 107, 1999.

GRÜN, R. Atores e Ações na construção da Governança Corporativa brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** v. 18, n.52, Junho de 2003.

GRÜN, R. A Evolução Recente do Espaço Financeiro no Brasil e Alguns Reflexos na Cena Política. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 5 a 47, 2004.

GRÜN, R. Convergência Das Elites E Inovações Financeiras: a governança corporativa no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** v. 20, n. 58, 2005.

GRÜN, R. Entre a plutocracia e a legitimação da dominação Financeira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** n. 65, v. 22, Outubro de 2007.

GRÜN, R. Difusão dos fundos de *private equities* (PES) e transformações do capitalismo no Brasil recente. In MONDADORE, Ana Paula et all. **Sociologia Econômica e das Finanças: um projeto em construção**. São Carlos: EDUFSCar. p.225-256, 2009.

GUILHOT, N. **Financiers, Philanthropes – Sociologie de Wall Street**. Paris: Raisons D'Agir, 2006.

HACH, M. J. **Organization Theory- modern, Symbolic and Postmodern perspectives**. New York: Oxford University Press, 1997

HACKING, I. Making up people, **Reconstructing Individualism – autonomy, individuality and the self in western thought**. Stanford University Press. 1986.

HACKING, I. **The taming of chance** Cambridge: University Press. 1990.

HAUTCŒUR, P-C. Why and How to measure stock markets fluctuations? The early story of stock markets indices, with special reference to the French case. **PSE Working Papers**. Paris/França. 2006. [Internet] Disponível em <<http://www.pse.ens.fr/document/wp200610.pdf>> Acesso em 04 de dezembro de 2008.

HEEMSKERK, E. M. **Decline of the Corporate Community – network dynamics of the dutch business elite**. Amsterdam University Press. 2007.

HJELLBREKKE, J; ROUX, B; KORSNES, O; LEBARON, F; ROSENLUND, L; ROUANET, H. The Norwegian Field of Power Anno 2000 **European Societies**, v.9, n.2 p. 245-253, 2007. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1080/14616690601002749>> Acesso em 01 de setembro de 2010.

JACOBINI, M.L.P. Economic Journalism and the conception of market: A content analysis of the economy sections of *Folha de S.Paulo* and *O Estado de S.Paulo*. **Brazilian Journalism Research** v. 4, n. 2, 2008

JARDIM, M. A. C. **Entre a Solidariedade e o Risco – Sindicatos e Fundos de Pensão em tempos de governo Lula**. São Paulo. Annablume FAPESP 2009. Coleção TC- Trabalho e Contemporaneidade.

JENSEN, M. C; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of financial economics**. v. 3 n.4 p. 305-360. Outubro 1976.

KING, B. G; PEARCE, N. A. The contentiousness of markets: politics, social movements and institutional change in markets. **The annual review of sociology**. 2010.

KLINENBERG, E. Information et production numérique **Actes de la Recherche en Sciences Sociales** Paris, n.134, p. 66-75, setembro 2000.

KNORR-CETINA, K; BRUEGGER, U. Inhabiting Technology: The Global Lifeform of Financial Markets **Current Sociology**, v. 50, n.3 p. 389–405, Maio 2002.

LA FONTAINE, J. **Le Thésauriseur et le Singe**. Disponível em <<http://www.lafontaine.net/lesFables/afficheFable.php?id=222>> Acesso em 02 de fevereiro de 2010.

FRÉDÉRIC, L. Central bankers in the contemporary global field of power: a ‘social space’ approach, **Sociological Review**, v. 56, n. 1, “Remembering Elites”, 2008, Abril, p.121-144

LOISELET, E. Investissement Socialement Responsable : l’âge de la diffusion. **L’économie politique**. v. 2 n. 18. p. 62-74 2003.

LOUCHE, C; LYDENBERG, S. Investissement Socialement Responsable: différences entre Europe et Etats-Unis. **Revue D’Economie Financiere- L’Investissement Socialement Responsable**. n.85. 2006. Tradução de Pierre Requette.

LOUREIRO, M. R; DURAND, J. C. Comparação entre a pós-graduação profissional e a acadêmica. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 94, p. 05-14, Agosto 1995.

LUOMA, P; GOODSTEIN, J. Stakeholders and Corporate Boards: Institutional influences on board composition and structure. **Academy of Management Journal** The Gale Group.v.42 n.5. 1999.

MACKENZIE, D. Mathematizing Risk: Markets, Arbitrage and Crises. In WORKSHOP ON ORGANISATIONAL ENCOUNTERS WITH RISK. 3-4 de Maio de 2002. Inglaterra. London School of Economics. 2002.

MACKENZIE, D. An equation and its worlds: bricolage, exemplars, disunity and performativity of financial economics. **Social Studies of Science**. v.33, n.06, 2003.

MACKENZIE, D. The big, bad wolf and the rational market: portfolio insurance, the 1987 crash and the performativity of economics. **Economy and Society**. v.33 n.03, 2004.

MERTON, R. K. The self fulfilling profecy. **The Antioch review**. v.8, n.2, p.193-210, 1948.

MERTON, R. K **Social Theory and Social Structure**. New York: Free Press. 1968.

MILLER, C. A New Civic Epistemologies of Quantification: making sense of indicators of Local and Global Sustainability. **Science, Technology and Human Values**. Sage Publications, v.30, n.3, p. 403-432, 2005.

MINELLA, A. C. O Discurso Empresarial No Brasil: Com a Palavra os Senhores Banqueiros. **Ensaio FEE**, Porto Alegre/RS, v. 14, n. 2, p. 505-546, 1994.

MINELLA, A. C. Bancos e banqueiros no Brasil: uma análise sociopolítica. In: MONDADORE, A.P.C.; NETO, A.J.; LEITE, E. S.; JARDIM, M.A.C.; SARTORE, M. S. (Orgs.). **Sociologia Econômica e das Finanças: um projeto em construção**. 1a ed. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2009, v. , p. 275-297

MUNIESA, F; CALLON, M. La performativité des sciences économiques. CSI working papers series N 10. 2008. Disponível em <http://hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/25/81/30/PDF/WP_CSI_010.pdf> acesso em 01 de setembro de 2010.

NASSAR, P. FIGUEIREDO; S. Pesquisa: Sustentabilidade e a presença na mídia. **ABERJE**. 2008. Disponível em <<http://www.aberje.com.br/pesquisa/Pesquisa.pdf>> Acesso em 24 de fevereiro de 2010.

NEU, D; OCAMPO, E. Doing Missionary Work: The World Bank and the diffusion of financial practices. **Critical Perspectives on Accounting** Elsevier, 2006.

NOGUEIRA, F. A; SCHOMMES, P. C. Quinze anos de Investimento Social Privado no Brasil: Conceitos e Práticas em Construção. XXXIII EnANPAD. São Paulo. **Anais**. Setembro de 2009. Disponível em <www.idis.org.br/biblioteca/artigos/isp_fernando_nogueira.pdf> Acesso em 27 de Janeiro de 2010.

OCASIO, W.; JOSEPH, J. Cultural adaptation and institutional change: the evolution of vocabularies of corporate governance, 1972 – 2003. **POETIC**. p.16. 2005. Disponível em <www.elsevier.com/locate/poetic>. Acesso em 01 de setembro de 2010.

PALÁCIOS. M. Ruptura, Continuidade e Potencialização no Jornalismo Online: o Lugar da Memória in MACHADO, Elias & PALACIOS, Marcos. **Modelos do Jornalismo Digital**, Salvador: Editora Calandra, 2003.

PARPET, M-F. G. La Construction Sociale d'un Marché Parfait: le marché au cadran de Fontaines-en-Sologne. **Actes de la recherche en Sciences Sociales** Paris, n. 65. p. 02-13. Novembro 1986.

PENALVA-ICHER, E. La construction sociale d'un marché financier : L'investissement Socialement Responsable en France. AFS, ASSOCIATION FRANÇAISE DE SOCIOLOGIE, Bordeaux, septembre 2006. Disponível em <<http://www.melissa.ens-cachan.fr/IMG/pdf/Penalva-Icher.pdf>> Acessado em 06 de janeiro de 2010.

PENNA, L.A. Caminhos da Soberania Nacional: os comunistas e a criação da Petrobrás. Rio de Janeiro. E-papers serviços editoriais Ltda. 2005. Disponível em http://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=YT_LJtpDFvUC&oi=fnd&pg=PT3&dq=Percep%C3%A7%C3%A3o+Nacional+Sobre+a+Petrobr%C3%A1s&ots=6M5mQViywN&sig=t2B7UYHht9TKTb1BKIUS24LOL_E#v=onepage&q&f=false

PEREIRA, F.H. **O jornalista on-line: um novo status profissional? Uma análise sobre a produção da notícia na internet a partir da aplicação do conceito de 'jornalista sentado'**. 2003. Tese. UNB. Disponível em <www.bocc.uff.br/pag/pereira-fabio-jornalista-on-line-novo-status.pdf> Acessado em 24 de fevereiro de 2010.

PINTER, L; HARDI P; e BARTELMUS P. Indicators of Sustainable Development: Proposals for a Way Forward. In EXPERT GROUP MEETING ON INDICATORS OF SUSTAINABILITY DEVELOPMENT. 13-15 de dezembro de 2005. New York. Disponível em <http://www.iisd.org/pdf/2005/measure_indicators_sd_way_forward.pdf> Acessado em 21 de Abril de 2009.

POMAR, W Empresários no PT. **Revista Teoria e Debate** n. 29 junho/julho/agosto de 1995. Disponível em <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1672>> Acesso em 08 de fev. de 2009.

PORTER, T. M. **The rise of statistical thinking 1820-1900**. New Jersey: Princeton University Press. 1986.

ROUANET, H. The Geometric analysis of structures individuals X variables tables. In GREENACRE & BLÁSINS. **Multiple Correspondence Analysis and Related Methods** Chapman & Hill 2005

ROSANVALLON, P. **La légitimité démocratique- Impartialité, réflexivité, proximité**. Éditions du Seuil 2008.

SAES, A. M. Projeto nacional e desenvolvimento: os limites do nacionalismo na defesa dos recursos energéticos brasileiros (1930-1960). **Tempos Modernos**. v 12. Unioeste. Setembro de 2008.

SANTOS, H. D. Disciplina e Regulação: os dois pólos do poder das estatísticas. **Revista Bahia Análise & Dados** Salvador v. 15 n. 01 p.23-33. 2005.

SARTORE, M. S. **A inserção da responsabilidade social do setor bancário no contexto da governança corporativa**. São Carlos: UFSCar 91 p. Mestrado em Engenharia de Produção-UFSCar. CCET - Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia. EP, 2006

SARTORE, M. S. An essay on Stock Markets Sustainability Index Committees. In SOCIETY FOR THE ADVANCEMENT OF SOCIO ECONOMICS- SASE Julho de 2009 Paris-França.

SAUVIAT, C. Deux professions dans la tourmente – l’audit et l’analyse financière. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales** n.146-147; p.21-41, Março de 2003.

SICHE, R; AGOSTINHO, F; ORTEGA, E, ROMEIRO, A. Índices versus Indicadores : precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambiente e Sociedade** Campinas, v. 2, p.137-148, Jul/Dez 2007.

SOCIAL INVESTMENT FORUM. **Report on Socially Responsible Investing trends in the United States.** 2007. Disponível em <http://www.socialinvest.org/pdf/SRI_Trends_ExecSummary_2007.pdf> Acesso em 21 de Junho de 2010.

SWEEDBERG, R. Sociologia Econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social.** São Paulo: USP, v.16, n.02. 2004.

TAYLOR, F. W. **Princípios de Administração Científica.** 7ª Ed. São Paulo. Atlas. 1980. Tradução de Arlindo Viera Ramos

WALTER, C. Une histoire du concept d'efficience sur les marchés financiers. **Annales HSS** n.4 p. 873-905, 1996.

WELLER, W. Karl Mannheim: Um pioneiro da sociologia da juventude. In XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA (GT 26). Recife. Maio/Junho 2007.

ZAJDENWEBER, D. Chronique d'un randonneur centenaire: le DOW JONES. **Histoire et Mesure.** v.6, n.1, 1991. Disponível em <http://www.persee.fr/showPage.do?urn=hism_0982-1783_1991_num_6_1_1387> Acesso em 14 de Maio de 2008

JORNAIS E REVISTAS

AGENCIA ESTADO. Ricardo Young já deixou Ethos para disputar as eleições. 01 de abril de 2010. Disponível em <http://www.atarde.com.br/politica/noticia.jsf?id=2221958> Acesso em 13 de setembro de 2010.

ALVES. A. Governo de SP quer tirar a Petrobrás do ISE da Bovespa. **Gazeta Mercantil.** 14 de novembro de 2007. Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=420394> Acesso em 28 de Maio de 2009

ALVES, A. MURAKAWA, F. Diesel tira Petrobrás de Índice de Sustentabilidade da Bovespa **Estadão Online** (Economia e Negócios) [Internet] Disponível em http://www.estadao.com.br/economia/not_eco283603,0.htm Acessado em 02 de Março de 2009.

ARAGÃO, M. “Investidor Anjo” garante caixa e conhecimento a novas empresas. **Estadão**. 26 de agosto de 2008. [Internet] Disponível em http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080826/not_imp230758,0.php Acessado em 16 de fevereiro de 2009.

ASSIS, J. S. de. PNBE chega à maioria com perfil discreto e novas bandeiras. **Gazeta Mercantil** 03 de jul. 2008 Disponível em <<http://indexet.gazetamercantil.com.br/arquivo/2008/07/03/558/PNBE-chega-a-maioriadecom-perfil-discreto-e-novas-bandeiras.html>> Acesso em 01 de Maio de 2009.

AZEVEDO, S. Retorno atrativo das ações. **Gazeta Mercantil** 08/08/2002 [Internet] Disponível em http://www.aaam.com.br/fundo_ethical/ethical_midia.shtm# Acessado em 04 de Março de 2009.

BARROS, B. País lidera sustentabilidade bancária. **Valoronline**. 28/03/2007. Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/financas/54/Pais+lidera++sustentabilidad e+bancaria,,,54,4226041.html> Acessado em 18/09/07

BARROS, B; CAMBA, D. Lucro Ambiental. **Valoronline**. 18/08/2006. <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/Lucro+ambiental,,,49,3853888.html> Acessado em 28/11/2006

BLODGET, H. **Investir no bem custa caro**. São Paulo: Época Negócios, 2007. Disponível em < <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Epocanegocios/0,,EDG80358-9560-10-2,00-INVESTIR+NO+BEM+CUSTA+CARO.html>> Acesso em 13 de setembro de 2010.

BM&F BOVESPA. BM&FBOVESPA submete questionário do Índice de Sustentabilidade Empresarial à consulta pública eletrônica até 18 de junho. 21/05/2010 Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/noticias/2010/Participe-da-consulta-publica-eletronica-sobre-o-questionario-que-definira-as-proximas-empresas-integrantes-do-ISE-2010-05-21.aspx?tipoNoticia=1&idioma=pt-br> Acesso em 04 de julho de 2010.

BRITO, G; NADER, V. O PSDB não gosta da Petrobrás. Nem do Brasil. **Correio da Cidadania**. Janeiro de 2009.

BRUNTLAND, G (ed). **Our Common Future: The World Commission on Environment and Development**, Oxford: Oxford University Press. 1987.

CAMBA, D. O que é ser socialmente responsável. **Valoronline**. 30/03/2005a.

_____. Apimec é contrária a exclusão no novo índice. **Valor-online**. 05/04/2005b [Internet] Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/Apimec+e+contraria+a+exclusao+no+novo+indice,,,49,2942965.html> Acessado em 27/11/2006

_____. Bovespa planeja lançar ISE em dezembro. **Valor-online**. 21/07/2005c. [Internet] Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/Bovespa+planeja+lancar+ISE+em+dezembro,,,49,3158595.html> Acessado em 28/11/2006

_____. Empresas saberão de notas depois do ISE pronto. **Valor-online**. 26/09/2005d [internet] Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/Empresas+saberao+de+notas+somente+depois+do+ISE+pronto,,,49,3293039.html> Acessado em 28 de novembro de 2006

_____. Metade das empresas responde ao questionário do ISE. **Valor-online**. 29/11/2005e [internet] Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/Metade+das+empresas+responde+ao+questionario+do+ISE,,,49,3402295.html> Acessado em 28 de novembro de 2005

_____. Responsabilidade Social em alta. **Valor-online**. 07/07/2005f. [internet] Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/Responsabilidade+social+em+alta,,,49,3129105.html> Acessado em 28 de novembro de 2006

_____. É bom e rende mais **Valor-online**. 23/02/2006. [internet] Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/E+bom+e+rende+mais,,,49,3552322.html> Acessado em 28 de novembro de 2006

CAMBA, D. Sustentabilidade ainda tem pouco espaço nas aplicações **Valoronline** 26/10/2006 <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/Sustentabilidade+ainda+tem+pouco+espaco+nas+aplicacoes,,,49,3969834.html> Acessado em 28/11/2006

CAMBA, D; FARIELLO, D; PAVINI, A. ISE nasce para o investidor que quer muito mais do que o lucro. **Valor online** 02/12/2005. [internet] Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/ISE+nasce+para+o+investidor+que+quer+muito+mais+que+o+lucro,,,49,3412290.html> Acessado em 28/11/2006

CARTA AO PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE AUTO-REGULAMENTAÇÃO PUBLICITÁRIA CONAR 31 de outubro de 2007. Disponível em http://www.propagandasustentavel.com.br/public/4B7_representacao_conar_petrobras_c32.doc.pdf Acesso em 18 de Maio de 2010.

CARTA ENVIADA A BM&F BOVESPA 28 de outubro de 2008. Disponível em http://www.idec.org.br/pdf/bovespa-ise_exclusao_petrobras_2008-2009.pdf Acesso em 18 de Maio de 2010

CINTRA, L. A. Carteira do ISE deve mudar em 2007. **Valoronline**. 05/09/2006. <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/suplementos/293/294/Carteira+do+ISE+deve+mudar+em+2007+,,,294,3881979.html>. Acessado em 28/11/2006

CORREA, C; MANO, C. Onde Dantas Errou **Exame**. 20/04/2005. Disponível em <http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0841/negocios/m0054959.html> Acesso em 23 de Março de 2010.

COTIAS, A; CAMBA, D. O peso da má notícia. **Valor Online**. 27 de outubro de 2005. Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/O+peso+da+ma+noticia,,,49,3354383.html> Acessado em 28/11/2006

COTIAS, A. Contra a corrente. **Valoronline**. 07/03/2006. Disponível para assinantes em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/Contra+a+corrente,,,49,3567892.html> Acesso em 28 de Novembro de 2006.

COTIAS, A. Responsabilidade à prova. **Valor Online**. 23/11/2006 Disponível para assinantes em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/Responsabilidade+a+prova,,,49,4018166.html>

DADONO, P. Responsabilidade social ultrapassa o Ibovespa médio. **Gazeta Mercantil**. 23/04/2002 [Internet] Disponível em http://www.aaam.com.br/fundo_ethical/ethical_midia.shtm# Acessado em 04 de Março de 2009.

DE SAO PAULO. Prêmios Reconhecem Excelência. **Valoronline** 2001 http://www.valoronline.com.br/?impresso/um_ano_de_valor/223/603486/premiosreconhecem-excelencia Acesso em 29 de janeiro de 2010

DE SÃO PAULO. Planos da Unibanco AIG investem em ações do ISE. **Valoronline**. 31/07/2007.

ECO-FINANÇAS. Acordo adia redução de enxofre no diesel por quatro anos. Disponível em <http://ef.amazonia.org.br/index.cfm?fuseaction=noticia&id=290768> Acessado em 11 de março de 2009.

ELKINGTON, J. Enter the triple bottom line. 1994. In, HENRIQUES, Adrian; RICHARDSON, Julie. **The triple bottom line: does it all add up? Accessing the Sustainability of business and CSR**. Disponível em <http://www.johnelkington.com/TBL-elkington-chapter.pdf> Acesso em 08 de setembro de 2010.

ENTINE, J; Financial crisis: Social investment– Crunch time for ethical investing **Ethical Corporation** 28 de out. 2008. Disponível em <http://www.ethicalcorp.com/content.asp?ContentID=6159>

EXAME online “Petrobrás said a carteira do ISE; TIM e Unibanco entram” 2008 [internet] Disponível em <http://portalexame.abril.com.br/ae/financas/petrobras-sai-carteira-ise-tim-unibanco-entram-193057.shtml> Acessado em 02 de Março de 2009.

EXAME online. Após polêmica do Diesel, Petrobrás sai do Ethos. **Exame**. 03 de dezembro de 2008b. Disponível em <http://portalexame.abril.com.br/ae/economia/polemica-diesel-petrobras-sai-ethos-201158.shtml> Acesso em 21 de Maio de 2010

EXMAN, F. Vice de Marina, Guilherme Leal é um idealista realizador. 10 de junho de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/06/10/vice-de-marina-guilherme-leal-um-idealista-realizador-916836905.asp> Acesso em 13 de setembro de 2010.

IBGE. **Comunicação social**. 10 de setembro de 2008. [internet] Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1226&id_pagina=1> Acessado em 18.01/2009

FARIELLO, D. Brasil é modelo para AL em crédito Sócio-ambiental. **Valoronline** 13-11-2006
<http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/financas/54/Brasil+e+modelo+para+AL+em+credito+socioambiental+,,,54,3998513.html> Acessado em 28/11/2006

FARIELLO, D. Essa tal sustentabilidade **Valoronline**. 18/04/2008. Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/Essa+tal+sustentabilidade,,,49,4886505.html>

FILGUEIRAS, M. L. Bolsa exclui Petrobrás e Aracruz do ISE **Gazeta Mercantil Online** [internet] Disponível em http://www.gazetamercantil.com.br/GZM_News.aspx?parms=2204589,36,1,1 Acessado em 02 de março de 2009.

FOLHA ONLINE. Oded Grajew deixa o governo Lula. 10 de novembro de 2003. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u55279.shtml>

FRANÇA, V. São Paulo envelhece e jovens deixam de ser maioria no Estado **Valoronline** 8 jun. 2007 Disponível em <<http://www.estado.com.br/editorias/2007/06/08/cid-1.93.3.20070608.10.1.xml>> Acesso em 24 de jan. 2009

FRANKLIN, D. The year of unsustainability. The world in 2009. **The Economist** 19.11.2008. [Internet] Disponível em http://www.economist.com/theworldin/displayStory.cfm?story_id=12494427 Acessado em 02 de Março de 2009.

GALLI, A. P. Entenda o escândalo do mensalão. 22/08/2007. Edição 483. Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG78680-6009,00-ENTENDA+O+ESCANDALOB+DO+MENSALAO.html> Acessado em 04 de julho de 2010.

GASPAR, A. Ethos é suspenso do conselho do ISE da Bovespa. **Portal Terra**. 16 de dezembro de 2008. Disponível em <http://invertia.terra.com.br/sustentabilidade/interna/0,,OI3397018-EI10411,00.html>

GAZETA MERCANTIL. Bolsa exclui Petrobrás e Aracruz do ISE. 26 de novembro de 2008. http://www.gazetamercantil.com.br/GZM_News.aspx?parms=2204589,36,1,1 Acesso em 02 de março de 2009.

GONZÁLEZ, R. A importância da comunicação dos indicadores sustentáveis para o mercado financeiro **Revista RI – Relações com Investidores** n.º 85 – Março 2005

JARDIM, S. S. Nova carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial. **Folha do Meio Ambiente online** 16/12/2007 [internet] Disponível em <http://www.folhadomeio.com.br/publix/fma/folha/2007/12/ecofinan184.html> Acessado em 02 de Março de 2009.

JUVENTUDE VERDE. PV formaliza candidaturas de Fábio Feldmann e Ricardo Young neste sábado. 16 de junho de 2010. Disponível em

http://www.juventudeverdesp.org.br/jvsp/index.php?option=com_content&view=article&id=231%3A%2Fpv-formaliza-candidaturas-de-fabio-feldmann-e-ricardo-young-neste-sabado-&catid=31%3Adestaque&Itemid=10 Acesso em 13 de setembro de 2010.

KEEFE, J. F. Sustainable Investing as an emergent Investment Discipline. In SUSTAINABLE INVESTING CONFERENCE 2008 [online] Disponível em http://www.nytimes.com/2008/08/23/business/yourmoney/23money.html?8mon=&_r=2&oref=slogin&emc=yml&adxnnlx=12196846291yApUWyFgFSgpw%20SOqI%20pA&pagewanted=print Acessado em 09 de Março de 2009.

KROHEN, M. O Banco do Bem. **Isto é- Dinheiro**. 25 de Abril de 2002. Disponível em http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/2571_O+BANCO+DO+BEM Acesso em 13 de setembro de 2010.

KROPP, R. "Sustainable Corporations Outperform During Economic Crisis" **SRI-adviser.com** 16/02/2009. [Internet] Disponível em <http://www.sri-adviser.com/article.mpl?sfArticleId=2628> Acessado em 03 de Março de 2009.

LIEBER, R. Socially Responsible, With Egg on its Face **The New York Times** 23/08/2008. [online] Disponível em http://www.nytimes.com/2008/08/23/business/yourmoney/23money.html?8mon=&_r=2&oref=slogin&emc=yml&adxnnlx=12196846291yApUWyFgFSgpw%20SOqI%20pA&pagewanted=print Acessado em 09 de Março de 2009

LIMA, F. Questionário do ISE vai à audiência pública **Valor-online**. 30/05/2005. [Internet] Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/Questionario+do+ISE+vai+++audiencia+publica,,,49,3050760.html> Acessado em 27 de novembro de 2006

LUQUET, M. O longo caminho a percorrer na responsabilidade social. **Valoronline** 24/10/2005. Disponível para assinantes em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/O+longo+caminho+a+percorrer+na+responsabilidade+social,,,49,3345349.html> Acessado em 28/11/2006

LYRA, P. T. Brasil Melhora Índices, mas segue em 70º no ranking do desenvolvimento. **Valoronline** 19.12.2008 [internet] Disponível em <http://www.valoronline.com.br/ValorOnLine/MateriaCompleta.aspx?tit=Brasil%20melhora%20%20C3%ADndices,%20mas%20segue%20em%2070%C2%BA%20no%20ranking%20do%20desenvolvimento&codmateria=5330709&dtmateria=19%2012%202008&codcategoria=5&p=61&t=12px> Acessado em 18/01/2009

MACHADO, A. C. Tudo sob controle. **Valoronline**. 26/10/2007 Disponível em

<http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/suplementos/293/294/Tudo+sob+control e,,,294,4605977.html>

MANASSEH, K. IFC promotes sustainability in Brazil. 2007. Informação disponível em http://www.ifc.org/ifcext/media.nsf/Content/Brazil_Sustainability_Index_Jun07 Acesso em 17 de junho de 2007.

MANO, C. Negócio Sustentável – a corrida por uma imagem sustentável. **Exame**. 09/05/2007. Disponível em http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_232184.shtml Acesso em 23 de março de 2010.

MARCONDES, D. Economistas vêm a sustentabilidade como modelo para economia pós crise **Mercado Ético**. 2009 [Internet] Disponível em <http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/economistas-veem-a-sustentabilidade-como-modelo-para-economia-pos-crise/> Acessado em 02 de Março de 2009.

MATTOS, A. Gestão para o futuro. **Valoronline**. 25/04/2007.

MEDEIROS, J. No topo- as As melhores escolas de negócios do país são a nata do ranking. A Eaesp-FGV é neste ano, novamente, a número 1. Você S/A 11/11/2009. Disponível em <http://vocesa.abril.com.br/desenvolva-sua-carreira/materia/topo-saiba-quais-foram-cinco-melhores-escolas-mba-2009-511711.shtml> Acesso em 01 de Março de 2010.

MENDONÇA, L.T; OPPENHEIM, J. Investing in Sustainability: An interview with Al Gore and David Blood. **The McKinsey Quarterly**. Maio 2007. Disponível em http://www.mckinsey.com/clientservice/ccsi/pdf/Investing_in_Sustainability.pdf Acesso em 23 de Março de 2010.

MERCADO ÉTICO. Petrobrás excluída do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa. 26 de novembro de 2008. Disponível em <http://envolverde.ig.com.br/materia.php?cod=54108>

MERCADO ÉTICO. Instituto Ethos é suspenso do conselho do ISE por um ano. **Mercado Ético**. 16 de dezembro de 2008b. Disponível em <http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/instituto-ethos-e-suspenso-do-conselho-do-ise-por-um-ano/>

NASCIMENTO, D. Gigante da Economia. s.d. Disponível em <http://www.canaldaimprensa.com.br/canalant/foco/dtercedicao/foco02.htm> Acesso em 29 de janeiro de 2010

NIERO, N; FREGONI, S. Ethos é suspenso do conselho do Índice de Sustentabilidade **Valoronline** 17/12/2008. [Internet] Disponível em <http://www.weg.net/br/Media-Center/WEG-na-Imprensa/Valor-Economico/Ethos-e-suspenso-do-conselho-do-indice-de-sustentabilidade> Acessado em 24 de fevereiro de 2010.

NOGUEIRA, R. **ISE- Índice de Sustentabilidade Empresarial** – [Apresentação em Slide show] 2005 [Internet] Disponível em www.ces.fgvsp.br/arquivos/conferencia_internacional_p7%20bovespa.pdf

O GLOBO. Ações da Petrobrás são excluídas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa. **O Globo**. 25 de novembro de 2008. Disponível em http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/11/25/acoes_da_petrobras_sao_excluidas_do_indice_de_sustentabilidade_empresarial_ise_da_bovespa-586543231.asp Acesso em 21 de Maio de 2010

ORDOÑEZ, R. Petrobrás se desliga do Instituto Ethos. **O Globo**. 02 de dezembro de 2008. Disponível em http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/12/02/petrobras_se_desliga_do_instituto_ethos-586814955.asp Acesso em 21 de Maio de 2010

OSGOOD, D. Recent Ink misses the point of Corporate Responsibility. **The business for a better world**. 04/02/2009. Disponível em <http://blog.bsr.org/2009/02/recent-ink-misses-point-of-corporate.html> Acesso em 05 de julho de 2010.

PARTIDO VERDE. Memória. 15 de Abril de 2006. Disponível em <http://www2.pv.org.br/noticia.kmf?canal=255> Acesso em 13 de setembro de 2010.

PAULINO, G. Jodie Thorpe, da SustainAbility, desvenda os relatórios de sustentabilidade. 20 de dezembro de 2006. Disponível em <http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3345&Lang=ptB&Alias=ethos&itemNotID=8121> Acesso em 13 de setembro de 2010.

PAVINI, A. HSBC cria fundo de ações atrelado ao ISE. **Valor online** [internet] 29/12/2005 Disponível para assinantes em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/HSBC+cria+fundo+de+acoes+atrelado+ao+ISE,,49,3460586.html> Acessado em 28/11/2006

PAVINI, A. ONU quer privadas preocupados com a sustentabilidade **Valoronline** 26/03/2007

PAVINI, A; CAMBA, D. O índice da discórdia. **Valor-online**. 16/03/2005. [internet] Disponível em

<http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/O+indice+da+discordia,,49,2906015.html> Acessado em 27 de novembro de 2006.

PAVINI, A; CLETO, P. Índice de Sustentabilidade da Bovespa sai com 28 empresas. **Valor-online**. 01/12/2005. [internet] Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoronline/Geral/financas/bolsas/Indice+de+Sustentabilidade+da+Bovespa+sai+com+28+empresas,,,38,3409732.html> Acessado em 28 de novembro de 2006

PAVINI,A. CAMBA, D. FARIELLO, D. Índice de Sustentabilidade cresce e se diversifica com papel da Petrobras **Valoronline** 01/12/2006 <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/financas/54/Indice+de+Sustentabilidade+cresce+e+se+diversifica+com+papel+da+Petrobras,,,54,4033231.html>

PETROS, F. Índice de Sustentabilidade Empresarial: sinal de modernidade. **Valor-online**. 07/04/2005. [Internet] Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/Indice+de+sustentabilidade+empresarial+sinal+de+modernidade,,,49,2949644.html> Acessado em 27 de novembro de 2006.

PILLER, C. Buffet Rebuffs efforts to rate corporate conduct. **Los Angeles Times**. 07/05/2007. Disponível em <http://www.latimes.com/business/la-na-berkshire7may07,1,2180048.story> Acesso em 23 de Março de 2010.

PRADO, A; ROSENBERG, C. O Banqueiro Verde. **Época Negócios**. 26/07/2007. Disponível em http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_232184.shtml Acesso em 23 de março de 2010.

REBOUÇAS, L. Ibase sai do conselho para criação do ISE. **Gazeta Mercantil**. 2005. [Internet] Disponível em <http://indexet.gazetamercantil.com.br/arquivo/2005/04/07/417/Ibase-sai-do-conselho-para-criacao-do-ISE.html> Acessado em 04 de janeiro de 2009

REBOUÇAS, L. Previ participa do Global Compact. **Suplemento Especial Gazeta Mercantil**. 09/10/2006. p.02

RIBEIRO, A. Bolsa pede integração na AL **Valor On-line** [internet] 28 de outubro 2004. Disponível para assinantes em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/financas/54/Bolsa+pede+integracao+na+AL,,,54,2667854.html> [Acessado em 27 de novembro de 2006].

RIBEIRO, B. Petrobrás, Bradesco e Itaúsa ganham espaço no índice de sustentabilidade Dow Jones. **Valoronline.** 06/09/2006. Disponível em <http://blogbr.com/base3/page6/&thisy=&thism=&thisd=> Acesso em 04 de julho de 2010.

SANTOS, C. Energias alternativas colocam a estatal no ISE. **Valor Online.** 01 de dezembro de 2006. <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/financas/54/Energias+alternativas+colocam+a+estatal+no+ISE,,,54,4033235.html> Acessado em 28/11/2006

SÃO PAULO. Empresas sugerem mudanças no questionário do ISE. **Valor-online.** 07/07/2005. [internet] Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/Empresas+sugerem+mudancas+no+questionario+do+ISE,,,49,3129106.html> Acessado em 28 de novembro de 2006

SÃO PAULO. Empresas deixam de enviar questionário por descuido. **Valor-online.** 02/12/2005b. [internet] Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/Empresas+deixam+de+enviar+questionario+por+descuido,,,49,3412291.html> Acessado em 28 de novembro de 2006.

SÃO PAULO. Fundos do ABN e do Itaú foram os precursores. **Valoronline** 13/03/2006. [internet] Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/financas/54/Fundos+do+ABN+e+do+Ita+u+foram++precursores,,,54,3576567.html> Acessado em 28/11/2006

SÃO PAULO. Falta de diversificação na composição do ISE incomoda. **valor on-line** 2006a. [internet] 18 de Janeiro. Disponível para assinantes em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/Falta+de+diversificacao+na+composicao+do+ISE+incomoda,,,49,3490372.html> [Acessado em 28 de novembro de 2006].

SÃO PAULO. No ano, ganho do ISE supera o do Índice Bovespa. **Valor-online** 2006b. [internet] Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/No+ano+ganho+do+ISE+supera+o+do+Indice+Bovespa,,,49,3853887.html> Acessado em 28 de novembro de 2006

SÃO PAULO. Ecoeficiência pode ser uma resposta positiva à crise. **Valoronline.** 27.01.2009 [Internet] Disponível para assinantes em <http://www.valoronline.com.br/ValorImpresso/MateriaImpresso.aspx?tit=Ecoefici%C3%AAncia%20pode%20ser%20uma%20resposta%20positiva%20%C3%A0%20crise&dtMateria=27%2001%202009&codMateria=5385110&codCategoria=102&p=171&t=12px> Acessado em 02 de Março de 2009.

SCHARF R. GALINDO, P. Critérios éticos para nortear investimentos. *Gazeta Mercantil*. 06/09/2001 [internet] Disponível em http://www.aaam.com.br/fundo_ethical/downloads/Gzm0901.pdf Acessado em 04 de Março de 2009

SCHAFROTH, E. La crise financière renforce l'intérêt pour l'investissement socialement responsable. *Capital.fr* 06/02/2009. [Internet] Disponível em <http://www.capital.fr/placements/interviews/la-crise-financiere-renforce-l-interet-pour-l-investisment-socialement-responsable-351952> Acessado em 03 de Março de 2009. Entrevista com Patrick Savadoux, gestor da Mandarin Gestão.

SCHÜFFNER, C. Diesel limpo afasta Petrobrás do Ethos. **Valoronline**. 03 de dezembro de 2008. Disponível em <http://www.valoronline.com.br/ValorImpresso/MateriaImpresso.aspx?tit=Diesel+limpo+afasta+Petrobras+do+Ethos&codmateria=5302016&dtmateria=03+12+2008&codcategoria=89>

SILVA, E. S. Renda Variável aproveita a onda do fundo verde. **Gazeta Mercantil** 13/12/2001. [Internet] Disponível em http://www.aaam.com.br/fundo_ethical/ethical_midia.shtm# Acessado em 04 de Março de 2009.

SIMONI, W.F. de. O novo índice da Bovespa. **Blog termômetro global- portal exame**. 20 de janeiro de 2010. Disponível em <http://portalexame.abril.com.br/rede-de-blogs/termometro-global/2010/01/20/o-novo-indice-da-bovespa/> Acesso em 05 de julho de 2010.

SIQUEIRA, V. ISE seria também um índice de confiança no mercado? 28/07/2005. [Internet] Disponível para assinantes em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/ISE+seria+tambem+um+indice+de+confianca+no+mercado,,49,3172295.html> Acessado em 28/11/2006

STERN, S. The hot air of CSR **Financial Times.com**. 02.02.2009. [Internet] Disponível em <http://www.ft.com/cms/s/0/c4d25c8a-f13d-11dd-8790-0000779fd2ac,s01=1.html> Acessado em 02 de Março de 2009.

UNEP-FI E UKSIF. Responsible Investment in focus: How leading public pension funds are meeting the challenge. **Report**. 2007. Disponível em <http://www.unepfi.org/fileadmin/documents/infocus.pdf> Acesso em 13 de setembro de 2010.

VALENTI, G; TORRES, F. Bolsa reavalia Sustentabilidade. **Valoronline**. 01.03.2010. Disponível em <https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br/cadastrs/noticias/2010/3/1/bolsa-reavalia-sustentabilidade/> Acesso em 21 de junho de 2010.

VALORONLINE. Prestação de contas ao final de um ano **Valoronline** 2001 Disponível em <http://www.valoronline.com.br/?impresso/opiniaio/96/603468/prestacao-de-contas-ao-final-de-um-ano-de-valor> Acesso em 29 de janeiro de 2010

VALORONLINE. Fundo ISE. **Valoronline**. 06/01/2006. Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/financas/Fundo+ISE,,,55,3472208.html> Acesso em 28 de Novembro de 2006.

VIALLI, A. O castigo da Petrobrás. **Blog Estadão**. 27 de novembro de 2008. Disponível <http://blogs.estadao.com.br/andrea-vialli/?s=Petrobr%C3%A1s> Acessado em 19 de Maio de 2010.

VIALLI, A. E a Petrobrás jogou a toalha. **Blog Estadão**. 03 de dezembro de 2008b. Disponível em <http://blogs.estadao.com.br/andrea-vialli/?s=Petrobr%C3%A1s> Acesso em 19 de Maio de 2010

VIALLI, A. Ethos é suspenso de Conselho da Bovespa **Estadão.com.br** 17 de dezembro de 2008c. [Internet] Disponível em http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20081217/not_imp294994,0.php Acessado em 02 de Março de 2009.

VIALLI, A. Poucas Brasileiras no DJSI. **Blog Estadão**. 03 de setembro de 2010. Disponível em <http://blogs.estadao.com.br/andrea-vialli/?s=Petrobr%C3%A1s> Acessado em 04 de julho de 2010.

VIEIRA, C. Fundo Ethical mostra a melhor performance do portfólio do ABN. **Valor Econômico**. 24/09/2002. [Internet] Disponível em http://www.aaam.com.br/fundo_ethical/ethical_midia.shtm# Acessado em 04 de Março de 2009.

VIEIRA, C. Caixa lança carteira de ações que segue o ISE. **Valoronline**. 08/11/2007. [internet] Disponível para assinantes em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/Caixa+lanca+carteira+de+acoes+que+segue+o+ISE,,,49,4625241.html?highlight=&newsid=4625241&areaid=49&editionid=1892> Acesso em 23 de novembro de 2007.

VIEIRA, C. Entre anjos e confrades. **Valor Investe**. 08/07/2008.

VOLTOLINI, R. A crise e a sustentabilidade **Gazeta Mercantil** 04-11-2008 [internet] Disponível em <http://indexet.gazetamercantil.com.br/arquivo/2008/11/04/22/OPINIAO--A-crise-e-a-sustentabilidade.html> Acessado em 02 de Março de 2009.

ZACCARIA, C. Revolução no Mercado. **Revista Brasil Sustentável** – publicação do CEBDS. Dez/2005. [Internet] Disponível em <http://ef.amazonia.org.br/index.cfm?fuseaction=noticia&id=194519> Acessado em 06/12/2008.

YOUNG, R. **Entrevista**. 2008. Informação disponível em <http://www.consumidormoderno.com.br/canais/responsabilidade-social/responsabilidade-social-1/entrevista-com-ricardo-young-parte-1> Acessado em 08 de fevereiro de 2009

ANEXO 1 – MINI-BIOGRAFIA DOS ATORES CITADOS NO CAPÍTULO III. (Em ordem Alfabética)

ALBERTO AUGUSTO PERAZZO	Economista com especialização em Marketing e Mestrado em Filosofia. Presidente do Conselho da Oficina Municipal, associado à Fundação Konrad Adenauer. Membro do Grupo de Excelência em Ética e Sustentabilidade do Conselho Regional de Administração do Estado de São Paulo. Vice Presidente da Câmara de Comercio Brasil Argentina em São Paulo. Membro do Conselho de Curadores do Museu e Centro Contemporâneo de Tecnologia do Estado de São Paulo. <u>Informações retiradas de http://www.sistemafieng.com.br/desenvolvimento_social/palestrantes.php</u> e <u>http://www.maisprojetos.com.br/benchbrasil/index.php?pag=28dbbd</u> Acesso em 27 de Janeiro de 2010
ALBERTO LUIZ GONÇALVES SOARES	Empresário. Apóia instituições carentes como “Casa dos Meninos”, “Casa do Homem de Nazaré” e Centro Educacional Estevão Pinto. <u>Informações retiradas de http://www.casasdohomemdenazare.org.br/testemunhos.htm</u> Acesso em 27 de Janeiro de 2010
ÁLVARO CONDE LEMOS FILHO	Nascido em 1934. É formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da UFBA. Atuou como Diretor-Superintendente da Emprend S/A da qual é fundador em 1975. É também pequeno pecuarista, na região do semi-árido baiano, onde atua como criador e selecionador de gado nelore. Atuou como Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Presidente da ADCE-BA- Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa da Bahia, Membro do Conselho Universitário- CONSUNI- UNIFACS, Presidente da Associação Comercial da Bahia, Presidente do Conselho de Cultura da Associação Comercial da Bahia. <u>Informações retiradas de www.al.ba.gov.br/docs/proposicoes2008/PRS_1_961_2008_1.rtf</u> Acesso em 27 de Janeiro de 2010
BENGTH HALLQVIST	Co-fundador do IBGC e seu primeiro presidente do conselho de administração. Atualmente é conselheiro de administração e coordenador do comitê de auditoria de Máquinas Agrícolas Jacto, Unipac e Bionnovation. Foi CEO de subsidiárias de multinacionais como Volvo America Latina, AEG-Telefunken, ESAB e SKF e de empresas familiares. Foi membro de aproximadamente 50 conselhos de administração em mais de 20 países na América Latina, EUA e Europa. Formado pela Harvard Business School, Temple University e Leeds College of Commerce. <u>Informação Disponível em http://tamnews.com.br/biblioteca/fotos/67_Conselheiros_ADM_2.SEM_SP_2008.pdf</u> Acesso em 27 de janeiro de 2010
BETINHO	Betinho teve grande participação no movimento estudantil. Durante o curso secundário ingressou na Juventude Estudantil Católica (JEC) e depois, durante o período universitário, fez parte da Juventude Universitária Católica (JUC). Nesse momento, começou a viajar pelo Brasil nas caravanas do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). Na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), fez parte do núcleo que fundou a Ação Popular (AP), organização política fundada no fim de 1962, formada por católicos(as) determinados(as) a construir o socialismo no Brasil. Desde então, ficaram claros os princípios que marcariam seu discurso e suas ações. Em 1962, formou-se em Sociologia e engajou-se na luta pelas chamadas reformas de base que marcaram o governo João Goulart. Ao mesmo tempo, exerceu funções de coordenação e assessoria no Ministério da Educação e Cultura – onde fez articulações a favor do projeto de alfabetização de pessoas adultas do então jovem professor pernambucano Paulo Freire – e na Superintendência de Reforma Agrária. Além disso, elaborou estudos sobre a estrutura social brasileira para a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), da Organização das Nações Unidas (ONU). <u>Informações retiradas de http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=40</u> Acesso em 27 de janeiro de 2010.
CÁSSIO TRUNKL	Sócio-diretor da consultoria Finanças Sustentáveis, é engenheiro com especialização em Mercado de Capitais tendo também cursado pós-graduação em Marketing. Trabalhou na Diretoria de Mercado de Capitais do Banco Bradesco em análise de operações de mercado de capitais e de investimento em renda variável, possuindo 5 anos de experiência no setor financeiro. Foi analista sênior na Diretoria de Mercado de Capitais do Grupo Telefônica

	<p>Antes de criar a consultoria Finanças Sustentáveis, foi consultor sênior do projeto Eco-Finanças da ONG Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, onde realizou diversos trabalhos junto a instituições financeiras visando incorporar as questões socioambientais aos negócios.</p> <p>Atuando nessa ONG, que integra a rede internacional de ONGs ambientalistas BankTrack, desenvolveu atividades visando aprimorar as práticas de sustentabilidade do setor financeiro privado ao redor do mundo. <u>Informações retiradas de http://www.financassustentaveis.com.br/quemSomos.asp</u> acessado em 04 de Março de 2009.</p>
<p>CRISTINA MONTENEGRO</p>	<p>Cristina Montenegro é diretora regional adjunta do Escritório Regional do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente na América Latina e Caribe (PNUMA). Antes de transferir-se ao PNUMA, coordenou a Unidade de Meio Ambiente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil. Com um mestrado em relações internacionais da Universidade de Brasília e larga experiência em várias agências do Sistema das Nações Unidas, se especializou em governabilidade ambiental global apoiando os governos da América Latina e Caribe no desenho de estruturas institucionais, no desenvolvimento de mecanismos de negociação e na mobilização de assistência técnica e financeira para programas e projetos relativos aos principais acordos ambientais internacionais. Sua atuação tem se concentrado prioritariamente na preparação de posições e negociações das principais convenções e protocolos ambientais, particularmente os relacionados a mudança climática, biodiversidade biológica e desertificação, assim como no seguimento dos eventos relacionados e derivados da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio 92, da Rio+5 e da Comissão de Desenvolvimento Sustentável. Mais recentemente, participou ativamente no processo preparatório regional e global para a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo, a Rio+10. Atualmente é Secretária do Fórum de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe e, neste âmbito, coordena o intercâmbio de experiências e informações entre os ministérios de meio ambiente da região, organismos sub-regionais, regionais e internacionais nos temas considerados prioritários para a agenda ambiental regional. <u>Informações retiradas de http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.13896.html</u> Acesso em 03 de Maio de 2009</p>
<p>EDUARDO RIBEIRO CAPOBIANCO</p>	<p>Administrador de Empresas formado pela EAESP-FGV. Vicepresidente das empresas do GRUPO CONSTRUCAP (Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A; Territorial São Paulo Mineração Ltda - Agrocap Participações Ltda e Goiás Goiátuba Álcool Ltda). SINDUSCON/SP - Presidente no período de 1992 a 1996; CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO - Vice Presidente no período de 1993-1995. PNBE- Pensamento Nacional das Bases Empresariais sócio fundador , coordenador geral nos anos de 1992 ; 1997 a 2000. INSTITUTO ETHOS - Membro do Conselho Deliberativo. INSTITUTO SÃO PAULO CONTRA A VIOLÊNCIA fundador e Presidente da Diretoria desde 1997. TRANSPARÊNCIA BRASIL sócio fundador e presidente do conselho deliberativo desde 2000. FIESP- Federação das Indústrias do Estado de Paulo- Vice Presidente na gestão 2004 a 2006. <u>Informações retiradas de www.cgu.gov.br/ivforumglobal/pdf/EduardoCapobianco.pdf</u> Acesso em 27 de janeiro de 2010.</p>
<p>EMERSON KAPAZ</p>	<p>Empresário formado em Engenharia Civil pelo Mackenzie com pós graduação em Administração pela FGV. Assumiu a empresa do pai, Elka Plásticos e a partir da empresa passou a ter presença no Sindicato Patronal e através dele a ter assento na FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Foi a partir desta representação empresarial que comecei a me interessar pela política "lato sensu" a ponto de depois de fundar a ABRINQ e a Fundação ABRINQ que luta pelos direitos da criança e do adolescente, ter sido candidato de oposição às eleições da Fiesp em 92. Foi Secretário do Covas e deputado federal. Hoje é o presidente da ETCO (Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial), uma organização sem fins lucrativos que congrega entidades empresariais e não governamentais com o objetivo de delimitar parâmetros éticos para a concorrência e estimular ações eficazes contra a evasão fiscal, a falsificação de produtos e o contrabando. <u>Informações retiradas de http://www.corpore.org.br/cws_exibeconteudogeral_742.asp</u> Acesso em 27 de janeiro de 2010.</p>

FÁBIO COLLETTI BARBOSA	É administrador formado pela Fundação Getúlio Vargas em São Paulo e tem um MBA pelo Institute for Management and Development in Lausanne, Switzerland É CEO do grupo Santander no Brasil e foi CEO do Banco ABN AMRO REAL. Ocupa o cargo de diretor executivo da FEBRABAN. Membro do Conselho Diretivo da Petrobrás SA. <u>Informações retiradas de</u> http://people.forbes.com/profile/fabio-colletti-barbosa/63281 Acessado em 11 de fevereiro de 2009
FERNANDO ALMEIDA	Formado em Engenharia Civil pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro nos anos 70 e fez mestrado em Engenharia Ambiental nos Estados Unidos. De volta ao Brasil, ingressou na FEEMA (uma agência do estadual atuante na área ambiental) e passou a atuar como professor de graduação e pós-graduação. Quando deixou o cargo de presidente que ocupava na FEEMA, montou a sua própria consultoria para orientar as empresas a se adequarem à legislação ambiental. Participou da Eco-92 que o inspirou a escrever o livro “O bom negócio da Sustentabilidade” e começou a proferir palestras e a escrever sobre o tema. É presidente do CEBDS desde sua criação em 1997. <u>Informações retiradas de</u> http://www.fernandoalmeida.com.br/perfil/index.asp?pag=perfil Acessado em 09 de fevereiro de 2009.
GLADIS RIBEIRO	Economista pela faculdade de ciências econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em economia política internacional pela London School of Economics. Responsável pelo setor de comunicação do Projeto Eco-Finanças sendo uma das instrutoras do programa de treinamento em “riscos e oportunidades ambientais” para mais de 1500 gerentes do banco real. Trabalhou para a BBC em Londres e CBS nos EUA e como gerente corporate no Citibank. Trabalhou também no Lloyds Bank e no Banco Nacional.
GUILHERME PEIRÃO LEAL	É graduado em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo. É copresidente do Conselho de Administração da Natura e um dos fundadores da Natura. Integrante dos conselhos da WWF-Brasil e atual presidente do Conselho do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). <u>Informações retiradas de</u> http://natura.foinvest.com.br/static/ptb/administracao_diretoria.asp?language=ptb#GuilhermePeiraoLeal e http://www.forbes.com/lists/2006/10/46KG.html Acesso em 27 de janeiro de 2010.
HELIO MATTAR	É diretor presidente do Instituto Akatu pelo consumo consciente, do qual foi idealizador e co-fundador. Mattar é formado em Engenharia e Produção pela Escola Politécnica da USP e obteve os títulos de mestre e PhD em Engenharia Industrial pela Universidade de Stanford. Trabalhou como executivo durante 22 anos em empresas nacionais e multinacionais, assim como em seus próprios negócios. Foi Secretário de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Foi um dos fundadores do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). De 2004 a 2007, foi presidente do conselho da ABDL-Associação Brasileira de Desenvolvimento de Lideranças. É membro da rede "Outstanding Social Entrepreneurs da Schwab Foundation", ligada ao Fórum Econômico Mundial. <u>Informações retiradas de</u> http://sustentabilidade.bancoreal.com.br/Lists/Conselheiros/DispForm.aspx?ID=6 Acesso em 27 de janeiro de 2010.
ISRAEL KLABIN	Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, desenvolvendo seu mestrado em matemática e física e sua pós-graduação pelo instituto de ciências políticas na França. Participou do Conselho de Administração da Klabin Celulose e Papel. Trabalhou no âmbito governamental trabalhando na SUDENE e se tornou prefeito do Rio de Janeiro de 1979-1980. Pelo seu interesse em temas ambientais, procurou desenvolver projetos neste campo e acabou fundando a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável em 1992. <u>Informações retiradas de</u> http://www.planetaorganico.com.br/klabin1.htm e http://energy08.tau.ac.il/klabin.pdf Acesso em 09 de fevereiro de 2009.
JAN WIEGERINCK	Nascido na Holanda e naturalizado Brasileiro, formou-se em Direito e possui pós-graduação em Administração pela Fundação Getúlio Vargas. Fundador da Gelre, empresa de contratação de trabalhadores temporários, em 1963. Wiegerinck afirma que a Gelre é a “porta de oportunidades para os marginalizados do mercado de trabalho*”. <u>Informações retiradas de</u> http://www.zebuparaomundo.com/zebu/index.php?option=com_content&task=view&id=335&Itemid=38 e *http://www.terra.com.br/istoedinheiro/327/negocios/327_maior_empregador_brasil.htm

	Acesso em 27 de Janeiro de 2010 e http://www.impredere.org.br/Conterge/Arquivos/Palestrantes/jan.htm Acesso em 16 de fevereiro de 2010.
JOÃO BOSCO LODI	É formado em Filosofia pela Universidade de Roma e Universidade de São Paulo (USP), com pós- graduação em Administração de Empresas pela FGV. Atua como consultor nas áreas de organização e reestruturação de Grupos Empresariais. Tem mais de 20 livros publicados, entre eles A Nova Empresa nos Anos 90 e A Ética na Empresa Familiar, e escreve para os jornais Gazeta Mercantil, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. Informações retiradas de http://www.elsevier.com.br/site/institucional/Minha-pagina-autor.aspx?seg=6&aid=40938 Acesso em 27 de janeiro de 2010
JOSÉ GUIMARÃES MONFORTE	Graduado em Economia pela Universidade Católica de Santos. É membro do Conselho de Administração da Natura e Diretor Presidente da PRAGMA Gestão de Patrimônio e também integra o Conselho de Administração do Banco Tribanco e da Vivo. Foi Membro do Conselho de Administração da JHSF Participações, da Drogaraia, da SABESP, da Claro, do Banco Nossa Caixa, da Pini Editora, da Caramuru Alimentos e da Klicknet. Membro do Advisory Panel da OCDE sobre Eficiência de Conselhos de Administração. Membro do Advisory Board-Americas Cabinet da Graduate School of Business de Chicago e do conselho consultivo da ABERJE. Foi Vice-Presidente da ANBID e do Conselho da Caixa de Liquidação da Bolsa de Mercadorias. Atuou como executivo em diversos bancos e empresas como BANESPA, Merrill Lynch, Citibank, VBC Energia e Janos Comércio, Administração e Participações. Informações retiradas de http://natura.infoinvest.com.br/static/ptb/administracao_diretoria.asp#JoseGuimaraesMonforte Acesso em 17 de agosto de 2009
LUIZ EDUARDO PASSOS MAIA	Engenheiro Civil graduado pela Universidade Mackenzie e Pós-graduado pela Garvin Graduate School of International Management. Maia começa a sua carreira trabalhando no Banco Mercantil e no Banco Sul América SA. De 1997 a 2005, Luiz Maia foi responsável por todas as operações de Asset Management do Banco ABN AMRO Real para a América Latina. Em 2006, trabalhou para a Rio Bravo Investimentos. Atualmente dirige a Tripod Investments. É presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento; É presidente do Instituto Brasileiro de Certificação de Profissionais financeiros. Integra o Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa, do fundo Ethical, do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV e é associado ao IBGC e participa do instituto BM&F Bovespa. Informações retiradas de http://www.tripodinvest.com.br/ e http://www.tbli.org/speaker/Luiz+Eduardo+Passos+Maia/174/?searchString=luiz%20maia Acesso em 27 de janeiro de 2010.
LUIZ RIBEIRO	Graduado em Administração de Empresas pela USP e possui um MBA pelo Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais (IBMEC). Trabalhou durante 9 anos no ABN AMRO REAL e participou como gestor do Fundo Ethical. Em 2003, entrou para o <i>Internacional Finance Corporation</i> (IFC) como trabalhando no escritório de investimento da instituição em São Paulo. Em 2005, juntou-se ao HSBC responsabilizando-se pelos <i>equities</i> e pelas ações do banco na América Latina. Participou na implantação do Índice de Sustentabilidade Empresarial. Informações retiradas de http://www.anbid.com.br/documentos_download/Fundos/Apresenta%C3%A7%C3%B5es/LATAM%20HEDGE%20FUNDS%20CONFERENCE%202006/Luiz_Ribeiro.pdf Acesso em 27 de janeiro de 2010.
MÁRIO MONZONI	Doutor em Administração Pública e Governo na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). MIA em Administração de Política Econômica pela School of International and Public Affairs (SIPA), da Columbia University, Nova York, EUA. MPA em Finanças Públicas pela FGV-EAESP. Bacharel em Administração de Empresas pela FGV-EAESP. Foi Coordenador do Projeto Eco-Finanças, uma iniciativa da ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, que tem como objetivo último encorajar instituições financeiras a incorporarem considerações sociais e ambientais em seus processos de tomada de decisão. Treinou mais de 20 instituições financeiras sobre riscos e oportunidades ambientais. Concebeu e aplicou 60 sessões de treinamento de 4 (quatro) horas para mais de 1.200 gerentes do banco Real ABN AMRO.
NELSON GOMES TEIXEIRA	Formando em Economia pela USP. Foi Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo na década de 70. Atuou como presidente da Associação dos Dirigentes Cristãos do Brasil. Publicou alguns livros, dentre eles: “A dívida Internacional: Uma abordagem ética” e vem militando pelo ensino da ética nas faculdades de Administração

	<p>Informações retiradas de http://www.fides.org.br/balanco_social_pioneirismo.htm, http://www.angrad.org.br/area_cientifica/artigos/o_ensino_da_etica_nas_faculdades_de_administracao/403/download/, http://www.fides.org.br/public, http://www.usp.br/feaecon/pessoas.php?i=83 Acesso em 27 de Janeiro de 2010</p>
ODED GRAJEW	<p>Engenheiro Elétrico pela escola Politécnica da Universidade de São Paulo e fez pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas 1972 - Criou uma empresa de brinquedos chamada Grow. 1989- Participou do grupo fundador e foi o primeiro coordenador geral do PNBE 1990- Criou a fundação Abrinq pelos direitos da criança Idealizou o Fórum Social Mundial 1998: Fundou a Cives 1998: Fundou o instituto Ethos Um dos fundadores da Transparência Brasil Membro do conselho deliberativo do Instituto Akatu pelo consumo consciente. Integra o conselho do Global Compact Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do governo Lula. Informações retiradas de http://www.ethos.org.br/ Internethos/Documents/Oded%20%20Grajew%20-%20atualizado%20em%20240804.pdf http://www.britishcouncil.org/brasil-alumni-events-oded-grajew.htm Acesso em 08 de fevereiro de 2009.</p>
PEDRO ANGELI VILLANI	<p>É contador e tem um mestrado em Administração de Empresas pela Mackenzie. A maior parte de sua carreira vem se dedicando à gestão de recursos e integrou o ABN AMRO REAL em 2001 Atualmente é o gestor do fundo ETHICAL. Informações retiradas de http://www.unepfi.org/events/2003/roundtable/agenda/sri_emerging_markets/index.html Acesso em 25 de agosto de 2009</p>
PEDRO MADER MELONI	<p>Graduado em Economia pela UNICAMP-Campinas, e pós-graduado em Administração de Empresas pela FGV - S. Paulo. Fez o <i>Program for Management Development</i> da Harvard Business School e cursou a educação executiva do INSEAD e da Darden Business School. Fez carreira de 31 anos no BankBoston, iniciando em 1974 como <i>trainee</i>, onde foi Vice-Presidente Executivo de Crédito e depois dirigiu seu principal negócio, o Banco Corporativo e de Investimentos. Desde 2006 é <i>Principal Advisor</i> do IFC para América Latina e Caribe. Atua em vários Conselhos de empresas, bem como no Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F Bovespa. Informações retiradas de http://www.romi.com.br/administradores.0.html?&L=0 Acesso em 25 de agosto de 2009</p>
PETER NADAS	<p>Administrador de Empresas com experiência no setor privado em empresas nacionais e multinacionais, no setor público municipal e estadual, com passagem pela área de comércio internacional. Conferencista e autor de vários artigos ligados ao pensamento social cristão. Foi empresário, diretor da empresa Família & Vida Editora Ltda. e editor das revistas Empresa & Perspectivas e Família & Vida. Foi superintendente na General Motors do Brasil; coordenador das Assessorias da Secretaria das Finanças da Prefeitura do Município de São Paulo, assessor do Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Assessor da Presidência da Cia. do Metropolitano de São Paulo, secretário de Planejamento e Informática da Prefeitura de São José dos Campos, SP e superintendente da Beter Trading S/A. Atuou, durante muitos anos, como consultor de empresas, na qualidade de profissional autônomo ou como diretor da empresa Valplan Economia, Organização, Planejamento e Administração Ltda Informações retiradas de http://www.eticaempresarial.com.br/site/pg.asp?pagina=detalhe_artigo&codigo=166&tit_pagina=ENTREVISTAS&nomeart=n&nomecat=n, http://www.caesp.org.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=9 Acesso em 27 de Janeiro de 2010</p>
RICARDO YOUNG	<p>Administrador público pela Fundação Getúlio Vargas. Pós graduação em Administração pelo PDG/EXEC e pelo Programa Elias do MIT. CEO da Yáziqi Internexus e da Associação Brasileira de Franchising. Foi coordenador nacional do PNBE Foi do conselho da Transparência Brasil. Fundador e Membro do Instituto Akatu pelo consumo consciente. Representante do Instituto Ethos no Global Compact. Membro da</p>

	<p>Sustainability Correspondente da Exame no Fórum Econômico Mundial em Davos 2008 Foi Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do governo Lula. Membro do Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). <u>Informações retiradas de</u> http://www.ethos.org.br/Internethos/Documents/CV%20Ricardo%20Young%20(portugu%C3%AAs).pdf; http://www.marketingconsciente.com.br/palestrantes.php e http://www.mccomunicacao.com.br/mc/cliente/globalforum/ricardo_young_da_silva.asp Acesso em 09 de fevereiro de 2009</p>
RUBENS MAZON	<p>Coordenador Geral do Centro de Estudos em Sustentabilidade (CES), Professor Adjunto e Chefe do Departamento de Produção e Operações Industriais (POI). Engenheiro Industrial pela Faculdade de Engenharia Industrial - SBC, o Prof. Mazon é Mestre em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas - EAESP e Ph.D. em Saúde Ambiental pela University of Cincinnati, EUA <u>Informações retiradas de</u> http://www.ces.fgvsp.br/arquivos/booklet%20port.pdf Acessado em 04 de Março de 2009</p>
SERGIO MINDLIN	<p>É paulistano, formado em engenharia pela USP e tem em seu currículo ampla experiência em gestão de empresas, assim como em terceiro setor. Já foi presidente da MetalLeve, em 1993, da Abrinq, em 1996, e desde 1999 preside a Fundação Telefônica. A Fundação desenvolve, entre outros projetos, o EducaRede, um portal na Internet que integra escolas de todo o país. Outra importante ação desenvolvida pela Fundação Telefônica é o Pró-menino, um programa que atua na promoção da defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. A operadora ainda mantém o Voluntário Telefônica, em apoio aos funcionários que desejam realizar ações sociais. <u>Informações retiradas de</u> http://www.lead.org.br/article/view/3661 Acesso em 27 de janeiro de 2010.</p>
VICTORIO MATTAROZZI	<p>Sócio-diretor da consultoria Finanças Sustentáveis, possui vasta experiência no setor financeiro. Foi superintendente da Diretoria de Crédito Corporate do Unibanco, onde em 2002 assumiu também o cargo de coordenador do Sistema de Gestão Socioambiental do banco. Diretamente responsável pela adesão do Unibanco aos Princípios do Equador - jun/04; Participou do treinamento da IFC em suas políticas socioambientais, em Miami – EUA Trabalhou ainda nas diretorias de Mercado de Capitais e de Análise Econômica e de Empresas Antes de criar a consultoria Finanças Sustentáveis foi gerente do projeto Eco-Finanças da ONG Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, onde realizou diversos trabalhos junto a instituições financeiras visando incorporar questões socioambientais aos negócios Trabalhou também na rede internacional de ONGs ambientalistas BankTrack (Utrecht – Holanda), onde desenvolveu atividades visando aprimorar as práticas de sustentabilidade do setor financeiro privado ao redor do mundo.</p>

Tipo de Universidade

Pública () **Privada** () **FGV** ()

Possui especialização, MBA e afins

Sim () **Não** (....) **Se sim,**

Em que área?

Humanas () **Biológicas** () **Exatas** () **Negócios** ()

Tipo de Universidade

Pública () **Privada** () **FGV** ()

Possui Estudos no Exterior?

Sim () **Não** ()

Assinalar lugares pelos quais passou em sua trajetória profissional

Setor Industrial () **Setor financeiro** () **Consultoria** () **Setor Público** ()

3º Setor () **Exterior** ()

Livros Publicados?

Sim () **Não** ()

Prêmios Adquiridos?

Sim () **Não** ()

Língua Estrangeira

Nenhuma () **1** () **2 ou mais** ()

Participa como conselheiro de uma

ONG () **Associação Profissional** () **Associação Internacional** () **Não Participo** ()

ANEXO 3 – FONTE DE INFORMAÇÕES DOS AGENTES QUE COMPUSERAM A AMOSTRA FINAL CAPÍTULO 5

NOME	FONTE
01	AS http://www.zoominfo.com/people/Sanches_Adriana_15703125.aspx Acesso em 22 de janeiro de 2010
02	AVJ http://lattes.cnpq.br/6974696537258311 Acesso em 02 de Setembro de 2009
03	AMS http://lattes.cnpq.br/4773608871754250 Acesso em 02 de Setembro de 2009
04	AH http://www.kpmg.com.br/newsletter/2007/curriculo_Heinermann_fujihara.html Acesso em 29 de Julho de 2009
05	ALH http://lattes.cnpq.br/2435491933933088 Acesso em 02 de Setembro de 2009
06	AAM* http://www.terrapinn.com/2007/latam/SpeakerList.stm Acesso em 26 de agosto de 2009 Questionário Respondido em 15 de setembro de 2009
07	AG http://www.stratusbr.com/equipe.asp?area=1&equipe=34&pagina=Equipe http://www.venturecapital.gov.br/vcn/Detalhe_NoticiasImprensa.asp?ContentId=2653 Acesso em 29 de julho de 2009
08	AMS http://www.dib.com.br/eventec/CARDS2001/confer%C3%AAncia.html http://www.partnerconsult.com.br/conhecimento/gr2005.htm Acesso em 02 de setembro de 2009 http://www.partnerreport.com.br/nav/quem_somos.asp Acesso em 29 de julho de 2009
09	AC http://www.imaflora.org/arquivos/programacao_completa_final.pdf Acesso em 31 de julho de 2009 http://www.catalogosustentavel.com.br/index.cfm?fuseaction=conteudoSozinho&id=56 Acesso em 27 de outubro de 2009
10	ALVM http://www.axialpar.com.br/ Acesso em 31 de julho de 2009 http://intranet.gvces.com.br/arquivos/bookletNVB2008.pdf Acesso em 31 de julho de 2009
11	ATC http://www.riobravo.com.br/equipe/andrec.htm Acesso em 30 de dezembro de 2009
12	ACMP http://www.unicamp.br/unicamp/divulgacao/2008/03/27/andrea-marques-postal-da-medley-fala-sobre-responsabilidade-social Acesso em 31 de julho de 2009 http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3973&Alias=Uniethos&Lang=pt-BR Acesso em 12 de agosto de 2009
13	AI anthony.ingham@citi.com Enviado em 27 de outubro de 2009. http://intranet.gvces.com.br/arquivos/bookletNVB2008.pdf Acesso em 31 de julho de 2009
14	AEMO http://lattes.cnpq.br/6423864240860713 Acesso em 02 de setembro de 2009. http://www.caesp.fgvsp.br/interna1coluna.aspx?PagId=DMJIMOSN&ID=106 Acesso em 31 de julho de 2009
15	AJM http://www.madiamundomarketing.com.br/conteudo/principal/Academia/Antonio-Jacinto-Matias.php Acesso 31 de julho de 2009 http://www.fiemg.com.br/seminario2006/palestrantes.asp?pg=3&lng=1&cod=171 Acesso 31 de julho de 2009 http://www.eticaempresarial.com.br/site/pg.asp?pagina=detalhe_artigo&codigo=177&tit_pagina=ENTREVISTAS&nomeart=n&nomecat=n Acesso em 31 de julho de 2009
16	AJVC http://www.administradores.com.br/artigos/fundacao_compra_2_das_acoes_novas/36787/ Acesso em 22 de janeiro 2010
17	AM http://www.duratex.com.br/port/ri/governanca/administracao.asp?sessao=d# Acesso em 27 de outubro de 2009
18	AB http://www.aronbelinky.com/2009/05/biografia.html Acesso em 27 de outubro de 2009 http://www.parlante.com.br/palestrasepalestrantes/palestrante.asp?c=95&nome=Aron_Belinky Acesso em 27 de outubro de 2009
19	ABF http://lattes.cnpq.br/1920285511750398 Acesso em 03 de junho de 2009
20	AFO http://lattes.cnpq.br/3675034159595826 Acesso em 03 de junho de 2009
21	BE http://www.unicmp.org.br/imprensa/imp_unicorp170804.html Acesso em 30 de dezembro de 2009
22	CT* Questionário Respondido em 13/11/2009
23	CMMJ http://www.ces.fgvsp.br/arquivos/booklet%20port.pdf Acesso em 28 de outubro de 2009
24	CELB* http://www.fnq.org.br/site/ItemID=1678/366/default.aspx Acesso em 03 de junho de 2009 Questionário Respondido em 31 de Outubro de 2009
25	CK http://www.congressoabvcap2009.com.br/port/carlos.asp Acesso em 13 de novembro de 2009
26	CRSC http://www.caesp.fgvsp.br/interna1coluna.aspx?PagId=DMJIMOSN&ID=110 Acesso em 03 de junho de 2009
27	CW http://www.aberje.com.br/novo/curso_detalhes.asp?id=87 Acesso em 03 de junho de 2009
28	CT www.financassustentaveis.com.br Acesso em 28 de outubro de 2009 Questionário Respondido em 28 de Outubro de 2009
29	CW2* Questionário Respondido em 15 de Setembro de 2009
30	CL http://www.seminarioatribuna2009.com.br/sustentabilidade.aspx Acesso em 03 de agosto de 2009
31	CVF http://lattes.cnpq.br/2608289078549660 Acesso em 03 de agosto de 2009. http://www.cepe.fgvsp.br/centro/equipe.htm Acesso em 03 de agosto de 2009
32	CGL http://www.providencia.com.br/ Acesso em 28 de outubro de 2009
33	CM2 http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.13896.html Acesso em 03 de Maio de 2009
34	DGP http://lattes.cnpq.br/6981663839351279 Acesso em 03 de junho de 2009
35	DRC http://lattes.cnpq.br/4637099523416753 Acesso em 03 de junho de 2009 http://www.soninha.com.br/v2/quemsomos.htm#daniela Acesso em 30 de novembro de 2009
36	DZ http://www.palestrantes.org/palestrante.asp?id=53 Acesso em 03 de junho de 2009
37	DBH http://www.ces.fgvsp.br/gvces/index.php?page=site.Documento&IDdocumento=14 Acesso em 11 de Agosto de 2009
38	DM2 http://sistemas.usp.br/tycho/curriculoLattesMostrar?codpes=119562 http://insitutojetro.com.br/lendoentrevista.asp?t=0&a=117 Acesso em 11 de agosto de 2009
39	EFP Questionário Respondido em 24 de setembro de 2009
40	EL http://www.tripodinvest.com.br/ Acesso em 12 de agosto de 2009

41	EMGS	http://www.tulipeconsultoria.com.br/interna.php?pk_pagina=4 Acesso em 11 de agosto de 2009
42	EG2	http://intranet.gvces.com.br/arquivos/relatorio_2008_baixa.pdf Acesso em 04 de novembro de 2009
43	ETW	http://www.coopetroleo.com.br/phpb.htm#ETW Acesso em 11 de agosto de 2009
44	FB	http://pt.wikipedia.org/wiki/Fabio_Barbosa Acesso em 04 de novembro de 2009
45	FF	http://www.ffconsultores.com.br/ff_historia.html Acesso em 04 de novembro de 2009
46	FO	http://www.riobravo.com.br/equipe/fabiookamoto.htm Acesso em 11 de agosto de 2009 http://www.cox.smu.edu/alumni/involved/board Acesso em 04 de novembro de 2009
47	FOI	http://www.fundoresidencial.com.br/quem-somos/executivos/fabio-ohara.aspx http://www.riobravo.com.br/equipe/fabio.htm Acesso em 06 de novembro de 2009
48	FA	http://www.fernandoalmeida.com.br/perfil/index.asp?pag=perfil Acesso em 01 de fevereiro de 2009
49	FEF	http://www.vanzolini.org.br/eventos.asp?id_evento=455 Acesso em 11 de agosto de 2009
50	FSM	http://www.eaespg.fgvsp.br/internal/coluna.aspx?PagId=DMJIMOSN&ID=29 Acesso em 11 de agosto de 2009
51	FT	http://www.allianz.com.br/corporativo/imprensa/hotsite_forum_2009/ Mesa.asp# Acesso em 11 de agosto de 2009
52	FW	http://www.terra.com.br/istoedinheiro/312/financas/312_banqueiros_povo2.htm http://www.tbli.org/speaker/Flavio+Weizenmann/549/ Acesso em 12 de agosto de 2009
53	FG	http://www.dgf.com.br/equipe_socios.php Acesso em 26 de agosto de 2009
54	GAV	HTTP://www.diariodecuiba.com.br/detalhe.php?cod=282941 http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u42145.shtml http://www.ternuma.com.br/aonde.htm HTTP://www.ufrpe.br/ruralnamidia_ver.php?idConteudo=4064 Acesso em 12 de agosto de 2009
55	GB	http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3973&Alias=Uniethos&Lang=pt-BR Acesso em 12 de agosto de 2009
56	GR	http://www.ces.fgvsp.br/arquivos/FS_Relat_final.pdf Acesso em 04 de novembro de 2009
57	GP	http://www.ideiasocioambiental.com.br/revista_conteudo.php?codConteudoRevista=70 http://www.blogger.com/profile/14586413923568384341 Acesso 12 de agosto de 2009
58	HCO	http://lattes.cnpq.br/6816205612828348 Acesso em 12 de agosto de 2009
59	HB	http://www.ceg.org.br/cegcorp/governanca_corporativa.aspx Acesso em 12 de agosto de 2009 http://lattes.cnpq.br/0691481019434097 Acesso em 12 de agosto de 2009 http://www.conferences.unimelb.edu.au/ISBEECongress/speakers.htm#Bedicks Acesso em 12 de agosto de 2009
60	HB2	http://www.new-ventures.org.br/arquivos/12650-booklet_final.pdf Acesso em 12 de agosto de 2009
61	HS	http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3973&Alias=Uniethos&Lang=pt-BR Acesso em 12 de agosto de 2009
62	HC	http://www.dgf.com.br/equipe_socios.php Acesso em 26 de agosto de 2009
63	IP	http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3973&Alias=Uniethos&Lang=pt-BR Acesso em 12 de agosto de 2009
64	IMVT	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4789815P6 Acesso em 22 de janeiro de 2010
65	IF	http://www.lead.org.br/article/view/1009 Acesso em 12 de agosto de 2009 http://www.forest-trends.org/~forestr/documents/files/doc_786.pdf
66	IW	http://www.fazendeiro.com.br/noticias/Entrevista_iv.asp Acesso em 26 de agosto de 2009
67	JSF	http://lattes.cnpq.br/3603196875382852 Acesso em 12 de agosto de 2009 http://www.fia.com.br/portalfia/Default.aspx?idPagina=10404 Acesso em 12 de agosto de 2009
68	JCL	http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/publico/curriculo.asp?idHorario=74&idParticipante=71 Acesso em 17 de agosto de 2009 http://www.correiorefense.com.br/noticia_pdf/id/4757/titulo/Exsindicalista_do_PT_tera_indenizacao_recorde.html Acesso em 17 de agosto de 2009
69	JGM	http://people.forbes.com/profile/jose-guimaraes-monforte/84835 Acesso em 17 de agosto de 2009-11-06 http://natura.infoinvest.com.br/static/ptb/administracao_diretoria.asp#JoseGuimaraesMonforte Acesso em 17 de agosto de 2009
70	JRM	http://www.mzweb.com.br/cpfl/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=13400&conta=28&id=21748 Acesso em 17 de agosto de 2009
71	JC	http://lattes.cnpq.br/1152940536658421 Acesso em 03 de junho de 2009
72	JG*	Questionário Respondido em 12 de Novembro de 2009
73	LEGS	http://www.eaespg.fgvsp.br/internal/coluna.aspx?PagId=DMJIMOSN&ID=191 Acesso em 17 de agosto de 2009
74	LLR	http://lattes.cnpq.br/5663992332286239 Acesso em 17 de agosto de 2009
75	LS	http://www.jbpartners.com.br/eng/html/secas.php/secas.php?secao=quemsomos&cont=organograma4&dir=dir_org Acesso em 17 de agosto de 2009
76	LMP	http://lattes.cnpq.br/9891000096497224 Acesso em 03 de junho de 2009
77	LCA	http://www.ibef.com.br/ibefnews/pdfs/130/executivos.pdf Acesso em 01 de dezembro de 2009
78	LEPM	http://www.tripodinvest.com.br/ Acesso em 12 de agosto de 2009
79	LE	http://www.riobravo.com.br/equipe/luizeugenio.htm Acesso em 17 de Agosto de 2009 http://www.congressoabvcap2009.com.br/port/luiz_eugenio.asp Acesso em 17 de agosto de 2009
80	LFKM	http://www.lovola.com.br/autores/default.aspx?COD=F511563 Acesso em 18 de agosto de 2009
81	LR	http://www.anbid.com.br/documentos_download/Fundos/Apresenta%C3%A7%C3%B5es/LATAM%20HEDGE%20FUNDS%20CONFERENCE%202006/Luiz_Ribeiro.pdf Acesso em 06 de novembro de 2009 http://www1.hsbc.com.br/para-voce/investimentos/profissionais-hsbc-investments.shtml Acesso em 06 de novembro
82	LRC	http://calado.wikispaces.com Acesso em 06 de janeiro de 2010
83	LH	http://sustaincapital.com.br/ Acesso em 27 de outubro de 2009
84	MC	http://www.ac.gov.br/gestao/index.php?option=com_content&task=blogsection&id=0&Itemid=55&limit=5&limitstart=360 Acesso em 18 de agosto de 2009
85	MMCM	http://lattes.cnpq.br/2218469673953340 Acesso em 18 de agosto de 2009
86	MZ	http://www.unpri.org/about/people.php Acesso em 01 de dezembro de 2009

87	ML	http://www.arenabiz.com.br/palestra_Marcelo_Linguitte.asp Acesso em 18 de agosto de 2009 http://www.tmater.com.br/perfil_equipe.html Acesso em 18 de agosto de 2009 http://www2.uol.com.br/canalexecutivo/notas06/151120063.htm Acesso em 18 de agosto de 2009
88	MSR	http://www.riobravo.com.br/equipe/marcelos.htm
89	MHGC	http://www.greenvest.com.br/empresa.asp?id=3 Acesso em 01 de dezembro de 2009
90	MEFC*	Questionário Respondido em 06 Novembro de 2009
91	MESB	http://lattes.cnpq.br/5136304458573246 Acesso em 04 de novembro de 2008
92	MHS	http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/valor/2006/08/04/ult1913u54911.jhtm acesso em 18 de agosto de 2009
93	MLP	http://planetasustentavel.abril.com.br/album/albumFotos_226179.shtml Acesso em 18 de agosto de 2009
94	MSP	http://br.groups.yahoo.com/group/becerecos/message/sede.html Acesso em 26 de agosto de 2009 http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/mexico26/viii-045.pdf Acesso em 26 de agosto de 2009
95	MM	http://www.ces.fgvsp.br/ Acesso em 06 de novembro de 2009
96	MC	http://www.ipam.org.br/mais/blog/autor/4 Acesso em 24 de agosto de 2009 http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/estante/estante_265931.shtml Acesso em 24 de agosto de 2009
97	MSH*	Questionário Respondido em 06 de novembro de 2009
98	MLM*	http://www.crasp.com.br/index2.asp?secao=100# Acesso em 24 de agosto de 2009 Questionário Respondido em 06 de novembro de 2009
99	NRA	http://www.mzweb.com.br/seb/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=10462&submenu=2&img=10201&conta=28 Acesso em 24 de agosto de 2009
100	NBM	http://lattes.cnpq.br/1092011110092555 Acesso em 24 de agosto de 2009
101	OLM	http://www.oscarmalvessi.com.br/curriculo.cfm 24 de agosto de 2009-11-06
102	OAS	http://www.caesp.fgvsp.br/interna/coluna.aspx?PagId=DMJIMOSN&ID=201 http://www.fasup.edu.br/www/manuais/corpo_docente.pdf Acesso em 24 de agosto de 2009
103	PZ	http://lattes.cnpq.br/4829275370407192 Acesso em 02 de dezembro de 2009
104	PCB	http://lattes.cnpq.br/744970371505504 http://www.ces.fgvsp.br/gvces/index.php?page=site.Documento&IDdocumento=14 Acesso em 11 de agosto de 2009
105	PL	http://www.act.is/515_26/patrick-ledoux Acesso em 13 de Novembro de 2009
106	PJD	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4721286U5 Acesso em 06 de novembro de 2009
107	PJ	http://actbr.org.br/comunicacao/noticias-conteudo.asp?cod=1312 http://www.inca.gov.br/tagagismo/atualidades/ver.asp?id=501 http://www.abead.com.br/entrevistas/exibEntrevista/?cod=23 Acesso em 24 de agosto de 2009
108	PP	http://www.assetmanagement.hsbc.com/fr/sri/people.html Acesso em 06 de novembro de 2009
109	PBB	http://www.santafe.com.br/portal.cgi?flagweb=pgn_equipe&id=6 Acesso em 06 de novembro de 2009
110	PB	http://www.tbliconference.com/home/2005.html?speaker=2012 Acesso em 24 de agosto de 2009 http://www.axialpar.com.br/ Acesso em 24 de agosto de 2009 http://www.tbliconference.com/home/2005.html?speaker=2012 Acesso em 24 de agosto de 2009
111	PSO	http://ri.bmfbovespa.com.br/site/portal_investidores/pt/governanca_corporativa/conselho_administracao_diretoria/conselho.aspx Acesso em 06 de Janeiro de 2010
112	PI	http://www.fieng.com.br/seminario2006/palestrantes.asp?pg=3&lng=1&cod=110 Acesso em 24 de agosto de 2009
113	PV	http://internet.ibmecrj.br/inscricao_reela/pdf/paulo.pdf Acesso em 25 de agosto de 2009
114	PAV	http://www.unepfi.org/events/2003/roundtable/agenda/sri_emerging_markets/index.html Acesso em 25 de agosto de 2009
115	PB2	http://www.tbliconference.com/home/europe-2007.html?speaker=3061&language= Acesso em 24 de agosto de 2009 http://www1.hsbc.com.br/para-empresa/investimentos/profissionais-hsbc-investments.shtml Acesso em 24 de agosto de 2009
116	PL2	http://blog.funbio.org.br/equipe/ Acesso em 25 de agosto de 2009
117	PMM	http://www.satipel.com.br/site/gestao_e_pessoas/governanca_corp_cons_admin.asp Acessado em 04 de Maio de 2009 http://www.romi.com.br/administradores.0.html?&L=0 Acesso em 25 de agosto de 2009
118	RBF	http://lattes.cnpq.br/1053181695357606 http://www.catalogosustentavel.com.br/index.cfm?fuseaction=conteudoSozinho&id=56 Acesso em 09 de novembro de 2009
119	RS	intranet.gvces.com.br/arquivos/relatorio_2008_baixa.pdf Acesso em 09 de novembro de 2009
120	RDW	http://www.axialpar.com.br/ Acesso em 24 de agosto de 2009
121	RMF	http://www.prnewswire.com.br/news/030600000027.htm Acesso em 25 de agosto de 2009 http://www.secovine.com.br/?id=14&noticia=3354 Acesso em 25 de agosto de 2009 http://www.bovespa.com.br/Noticias/061111NotB.asp Acesso em 25 de agosto de 2009
122	RPB	intranet.gvces.com.br/arquivos/relatorio_2008_baixa.pdf Acesso em 09 de novembro de 2009
123	RL	intranet.gvces.com.br/arquivos/relatorio_2008_baixa.pdf Acesso em 09 de novembro de 2009
124	RM	http://www.fipase.org.br/imagens/Relat%C3%B3rio%20Final%20-%20BioBusiness%20Brasil.pdf Acesso em 25 de agosto de 2009
125	RMM	http://www.new-ventures.org.br/arquivos/New%20Ventures-%20portugues.pdf 25 de agosto de 2009 http://people.forbes.com/profile/ricardo-malavazi-martins/77217 Acesso em 25 de agosto de 2009 http://www.fieng.com.br/seminario2006/palestrantes.asp?pg=3&lng=1&cod=113 Acesso em 25 de agosto de 2009
126	RPN	http://50anos.bndes.gov.br/servlet/CalandraRedirect@temp=5&proj=BNDES&pub=T&comp=Entrevistas&db=Cald&docid=1E27E8B2E0CE07B303256C15004BFBC1
127	RRR	http://lattes.cnpq.br/0658814862350187 Acesso em 25 de agosto de 2009 http://www.eesp.fgv.br/professor.php?idPessoa=531 Acesso em 25 de agosto de 2009
128	RY	http://www.ethos.org.br/ci2006/materia.asp?id=8#68 http://www.sustainability.com/about/profile.asp?id=118

129	RS2	http://www.ces.fgvsp.br/gvces/index.php?page=site.Documento&IDdocumento=14 Acesso em 25 de agosto de 2009
130	RSG	http://www.fieng.com.br/seminario2006/palestrantes.asp?pg=3&lng=1&cod=112 Acesso em 09 de novembro de 2009 http://www.trevisan.edu.br/corpo docente/minicurriculos.cfm?codNseq=225 Acesso em 09 de novembro de 2009
131	RT	http://aeinvestimentos.limao.com.br/financas/fin17225.shtm Acesso em 25 de agosto de 2009 http://www.integraltrust.com.br/troster.html Acesso em 25 de agosto de 2009
132	RGC	http://www.new-ventures.org.br/arquivos/New%20Ventures-%20portugues.pdf 25 de agosto de 2009
133	RM2	http://www.crcsc.org.br/desenv_profissional/cursos_ver.php?id_curso=314 Acesso em 26 de agosto de 2009
134	RM3	http://www.folhadaregio.com.br/noticia?54190 http://lattes.cnpq.br/2246453057546627
135	SC	http://lattes.cnpq.br/3561084261566748 Acesso em 04 de agosto de 2009
136	SE	http://www.ces.fgvsp.br/arquivos/PALESTRANTES.pdf Acesso em 26 de agosto de 2009
137	SF	http://lattes.cnpq.br/6060881208784596 Acesso em 04 de agosto de 2009
138	SLP	http://lattes.cnpq.br/8136303076970636 Acesso em 04 de agosto de 2009
139	SRSR	http://www.previ.com.br/portal/page?_pageid=56.392668&_dad=portal&_schema=PORTAL Acesso em 26 de agosto de 2009
140	SS	http://lattes.cnpq.br/8643044991350800 Acesso em 26 de agosto de 2009
141	SC2	http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=35761 Acesso em 26 de agosto de 2009 http://www.dgf.com.br/noticias.php?id=19 Acesso em 26 de agosto de 2009
142	SGEM	http://lattes.cnpq.br/6423311971848669 Acesso em 09 de novembro de 2009
143	SL	http://integracao.fgvsp.br/oficina/ Acesso em 26 de agosto de 2009 http://integracao.fgvsp.br/cursos8.htm Acesso em 26 de agosto de 2009 http://www.uniethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3973&Alias=Uniethos&Lang=pt-BR Acesso em 26 de agosto de 2009
144	SAC	http://people.forbes.com/profile/silvio-aparecido-de-carvalho/9779 Acesso em 14 de setembro de 2009 http://www.13.itau.com.br/portali/(A(2ToUqZM17pon4NjLJgNFUHpuDzaFC2ycEiM0bth5fyvCgLhSk9IBLJ2vsv83vU8WISEOX0q9dTjsLMPDDyhmu8gklyLK9JnCO3YfGDao0ek1))/curriculo/Curriculo.aspx?IDEmpresa=2#78-103 Acesso em 26 de agosto de 2009
145	SLJ	http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/publico/curriculo.asp?idHorario=102&idParticipante=131 Acesso em 26 de agosto de 2009
146	SBC	http://www.lidereempresariais.com.br/lidem/comite.htm Acesso em 01 de fevereiro de 2009
147	TB	http://www.ecohub.com.br/tatiana.asp Acesso em 26 de agosto de 2009
148	VM	http://www.vcneg.org/mini-cursos/pt-br Acesso em 26 de agosto de 2009 http://lattes.cnpq.br/2640988132889440 Acesso em 26 de agosto de 2009
149	VOC	http://www.ces.fgvsp.br/gvces/index.php?page=site.Documento&IDdocumento=14 Acesso em 25 de agosto de 2009
150	VM	Questionário Respondido em 28 de outubro de 2009
151	VMP	http://lattes.cnpq.br/1077938978877029 Acesso em 26 de agosto de 2009 http://www.direitogv.com.br/cursosGrad.aspx?PagId=FSGCTKOM Acesso em 26 de agosto de 2009
152	WJS	http://www.araujopolicastro.com.br/ acesso em 26 de agosto de 2009 http://www.adami.adv.br/eventos/94.asp Acesso em 26 de agosto de 2009
153	WG	http://www.pinheironeto.com.br/curriculum.php?c=211 acesso em 26 de agosto de 2009
154	WOB	http://www.easp.fgvsp.br/internalcoluna.aspx?PagId=DMJIMOSN&ID=40 Acesso em 26 de agosto de 2009

ANEXO 4 - BANCO DE DADOS

	POSICAOA MO	SEXO	PROFISSAO	Nomeonde atua	ONDEATUA	CARGO	FONTEdad os	Educagrad area	Educagrad onde	Mestrado	Mestradoar ea
1	C_ISE	Feminino	Outra	BM&F BOV	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	99	Ext_NC	99	99
2	E_ISE	Masculino	Professor	SENAC	São Paulo	Professor	Lattes	Exatas	Pública	Mestrado	Mest_outra
3	E_ISE	Masculino	Professor	USP	São Paulo	Professor	Lattes	Exatas	Pública	Mestrado	Negócios
4	Conf	Masculino	Consultor	KPMG	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Ext_NC	N-Mestrado	N_Mest
5	E_ISE	Masculino	Consultor	Key Consul	São Paulo	Superior (G	Lattes	Exatas	Privada	Mestrado	Negócios
6	Rel_IFC	Masculino	Economista	BM&F BOV	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Privada	Mestrado	Negócios
7	Conf	Masculino	Consultor	Stratus	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Privada	N-Mestrado	N_Mest
8	E_ISE	Masculino	Consultor	Partner Co	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	FGV	NC_Mestra	99
9	E_ISE	Masculino	Professor	FGV	São Paulo	Professor	Inst/Conf	Exatas	Pública	Mestrado	Negócios
10	Conf	Masculino	Consultor	Axial	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Negócios	Pública	N-Mestrado	N_Mest
11	Rel_IFC	Masculino	Consultor	Rio Bravo I	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Negócios	FGV	N-Mestrado	N_Mest
12	E_ISE	Feminino	Economista	Medley	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Pública	N-Mestrado	N_Mest
13	Conf	Masculino	Bancário	Citi Founda	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Privada	N-Mestrado	N_Mest
14	E_ISE	Feminino	Professor	FGV	São Paulo	Professor	Lattes	Humanas/B	Pública	Mestrado	Negócios
15	Conf	Masculino	Bancário	Itaú	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Exatas	Privada	N-Mestrado	N_Mest
16	C_ISE	Masculino	Outra	Abrapp	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	99	Ext_NC	NC_Mestra	99
17	C_ISE	Masculino	Outra	Abrapp	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Humanas/B	Privada	N-Mestrado	N_Mest
18	E_ISE	Masculino	Consultor	AKATU	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	FGV	N-Mestrado	Negócios
19	E_ISE	Masculino	Professor	FGV	São Paulo	Professor	Lattes	Negócios	Pública	Mestrado	Negócios
20	E_ISE	Masculino	Professor	Embrapa	São Paulo	Inferior (Eq	Lattes	Negócios	Pública	Mestrado	Negócios
21	Conf	Masculino	Bancário	EX ABN A	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Negócios	Ext_NC	NC_Mestra	99
22	Rel_IFC	Masculino	Consultor	New Energ	São Paulo	Inferior (Eq	Outras	99	Privada	Mestrado	99

	Espmbaoutros	Espmbaoutrosarea	EstudoExterior	Trajprofissindus	Trajprofissfinanc	TrajprofissCons	TrajprofissPub	TrajprofissPesq	Trajprofiss3set	TrajprofissInter
1	99	99	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
2	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	Ind	N_Fin	Cons	Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
3	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
4	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
5	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
6	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
7	Esp	Negócios	N_Est_Ext	Ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
8	NC_Esp	NC_Esp	N_Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
9	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	Ind	N_Fin	N_Cons	N_Pub	Pesq	3set	N_Prof_Int
10	Esp	Negócios	Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
11	Esp	Negócios	Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
12	Esp	Negócios	N_Est_Ext	Ind	Fin	N_Cons	N_Pub	Pesq	3set	N_Prof_Int
13	Esp	Negócios	Est_Ext	Ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	3set	N_Prof_Int
14	Esp	Esp_outra	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
15	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	3set	N_Prof_Int
16	NC_Esp	NC_Esp	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
17	Esp	Esp_outra	N_Est_Ext	Ind	N_Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
18	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	Ind	N_Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	3set	N_Prof_Int
19	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
20	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
21	NC_Esp	NC_Esp	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
22	Esp	Negócios	Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	Prof_Int

	KsocialRoadshows	BoardMember	FGV	TEMA	SETORDA EMPRESA	filter_\$
1	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Selected
2	N_RoadSh	N_BM	FGV	Meio_Am	Ensino	Not Selected
3	N_RoadSh	N_BM	FGV	Outro	Ensino	Not Selected
4	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Resp_So	Consultoria	Not Selected
5	N_RoadSh	N_BM	FGV	Resp_So	Consultoria	Not Selected
6	RoadShow	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
7	N_RoadSh	BM	FGV	Outro	Consultoria	Not Selected
8	RoadShow	BM	FGV	Fin_Sust	Consultoria	Not Selected
9	RoadShow	N_BM	FGV	Resp_So	Ensino	Not Selected
10	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Consultoria	Not Selected
11	N_RoadSh	N_BM	FGV	Fin_Sust	Consultoria	Not Selected
12	N_RoadSh	BM	FGV	Resp_So	Fábrica	Not Selected
13	N_RoadSh	N_BM	FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
14	N_RoadSh	N_BM	FGV	Resp_So	Ensino	Not Selected
15	RoadShow	BM	FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
16	N_RoadSh	BM	N_FGV	Fin_Sust	Fundo de P	Selected
17	N_RoadSh	BM	N_FGV	Fin_Sust	Fábrica	Selected
18	RoadShow	BM	FGV	Resp_So	Instituto	Not Selected
19	N_RoadSh	N_BM	FGV	Outro	Ensino	Not Selected
20	N_RoadSh	N_BM	FGV	Resp_So	Público	Not Selected
21	RoadShow	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
22	RoadShow	N_BM	N_FGV	Meio_Am	Consultoria	Not Selected

	POSICAOA MO	SEXO	PROFISSAO	Nomeonde atua	ONDEATUA	CARGO	FONTEdad os	Educagrad area	Educagrad onde	Mestrado	Mestradoar ea
23	Conf	Masculino	Consultor	Ecoinvest	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Exatas	Privada	N-Mestrado	N_Mest
24	E_ISE	Masculino	Consultor	IBGC	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Exatas	Pública	Mestrado	Mest_outra
25	Rel_IFC	Masculino	Consultor	Stratus	São Paulo	Superior (G	Outras	Exatas	Ext_NC	Mestrado	Mest_outra
26	E_ISE	Masculino	Professor	FGV	São Paulo	Professor	Inst/Conf	Exatas	Pública	N-Mestrado	N_Mest
27	E_ISE	Feminino	Professor	FGV	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Humanas/B	Pública	N-Mestrado	N_Mest
28	E_ISE	Masculino	Consultor	Finanças S	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Exatas	Privada	N-Mestrado	N_Mest
29	Conf	Masculino	Bancário	EX ABN A	São Paulo	Inferior (Eq	Outras	Humanas/B	Privada	Mestrado	Negócios
30	Conf	Feminino	Consultor	FBDS	Rio de Janeir	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Privada	Mestrado	Negócios
31	Conf	Masculino	Professor	FGV	São Paulo	Professor	Lattes	Negócios	Pública	Mestrado	Negócios
32	Rel_IFC	Masculino	Outra	AIG	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Exatas	Pública	N-Mestrado	N_Mest
33	C_ISE	Feminino	Consultor	UNEP	Outros	Superior (G	Inst/Conf	99	Ext_NC	Mestrado	Negócios
34	E_ISE	Feminino	Professor	USP	São Paulo	Inferior (Eq	Lattes	Humanas/B	Privada	Mestrado	Negócios
35	E_ISE	Feminino	Outra	Instituto de	São Paulo	Superior (G	Lattes	Humanas/B	Privada	Mestrado	Negócios
36	Conf	Masculino	Professor	DZ Energia	Rio de Janeir	Professor	Inst/Conf	Exatas	Privada	Mestrado	Mest_outra
37	E_ISE	Feminino	Professor	FGV	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Humanas/B	Pública	N-Mestrado	N_Mest
38	E_ISE	Masculino	Economista	Open Door	São Paulo	Inferior (Eq	Lattes	Negócios	Privada	Mestrado	Negócios
39	E_ISE	Feminino	Outra	ERM consu	São Paulo	Superior (G	Outras	Humanas/B	Pública	Mestrado	Mest_outra
40	E_ISE	Feminino	Consultor	Tripod	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	FGV	Mestrado	Negócios
41	E_ISE	Masculino	Consultor	Tulipa	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Exatas	Pública	N-Mestrado	N_Mest
42	E_ISE	Feminino	Professor	FGV	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Negócios	Ext_NC	N-Mestrado	N_Mest
43	Conf	Masculino	Consultor	Gávea	Rio de Janeir	Superior (G	Inst/Conf	Exatas	Privada	N-Mestrado	N_Mest
44	Conf	Masculino	Bancário	EX ABN A	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	FGV	N-Mestrado	N_Mest

	Espmbaoutros	Espmbaoutrosarea	EstudoExterior	Trajprofissindus	Trajprofissfinanc	TrajprofissCons	Trajprofisspub	Trajprofisspesq	Trajprofiss3set	Trajprofisslinter
23	Esp	Negócios	Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	Prof_Int
24	Esp	Negócios	Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	Pesq	3set	N_Prof_Int
25	Esp	Negócios	Est_Ext	Ind	N_Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	Prof_Int
26	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	Ind	N_Fin	Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
27	Esp	Esp_outra	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	N_Pub	Pesq	3set	Prof_Int
28	Esp	Negócios	Est_Ext	Ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	3set	N_Prof_Int
29	Esp	Negócios	Est_Ext	Ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	3set	Prof_Int
30	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	Ind	N_Fin	Cons	Pub	N_Pesq	3set	N_Prof_Int
31	N_Esp	N_Esp	Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
32	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	Ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
33	N_Esp	N_Esp	Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	Pub	N_Pesq	3set	Prof_Int
34	N_Esp	N_Esp	Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	N_Pub	Pesq	3set	Prof_Int
35	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	Pub	Pesq	3set	N_Prof_Int
36	N_Esp	N_Esp	Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
37	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	Ind	N_Fin	Cons	Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
38	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	Ind	N_Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	3set	N_Prof_Int
39	Esp	Esp_outra	N_Est_Ext	Ind	N_Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	Prof_Int
40	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
41	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	Pub	N_Pesq	3set	Prof_Int
42	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
43	Esp	Esp_outra	N_Est_Ext	Ind	N_Fin	Cons	Pub	N_Pesq	3set	N_Prof_Int
44	Esp	Negócios	Est_Ext	Ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	Prof_Int

	KsocialRoadshows	BoardMember	FGV	TEMA	SETORDA EMPRESA	filter_\$
23	RoadShow	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Consultoria	Not Selected
24	RoadShow	BM	FGV	Outro	Instituto	Not Selected
25	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Outro	Financeiro	Not Selected
26	N_RoadSh	N_BM	FGV	Fin_Sust	Ensino	Not Selected
27	N_RoadSh	N_BM	FGV	Resp_So	Ensino	Not Selected
28	RoadShow	N_BM	FGV	Fin_Sust	Consultoria	Not Selected
29	RoadShow	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
30	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Resp_So	Instituto	Not Selected
31	N_RoadSh	BM	FGV	Fin_Sust	Ensino	Not Selected
32	N_RoadSh	BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
33	RoadShow	N_BM	N_FGV	Meio_Am	Instituição I	Selected
34	N_RoadSh	N_BM	FGV	Meio_Am	Ensino	Not Selected
35	N_RoadSh	BM	FGV	Resp_So	Instituto	Not Selected
36	N_RoadSh	BM	N_FGV	Meio_Am	Consultoria	Not Selected
37	N_RoadSh	N_BM	FGV	Meio_Am	Ensino	Not Selected
38	N_RoadSh	N_BM	FGV	Outro	Instituto	Not Selected
39	N_RoadSh	N_BM	FGV	Resp_So	Consultoria	Not Selected
40	N_RoadSh	BM	FGV	Fin_Sust	Consultoria	Not Selected
41	N_RoadSh	N_BM	FGV	Meio_Am	Consultoria	Not Selected
42	N_RoadSh	N_BM	FGV	Fin_Sust	Ensino	Not Selected
43	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Consultoria	Not Selected
44	RoadShow	BM	FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected

	POSICAOA MO	SEXO	PROFISSAO	Nomeonde atua	ONDEATUA	CARGO	FONTEdad os	Educagrad area	Educagrad onde	Mestrado	Mestradoar ea
45	Conf	Masculino	Consultor	Fábio Feld	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	FGV	N-Mestrado	N_Mest
46	Conf	Masculino	Bancário	EX ABN A	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	FGV	N-Mestrado	N_Mest
47	Rel_IFC	Masculino	Outra	Rio Bravo I	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Exatas	Privada	Mestrado	Negócios
48	Conf	Masculino	Consultor	CEBDS	Rio de Janeir	Superior (G	Inst/Conf	Exatas	Pública	Mestrado	Mest_outra
49	E_ISE	Masculino	Consultor	Thinkers e	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Privada	N-Mestrado	N_Mest
50	Conf	Masculino	Professor	FGV	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Exatas	Privada	Mestrado	Mest_outra
51	E_ISE	Masculino	Outra	Matos Filho	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Humanas/B	Privada	Mestrado	Mest_outra
52	Conf	Masculino	Bancário	EX ABN A	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Pública	N-Mestrado	N_Mest
53	Rel_IFC	Masculino	Consultor	DGF	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Exatas	Pública	N-Mestrado	N_Mest
54	C_ISE	Masculino	Professor	MMA	Outros	Inferior (Eq	Inst/Conf	Humanas/B	Pública	N-Mestrado	N_Mest
55	Conf	Masculino	Consultor	Fábrica Étic	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	99	Ext_NC	Mestrado	Mest_outra
56	Conf	Feminino	Professor	FGV	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Negócios	Pública	Mestrado	Negócios
57	E_ISE	Masculino	Economista	Amigos da	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Ext_NC	N-Mestrado	N_Mest
58	E_ISE	Masculino	Professor	SENAC	São Paulo	Professor	Lattes	Negócios	Privada	Mestrado	Negócios
59	E_ISE	Feminino	Economista	IBGC	São Paulo	Inferior (Eq	Lattes	Negócios	Pública	Mestrado	Negócios
60	Conf	Masculino	Consultor	Oxil	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	FGV	N-Mestrado	N_Mest
61	E_ISE	Masculino	Consultor	Ethos	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Negócios	FGV	N-Mestrado	N_Mest
62	Rel_IFC	Masculino	Consultor	DGF	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Exatas	Pública	Mestrado	Negócios
63	E_ISE	Feminino	Consultor	Axial	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Humanas/B	Pública	N-Mestrado	N_Mest
64	C_ISE	Feminino	Outra	MMA	Rio de Janeir	Superior (G	Lattes	Humanas/B	Pública	Mestrado	Mest_outra
65	Conf	Feminino	Consultor	BNDES	Rio de Janeir	Superior (G	Inst/Conf	Humanas/B	Pública	N-Mestrado	N_Mest
66	Rel_IFC	Masculino	Professor	FGV	São Paulo	Professor	Inst/Conf	Exatas	Pública	N-Mestrado	N_Mest

	Espmbaoutros	Espmbaoutrosarea	EstudoExterior	Trajprofissindus	Trajprofissfinanc	TrajprofissCons	Trajprofisspub	Trajprofisspesq	Trajprofiss3set	Trajprofisslinter
45	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	Pub	N_Pesq	3set	N_Prof_Int
46	Esp	Negócios	Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
47	Esp	Negócios	Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
48	N_Esp	N_Esp	Est_Ext	Ind	N_Fin	Cons	Pub	Pesq	3set	N_Prof_Int
49	Esp	Negócios	N_Est_Ext	Ind	N_Fin	Cons	N_Pub	Pesq	3set	N_Prof_Int
50	N_Esp	N_Esp	Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
51	Esp	Esp_outra	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
52	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
53	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
54	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	Pub	Pesq	3set	N_Prof_Int
55	N_Esp	N_Esp	Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	Prof_Int
56	N_Esp	N_Esp	Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	Pesq	3set	N_Prof_Int
57	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	3set	Prof_Int
58	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
59	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	3set	N_Prof_Int
60	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
61	Esp	Negócios	Est_Ext	Ind	N_Fin	Cons	N_Pub	Pesq	3set	N_Prof_Int
62	N_Esp	N_Esp	Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
63	Esp	Negócios	Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	Prof_Int
64	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
65	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
66	N_Esp	Negócios	Est_Ext	Ind	N_Fin	Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int

	KsocialRoadshows	BoardMember	FGV	TEMA	SETORDA EMPRESA	filter_\$
45	RoadShow	BM	FGV	Meio_Am	Consultoria	Not Selected
46	RoadShow	N_BM	FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
47	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
48	RoadShow	BM	N_FGV	Resp_So	Consultoria	Not Selected
49	N_RoadSh	N_BM	FGV	Meio_Am	Consultoria	Not Selected
50	RoadShow	BM	FGV	Resp_So	Ensino	Not Selected
51	N_RoadSh	BM	FGV	Meio_Am	Consultoria	Not Selected
52	RoadShow	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
53	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Outro	Financeiro	Not Selected
54	N_RoadSh	BM	N_FGV	Meio_Am	Público	Selected
55	RoadShow	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Consultoria	Not Selected
56	RoadShow	N_BM	FGV	Fin_Sust	Ensino	Not Selected
57	RoadShow	N_BM	FGV	Resp_So	Instituto	Not Selected
58	N_RoadSh	N_BM	FGV	Resp_So	Ensino	Not Selected
59	RoadShow	BM	FGV	Outro	Instituto	Not Selected
60	N_RoadSh	N_BM	FGV	Outro	Consultoria	Not Selected
61	N_RoadSh	BM	FGV	Resp_So	Consultoria	Not Selected
62	N_RoadSh	BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
63	RoadShow	N_BM	FGV	Outro	Consultoria	Not Selected
64	N_RoadSh	N_BM	FGV	Meio_Am	Público	Selected
65	RoadShow	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
66	N_RoadSh	BM	FGV	Resp_So	Ensino	Not Selected

	POSICAOA MO	SEXO	PROFISSAO	Nomeonde atua	ONDEATUA	CARGO	FONTEdad os	Educagrad area	Educagrad onde	Mestrado	Mestradoar ea
67	E_ISE	Masculino	Professor	Fundação I	São Paulo	Inferior (Eq	Lattes	Humanas/B	Pública	N-Mestrado	N_Mest
68	Conf	Masculino	Bancário	CONFIA	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	FGV	Mestrado	Negócios
69	C_ISE	Masculino	Consultor	IBGC	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Privada	N-Mestrado	N_Mest
70	Conf	Masculino	Economista	PREVI	Rio de Janeir	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Pública	N-Mestrado	N_Mest
71	E_ISE	Masculino	Professor	FGV	São Paulo	Professor	Lattes	Exatas	Pública	Mestrado	Negócios
72	Conf	Masculino	Outra	Master Min	São Paulo	Superior (G	Outras	Negócios	Privada	N-Mestrado	N_Mest
73	E_ISE	Masculino	Professor	FGV	São Paulo	Professor	Inst/Conf	Negócios	FGV	Mestrado	Negócios
74	E_ISE	Masculino	Professor	FGV	São Paulo	Inferior (Eq	Lattes	Negócios	Pública	Mestrado	Negócios
75	Conf	Masculino	Consultor	Jardim Bot	Outros	Inferior (Eq	Inst/Conf	Negócios	Privada	N-Mestrado	N_Mest
76	E_ISE	Feminino	Professor	USP	São Paulo	Professor	Lattes	Humanas/B	Privada	Mestrado	Mest_outra
77	Rel_IFC	Masculino	Economista	PREVI	Rio de Janeir	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Pública	Mestrado	Negócios
78	C_ISE	Masculino	Consultor	ANBID	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Exatas	Privada	N-Mestrado	N_Mest
79	Conf	Masculino	Consultor	Rio Bravo I	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Privada	N-Mestrado	N_Mest
80	C_ISE	Masculino	Professor	MMA	Outros	Inferior (Eq	Inst/Conf	Humanas/B	Pública	Mestrado	Mest_outra
81	Conf	Masculino	Bancário	EX ABN A	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Pública	N-Mestrado	N_Mest
82	C_ISE	Masculino	Economista	ANBID	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Pública	Mestrado	Negócios
83	Rel_IFC	Feminino	Consultor	Sustain Ca	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Humanas/B	Pública	Mestrado	Negócios
84	Conf	Masculino	Economista	Banco da A	Outros	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Pública	Mestrado	Negócios
85	Conf	Masculino	Professor	Universidad	Outros	Professor	Lattes	Humanas/B	Pública	Mestrado	Mest_outra
86	Rel_IFC	Feminino	Outra	PRI	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Negócios	FGV	N-Mestrado	N_Mest
87	C_ISE	Masculino	Consultor	Ethos	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Exatas	Ext_NC	N-Mestrado	N_Mest
88	Rel_IFC	Masculino	Consultor	Rio Bravo I	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Exatas	Pública	N-Mestrado	N_Mest

	Espmbaoutros	Espmbaoutrosarea	EstudoExterior	Trajprofissindus	Trajprofissfinanc	TrajprofissCons	Trajprofisspub	Trajprofisspesq	Trajprofiss3set	Trajprofisslinter
67	Esp	Esp_outra	Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
68	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
69	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	Ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	3set	N_Prof_Int
70	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	Pub	N_Pesq	N_3set	Prof_Int
71	Esp	Negócios	Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
72	Esp	Negócios	Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	Prof_Int
73	N_Esp	N_Esp	Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
74	Esp	99	Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	Pub	Pesq	3set	Prof_Int
75	Esp	Negócios	Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	Prof_Int
76	Esp	Esp_outra	N_Est_Ext	Ind	N_Fin	Cons	Pub	Pesq	3set	N_Prof_Int
77	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	Pub	N_Pesq	N_3set	Prof_Int
78	Esp	Negócios	Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	Prof_Int
79	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
80	Esp	Negócios	Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
81	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	Prof_Int
82	N_Esp	N_Esp	Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
83	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	Ind	N_Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
84	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
85	N_Esp	N_Esp	Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
86	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	3set	Prof_Int
87	Esp	Esp_outra	N_Est_Ext	Ind	N_Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	3set	N_Prof_Int
88	Esp	Negócios	Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int

	KsocialRoadshows	BoardMember	FGV	TEMA	SETORDA EMPRESA	filter_\$
67	N_RoadSh	N_BM	FGV	Meio_Am	Ensino	Not Selected
68	N_RoadSh	BM	FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
69	RoadShow	BM	N_FGV	Outro	Instituto	Selected
70	RoadShow	BM	FGV	Fin_Sust	Fundo de P	Not Selected
71	N_RoadSh	N_BM	FGV	Resp_So	Ensino	Not Selected
72	RoadShow	N_BM	N_FGV	Outro	Consultoria	Not Selected
73	N_RoadSh	N_BM	FGV	Fin_Sust	Ensino	Not Selected
74	N_RoadSh	BM	FGV	Outro	Ensino	Not Selected
75	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Outro	Financeiro	Not Selected
76	N_RoadSh	BM	FGV	Meio_Am	Ensino	Not Selected
77	N_RoadSh	BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
78	RoadShow	BM	N_FGV	Fin_Sust	Consultoria	Selected
79	RoadShow	BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
80	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Meio_Am	Público	Selected
81	RoadShow	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
82	N_RoadSh	BM	FGV	Fin_Sust	Instituto	Selected
83	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Consultoria	Not Selected
84	N_RoadSh	BM	N_FGV	Fin_Sust	Público	Not Selected
85	N_RoadSh	N_BM	FGV	Resp_So	Ensino	Not Selected
86	N_RoadSh	N_BM	FGV	Fin_Sust	Instituição I	Not Selected
87	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Resp_So	Instituto	Selected
88	N_RoadSh	BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected

	POSICAOA MO	SEXO	PROFISSAO	Nomeonde atua	ONDEATUA	CARGO	FONTEdad os	Educagrad area	Educagrad onde	Mestrado	Mestradoar ea
89	Rel_IFC	Masculino	Consultor	Greenvest	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Exatas	Ext_NC	N-Mestrado	N_Mest
90	Conf	Feminino	Outra	Itaú	São Paulo	Superior (G	Outras	Humanas/B	Privada	N-Mestrado	N_Mest
91	Conf	Feminino	Bancário	EX ABN A	São Paulo	Inferior (Eq	Lattes	Negócios	Pública	N-Mestrado	N_Mest
92	E_ISE	Feminino	Economista	BM&F BOV	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Negócios	Pública	N-Mestrado	N_Mest
93	Conf	Feminino	Bancário	EX ABN A	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Humanas/B	Privada	N-Mestrado	N_Mest
94	E_ISE	Feminino	Consultor	USP	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Humanas/B	Pública	N-Mestrado	N_Mest
95	Conf	Masculino	Professor	FGV	São Paulo	Professor	Inst/Conf	Negócios	FGV	Mestrado	Negócios
96	E_ISE	Feminino	Outra	IPAM	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Humanas/B	Privada	N-Mestrado	N_Mest
97	E_ISE	Feminino	Consultor	Ecopart	São Paulo	Inferior (Eq	Outras	Humanas/B	Privada	N-Mestrado	N_Mest
98	Conf	Masculino	Outra	APIMEC	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Negócios	Pública	N-Mestrado	N_Mest
99	C_ISE	Masculino	Economista	ANBID	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Pública	N-Mestrado	N_Mest
100	Conf	Masculino	Consultor	LINAX	São Paulo	Inferior (Eq	Lattes	Exatas	Pública	Mestrado	Mest_outra
101	E_ISE	Masculino	Professor	FGV	São Paulo	Professor	Inst/Conf	Negócios	Privada	Mestrado	Negócios
102	E_ISE	Masculino	Economista	APIMEC	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Ext_NC	Mestrado	Negócios
103	E_ISE	Feminino	Consultor	Market Ana	Outros	Inferior (Eq	Lattes	Negócios	Privada	Mestrado	Mest_outra
104	E_ISE	Feminino	Professor	FGV	São Paulo	Inferior (Eq	Lattes	Negócios	Privada	Mestrado	Negócios
105	Rel_IFC	Masculino	Economista	Actis	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Ext_NC	N-Mestrado	N_Mest
106	E_ISE	Masculino	Professor	Centro Univ	São Paulo	Professor	Lattes	Humanas/B	Pública	Mestrado	Mest_outra
107	E_ISE	Feminino	Outra	Tabaco Zer	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Humanas/B	Ext_NC	Mestrado	Mest_outra
108	E_ISE	Feminino	Outra	HSBC	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Negócios	Privada	N-Mestrado	N_Mest
109	Rel_IFC	Masculino	Outra	Santa Fé p	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Humanas/B	Pública	N-Mestrado	N_Mest
110	Conf	Masculino	Consultor	Axial	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Exatas	Pública	Mestrado	Mest_outra

	Espmbaoutros	Espmbaoutrosarea	EstudoExterior	Trajprofissindu	Trajprofissfinan	TrajprofissCons	Trajprofisspub	Trajprofisspesq	Trajprofiss3set	Trajprofisslnter
89	Esp	99	N_Est_Ext	Ind	N_Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	3set	N_Prof_Int
90	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
91	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
92	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
93	Esp	Negócios	Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	3set	N_Prof_Int
94	Esp	Esp_outra	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
95	N_Esp	N_Esp	Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	Pesq	3set	N_Prof_Int
96	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	3set	N_Prof_Int
97	Esp	Esp_outra	Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	Prof_Int
98	N_Esp	N_Esp	Est_Ext	Ind	Fin	Cons	Pub	Pesq	3set	Prof_Int
99	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	Pub	Pesq	N_3set	Prof_Int
100	Esp	Esp_outra	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	Pub	Pesq	3set	N_Prof_Int
101	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
102	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
103	Esp	Esp_outra	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
104	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	Ind	Fin	Cons	N_Pub	Pesq	3set	N_Prof_Int
105	N_Esp	N_Esp	Est_Ext	Ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
106	Esp	Esp_outra	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	N_Pub	Pesq	3set	N_Prof_Int
107	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	3set	N_Prof_Int
108	N_Esp	N_Esp	Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
109	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
110	N_Esp	N_Esp	Est_Ext	Ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int

	KsocialRoadshows	BoardMember	FGV	TEMA	SETORDA EMPRESA	filter_\$
89	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Consultoria	Not Selected
90	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
91	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
92	N_RoadSh	BM	FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
93	N_RoadSh	BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
94	N_RoadSh	N_BM	FGV	Meio_Am	Ensino	Not Selected
95	RoadShow	BM	FGV	Fin_Sust	Ensino	Not Selected
96	N_RoadSh	N_BM	FGV	Meio_Am	Instituto	Not Selected
97	N_RoadSh	N_BM	FGV	Meio_Am	Financeiro	Not Selected
98	RoadShow	BM	N_FGV	Fin_Sust	Instituto	Not Selected
99	N_RoadSh	BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Selected
100	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Meio_Am	Consultoria	Not Selected
101	N_RoadSh	N_BM	FGV	Outro	Consultoria	Not Selected
102	N_RoadSh	BM	N_FGV	Fin_Sust	Instituto	Not Selected
103	N_RoadSh	N_BM	FGV	Resp_So	Consultoria	Not Selected
104	N_RoadSh	N_BM	FGV	Fin_Sust	Ensino	Not Selected
105	N_RoadSh	BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
106	N_RoadSh	N_BM	FGV	Resp_So	Ensino	Not Selected
107	N_RoadSh	N_BM	FGV	Resp_So	Instituto	Not Selected
108	RoadShow	BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
109	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
110	RoadShow	N_BM	N_FGV	Outro	Financeiro	Not Selected

	POSICAOA MO	SEXO	PROFISSAO	Nomeonde atua	ONDEATUA	CARGO	FONTEdad os	Educagrad area	Educagrad onde	Mestrado	Mestradoar ea
111	C_ISE	Masculino	Outra	BM&F BOV	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Exatas	Pública	N-Mestrado	N_Mest
112	C_ISE	Masculino	Professor	Ethos	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Exatas	Ext_NC	Mestrado	Negócios
113	Conf	Masculino	Consultor	Endeavour	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Exatas	Pública	N-Mestrado	N_Mest
114	Conf	Masculino	Bancário	EX ABN A	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Negócios	Privada	Mestrado	Negócios
115	Conf	Masculino	Bancário	HSBC	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Privada	N-Mestrado	N_Mest
116	Conf	Masculino	Outra	Funbio	Rio de Janeir	Inferior (Eq	Inst/Conf	Negócios	FGV	NC_Mestra	99
117	C_ISE	Masculino	Economista	IFC	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Negócios	Pública	N-Mestrado	N_Mest
118	Conf	Feminino	Professor	FGV	São Paulo	Inferior (Eq	Lattes	Humanas/B	Pública	Mestrado	Mest_outra
119	E_ISE	Masculino	Professor	FGV	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Humanas/B	Privada	N-Mestrado	N_Mest
120	Conf	Masculino	Bancário	EX ABN A	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	99	Ext_NC	NC_Mestra	99
121	Conf	Masculino	Outra	BM&F BOV	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	FGV	N-Mestrado	N_Mest
122	E_ISE	Feminino	Professor	FGV	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Negócios	FGV	Mestrado	Negócios
123	E_ISE	Feminino	Professor	FGV	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Negócios	Privada	N-Mestrado	N_Mest
124	Conf	Masculino	Outra	Finep	Rio de Janeir	Inferior (Eq	Inst/Conf	Humanas/B	Pública	Mestrado	Mest_outra
125	Conf	Masculino	Economista	Petros	Rio de Janeir	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Pública	N-Mestrado	N_Mest
126	C_ISE	Masculino	Economista	BM&F BOV	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Ext_NC	N-Mestrado	N_Mest
127	Conf	Masculino	Professor	FGV	São Paulo	Professor	Lattes	Exatas	Pública	Mestrado	Negócios
128	C_ISE	Masculino	Consultor	Ethos	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	FGV	N-Mestrado	N_Mest
129	E_ISE	Feminino	Professor	FGV	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Exatas	Pública	Mestrado	Mest_outra
130	C_ISE	Masculino	Professor	APIMEC	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Negócios	Ext_NC	N-Mestrado	N_Mest
131	Conf	Masculino	Economista	Febraban	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Ext_NC	NC_Mestra	99
132	Conf	Masculino	Economista	Finep	Rio de Janeir	Inferior (Eq	Inst/Conf	Negócios	Pública	Mestrado	Negócios

	Espmbaoutros	Espmbaoutrosarea	EstudoExterior	Trajprofissindus	Trajprofissfinanc	TrajprofissCons	TrajprofissPub	TrajprofissPesq	Trajprofiss3set	TrajprofissInter
111	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	Prof_Int
112	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	Pub	Pesq	3set	N_Prof_Int
113	Esp	Negócios	Est_Ext	Ind	N_Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
114	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
115	Esp	Negócios	Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	Prof_Int
116	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	Pub	Pesq	3set	N_Prof_Int
117	Esp	Negócios	Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	Prof_Int
118	Esp	Esp_outra	Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
119	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
120	NC_Esp	NC_Esp	N_Est_Ext	Ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	Prof_Int
121	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
122	N_Esp	N_Esp	Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	3set	Prof_Int
123	Esp	Negócios	Est_Ext	Ind	N_Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
124	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
125	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	Ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
126	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	Pub	N_Pesq	3set	N_Prof_Int
127	Esp	Negócios	Est_Ext	Ind	N_Fin	Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
128	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	Pub	N_Pesq	3set	N_Prof_Int
129	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
130	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	Pesq	3set	N_Prof_Int
131	Esp	Negócios	Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	3set	Prof_Int
132	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int

	KsocialRoadshows	BoardMember	FGV	TEMA	SETORDA EMPRESA	filter_\$
111	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Selected
112	RoadShow	BM	N_FGV	Resp_So	Instituto	Selected
113	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Resp_So	Ensino	Not Selected
114	RoadShow	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
115	RoadShow	BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
116	N_RoadSh	BM	FGV	Meio_Am	Público	Not Selected
117	RoadShow	BM	FGV	Fin_Sust	Instituição I	Selected
118	N_RoadSh	N_BM	FGV	Resp_So	Ensino	Not Selected
119	N_RoadSh	N_BM	FGV	Resp_So	Ensino	Not Selected
120	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
121	RoadShow	BM	FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
122	RoadShow	N_BM	FGV	Fin_Sust	Ensino	Not Selected
123	N_RoadSh	N_BM	FGV	Resp_So	Ensino	Not Selected
124	N_RoadSh	N_BM	FGV	Outro	Público	Not Selected
125	RoadShow	BM	N_FGV	Fin_Sust	Público	Not Selected
126	RoadShow	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Selected
127	RoadShow	BM	FGV	Fin_Sust	Ensino	Not Selected
128	RoadShow	BM	FGV	Fin_Sust	Instituto	Selected
129	N_RoadSh	N_BM	FGV	Resp_So	Ensino	Not Selected
130	RoadShow	BM	N_FGV	Resp_So	Instituto	Selected
131	N_RoadSh	BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
132	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Outro	Público	Not Selected

	POSICAOA MO	SEXO	PROFISSAO	Nomeonde atua	ONDEATUA	CARGO	FONTEdad os	Educagrad area	Educagrad onde	Mestrado	Mestradoar ea
133	E_ISE	Masculino	Economista	BM&F BOV	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Negócios	Ext_NC	N-Mestrado	N_Mest
134	Conf	Masculino	Professor	FGV	São Paulo	Professor	Lattes	Exatas	Pública	Mestrado	Negócios
135	C_ISE	Feminino	Economista	MMA	Outros	Inferior (Eq	Lattes	Negócios	Privada	Mestrado	Mest_outra
136	E_ISE	Masculino	Consultor	AMCE	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Ext_NC	NC_Mestra	99
137	E_ISE	Masculino	Professor	USP	São Paulo	Superior (G	Lattes	Exatas	Pública	Mestrado	Negócios
138	E_ISE	Masculino	Consultor	Concultoria	São Paulo	Inferior (Eq	Lattes	Exatas	Pública	Mestrado	Mest_outra
139	Conf	Masculino	Bancário	PREVI	Rio de Janeir	Superior (G	Inst/Conf	Humanas/B	Pública	N-Mestrado	N_Mest
140	C_ISE	Masculino	Professor	MMA	Outros	Professor	Lattes	Negócios	Ext_NC	NC_Mestra	99
141	Conf	Masculino	Consultor	DGF	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Ext_NC	N-Mestrado	N_Mest
142	E_ISE	Feminino	Professor	SENAC	São Paulo	Professor	Lattes	Negócios	FGV	Mestrado	Mest_outra
143	E_ISE	Feminino	Professor	FGV	São Paulo	Professor	Inst/Conf	Negócios	Privada	N-Mestrado	N_Mest
144	Conf	Masculino	Professor	USP	São Paulo	Professor	Lattes	Negócios	Pública	Mestrado	Negócios
145	Conf	Masculino	Bancário	Banco do N	Outros	Superior (G	Inst/Conf	Negócios	Privada	Mestrado	Negócios
146	Conf	Feminino	Bancário	HSBC	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Exatas	Pública	N-Mestrado	N_Mest
147	Conf	Feminino	Consultor	ECOHUB	Rio de Janeir	Inferior (Eq	Inst/Conf	Negócios	Ext_NC	Mestrado	Negócios
148	E_ISE	Feminino	Consultor	VITA Cons	Rio de Janeir	Inferior (Eq	Lattes	Humanas/B	Pública	Mestrado	Mest_outra
149	E_ISE	Feminino	Professor	FGV	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Negócios	FGV	N-Mestrado	N_Mest
150	E_ISE	Masculino	Outra	Finanças S	São Paulo	Superior (G	Inst/Conf	Humanas/B	Privada	N-Mestrado	N_Mest
151	E_ISE	Feminino	Professor	FGV	São Paulo	Professor	Lattes	Humanas/B	Pública	N-Mestrado	N_Mest
152	E_ISE	Masculino	Outra	Araújo e Po	São Paulo	Inferior (Eq	Inst/Conf	Humanas/B	Privada	Mestrado	Mest_outra
153	E_ISE	Masculino	Outra	PinheiroNet	São Paulo	Inferior (Eq	Lattes	Humanas/B	Pública	Mestrado	Mest_outra
154	E_ISE	Masculino	Professor	FGV	São Paulo	Professor	Lattes	Exatas	Pública	Mestrado	Mest_outra

	Espmbaoutros	Espmbaoutrosarea	EstudoExterior	Trajprofissindus	Trajprofissfinanc	TrajprofissCons	Trajprofisspub	Trajprofisspesq	Trajprofiss3set	Trajprofisslinter
133	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
134	N_Esp	N_Esp	Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
135	Esp	Esp_outra	Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
136	Esp	Negócios	Est_Ext	Ind	N_Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
137	N_Esp	N_Esp	Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	Pesq	3set	Prof_Int
138	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
139	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
140	NC_Esp	NC_Esp	Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
141	Esp	Negócios	Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
142	N_Esp	N_Esp	Est_Ext	Ind	N_Fin	N_Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
143	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	Ind	N_Fin	Cons	N_Pub	Pesq	3set	N_Prof_Int
144	Esp	Negócios	Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
145	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
146	Esp	Negócios	Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	Prof_Int
147	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	Prof_Int
148	Esp	Negócios	N_Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
149	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	Fin	N_Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
150	Esp	Esp_outra	N_Est_Ext	N_ind	Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	3set	Prof_Int
151	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	N_Pub	Pesq	N_3set	N_Prof_Int
152	N_Esp	N_Esp	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
153	Esp	Esp_outra	N_Est_Ext	N_ind	N_Fin	Cons	N_Pub	N_Pesq	N_3set	N_Prof_Int
154	Esp	Esp_outra	Est_Ext	N_ind	N_Fin	N_Cons	Pub	Pesq	3set	N_Prof_Int

	KsocialRoadshows	BoardMember	FGV	TEMA	SETORDA EMPRESA	filter_\$
133	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
134	RoadShow	BM	FGV	Resp_So	Ensino	Not Selected
135	RoadShow	N_BM	N_FGV	Meio_Am	Público	Selected
136	N_RoadSh	BM	FGV	Resp_So	Consultoria	Not Selected
137	N_RoadSh	N_BM	FGV	Resp_So	Ensino	Not Selected
138	N_RoadSh	N_BM	FGV	Meio_Am	Consultoria	Not Selected
139	RoadShow	BM	N_FGV	Fin_Sust	Público	Not Selected
140	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Resp_So	Público	Selected
141	RoadShow	BM	FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
142	N_RoadSh	N_BM	FGV	Meio_Am	Ensino	Not Selected
143	N_RoadSh	N_BM	FGV	Resp_So	Ensino	Not Selected
144	N_RoadSh	BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
145	RoadShow	BM	FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
146	RoadShow	BM	N_FGV	Fin_Sust	Financeiro	Not Selected
147	N_RoadSh	N_BM	N_FGV	Meio_Am	Consultoria	Not Selected
148	N_RoadSh	N_BM	FGV	Resp_So	Consultoria	Not Selected
149	N_RoadSh	N_BM	FGV	Fin_Sust	Ensino	Not Selected
150	RoadShow	N_BM	FGV	Fin_Sust	Consultoria	Not Selected
151	N_RoadSh	N_BM	FGV	Resp_So	Ensino	Not Selected
152	RoadShow	N_BM	FGV	Resp_So	Consultoria	Not Selected
153	N_RoadSh	N_BM	FGV	Resp_So	Consultoria	Not Selected
154	N_RoadSh	N_BM	FGV	Resp_So	Ensino	Not Selected